



CADERNOS DE PESQUISA SOCIAL

CIDADANIA, POLÍTICAS PÚBLICAS
E TEMAS CONTEMPORÂNEOS

4

Organizadoras

JUSSARA AYRES BOURGUIGNON

SANDRA MARIA SCHEFFER

CHRISTIANE CRUVINEL QUEIROZ



Editora
UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR

Miguel Sanches Neto

EDITORA UEPG

Beatriz Gomes Nadal

CONSELHO EDITORIAL

Beatriz Gomes Nadal

Adilson Luiz Chinelatto

Antonio Liccardo

Augusta Pelinski Raiher

Dircéia Moreira

Édina Schimanski

Giovani Marino Favero

Ivana de Freitas Bárbola

Névio de Campos

VICE-REITOR

Everson Augusto Krum

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

E ASSUNTOS CULTURAIS

Édina Schimanski

JUSSARA AYRES BOURGUIGNON
SANDRA MARIA SCHEFFER
CHRISTIANE CRUVINEL QUEIROZ
(Organizadoras)



CADERNOS DE PESQUISA SOCIAL

CIDADANIA, POLÍTICAS
PÚBLICAS E TEMAS
CONTEMPORÂNEOS



Copyright © by Jussara Ayres Bourguignon, Sandra Maria Scheffer, Christiane Cruvinel Queiroz (Orgs.)
& Editora UEPG

Equipe editorial

Coordenação editorial	Beatriz Gomes Nadal
Revisão	Eduarda da Matta
Projeto gráfico	Rubia Carla Dropa
Diagramação	Marco Wrobel
Capa	Viviane Motim

C122 Cadernos de pesquisa social 4: cidadania, políticas públicas e temas contemporâneos/ Jussara Ayres Bourguignon, Sandra Maria Scheffer, Christiane Cruvinel Queiroz (organizadoras). - Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2021.

227 p. Livro eletrônico.

ISBN: 978-65-86234-19-0

DOI: 10.5212/86234-19-0

1. Estado. 2. Direitos sociais. 3. Políticas Públicas. 4. Cidadania. I. Bourguignon, Jussara Ayres (org.). II. Scheffer, Sandra Maria (org.). III. Queiroz, Christiane Cruvinel (org.). IV. Título. V. Série.

CDD: 302.072

Ficha catalográfica elaborada por Rodrigo Pallú Martins – CRB 9/202109/P

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora filiada à **ABEU**
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora UEPG

Praça Santos Andrade, n. 1
84030-900 – Ponta Grossa – Paraná
Fone: (42) 3220-3306
e-mail: vendas.editora@uepg.br
Site: www.editora.uepg.br

2021

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
TESES DE DOUTORADO	
Para além da tese: reflexões sobre o compromisso ético-político do pesquisador social <i>Anderson Roik, Danuta Estrufika Cantóia Luiz e José Henrique de Faria</i>	11
Serviços socioassistenciais para famílias com crianças e adolescentes em situação de risco e violação de direitos: regional de Ponta Grossa <i>Luciana Pavowski Franco Silvestre, Lucia Cortes da Costa e Alejandro Hugo Del Valle</i>	24
A inserção no mundo do trabalho e a proteção jurídica do microempreendedor individual: um estudo no município de Curitiba/PR <i>Andrea Cristina Martins e Lucia Cortes da Costa</i>	36
Saúde do trabalhador: a atuação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) macrorregional Campos Gerais do Paraná <i>Elisabeth Mônica Hasse Becker Neiverth e Silvana Souza Netto Mandalozzo</i>	50
A (in)visibilidade da família homoparental nas escolas <i>Maria Cristina Rauch Baranowski e Dirceia Moreira</i>	64
Subjetividades masculinas – identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná <i>Luana Márcia de Oliveira Billerbeck e Edina Schimanski</i>	76
DISSERTAÇÕES DE MESTRADO	
Práticas integrativas e complementares do SUS: um estudo a partir de Conferências Nacionais de Saúde (1986-2011) <i>Juliano Del Gobo e José Augusto Leandro</i>	89
O processo de implementação da Rede Mãe Paranaense e sua repercussão na mortalidade infantil <i>Ana Paula Garbuio Cavalheiro, Jussara Ayres Bourguignon e Márcia Helena Baldani Pinto</i>	102
Divisão sexual do trabalho nas associações de catadores na cidade de Ponta Grossa /PR <i>Camila Sopko e Reidy Rolim de Moura</i>	113

A Região dos Campos Gerais do Paraná e as ações do poder público municipal direcionadas aos catadores de materiais recicláveis <i>Karoline Dutra Szul e Reidy Rolim de Moura</i>	124
Adolescentes em conflito com a Lei: repercussão da pobreza multidimensional não monetária na criminalidade em Wenceslau Braz – Paraná, Brasil <i>Rossane Cristina Ferraz dos Santos e Augusta Pelinski Raiher</i>	136
Os benefícios socioassistenciais da Política Nacional de Assistência Social: faces opostas <i>Christiane Cruvinel Queiroz e Lucia Cortes da Costa</i>	148
Da educação em direitos humanos ao EJA: discursos de sujeitos coletivos na cidade de Ponta Grossa/PR <i>Thais Cristina dos Santos e Nei Alberto Salles Filho</i>	160
A garantia da cidadania através da adoção: o papel dos grupos de apoio à adoção <i>Jordana de Oliveira e Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros (in memoriam)</i>	173
Direito à moradia e a rede de proteção social das famílias monoparentais femininas <i>Rafaella Martins de Oliveira, Jussara Ayres Bourguignon e Dirceia Moreira</i>	184
Medidas estatais de prevenção e repressão à violência nos estádios por meio da Lei 12.299 de 2010: uma análise de conjuntura <i>Luane Guarneri Azambuja e Constantino Ribeiro de Oliveira Junior</i>	198
Futebol, internet e televisão: aspectos sobre a construção da(s) identidade(s) clubísticas na era da globalização <i>Wendell Luiz Linhares e Miguel Archanjo de Freitas Júnior</i>	207
SOBRE AS ORGANIZADORAS E AUTORES/AS	220

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas apresenta, em sua 4ª edição, o **Cadernos de pesquisa social: cidadania, políticas públicas e temas contemporâneos**. A proposta desta publicação é consolidar um espaço de socialização da produção acadêmica dos egressos do programa em nível de mestrado e doutorado, oportunizando a ampliação do debate acadêmico em torno de temas que expressam a dinâmica das relações sociais no contexto contemporâneo.

O Programa tem como área de concentração Cidadania e Políticas Públicas e duas linhas de pesquisa, sendo Estado, Direitos e Políticas Públicas e História, Cultura e Cidadania. Além de disciplinas e atividades programadas que complementam a formação de pesquisadores, o Programa conta com núcleos de pesquisa já consolidados. A saber: Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas; Núcleo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais; Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza; Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social, Teoria Política e Pós-Estruturalismo (LABETESP); Núcleo de Pesquisa em Saúde Pública, Doença e Assistência em Saúde no Brasil; e Núcleo de Pesquisa Esporte, Lazer e Sociedade. As teses e dissertações retratam os debates engendrados nesses diferentes espaços de formação, que são complementares e ampliam as possibilidades do diálogo em torno da área de concentração.

As edições anteriores foram publicadas em 2012, 2014 e 2016 pela Editora UEPG, voltadas à produção de egressos em nível de mestrado. Em 2012 foi implementado o curso de doutorado, o que consolidou a proposta do Programa em termos de formação de pesquisadores na perspectiva interdisciplinar. Assim, esta coletânea de textos agrega as produções em nível de mestrado e doutorado. Os objetos de investigação giram em torno das linhas de pesquisa do programa e retratam também a diversidade de temas que emergem no cenário contemporâneo. Tal fato demonstra um contexto fértil de produção acadêmica em uma universidade pública e comprometida com os processos de democratização do acesso ao conhecimento.

A interdisciplinaridade sempre constituiu o fio condutor de toda a dinâmica do Programa de Pós-Graduação, o que fica evidente na construção do saber científico apresentado nas pesquisas desta obra, perpassada pela complexidade dos fenômenos da vida social, a qual é necessário conhecer em extensão e profundidade com foco em um olhar múltiplo na abordagem e análise dos problemas.

Os pesquisadores autores provenientes da perspectiva interdisciplinar retratam um diálogo com diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Tal fato contribui para a construção e socialização de conhecimentos sobre as diversas expressões da questão social, bem como para o

subsídio de uma intervenção na realidade nos mecanismos de planejamento e implementação de políticas, planos e programas sociais.

Importa também destacar que a perspectiva interdisciplinar oportuniza colocar em debate temas de relevância no âmbito dos processos de construção da sociabilidade na atual conjuntura. Muitos temas de pesquisa possibilitam a emergência de questões que apontam para uma pluralidade de desafios vivenciados pela sociedade no tempo presente. Tal aspecto demonstra a riqueza da pesquisa que se faz em uma perspectiva interdisciplinar.

Pelo olhar do discente, integrar um programa de pós-graduação interdisciplinar é um imenso desafio, que se torna cada vez mais instigante à medida que: são cursadas as disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas; compõe-se o grupo de pesquisadores nos núcleos de pesquisa, os quais convergem em esforços mútuos para produções acadêmicas interdisciplinares, críticas e relevantes nos diversos temas abarcados pelas Ciências Sociais Aplicadas; participa-se de eventos científicos nacionais e internacionais e de outras tantas atividades acadêmicas propostas para subsidiar a caminhada da pesquisa científica interdisciplinar.

As disciplinas teóricas e metodológicas são ministradas por professores doutores com formações disciplinares em diferentes áreas do conhecimento. Os discentes trazem consigo olhares distintos sobre os temas debatidos em sala de aula, com base na formação acadêmica e na vivência profissional de cada pesquisador. Isso possibilita debates em sala de aula extremamente ricos e profícuos, além de um aprendizado científico sob múltiplos olhares e saberes. Sem perder de vista a responsabilidade decorrente de ser aluno e pesquisador em uma instituição de ensino superior pública e de renomada qualidade, as defesas de bancas de mestrado e doutorado possibilitam apresentar à comunidade acadêmica e à sociedade em geral o resultado de anos de pesquisa comprometida com as diretrizes e os objetivos do Programa Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. A presente coletânea nos traz um retrato do esforço conjunto de professores formadores, orientadores e discentes do Programa nos últimos quatro anos.

Os capítulos da coletânea ficaram divididos entre produções dos egressos de doutorado e mestrado referentes ao período de defesas de 2016 a 2019. Nesta 4ª edição, as publicações têm como fio condutor a temática *Cidadania, políticas públicas e temas contemporâneos*.

São seis os capítulo em relação aos trabalhos que retratam as teses de doutorado. A saber: *Para além da tese: reflexões sobre o compromisso ético-político do pesquisador social*; *Serviços socioassistenciais para famílias com crianças e adolescentes em situação de risco e violação de direitos: regional de Ponta Grossa*; *A inserção no mundo do trabalho e a proteção jurídica do microempreendedor individual: um estudo no município de Curitiba/PR*; *Saúde do trabalhador: a atuação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) Macrorregional Campos Gerais do Paraná*; *A(in)visibilidade da família homoparental nas escolas*; *Subjetividades masculinas: identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná*.

Quanto aos trabalhos relacionados às dissertações de mestrado, a coletânea apresenta onze capítulos. Destes, nove produções tratam de questões relativas às políticas públicas e cidadania. São elas: *Práticas integrativas e complementares do SUS: um estudo a partir de conferências nacionais de saúde (1986-2011)*; *O processo de implementação da Rede Mãe Paranaense e sua repercussão na mortalidade infantil*; *Divisão sexual do trabalho nas associações de catadores na cidade de Ponta Grossa /PR*; *A Região dos Campos Gerais do*

Paraná e as ações do poder público municipal direcionadas aos catadores de materiais recicláveis; Adolescentes em conflito com a lei: repercussão da pobreza multidimensional não monetária na criminalidade em Wenceslau Braz – Paraná, Brasil; Os benefícios socioassistenciais da Política Nacional de Assistência Social: faces opostas; Da educação em direitos humanos ao EJA: discursos de sujeitos coletivos na cidade de Ponta Grossa/PR; A garantia da cidadania através da adoção: o papel dos grupos de apoio à adoção; Direito à moradia e a rede de proteção social das famílias monoparentais femininas.

Representando a emergência de temas contemporâneos e sob a perspectiva dos debates que cercam a área de esporte, lazer, questões de gênero e violência, há destaque para dois capítulos: *Medidas estatais de prevenção e repressão à violência nos estádios por meio da lei 12.299 de 2010: uma análise de conjuntura* e *Futebol, internet e televisão: aspectos sobre a construção da(s) identidade(s) clubísticas na era da globalização*.

A diversidade dos objetos de estudo aponta para um programa de pós-graduação alinhado às temáticas que emergem da realidade nos níveis nacional, regional e local, tendo como fio condutor a perspectiva interdisciplinar.

Boa leitura! E que as pesquisas aqui presentes inspirem novos e profícuos debates!

Organizadoras

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Pr

TESES DE DOUTORADO

PARA ALÉM DA TESE: REFLEXÕES SOBRE O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DO PESQUISADOR SOCIAL

Anderson Roik
Danuta Estrufika Cantóia Luiz
José Henrique de Faria

Sei lá, porque vem um monte [de pessoas], acho que veio no tempo da [Fulana] que a [Ciclana] tava me contando que vinham fazer entrevistas, fazem esses troço aí, mas nunca ajudaram em nada. Só faziam, mas nunca ajudaram.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste texto são essas palavras, ditas em uma das entrevistas que realizamos durante a pesquisa que resultou na tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas – PPGCSA da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (ROIK, 2019, p. 24). Esse depoimento, apesar de constar como nota de rodapé, não teve, naquele momento, a discussão que agora pretendemos.

Nem todos os elementos do processo investigativo são esgotados em uma tese, suscitando reflexões *a posteriori*. O depoimento em questão, dado como justificativa para a não participação de um sujeito na entrevista, provoca um questionamento sobre o compromisso ético-político do pesquisador com práticas sociais transformadoras. Ou, mais especificamente, um questionamento a respeito das relações éticas e políticas do pesquisador com os sujeitos durante o processo de pesquisa.

Com este texto, esperamos fornecer elementos que possam contribuir ao enfrentamento dessa contradição, na qual sujeitos se percebem como meros objetos de pesquisa. Acreditamos ser tarefa obrigatória a reflexão sobre os limites e as potencialidades das pesquisas desenvolvidas no âmbito das Ciências Sociais.

Para tanto, optamos por realizar uma reflexão crítica sobre o processo de investigação que teve como sujeitos catadores(as) de materiais recicláveis e no qual abordamos a experiência de organização coletiva desses(as) trabalhadores(as), resultando nesta tese. Em que pesem os objetivos definidos na pesquisa, sua finalidade é contribuir com processos para emancipação desses sujeitos, sendo também, portanto, um compromisso ético-político.

Primeiramente, abordamos as Ciências Sociais e o compromisso ético-político fundamental ao pesquisador social. Em seguida, apresentamos elementos da tese que consideramos importantes

para esta reflexão, abordando especialmente a relação pesquisador-sujeito estabelecida em nossa investigação. Por último, trazemos os desdobramentos da tese até o presente momento, procurando indicar como a pesquisa pode se articular com práticas sociais transformadoras.

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO

É por isso que devo trabalhar a unidade entre meu discurso, minha ação e a utopia que me move. É neste sentido que devo aproveitar toda oportunidade para testemunhar o meu compromisso com a realização de um mundo melhor, mais justo, menos feio, mais substantivamente democrático. (FREIRE, 2016, p. 36-37).

Esta citação, do livro *Pedagogia da indignação*, de Paulo Freire, destaca, em nosso entendimento, o compromisso ético-político com a transformação social. Tal compromisso com práticas sociais transformadoras é inseparável das Ciências Sociais e, especificamente, do pesquisador social que assume uma perspectiva crítica.

As Ciências Sociais têm por objeto a realidade social, que consiste no “[...] próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados que transborda dela” (MINAYO, 2014, p. 42). Trata-se de um objeto que tem essência qualitativa, e as teorias, os pensamentos e os discursos políticos ou teóricos não dão conta de explicá-la em toda sua complexidade e dinâmica¹.

Assim, a pesquisa social compreende “[...] os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica” (MINAYO, 2014, p. 47).

Minayo (2014) destaca que as Ciências Sociais são, intrínseca e extrinsecamente, ideológicas. Por essa razão, interesses e visões de mundo historicamente produzidas se fazem presentes no processo de construção do conhecimento. Por certo, essa não é uma exclusividade das Ciências Sociais, visto que “[...] toda ciência, em sua construção e desenvolvimento, passa pela subjetividade e por interesses diversos” (MINAYO, 2014, p. 41).

Podemos tomar a discussão sobre o trabalhador social realizada por Freire (2018, p. 63), e associá-la ao pesquisador social, que, nesta perspectiva, “[...] não pode ser um homem neutro frente ao mundo, um homem neutro frente à desumanização ou humanização, frente à permanência do que já não representa os caminhos do humano ou à mudança destes caminhos”.

Esse compromisso, que entendemos ser inerente ao pesquisador social que se denomina crítico, “[...] só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro” (FREIRE, 2018, p. 22).

É preciso comprometimento com a realidade concreta, na qual se encontram os homens concretos, e não se limitar a reflexões teóricas sem uma vinculação com práticas que se pretendem transformadoras. O pesquisador social deve “[...] atuar e refletir com os indivíduos com quem

¹ “Somente na teoria se pode dizer que a ciência é a interpretação verdadeira da realidade, porque na prática, toda interpretação realiza apenas uma versão possível” (DEMO, 1981, p. 25).

trabalha para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades da sua sociedade” (FREIRE, 2018, p. 74).

As investigações sociais têm motivação em determinado tipo de inserção no real, nele encontrando razões e objetivos. “Enquanto prática intelectual, o ato de investigar reflete também dificuldades e problemas próprios das Ciências Sociais, sobretudo sua intrínseca relação como a dinâmica histórica” (MINAYO, 2014, p. 47).

Em seu livro *Ciência, ideologia e poder: uma sátira às ciências sociais*, Demo (1988) faz uma crítica às Ciências Sociais. Mesmo antiga, essa crítica nos parece bastante atual quando observamos a fala com a qual iniciamos este texto.

De modo geral, as ciências sociais são uma redonda decepção. Nem de longe fazem o que dizem. Nem de longe valem o que vendem de si mesmas. São um produto de elite, para a elite, principalmente quando estudam a pobreza. Precisamente: pobreza se estuda, não se resolve. Problema científico é somente seu estudo, não sua solução ou seu enfrentamento prático. (DEMO, 1988, p. 13).

Demo (1988) defende que as Ciências Sociais sejam críticas e autocríticas, teóricas e práticas, competentes e compromissadas. Elas, apesar de serem construídas para enfrentar problemas e de traduzirem soluções desejáveis, permanecem em muitos casos distantes da construção de práticas transformadoras.

Minayo (2014) destaca a necessidade de reconhecer que as Ciências Sociais, muitas vezes, sofrem críticas em relação à baixa potencialidade de aplicação prática dos conhecimentos que produz, sendo necessária uma relação mais comprometida com as prioridades sociais.

A utilidade da ciência, diz Mills², é dada pela sua capacidade de transformar os grandes problemas sociais que o povo vive em questões públicas em favor de mudanças sociais, colaborando para que os cidadãos informados sejam capazes de sair de seus limites individuais para se sentirem parte de uma história à qual sua biografia está estreitamente vinculada. (MINAYO, 2014, p. 74).

Tal crítica refere-se à utilidade prática das Ciências Sociais, quando as pesquisas se apresentam como uma forma refinada de, apenas, discutir problemas sociais. “É muito comum a colocação de que para superar problemas sociais é mister mudar o modo de produção, o que tem dose relevante de acerto. Contudo, quase todos que assim dizem não retiram disso qualquer consequência prática [...]” (DEMO, 1988, p. 97).

Por essa razão, são necessárias investigações mais propositivas, vinculadas às questões sociais imediatas e com perspectivas de ação. Luiz (2013, p. 16) escreve que “[...] mesmo diante de um quadro social pleno de contradições, é possível empreender esforços teórico-práticos para enfrentá-lo, pois a realidade é dialética, a contradição é sua constante e a hegemonia é uma construção histórica”.

É certo que as Ciências Sociais têm contribuições relevantes na interpretação e no enfrentamento das questões sociais. Portanto, trata-se de uma ciência engajada com a realidade e a

² Wright Mills, em sua obra clássica *Imaginação sociológica* (1975).

dinâmica das demandas sociais. Com esses argumentos, não pretendemos fazer generalizações, mas chamar atenção ao compromisso ético-político para com os sujeitos e as questões investigadas.

O PROCESSO DE PESQUISA: UMA CRÍTICA NECESSÁRIA

Se alguém, [...], me perguntar, com irônico sorriso, se acho que, para mudar [...], basta que nos entreguemos ao cansaço de constantemente afirmar que mudar é possível e que os seres humanos não são puros espectadores, mas atores também da história, direi que não. Mas direi também que mudar implica saber que fazê-lo é possível. (FREIRE, 2016, p. 61).

As palavras de Freire nos levam a refletir que, para mudar a realidade concreta, precisamos conhecê-la. Somente assim somos capazes de entender que o compromisso com outro mundo pode ser possível e realizável.

A realidade é crítica em sentido estrito. Demo (1988) coloca como fundamental que as Ciências Sociais sejam críticas, pois assim exige o objeto a que se dedicam. Para o autor, “[...] é muito comum que o crítico não tenha autocrítica, deturpando a regra primeira da coerência crítica” (DEMO, 1988, p. 11).

Nessa perspectiva, enquanto pesquisadores sociais, entendemos ser o momento de olharmos criticamente para a tese e, em específico, para as relações que estabelecemos com os sujeitos durante o processo de pesquisa, perguntando: Que contribuições foram e são possíveis a partir da tese? Ou será que apenas fizemos dos sujeitos objetos de investigação e nos somamos àqueles que “só faziam, mas nunca ajudaram”?

Para respondermos a essas questões – o que faremos na última seção do texto –, vamos apresentar alguns elementos importantes de nosso percurso investigativo. Ao concordarmos com Löwy (2013, p. 244) que “toda ciência implica opção”, procuramos assumir em nossa tese o compromisso com outro mundo possível: “um mundo melhor, mais justo, menos feio, mais substancialmente democrático”, como escreve Freire (2016). Nesse caso, um compromisso para com a categoria social dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis.

Os primeiros registros do segmento social dos(as) catadores(as) de material reciclável no cenário urbano brasileiro, em pequenas e grandes cidades, datam do século XIX. Trata-se de um fenômeno que, praticamente, acompanhou todo o processo de urbanização no país (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a). Segundo Pinhel (2013, p. 17):

A presença de pessoas que vivem do comércio de materiais refugados data do início do processo de industrialização. No começo do século XX, com o incremento da indústria gráfica o papel já era reciclado. Desta época também há registros de compradores de sucata no bairro do Brás, em São Paulo, principalmente garrafas e materiais ferrosos. O ‘garrafeiro’, figura respeitada nos bairros e vilas das cidades, foi desaparecendo ao longo do tempo e dando lugar ao catador, que, por sua vez, recolhe os resíduos recicláveis de diferentes locais, sem ter que pagar ou trocar algo por isso.

O número de catadores(as) no Brasil não é exato. Alguns pesquisadores – como Silva, Goes e Alvarez (2013a; 2013b) – consideram que esse quantitativo esteja em um intervalo entre 400 e 600 mil. Por sua vez, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR estima que existam 800 mil catadores(as) em atividade no país, os quais são os(as) responsáveis pela coleta de 90% de tudo o que é reciclado hoje no Brasil.

O próprio MNCR menciona que outras estimativas sugerem que o quantitativo de catadores(as) pode chegar a 1 milhão de pessoas sobrevivendo da coleta de materiais recicláveis.

Então, é para esses(as) trabalhadores(as) que voltamos o olhar em nossa tese. Dentro desse universo, optamos pelo recorte das cidades de Guarapuava e Irati, no estado do Paraná, uma vez que temos vínculo profissional com a Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, a qual, dentre seus campi universitários, tem unidades nas duas cidades.

Ambas estão localizadas na porção central do estado, espacialidade apontada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades) como socialmente crítica³.

Como tínhamos por interesse estudar o processo de trabalho na experiência de organização coletiva, realizamos um levantamento das organizações de catadores(as) de materiais recicláveis – cooperativas e/ou associações – existentes nos municípios de Guarapuava e Irati. Assim, identificamos 3 (três) unidades produtivas constituídas formalmente e 1 (uma) não formalizada.

Quadro 1 - Unidades produtivas de catadores(as) de material reciclável nos municípios de Guarapuava e Irati, no estado do Paraná

Município	Situação	Denominação	Constituição
Guarapuava	Formal	Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava – ACPG	16 de setembro de 1995
Guarapuava	Informal	Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios*	3 de setembro de 2014
Irati	Formal	Associação de Reciclagem Malinoski	7 de maio de 2012
Irati	Formal	Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati – COCAAIR	30 de novembro de 2006

Fonte: Os autores.

Nota: *Por não apresentar uma denominação formal, optamos por essa identificação

Importante ressaltarmos que o processo de aproximação com os grupos está contemplado em detalhes no capítulo 3 da tese (ROIK, 2019) e que, até então, não havíamos realizado nenhum trabalho com os(as) catadores(as) dessas unidades produtivas. Além disso, pouco conhecíamos

³Sobre a porção central do estado, podemos destacar do estudo que: “[...] em termos absolutos, todos os municípios reduziram o número de pessoas na condição de pobreza. Entretanto, se em 2000 eram 11 os municípios considerados críticos nesse indicador, representando 12,6% do espaço, em 2010 o número de municípios críticos subiu para 14, representando 16,1%. Em 2000, dos municípios com os maiores volumes de pobreza, 10 continuaram nessa condição em 2010. São eles: Campo Mourão, Cândido de Abreu, Guarapuava, Irati, Laranjeiras do Sul, Ortigueira, Palmas, Pinhão, Pitanga e Prudentópolis. Outros três novos municípios passaram a ser considerados críticos em 2010 em termos de número de pobres: Cruz Machado, Nova Laranjeiras e União da Vitória [...]. Há que se mencionar que nesse grupo estão os municípios mais populosos da Porção Central. Como resultado, em 2000, essa porção territorial concentrava, aproximadamente, 25% do número de pobres do Paraná, e em 2010 essa proporção elevou-se para 29% [...]” (IPARDES, 2017, p. 169).

sobre esse contexto. Éramos estranhos aos grupos e disso decorrem todas as dificuldades inerentes ao processo de aproximação⁴.

Nas primeiras visitas, ocorridas no ano de 2016, apresentamos aos responsáveis de cada unidade produtiva a intenção de realizar uma pesquisa com o objetivo de compreender o processo de trabalho e, com base nela, contribuir para o fortalecimento das práticas coletivas. Todavia, ressaltamos que se tratava, naquele momento, de uma aproximação com o campo de pesquisa e que nossa proposta estava em processo de amadurecimento.

Com a proposta de pesquisa mais bem delineada, no primeiro semestre de 2017, retomamos as visitas nas unidades produtivas com a intenção de conhecermos melhor o perfil organizacional, bem como os sujeitos da pesquisa. A sistematização das informações obtidas possibilitou olharmos de forma ampla para essas 4 (quatro) unidades produtivas, buscando similaridades e diferenças significativas à pesquisa. No entanto, a cada olhar para o campo, a complexidade da pesquisa aumentava.

Após a aproximação – contemplada em detalhes no capítulo 3 da tese (ROIK, 2019) – e uma análise sobre as características dessas unidades produtivas, em que se revelaram a heterogeneidade e a complexidade entre elas, optamos por aquela que apresentava características mais próximas de uma autogestão parcial ou coletivista, nos termos definidos por Faria (2009).

Partindo desse universo, a singularidade de uma delas nos chamou atenção. Assim, tomamos como campo específico de nossa investigação a Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati – COCAAIR, constituída em 30 de novembro de 2006. No período da investigação, trabalhavam na cooperativa 20 (vinte) pessoas, sendo que 2 (duas) encontravam-se afastadas por motivo de saúde. Desses(as) 20 (vinte) trabalhadores(as), apenas 3 (três) faziam parte da cooperativa à época de sua constituição, em 2006, demonstrando que o grupo se alterou significativamente ao longo dos anos.

Superada a dificuldade da aproximação, o desafio consistia em como realizar a pesquisa com os(as) catadores(as). Afinal, no processo de pesquisa, como já mostrou Faria (2007), entrevistas, questionários, documentos, observação, entre outros, devem levar em consideração o objeto e o campo, sem que sejam definidos apenas de acordo com a vontade do pesquisador.

A pesquisa de campo contou com a observação e a realização de entrevistas individuais com os(as) trabalhadores(as). A opção pela entrevista individual foi uma sugestão do próprio grupo de trabalhadores(as), que também definiu os dias mais adequados às conversas. Uma das preocupações do grupo era não interromper o processo de trabalho.

⁴ Vale destacarmos que, na mesma época em que estávamos visitando a ACPG, acontecia a última atividade promovida pelo Programa Ecocidadão Paraná, que consistia em uma oficina de capacitação e por meio da qual tivemos a oportunidade de participar com os(as) trabalhadores(as). O Ecocidadão Paraná trabalha para dar destino correto aos resíduos, de modo a potencializar o reaproveitamento e reduzir a quantidade de recicláveis que vão para aterros ou que são lançados em áreas de mananciais, fundos de vale, córregos e rios. Por meio de um termo de cooperação técnica-financeira, o Provopar e a Sanepar possibilitam que as associações de catadores tenham acesso à capacitação e ao incremento do maquinário. O programa está alinhado à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Fonte: <http://www.provoparestadual.org.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>. Acesso em: 21/09/2020.

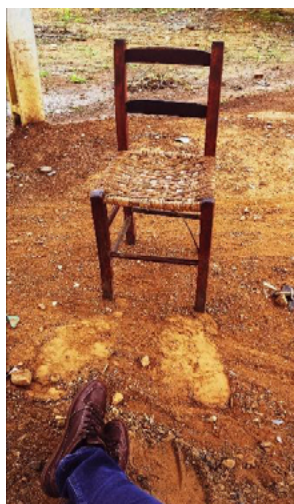
Todos(as) os(as) trabalhadores(as) foram convidados(as) a participar das entrevistas. No entanto, percebemos certa resistência na participação. Entre os motivos que nos foram colocados para a não participação, podemos destacar a timidez (ou, nas palavras dos(as) trabalhadores(as), a vergonha em falar) e o fato de estarem cansados de participar de pesquisas e entrevistas e de não perceberem nenhuma contribuição ou avanço quanto à situação da cooperativa – o que sugere uma reflexão para o cientista social, a qual é a razão deste texto.

Cientes dessas questões, procuramos formas de ganhar a confiança dos(as) trabalhadores(as). Uma das estratégias que adotamos foi realizar um café da manhã com os(as) trabalhadores(as), buscando maior integração com o grupo. Colocamos, também, a possibilidade de, após a conclusão da tese, realizarmos um trabalho via universidade junto à cooperativa. Além disso, como forma de apresentar um produto – enquanto resultado de curto prazo de nossa pesquisa – colocamo-nos à disposição do grupo para construir coletivamente um material sobre a cooperativa, promovendo o resgate e a valorização de sua história.

Ainda percebendo a resistência por parte do grupo, recorremos à ajuda de um educador social que havia atuado na cooperativa. Uma vez que os(as) trabalhadores(as) mais antigos(as) tinham respeito e confiança nele, acreditamos que essa era uma forma de convencer mais participantes para as entrevistas.

No entanto, nem todos(as) os(as) trabalhadores(as) quiseram participar. Assim, entrevistamos 7 (sete) pessoas da cooperativa. Dessas entrevistas, 6 (seis) foram realizadas em um espaço improvisado nos fundos da cooperativa, conforme a imagem (FIGURA 1).

Figura 1 – O espaço da fala e da escuta



Fonte: Os autores.

Além das entrevistas no espaço da cooperativa, realizamos 1 (uma) na casa de uma trabalhadora, que, mesmo afastada de suas atividades por acidente de trabalho, aceitou nos receber e conversar conosco⁵. De forma a complementar nossa investigação, entrevistamos 1 (um) educador

⁵ A entrevista foi realizada em sua casa, já que a trabalhadora encontrava-se afastada de suas atividades por aci-

social que desenvolveu atividades na cooperativa. Conversamos algumas vezes com ele sobre a pesquisa, sendo que a gravação da entrevista aconteceu na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, quando o educador social estava de passagem durante uma de viagem de trabalho.

Além disso, utilizamos documentos legais (ata de fundação, estatuto e regimento interno, por exemplo) como fonte de dados, bem como recorremos a notícias e reportagens publicadas sobre a cooperativa. Dessa forma, apesar das limitações decorrentes do processo de pesquisa, as observações, as entrevistas e o contraponto dos dados documentais possibilitaram a apreensão da experiência coletiva da COCAAIR em seu movimento histórico, resultando na tese que defendemos.

Esse foi o processo possível para a realização da investigação e que acabou por definir nossa relação com os sujeitos da pesquisa.

PARA ALÉM DA TESE: O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO

Um intelectual não pode ser diferente do que ele vivencia. Quando a diferença existe, tem-se um problema de ordem ética. (MENEGETTI, 2009, p. 38).

Com base nessa afirmação, queremos iniciar nossas considerações em direção às respostas às questões que colocamos na seção anterior (Que contribuições foram e são possíveis a partir da tese? Ou será que apenas fizemos dos sujeitos objetos de investigação e nos somamos àqueles que “só faziam, mas nunca ajudaram”?). Além disso, queremos contemplar a reflexão que propusemos para este texto.

Desde já, poderíamos responder que nossa tese se soma ao conjunto das produções científicas de perspectiva crítica que problematizam a ordem existente e iluminam possibilidades de transformação social. Todavia, é possível que, até o presente momento, os(as) trabalhadores(as) da COCAAIR afirmem que nossa pesquisa não trouxe contribuições à cooperativa.

Tal fato nos leva a considerar que a relação que construímos nesse processo também não contribuiu para com o enfrentamento da contradição na qual sujeitos se percebem como meros objetos de pesquisa.

Como apresentamos na seção anterior, a relação durante a pesquisa teve como foco a realização das entrevistas e observações. Por mais que tentássemos nos fazer presentes, estreitando os laços, as ações não passaram disso até a conclusão da investigação. O que considerávamos ser ideal no processo de investigação acabou adaptado àquilo que era possível.

De fato, a cooperativa era o espaço daqueles(as) trabalhadores(as), e seria preciso muito mais do que nossa vontade para avançar em numa organicidade maior com o grupo. A preocupação

dente de trabalho. Ela passou por uma cirurgia e teve complicações que estenderam o período do afastamento. Durante a conversa, fomos interrompidos pela visita de enfermeiras do Posto de Saúde, que cuidaram dos curativos da entrevistada. Ao término da entrevista, sensibilizados pela situação e como forma de agradecer a disponibilidade em nos receber em um momento tão delicado, pedimos licença para contribuir com alguns produtos para o cuidado com os curativos. Apesar de certa resistência, com sua autorização fomos à farmácia e retornamos com os produtos no mesmo dia.

deles, legítima por sinal, era com a produção e a renda ao final do mês, enquanto a nossa, naquele momento, era compreender aquela realidade e atender aos prazos do processo de doutoramento, os quais nem sempre consideram todos os desafios do trabalho de campo.

Podemos destacar que o trabalho de campo é permeado de expectativas, ainda que não explícitas, sejam as do próprio pesquisador, sejam aquelas despertadas nos sujeitos com os quais interagimos no processo. Assim, não seria exagero mencionar que, além dos(as) trabalhadores(as) da COCAAIR, outros(as) catadores(as) com os quais tivemos contato possam ter criado expectativas com a pesquisa e tido essa mesma linha de pensamento que os coloca como objetos.

Podemos quantificar essa questão com o número de pessoas que responderam ao questionário socioeconômico utilizado na fase inicial da aproximação com os grupos, conforme a tabela:

Tabela 1 – N° de questionários socioeconômicos respondidos

Unidades produtivas	N° de questionários socioeconômicos respondidos
Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava – ACPG	9
Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios	7
Associação de Reciclagem Malinoski	16
Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati – COCAAIR	17

Fonte: Os autores.

Em que pese o fato de apresentarmos números na tabela e trazermos na tese os fragmentos das falas sem os respectivos nomes de quem as proferiu, cada sujeito com quem estivemos tem um rosto e uma história que foi partilhada conosco.

Na tese, falamos em enxergar “a vida que ninguém vê” e assumir “a responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam”⁶. Talvez por isso a Figura 1 nos seja tão representativa.

Estivemos com as pessoas, ouvimos suas histórias e, naquela cadeira, vimos a vida que ninguém vê. Isso, por si só, é mais do que suficiente para, naquilo que estiver ao nosso alcance, insistirmos no compromisso ético-político em contribuir com processos para emancipação dos sujeitos.

Assim, chegamos aos desdobramentos para além da tese. Um dos achados mais significativos da pesquisa foi a ruptura na gestão do processo de trabalho da cooperativa, que abriu caminho para uma nova cultura do trabalho: a transição para a produção associada ou, em outros termos, uma gestão coletivista.

A ruptura da heterogestão para a gestão coletivista foi possível (ou potencializada) com a mediação dos educadores sociais do Programa Ecocidadão Paraná. Ainda que não tenha sido

⁶ “A vida que ninguém vê” é expressão que tomamos emprestada do título do livro da jornalista e escritora Eliane Brum. Numa das passagens, a autora assim nos inspira: “Esta é a história de um olhar. Um olhar que enxerga. E por enxergar, reconhece. E por reconhecer salva” (BRUM, 2006, p. 22). Por sua vez, “a responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam” é inspirada em Saramago (1995, p. 241): “[...] Hoje é hoje, amanhã será amanhã, é hoje que tenho a responsabilidade, não amanhã, se estiver cega, Responsabilidade de quê, A responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam, Não podes guiar nem dar de comer a todos os cegos do mundo, Deveria, Mas não podes, Ajudarei no que estiver ao meu alcance [...]”

possível avaliar criticamente a ação dos educadores sociais, os depoimentos dos(as) trabalhadores(as) apontaram as contribuições dadas no processo de mudanças na cooperativa.

Com essa perspectiva, temos as palavras de Freire (2018, p. 146):

Se às grandes maiorias populares lhes falta uma compreensão mais crítica em torno de como a sociedade funciona, não porque sejam, digo eu, naturalmente incapazes, mas por causa das condições precárias em que vivem e sobrevivem, porque vem sendo proibidas de saber [...].

Portanto, quando fazemos referência ao trabalho dos educadores sociais junto à COCAAIR – que se resumiu a poucas reuniões de trabalho –, temos a intenção de ressaltar a importância de se refletir teoricamente sobre a prática social e, dessa forma, regular crítica e conscientemente as ações. Isso reforça nosso entendimento quanto à importância de uma ciência comprometida socialmente.

Por isso, após finalizarmos o processo de doutoramento no segundo semestre de 2019, mantivemos contato com os(as) trabalhadores(as) da COCAAIR a fim de desenvolver ações em outra perspectiva: via extensão universitária.

CONCLUSÃO

Que as pessoas olhassem mais pra nós aqui... que quase ninguém vem olha pra nós aqui. Vê como é que támo aqui, como é que támo....

Assim como iniciamos o texto, trazemos a fala⁷ de uma trabalhadora da COCAAIR que reafirma a necessidade de uma ciência comprometida socialmente e que, por seu turno, reforça que nosso compromisso ético-político com esses sujeitos não termina com a defesa da tese. Pelo contrário, essa fala, na medida em que nos provoca desconforto, também nos convoca a assumir essa pauta.

Após a defesa da tese, nossa preocupação era retornar à cooperativa com um grupo de trabalho capaz de realizar ações contínuas e processuais com os(as) trabalhadores(as), estabelecendo, assim, um vínculo orgânico com o grupo.

Em nossa percepção, a Universidade aparece como um agente importante no processo de potencializar a COCAAIR. E uma relação com a cooperativa pode ser bastante benéfica. Mas é preciso evitar o praticismo e procurar desenvolver e preservar a autonomia do grupo social. Entendemos o praticismo enquanto “[...] uma forma de ação não necessariamente desveladora das relações estruturais, das contradições do movimento do real” (CHRISTOFFOLI; SANTOS, 2018, p. 60).

Com essa perspectiva, ainda em 2019, passamos a integrar o Projeto de Extensão “Trabalho social com famílias de catadores de materiais recicláveis de Guarapuava/PR”, dando continuidade

⁷ Assim como no início, preservamos as características originais da fala de cada sujeito por entendermos que a linguagem é também o reflexo de suas trajetórias e experiências de vida. Pinto (2014, p. 105) afirma que a linguagem “é mais que um simples signo: ela se encontra estreitamente relacionada com a própria realidade, objeto de ação e pensamento.”

em nosso compromisso com os(as) trabalhadores(as) dessa categoria social. Esse projeto é coordenado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro e realizado em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de Guarapuava.

Paralelamente, mantivemos contato com a presidente da COCAAIR em Irati e combinamos que retomariamos as conversas para atuar junto à cooperativa. Em 2020, estivemos na COCAAIR e agendamos uma visita para que a equipe do projeto de extensão e um grupo de catadores(as) de Guarapuava pudessem conhecer a cooperativa em Irati. Assim, poderíamos ampliar nossos vínculos e, conseqüentemente, nossas ações.

A visita agendada para o dia 18 de março de 2020 acabou não acontecendo em razão dos protocolos e das orientações de enfrentamento à pandemia do COVID-19, que se mantém até o momento. Mesmo assim, no âmbito do projeto de extensão, continuamos atentos à situação dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis no Brasil, em particular nas cidades de Guarapuava e Irati, no Paraná.

Além disso, ampliando a perspectiva do projeto de extensão universitária, temos trabalhado (2020) na materialização de uma incubadora social na Unicentro como espaço interdisciplinar ao desenvolvimento de ações de extensão universitária, orientadas pelas demandas do contexto socioeconômico em que a universidade está inserida.

Efetivamente sobre a COCAAIR, ainda não foi possível concretizarmos a proposta feita ao grupo à época da tese de construir coletivamente um material sobre a cooperativa, cujo objetivo é promover o resgate e a valorização de sua história. Resgatar e socializar a história da COCAAIR com todos(as) os(as) trabalhadores(as) é fundamental, uma vez que ela não é de conhecimento geral do grupo.

Como mencionado, dos(as) 20 (vinte) trabalhadores(as), apenas 3 (três) faziam parte do grupo de catadores(as) à época da constituição da cooperativa, em 2006, o que demonstra que ela se alterou significativamente ao longo dos anos. O conhecimento sobre passado é o que possibilita problematizar e compreender o presente e, conseqüentemente, construir o futuro.

Vemos, ainda, como relevante uma aproximação com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Isso porque o MNCR, por ter prática educativa própria e uma dimensão de luta e articulação política, potencializaria a caminhada da COCAAIR.

Com essa perspectiva, vislumbramos a possibilidade de formação de redes entre as unidades produtivas que facilitariam a troca de saberes e fazeres, fortalecendo, ainda mais, o trabalho dos grupos envolvidos. Importante ressaltarmos que todas as ações a serem desenvolvidas com os(as) catadores(as) se fundamentam em uma abordagem dialógica e serão construídas com os grupos, como sugere a perspectiva freireana.

Além da intenção de continuar o trabalho com o grupo da COCAAIR e com outros grupos de catadores(as), consideramos relevantes e necessárias a publicização e a disseminação dos resultados da tese. Seja no meio acadêmico, com os pesquisadores, seja nos diversos espaços públicos de discussão, com organizações sociais e o poder público, os achados sistematizados na pesquisa têm muito a contribuir com as demandas desses(as) trabalhadores(as) e com a construção de políticas públicas locais/ regionais.

Apesar de conhecermos os limites da pesquisa, entendemos que desde o início temos trabalhado com o horizonte de contribuir com processos para emancipação dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis. Com isso, reafirmamos nosso compromisso ético-político para além da tese. No entanto, como a realidade social é dinâmica e complexa, a caminhada apresenta avanços e, por vezes, recuos, os quais são constitutivos desse mesmo processo real.

REFERÊNCIAS

- BRUM, E. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.
- CHRISTOFFOLI, P. I.; SANTOS, C. S. dos. O potencial da práxis transformadora na extensão universitária num país em contexto de fratura social exposta. In: VALADÃO, A. da C.; CUNHA, L. A. G.; BRASIL, M. S.; MOURA, R. R. de. (orgs.). **Economia solidária & tecnologia social: práticas e reflexões**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2018. p. 39-61.
- DEMO, P. **Ciência, ideologia e poder: uma sátira às ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1988.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.
- FARIA, J. H. de. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.
- FARIA, J. H. de. Os fundamentos da teoria crítica: uma introdução. In: FARIA, J. H. de (org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 1-20.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. 38. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Os vários Paranás: as espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba: IPARDES, 2017.
- LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LUIZ, D. E. C. **Emancipação e serviço social: a potencialidade da prática profissional**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.
- MENEGHETTI, F. K. **Trabalho e educação em Maurício Tragtenberg**. 2009. 141 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 2014.
- PINHEL, J. R. O catador de materiais recicláveis. In: PINHEL, J. R. (org.). **Do lixo à cidadania: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. São Paulo: Peirópolis, 2013. p. 16-33.

PINTO, J. B. G. Da metodologia da investigação temática à pesquisa-ação. In: DUQUE-ARRAZOLA, L. S.; THIOLENT, M. J. M. (orgs.). **Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação**: textos selecionados e apresentados. 1. ed. Belém: UFPA - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014. p. 94-105.

ROIK, A. **O trabalho como princípio educativo na experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, S. P.; GOES, F. L.; ALVAREZ, A. R. (coord.). **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Brasil**. Brasília: Ipea, 2013a.

SILVA, S. P.; GOES, F. L.; ALVAREZ, A. R. (coord.). **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Região Sul**. Brasília: Ipea, 2013b.

SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA FAMÍLIAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS: REGIONAL DE PONTA GROSSA

Luciana Pavowski Franco Silvestre
Lucia Cortes da Costa
Alejandro Hugo Del Valle

INTRODUÇÃO

A assistência social foi inserida na Constituição da República Federativa do Brasil como parte da seguridade social no Brasil. Desde então, vem se tentando estabelecer meios de dar concretude ao acesso a benefícios e serviços diante dos objetivos propostos pela referida política pública.

É possível identificar diversos avanços em relação a isso, como o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que impacta nas situações de ausência de renda vivenciadas por pessoas idosas e com deficiência no país.

A execução dos serviços socioassistenciais se constitui como uma possibilidade importante para a ampliação da proteção social pública. A oferta dos serviços socioassistenciais deve incidir nas demandas apresentadas pelos usuários dessa política pública. Assim, justifica-se a realização de estudos e pesquisas que possam contribuir na análise de aspectos que interferem nas possibilidades de efetivação da assistência social enquanto parte da proteção social pública brasileira.

O presente capítulo apresenta parte dos resultados da tese de doutorado em Ciências Sociais Aplicadas, realizada com base na linha de pesquisa “Estado, Direitos e Políticas Públicas” (SILVESTRE, 2018), na qual se tratou das possibilidades de proteção social para famílias com crianças e adolescentes por meio dos serviços socioassistenciais, reconhecendo-se que estes têm papel fundamental na materialização da proteção social pública não contributiva.

Ao analisar a política pública de assistência social, é necessário considerar as contradições entre as normas legais que asseguram o direito à proteção social não contributiva e as práticas sociais e institucionais constituídas com base em uma perspectiva conservadora, em um Estado com características patrimonialistas e em uma sociedade patriarcal marcada por desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Diante da problematização apresentada e do tema proposto, o objetivo principal da tese foi analisar que proteção assistencial é ofertada pelos serviços socioassistenciais às famílias com crianças e adolescentes em situação de risco e violação de direitos na região da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) de Ponta Grossa/Pr.

Os objetivos específicos são: analisar a forma como se estabeleceu a proteção social pública no contexto do Estado moderno ocidental; reconhecer as desigualdades sociais e violações de direitos vivenciadas por crianças e adolescentes no Estado brasileiro; identificar as respostas estatais propostas diante dessas; abordar a política de assistência social no Brasil após a Constituição Federal enquanto ampliação da cobertura de proteção social com base em viés não contributivo; refletir sobre a forma como vem sendo executada a política de atendimento à criança e ao adolescente e de assistência social a partir da cultura política do estado do Paraná; e, por fim, analisar os serviços socioassistenciais nos municípios do escritório regional da SEDS de Ponta Grossa.

Tratou-se de pesquisa interdisciplinar, elaborada com base na Ciência Política, na Sociologia, na História e no Serviço Social¹. Partiu-se da interação dos conhecimentos das mencionadas áreas, para aprofundar as discussões que se referem à constituição de serviços socioassistenciais, bem como sobre as relações sociais que interferem e definem os rumos da política de assistência social diante das vulnerabilidades e dos riscos sociais vivenciados pela população, em especial pelas famílias com crianças e adolescentes.

A delimitação temporal 2014/2017 foi definida considerando que, nesse período, estiveram vigentes um quadriênio do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e as metas pactuadas pela Comissão Intergestora Tripartite (CIT) para o Pacto de Aprimoramento da política de assistência social.

Trata-se de pesquisa exploratória de cunho qualitativo realizada por meio de pesquisa bibliográfica, contando como técnicas a pesquisa documental e a observação, com triangulação das fontes de informação.

A técnica de triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. (TRIVIÑOS, 2011, p. 138).

A triangulação foi realizada por meio do acesso a indicadores construídos a partir de: preenchimento de instrumentos *online* diretamente pelas gestões municipais da política de assistência social; indicadores sociais; pesquisa documental em instrumento de monitoramento preenchido *in loco* pela equipe do Escritório Regional de Ponta Grossa da SEDS² junto aos municípios; e, por fim, registros em diários de campo das observações sistematicamente realizadas durante sete anos de atuação da pesquisadora junto aos municípios da região de Ponta Grossa.

Foram utilizados como fontes de dados documentais os resultados dos processos de monitoramento da política de assistência social na região de Ponta Grossa no ano de 2015. Esse

¹ Considera-se o Serviço Social enquanto profissão que produz conhecimento e como subárea do campo das Ciências Sociais Aplicadas.

² Foi realizada a solicitação oficial por meio do “Requerimento e termo de compromisso de pesquisa” para uso do monitoramento e demais relatórios produzidos pela equipe do ER da SEDS, o que foi autorizado e registrado via Protocolo 13.808.900-2 de outubro de 2015.

instrumento permite identificar, dialogar e produzir informações sobre os processos de gestão, controle social, financiamento, monitoramento, planejamento e execução dos serviços e benefícios nos municípios. Foram pesquisados também os relatórios de atividades coletivas realizadas com os municípios pelo escritório regional de Ponta Grossa da SEDS, além dos planos municipais de reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, aprovados pelas Resoluções número 01/2013 da CIT e 01/2013 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), os quais tratam do reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e dos Planos Decenais dos Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios da região de Ponta Grossa.

A pesquisa bibliográfica acompanhou toda a elaboração da tese, partindo dos conhecimentos já produzidos e tendo como categoriais iniciais: Estado, cidadania, proteção social, política de assistência social e serviços socioassistenciais. A pesquisa bibliográfica também foi utilizada para realizar a mediação com as características identificadas com base nas demais técnicas de pesquisa. Citam-se algumas das referências utilizadas para esta pesquisa: Sposati (2009), Marshall (1967), Costa (2006), Castel (2005), Esping-Andersen e Palier (2011).

Definiram-se como campo empírico de pesquisa dez municípios que compõem a região de Ponta Grossa³ e que dispunham de CREAS implementado em 2015, ano em que foi realizado o processo de monitoramento anteriormente mencionado.

Diante disso, tomou-se a decisão de pesquisar os serviços socioassistenciais com base nesse acúmulo de trabalho, o que permitiu considerar um processo continuado de aproximações junto a trabalhadores, conselheiros, gestores e usuários da política de assistência social na região.

O processo de trabalho do Escritório Regional da SEDS de Ponta Grossa possibilitou a criação de um banco de informações sistematicamente coletadas e produzidas diante das assessorias e dos acompanhamentos realizados, que, em conjunto com os trabalhadores da assistência social que atuam na esfera municipal, vêm trilhando a história da política de assistência social na região. Isso, conforme Silva e Silva (2012), constitui-se como aspecto fundamental para a realização do processo de pesquisa com base em um viés crítico, pois:

A dimensão participativa pode associar-se ao processo de construção do conhecimento; deve haver articulação entre os sujeitos do processo de avaliação, não havendo dicotomia entre sujeito e objeto do processo de conhecimento; não separação entre teoria e prática; postura crítica e de compromisso com a mudança social, pela disponibilização do conhecimento a serviço das lutas e do controle social das políticas públicas pelos segmentos subalternizados; a ciência constrói verdades históricas, situadas e limitadas no seu alcance; a ciência é marcada pelos valores da sociedade; o conhecimento é produto de um processo sucessivo de aproximações com a realidade, procurando ultrapassar a aparência na busca de sua essência, embora seja sempre inconcluso na explicação que constrói; a realidade está em permanente movimento e em transformação. (SILVA E SILVA, 2012, p. 225).

³ Arapoti, Carambeí, Castro, Ipiranga, Ivaí, Imbaú, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Porto Amazonas, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Foram também utilizados como fontes para a realização da pesquisa documental as informações, os relatórios e os indicadores disponíveis no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social⁴ (MDS), os quais são construídos com base nos sistemas de informação preenchidos constantemente pelos municípios, por meio da gestão, dos serviços ou dos operadores do Cadastro Único (CadÚnico).

Diante da realização da pesquisa documental em conjunto com a pesquisa bibliográfica, foi utilizada a análise de conteúdo na modalidade categorial, a fim de identificar os elementos presentes ou ausentes nas informações obtidas por meio das fontes usadas para a pesquisa.

Realizaram-se leituras flutuantes de todo o material documental utilizado como fonte para a pesquisa, o qual foi organizado em 22 tabelas do Excel, em que as informações foram dispostas de maneira a serem identificadas por temáticas e por municípios. Essa organização possibilitou o aprofundamento da leitura e do estudo do material, com a codificação e classificação das informações previamente apresentadas na qualificação e que, no entanto, se mostravam ainda muito mais amplas do que os objetivos e as delimitações da pesquisa.

Com base no aprofundamento do estudo do material documental e nos objetivos e referenciais teóricos utilizados, elaborou-se um novo instrumento para a análise dos dados. Isso possibilitou maior precisão e contribuiu para a delimitação e interpretação das informações.

Pretendeu-se, por meio desta pesquisa, contribuir para uma reflexão com base nas ações e práticas da política de assistência social, com a decodificação de algumas das expressões desse contexto, que se constitui como síntese de múltiplas determinações e que vem definindo a forma como as famílias com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, risco social e violações de direitos têm acesso aos serviços da política de assistência social.

Visando atingir os objetivos propostos nesta tese de doutorado, abordaram-se a formação do Estado moderno ocidental, as contradições que se fizeram presentes a partir da formação da sociedade em classes e o modo como se constituíram as formas de proteção social assistencial, identificando-se os elementos históricos determinantes para a constituição estratificada da sociedade brasileira.

A tese avançou para compreender a proteção social não contributiva após a Constituição Federal de 1988 e as relações entre proteção pública e as responsabilidades atribuídas às famílias, apontando para os princípios e as diretrizes que definem a forma como devem ser executados os serviços no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ainda, tratou da proteção socioassistencial no estado do Paraná e na região de Ponta Grossa, identificando-se situações de vulnerabilidade e risco social, bem como aspectos da cultura política que interferem na gestão da política de assistência social. Os serviços socioassistenciais para famílias com crianças e adolescentes e a relação com a política de garantia dos direitos da criança e do adolescente foram abordadas no âmbito do estado do Paraná e na região de Ponta Grossa, identificando-se as possibilidades de proteção

⁴ O Ministério do Desenvolvimento Social foi criado em 2004, na gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo extinto no dia 1º de janeiro de 2019, início da gestão do então presidente Jair Bolsonaro, na qual a política de assistência social foi incorporada ao Ministério da Cidadania.

social materializadas. Nesse contexto, neste capítulo foram apresentados os principais resultados da tese defendida.

SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E PROTEÇÃO SOCIAL

A política de assistência social está inserida no marco normativo brasileiro como parte do sistema de seguridade social - sistema de modelo Beveridgiano que se propôs a garantir a universalidade da cobertura de proteção diante das situações de vulnerabilidade e risco social decorrentes da forma de organização social brasileira.

Entre a definição legal desse aspecto na CF de 1988, o que constituiu uma importante conquista, e sua concretização, permeiam a história de formação do país e as consequências bastante presentes e evidentes contemporaneamente de sua inserção periférica e dependente no mercado mundial (FERNANDES, 2006). Tal condição contribui para que as decisões que se referem às políticas econômicas e sociais – de maneira imbricada – sofram interferências das políticas econômicas e sociais adotadas pelos países hegemônicos centrais.

Internamente identifica-se que os marcos históricos importantes que representaram alterações na organização social e econômica do país também permitiam a manutenção de processos conservadores que constituem ainda hoje as características da elite econômica brasileira e que buscam concentrar – para garantia da manutenção de seus interesses – o poder político decisório no país, o que não se dá de forma hegemônica.

Movimentos contraditórios, de resistência em busca do rompimento com as práticas exploratórias e violadoras, bem como a favor da abertura dos processos de decisão e participação, vêm possibilitando a ampliação das pautas dos interesses da classe trabalhadora, e não somente das elites, que também continuam a marcar fortemente os territórios políticos a favor de interesses particulares.

A política de assistência social é parte desse processo e se constitui como uma das políticas públicas que, por meio da participação popular e do controle social, devem buscar romper com o caráter fragmentado, seletivo e excludente para acesso a serviços e benefícios constantemente propostos por programas de governo voltados ao atendimento das situações de maior miséria⁵, em desacordo com o princípio de universalidade estabelecido no Art. 194 da Constituição Federal.

É impossível desconsiderar o contexto vivenciado no Brasil de golpe à democracia e à cidadania – o que vem sendo materializado após o *impeachment*⁶ da ex-presidente Dilma Rousseff, eleita legitimamente pela vontade popular, por meio da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, da proposta de reforma da Previdência e da ampliação do prazo de vigência da Desvinculação de Receitas da União⁷ (DRU), com aumento do percentual de 20% para 30%. Diante disso, as

⁵ A exemplo dos programas Família Paranaense, Criança Feliz e Bolsa Família e dos Centros Municipais de Educação Infantil.

⁶ Orquestrado pela elite nacional, então representada pelos Deputados Federais e Senadores.

⁷ A Desvinculação de Receitas da União foi criada no ano de 2000 e prorrogada nos anos 2003, 2007, 2011 e

possibilidades de financiamento e, conseqüentemente, de constituição de uma rede de serviços e benefícios que possibilite a concretização do ditame legal mostram-se extremamente fragilizados.

No ano de 2017, o Governo Federal, após atrasar o cofinanciamento que deveria ser continuado para a execução dos serviços, anunciou um corte de aproximadamente 90% no orçamento do SUAS para o ano de 2018, com corte do repasse aos serviços e ao Programa Bolsa Família, prevendo ao Programa Criança Feliz orçamento maior do que aos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (SILVEIRA, 2017a).

No Paraná, entre os anos de 2014 e 2017, identifica-se a diferença na execução das despesas da política de assistência social por meio do Fundo Estadual de Assistência Social para a proteção social básica – PSB (no total de R\$8.258.782,52), da proteção social especial – PSE (R\$29.274.806,85) e do Programa Família Paranaense (R\$116.822.552,45). Ou seja, os ínfimos valores orçamentários executados no Paraná no referido período, somando-se PSB e PSE, representaram 32% do investimento realizado em relação ao programa de governo (PARANÁ, 2014/2017).

Registra-se que o Programa Família Paranaense é financiado por meio do empréstimo de R\$ 144 milhões realizado via BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. O empréstimo foi oficializado no ano de 2014, e os recursos passaram a ser executados no ano de 2015 pela gestão estadual.

Tal fragilidade dá visibilidade à diferença entre os aspectos legais e formais que oficializam a política de assistência social e as demais políticas de proteção social e sua concretude, o que ocorre de maneira extremamente desproporcional.

Os dados indicam que se vivencia mais uma etapa, assim como os momentos históricos mencionados nos parágrafos anteriores, em que se pensou se tratar de uma cisão e uma recomposição de estratégias, mas que acabaram por constituir uma continuidade da marca conservadora brasileira.

No campo econômico, a crise do capital reacende valores, políticas e medidas conservadoras, a exemplo da apologia ao livre mercado, a redução do papel do Estado na regulação das relações econômicas, o uso do fundo público para salvar o capital industrial e bancário em momentos de crise, a mercantilização de serviços públicos, como luz, água, gás, telefonia. Todas essas medidas, largamente em curso sob o manto neoliberal desde a década de 1970, alimentam a competitividade, o individualismo e valores liberais conservadores. Mas também explicitam a incapacidade de o capitalismo viver sem crises e sem agudizar as desigualdades, violências e barbáries sociais. (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

Por meio desta pesquisa, identificou-se quão presente se dá a relação entre cultura política, nepotismo e definição de estratégias para a manutenção do poder e da riqueza, fragilizando as possibilidades de democratização das relações, o que ocorre também por meio do uso político da assistência social, concretizado pela presença do conservadorismo nos processos de gestão, com presença marcante de primeiras-damas e membros do poder legislativo, e pelo “desconhecimento”

2016. Trata-se de uma medida de ajuste fiscal com base no receituário neoliberal que autoriza a desvinculação de percentual do orçamento nacional vinculado constitucionalmente, o que tem atingido de forma significativa a seguridade social.

sobre os objetivos e as diretrizes da referida política pública por parte de gestores e membros dos poderes executivo e legislativo.

As vulnerabilidades e os riscos sociais vivenciados pelas pessoas e famílias são reconhecidas pelas equipes que atuam na política de assistência social dos municípios para além das atribuições específicas a esta. Ao mesmo tempo, identifica-se a dificuldade de garantia de acesso dos usuários às demais políticas públicas, pois, diante da vivência de situações de vulnerabilidade, risco e violação de direitos, o atendimento e acompanhamento acabam ficando restritos à política de assistência social.

Aliada à restrição de atuação das políticas públicas diante das demandas de proteção apresentadas pela população, ocorre a legitimação ou naturalização da situação de risco e violação de direitos também por parte do Sistema de Garantia de Direitos⁸ (SGD). Isso acaba contribuindo para a continuidade dessas situações por meio da fragilidade da rede de proteção.

As fragilidades mencionadas acabam incidindo na exploração do trabalho doméstico feminino de adolescentes, pessoas adultas e idosas diante das demandas de cuidado de pessoas dependentes. Esse aspecto reconhece que, para além das violações existentes diante dos papéis sociais atribuídos na esfera das relações familiares, o Estado reforça as desigualdades e vulnerabilidades com relação às mulheres na sociedade.

Além das funções de cuidado atribuídas de forma preponderante às mulheres, relatou-se, como consequência da ausência do poder público, a organização de uma rede de solidariedade da comunidade e das famílias diante das necessidades de proteção social.

Foi possível identificar a ampliação da existência de equipamentos públicos voltados à execução continuada de serviços socioassistenciais, com a ocorrência de processos de reordenamento que vêm pautando a qualificação dos serviços e a implementação de indicadores de desenvolvimento, a exemplo do ID CRAS e do ID⁹ CREAS, que contribuem para dar visibilidade às potencialidades e aos desafios ainda presentes.

Alguns dos desafios e das fragilidades com relação à execução dos serviços socioassistenciais referem-se à composição reduzida das equipes e à instalação dos equipamentos em locais inadequados, em espaços cedidos e improvisados, com elevado número de famílias em acompanhamento em determinados territórios, em detrimento de outros que permanecem ociosos.

Nos serviços da PSE de média complexidade, há dificuldade em se garantir o acompanhamento familiar em detrimento do acompanhamento da criança ou do adolescente que vivenciou alguma forma de violência ou do adolescente que está em cumprimento de medida socioeducativa. Isso fica visível ao se identificar que 77% dos acompanhamentos registrados pelos Centro

⁸ O SGD – Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes foi aprovado por meio da Resolução 113/2006 do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e visa a organização e articulação dos órgãos de defesa, promoção e controle da efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

⁹ O ID CRAS e o ID CREAS são indicadores que visam retratar a qualidade dos serviços oferecidos, respectivamente, nos CRAS e CREAS. Os indicadores são resultantes da avaliação da composição das equipes, da estrutura física e da forma de execução dos serviços.

de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por meio do Registro Mensal de Atendimento (RMA), se referem à execução do Serviço de Medidas Socioeducativas – MSE.

A execução desse serviço vem ocorrendo de forma desarticulada com relação aos demais serviços socioassistenciais, inclusive quanto ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), bem como às demais políticas públicas. Mesmo nas situações em que as equipes de execução dos serviços de MSE e de acolhimento de crianças e adolescentes são as mesmas do PAEFI, muitas vezes essas não são incluídas no referido serviço.

O incipiente percentual de acompanhamento de crianças e adolescentes acolhidos e/ou em situação de trabalho infantil aponta aos desafios presentes para a universalização da cobertura de atenção dos serviços socioassistenciais diante das situações de risco e violação de direitos, com a ocorrência da criminalização destas, considerando o alto percentual de execução de MSE ocorridas por determinação judicial, a baixa inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de adolescentes em cumprimento de MSE, as situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual e o número de crianças e adolescentes acolhidos.

A definição de fluxos, a articulação e o reconhecimento das funções e os limites de atuação das equipes dos serviços socioassistenciais da PSE constituem grandes desafios com relação ao Poder Judiciário (PJ) e ao Ministério Público (MP) diante da proximidade de atuação destes e da ausência de composição de equipes técnicas para atuarem especificamente junto ao PJ e MP. Nesse contexto, vêm ocorrendo imposições constantes dos referidos órgãos aos serviços socioassistenciais, comprometendo as possibilidades de uma atuação mais protetiva por parte das equipes.

Na PSB, a maior atenção dos equipamentos vem ocorrendo com relação aos beneficiários do Programa Bolsa Família e de outros benefícios, a exemplo do BPC e de benefícios eventuais, sendo necessário avançar nos processos de busca ativa em detrimento à demanda espontânea, visando garantir a acolhida e a atuação protetiva diante da vivência de situações que demandam a proteção social de famílias, para a qual os diagnósticos e a vigilância socioassistencial são muito importantes.

Apontou-se a realização de número elevado de atividades esportivas, culturais e artesanais nos equipamentos da política de assistência social, em detrimento à garantia dos objetivos específicos da política de assistência social nos serviços. Isso acaba comprometendo o tempo de trabalho das equipes, o que tira o foco de atuação diante das situações de vulnerabilidade e risco social, produzindo pouco impacto nas demandas apresentadas pelas famílias e, muitas vezes, desmotivando a frequência no serviço, pois não apresenta sentido aos usuários diante de suas necessidades.

O reordenamento dos serviços socioassistenciais vem sendo, com base nesses aspectos, pautado nas instâncias de pactuação da Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e da Comissão Intergestora Tripartite (CIT), bem como nos conselhos da política de assistência social e em planos decenais nacional e estaduais.

As metas e diretrizes propostas para reordenamento dos serviços somente estão sendo possíveis diante da vigência da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) e da realização de avaliações e monitoramentos sistemáticos em nível nacional, visando reconhecer os desafios e as necessidades apresentados para a consolidação dos serviços enquanto espaços

públicos de proteção social. Conforme apontado por Muniz (2010), a qualificação dos serviços socioassistenciais deve ocorrer “[...] como uma exigência ética, na perspectiva da luta e expansão dos direitos: **qualidade centrada nos usuários**” (grifos da autora).

Identifica-se resistência nos processos de reordenamento dos serviços considerando-se que, historicamente, a execução destes se deu por meio de entidades com forte cunho religioso e que apresentavam como pressuposto “a ajuda ao próximo”. Garantir o caráter público dos equipamentos e serviços socioassistenciais ainda é um grande desafio.

O reordenamento do SCFV na região de Ponta Grossa vem gerando impactos na rede de serviços socioassistenciais ao evidenciar a necessidade de articulação e de complementaridade entre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o PAEFI e o SCFV. Essa complementaridade é que vem possibilitando a materialização da proteção social inscrita no âmbito da política pública de assistência social. A importância da atuação articulada entre os serviços aponta para a necessidade da atuação em rede, garantindo-se o direito dos usuários de frequentarem os diversos serviços socioassistenciais e de terem acesso a políticas públicas, sem ficarem restritos a um único espaço.

A atuação articulada da rede é importante para melhorar o atendimento e a atuação das diferentes políticas sociais diante da vivência de situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes. Constitui-se como grande potencial no sentido de dar respostas mais condizentes e ágeis às demandas identificadas diante da experiência das referidas situações. No entanto, tal atuação não é capaz de promover mudanças estruturais no padrão de desigualdade sem que aspectos econômicos e políticos sejam direcionados para a criação de outro modelo de desenvolvimento no país.

CONCLUSÃO

O presente capítulo apresentou parte dos resultados da tese de doutorado em Ciências Sociais Aplicadas realizada com base na linha de pesquisa “Estado, Direitos e Políticas Públicas”, a qual tratou das possibilidades de proteção social a famílias com crianças e adolescentes por meio dos serviços socioassistenciais, reconhecendo-se que estes têm papel fundamental na materialização da proteção social pública não contributiva.

Os serviços socioassistenciais vêm se tornando parte significativa das atenções propostas contemporaneamente pela política pública de assistência social e se constituem como possibilidade de ampliação da oferta de proteção assistencial pública diante das situações de vulnerabilidade e risco social vivenciadas por famílias com crianças e adolescentes. No entanto, identificaram-se importantes contradições diante das atenções propostas em um país conservador, patrimonialista e extremamente desigual como o Brasil.

Consideraram-se os desafios postos à oferta e à qualificação dos serviços socioassistenciais diante da brevidade temporal de implementação destes no âmbito da política pública de assistência social. A pesquisa bibliográfica e a utilização da triangulação das fontes de informação documentais possibilitaram a ampliação do acesso aos dados e, conseqüentemente, deram maior concretude e

solidez à tese, sem que fossem considerados os limites espaciais e temporais em que a pesquisa está inscrita.

Tais aspectos demandam debate teórico continuado entre os diversos profissionais e pesquisadores da área, pois é necessário tornar claros e cotidianos os elementos que inviabilizam que os aspectos formalmente estabelecidos se tornem concretos e que não se tratam de meras “irresponsabilidades ou falta de capacidade técnica” dos diversos profissionais que compõem atualmente os quadros do SUAS em nosso país.

É preciso manter-se continuamente atento à necessidade de ação, reflexão e abstração da realidade concreta que funda as desigualdades e imprime a marca da violação de direitos à população, especialmente a crianças e adolescentes, contribuindo para que os serviços socioassistenciais possam se constituir também como espaços de referência para a proteção social.

[...] importância de dotar as políticas de potencial ético-político emancipatório, pela atuação da sociedade civil, com intensificação e unificação das lutas sociais em defesa da democracia e dos direitos, compreendidos em sua materialidade e função de travessia para uma nova cultura, uma nova sociedade. (SILVEIRA, 2017b, p. 505).

A pesquisa possibilitou analisar e tornar um pouco mais visíveis alguns dos aspectos que apontam para a proteção social que vem sendo materializada por meio dos serviços socioassistenciais às famílias com crianças e adolescentes em situação de risco e violação de direitos na região de Ponta Grossa.

Trata-se de um prolongado tempo de aproximações sucessivas em um processo eminentemente dialético, o que tornou possível concluir, por ora, que a proteção social não é frágil em razão da pouca eficiência ou efetividade dos serviços socioassistenciais, mas pela precariedade dos processos democráticos brasileiros, os quais inviabilizam o rompimento com as estruturas que determinam um modelo de desenvolvimento societário extremamente classista, em que as decisões tomadas têm claro objetivo de manter as atuais estruturas como estão.

Para as elites nacionais, nada deve ser rompido. Qualquer tentativa de ação que possa contribuir para o rompimento, a ruptura e o questionamento é traduzida como ameaça a ser controlada e, se necessário, punida.

Os serviços socioassistenciais, assim como qualquer outra ação das políticas de proteção social, têm seus limites de atuação amplamente controlados, ao mesmo tempo que a retórica deve garantir o cuidado e o zelo dos gestores diante da vivência das tragédias humanas.

A política de assistência social se constitui como uma importante conquista no que se refere à concretização de espaços públicos de referência, os quais devem contribuir para a garantia de acesso aos direitos socioassistenciais enquanto instrumentos para a equidade, a dignidade e a cidadania da classe trabalhadora, da qual fazemos parte enquanto trabalhadores do SUAS e da qual também fazem parte os usuários da política de assistência social.

Nessa perspectiva, precisamos coletivamente avançar nas possibilidades de debate e reconhecimento do direito à política de assistência social, para a qual os serviços socioassistenciais são essenciais. Além disso, precisamos fortalecer os posicionamentos éticos e políticos em defesa do SUAS na região de Ponta Grossa e no Brasil. Isso demanda a realização de outras pesquisas

relacionadas à temática, visando aproximações sucessivas e aprofundamento das diversas facetas do objeto de estudo, bem como considerando-se a dinamicidade e dialética das relações.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 124. p. 637-651, out/dez 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 2 nov. 2017.

BRASIL. Resolução do CONANDA nº 113, de 19 de abril de 2006. **Dispõe sobre o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente**. Disponível em: <https://www.mpam.mp.br/attachments/article/1984/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20113%20do%20Conanda.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2017.

BRASIL. Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais**. Brasília: 2009.

BRASIL. Resolução do CNAS nº 01, de 21 de fevereiro de 2013. **Dispõe sobre o reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos**. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-1-de-21-de-fevereiro-de-2013/#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20reordenamento%20do,priorit%C3%A1rio%20e%2C%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias>. Acesso em: 26 out. 2020

BRASIL. Resolução do CNAS nº 07 de 18 de maio de 2016. **Aprova o II Plano Decenal de Assistência Social 2016-2026b**. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-7-de-18-de-maio-de-2016-2/>. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95**, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 2 nov. 2017.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. 95 p.

COSTA, L. C. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

ESPING-ANDERSEN, G.; PALIER, B. **Los três grandes retos del Estado del bienestar**. Ariel Ciencia Política. Traducción de Pau Joan Herández. 2011. 126 p.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MUNIZ, E. **Encontro Regional dos Trabalhadores da Assistência Social. Qualificação dos serviços socioassistenciais**. 2010. Disponível em: <chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbfmadadm/>

file:///C:/Users/Administrador/Documents/Luciana/doutorado/qualificacao-dos-servicos-socioassistenciais-egli-muniz.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.

PARANÁ. **Portal da transparência**. Consulta Detalhada, 2014/2017. Disponível em: www.transparencia.pr.gov.br/pte/despesas/consultalivre?windowId=c82. Acesso em: 26 jun. 2018.

SILVA E SILVA, M. O. da. **Construindo uma proposta metodológica participativa para desenvolvimento da pesquisa avaliativa**: uma contribuição da teoria crítica para a prática do Serviço Social. Textos e Contextos, Porto Alegre, v. 11, n. 2. p. 222–233. Ago/dez 2012.

SILVEIRA, J. I. **A inviabilização e o desmonte do SUAS em tempos de aumento da demanda por assistência social**. 2017a. Disponível em: www.cresspr.org.br/site/a-inviabilizacao-e-o-desmonte-do-suas-em-tempos-de-aumento-da-demanda-por-assistencia-social/. Acesso em: 2 nov. 2017.

SILVEIRA, J. I. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serviço social e sociedade**. São Paulo. n. 130. p. 487–506. Set/Dez 2017b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n130/0101-6628-ssoc-130-0487.pdf>. Acesso em 2 nov. 2017.

SILVESTRE, L. P. F. **Os serviços socioassistenciais para famílias com crianças e adolescentes em situação de risco e violação de direitos**: análise dos municípios da regional de Ponta Grossa/PR da SEDS 2014/2017. 2018. 286 páginas. Tese (Ciências Sociais Aplicadas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2586/1/Luciana%20P%20F%20Silvestre.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: SPOSATI, A. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome; UNESCO, 2009. p. 13–55.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. 20. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011.

A INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E A PROTEÇÃO JURÍDICA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA/PR

Andrea Cristina Martins
Lucia Cortes da Costa

INTRODUÇÃO

Pesquisar o mundo do trabalho é um desafio, pois exige do pesquisador compreensão das profundas alterações na sociedade contemporânea, sejam elas sociais, tecnológicas, políticas, jurídicas ou econômicas. O objeto de análise deste capítulo é fruto da tese “A inserção no mundo do trabalho e a proteção jurídica do microempreendedor individual: um estudo no município de Curitiba/PR”, defendida na linha de pesquisa Estado, direitos e políticas públicas. O microempreendedor individual (MEI) é uma possibilidade legal de formalização simplificada do trabalhador, com equiparação à figura jurídica do empresário individual, com redução de alíquotas para a contribuição à previdenciária social e de várias isenções de impostos federais. Como objetivos principais, a política pública do microempreendedor individual intenciona a formalização de pequenos negócios e a inclusão social e previdenciária, em especial dos trabalhadores informais e dos desempregados.

A pesquisa partiu de um questionamento central: Quem é o microempreendedor individual na ordem jurídica brasileira e quais as implicações sociojurídicas na proteção a esse trabalhador?

Para responder a essa questão, foi preciso realizar um resgate histórico da formação do mundo do trabalho brasileiro. A pesquisa identificou duas características estruturais do mundo do trabalho brasileiro. A saber: a desigualdade persistente entre diferentes tipos de trabalho e de trabalhadores e a incompletude do mercado de trabalho, que não incorporou a totalidade da mão de obra disponível, o que perpetuou, ao longo do processo histórico, a informalidade e o desemprego. É certo que a realidade objetiva é dinâmica e há variações nos dados referentes ao mundo do trabalho, havendo períodos de expansão e de retração do assalariamento. Também foram investigadas as alterações no mundo do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva mundial a partir da década de 1970, com o surgimento de novas formas de organização produtiva e de novas formas de realização do trabalho e do avanço da lógica empreendedora. No campo jurídico, a pesquisa investigou a natureza jurídica do microempreendedor individual como empresário individual, verificando as incongruências dessa equiparação legal.

Com base na legislação reguladora do microempreendedor individual e no contexto social existente, subjazem as hipóteses dessa pesquisa. A primeira é a de que a figura jurídica do

microempreendedor individual decorre do contexto de reestruturação produtiva, do surgimento de novas formas de trabalho para além do assalariamento, da expansão da lógica empreendedora e das idiossincrasias do mundo do trabalho brasileiro. As demais hipóteses perpassam as implicações na proteção a esse trabalhador.

A segunda hipótese refere-se à incapacidade do Estado brasileiro de construir uma estrutura política, econômica, social e jurídica que possibilitasse a inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho com as devidas proteções laborais. O Estado, ao criar a política pública do microempreendedor individual, faz a escolha da inclusão do trabalhador pela via do empreendedorismo, e não pela lógica do assalariamento. Assim, a legislação reguladora do microempreendedor individual, ao equipará-lo ao empresário individual, possibilita a formalização simplificada e a inclusão previdenciária, mas não permite o acesso à proteção laboral. Dessa forma, a política do microempreendedor individual incorpora uma dinâmica de deslocamento da proteção laboral do Direito do Trabalho para a lógica empreendedora do Direito Empresarial.

Decorrente das novas características do mundo do trabalho, marcado pela lógica empreendedora, pela individualização do trabalho e pela *pejotização* do trabalho, subjaz a terceira hipótese: a política pública do microempreendedor individual poderia estar sendo utilizada de forma indevida, possibilitando um movimento de trânsito de trabalhadores em empregos formais para o microempreendedor individual, o que acarretou em um processo de precarização do trabalho.

A figura jurídica do microempreendedor individual expressa determinações sociais que envolvem o mundo de trabalho brasileiro, marcado pela falta de proteção para grande segmento de trabalhadores informais. Dessa forma, a pesquisa abordou, com base na dinâmica das transformações do trabalho na sociedade capitalista atual, o exame dessa nova figura jurídica no ordenamento legal brasileiro, em que o microempreendedor individual é marcado por um tensionamento entre o Direito Empresarial, o Direito Civil e o Direito do Trabalho.

O total do contingente da força de trabalho no Brasil, entre os meses de outubro e dezembro de 2016, de acordo com o IBGE/PNADc (2016) foi de 102.600.000. Ao comparar com os dados sobre a quantidade de microempreendedores individuais para o mês de dezembro de 2016 (6.649.896, de acordo com o Portal do Empreendedor - 2016), percebe-se que 6,4% do total das pessoas ocupadas e desocupadas são MEIs. Ao comparar o total dos microempreendedores individuais e as pessoas ocupadas (90,3 milhões, de acordo com o IBGE/PNADc - 2016) para o mesmo período, chega-se ao resultado de que 7,3% das pessoas ocupadas no país são microempreendedores individuais¹. Esses dados demonstram a importância sociológica do estudo sobre o microempreendedor individual.

¹ O total de microempreendedores individuais no Brasil, de acordo com o Portal do Empreendedor, com referência a 30/06/2020, é de 10.323.426. Ao comparar os dados do total da força de trabalho no Brasil (PNAD Contínua relativa aos meses de abril, maio e junho de 2020), que é de 96.138.000, com o número total de microempreendedores individuais, percebe-se que 10,7% da força de trabalho no Brasil é de microempreendedores individuais. Ao relacionar o número de ocupados no Brasil (PNAD Contínua relativa aos meses de abril, maio e junho de 2020) com o total de microempreendedores individuais, verifica-se que 12,3% dos trabalhadores são microempreendedores individuais (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2020).

Na doutrina do Direito Empresarial, a figura do microempreendedor individual é exposta como uma novidade, sem aprofundamento das implicações no ordenamento jurídico nacional. Em virtude da equiparação ao empresário individual, os autores do Direito Civil, como Coelho (2012) e Lobo (2014), e do Direito do Trabalho, como Nascimento (2012), Martins (2012) e Romar (2015), pouco abordam o tema, fazendo breves citações sobre a existência do microempreendedor individual. Assim, verifica-se a necessidade de investigação sobre o microempreendedor individual, sob a ótica jurídica, para aprofundamento do estudo a respeito do enquadramento legal e da proteção a esse trabalhador.

De acordo com o Banco de Teses e Dissertações da Capes, utilizando-se a palavra-chave *microempreendedor*, foram localizadas, no primeiro semestre de 2018, 25 (vinte e cinco) pesquisas que abordam a temática do microempreendedor individual. Cabe destacar que, entre elas, apenas 2 (duas) são pesquisas de doutoramento – uma na área da Administração e a outra na área de Políticas Públicas. Dessa forma, evidencia-se a importância de pesquisa científica sobre o tema.

A pesquisa teve como objetivo geral compreender o microempreendedor individual no contexto das transformações do mundo do trabalho brasileiro atual e sua proteção jurídica.

Como objetivos específicos, na pesquisa foram analisadas as relações entre o microempreendedor individual e o processo de desassalariamento no país, além de estudarem-se as conexões entre o microempreendedor individual e a informalidade e se investigar a existência de vínculo entre o microempreendedor individual e o desemprego. Para tanto, foram analisados o mundo do trabalho brasileiro e seus elementos estruturais e caracterizadores. Foram também estudadas as transformações globais do trabalho, buscando-se compreender os impactos dessas mudanças no mundo do trabalho brasileiro. Além disso, a natureza jurídica do microempreendedor individual no ordenamento jurídico nacional foi investigada e discutida. Por fim, analisou-se como o microempreendedor individual se insere em um contexto concreto, tendo por base o município de Curitiba/PR.

As especificidades da pesquisa exigiram uma definição teórica e metodológica para abordar esses objetivos. No que tange à perspectiva epistemológica, utilizaram-se na pesquisa o materialismo histórico² e o método dialético³.

Cabe esclarecer que, por epistemologia, será entendido “[...] como o estudo crítico do conhecimento científico, técnico e filosófico”, buscando-se “responder como o conhecimento é produzido (construído, obtido, desenvolvido), organizado, sistematizado e transmitido (explicitado, divulgado, exposto)” (FARIA, 2015, p. 60). Por método, entende-se “[...] procedimento epistemológico, na medida em que ele define como o conhecimento é produzido” (FARIA, 2015, p. 58).

O método dialético propicia ao pesquisador ir além da aparência e buscar a essência do objeto pesquisado por meio da captura da estrutura e sua dinâmica, realizando uma síntese. O pesquisador, assim, reproduz no plano ideal a essência do objeto pesquisado (PAULO NETTO, 2011, p. 22).

² De acordo com Faria (2015), existem sete dimensões epistemológicas, sendo o materialismo histórico uma delas.

³ Distinção realizada por Faria (2015) e adotada nesta pesquisa.

No materialismo histórico, a realidade deve ser analisada dentro de seu processo de formação histórica, que, na verdade, não é estático, mas no qual devem ser encadeadas as relações. Na análise com base no método dialético e no materialismo histórico, três categorias foram centrais: trabalho, totalidade e contradição, que perpassaram a análise de todos os capítulos da tese.

A categoria trabalho foi compreendida com base em uma perspectiva teórica do trabalho como fundante na sociedade capitalista e na relação com o capital, formando um nexo conflituoso⁴. A natureza das contradições, seus ritmos e limites dependem da estrutura de cada totalidade e apresentam-se conforme o objeto estudado. Abordar a categoria trabalho exige descobrir as relações sociais e os processos que constituem mediações na estruturação de totalidades históricas.

Para utilização da categoria totalidade, foi preciso compreender o objeto de estudo como uma máxima complexidade, constituída por totalidades de menores complexidades. A totalidade é dinâmica, estruturada e articulada, e seu movimento decorre do caráter contraditório de todas as totalidades (PAULO NETTO, 2011). Para a compreensão da totalidade, a pesquisa utilizou uma perspectiva interdisciplinar, compreendendo a interdisciplinaridade “como um modo de organização e articulação de saberes disciplinares na prática da pesquisa, nutrindo-se delas sem dissolvê-las” (FARIA, 2014, p. 144).

Em virtude da novidade jurídica que se constitui o microempreendedor individual, há poucas fontes de dados oficiais sobre o tema. As duas principais fontes de dados oficiais utilizadas nesta pesquisa foram o Portal do Empreendedor (mantido pela Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, que constitui a única fonte de dados compilados oficiais, abrangendo a esfera federal, estadual e municipal) e os dados secundários advindos da série de pesquisas nacionais realizadas pelo SEBRAE denominada “Perfil do microempreendedor individual”, as quais foram feitas nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2015. A pesquisa realizada em 2015 foi publicada em 2016.

A coleta dos dados primários aconteceu no município de Curitiba/PR, em virtude de sua inserção em uma importante região metropolitana. Esta, a partir da década de 1990, passou por um processo de intensificação da industrialização (inclusive com grande aporte de capital estrangeiro), o que iniciou um processo de realocação da indústria do município de Curitiba para a Região Metropolitana. Esse movimento alterou o mundo do trabalho da região, em especial o de Curitiba, tornando-se um município propício à pesquisa e à análise sobre o mundo do trabalho.

A primeira aproximação para a compreensão do objeto da pesquisa e para a coleta de dados primários sobre o microempreendedor individual no município de Curitiba/PR consistiu em uma pesquisa do tipo exploratória. Nessa fase, a escolha dos sujeitos foi aleatória, a fim de permitir uma visão mais ampla dos sujeitos da pesquisa. Como local de coleta de dados, foi utilizado o Espaço Empreendedor da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A⁵, que presta assessoria a esses tra-

⁴ Partindo da análise da categoria trabalho, sob a perspectiva marxista, a qual fundamenta sua análise com base no sentido ontológico do trabalho como práxis humana, compreendendo a ontologia do ser social, para então poder analisar de forma crítica o trabalho assalariado na sociedade capitalista.

⁵ A Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A tem a finalidade de fomentar a atividade econômica de Curitiba, através do desenvolvimento da infraestrutura, da base empresarial, da ciência e da tecnologia, com ênfase nas parcerias público-privadas (AGÊNCIA, 2014).

balhadores nas Ruas da Cidadania⁶ no município de Curitiba. Os dados foram coletados em duas Ruas da Cidadania, nos bairros Capão Raso e Pinheirinho. Os sujeitos da pesquisa consistiram em microempreendedores individuais já formalizados. E a forma da coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, com objetivo de conhecer a dinâmica de trabalho do microempreendedor individual e colher dados que subsidiassem a segunda etapa da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre os dias 15 de abril de 2015 e 9 de maio de 2015. No total, foram realizadas nove entrevistas, sendo sete feitas de forma aleatória nas Ruas da Cidadania do Capão Raso e Pinheirinho, uma realizada na residência do entrevistado em Curitiba/PR e outra por meio do envio das questões via correio eletrônico, em virtude de o respondente residir no município de Maringá/PR⁷.

A entrevista foi escolhida nessa primeira aproximação porque, como forma de coleta de dados, é uma das principais ferramentas que podem ser utilizadas pelo pesquisador para a compreensão dos valores, das crenças, do modo de vida, das motivações e do comportamento dos entrevistados. De acordo com Poupart (2008, p. 215), “[...] a entrevista constitui uma porta de acesso às realidades sociais”, permitindo compreender de forma mais ampla a realidade pesquisada.

A abordagem das entrevistas foi qualitativa, de acordo com Poupart et al. (2008), Denzin e Lincoln (2006), Haguette (2000) e Minayo (1994). A análise qualitativa dos dados permite um aprofundamento “[...] no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.” (MINAYO, 1994 p. 22).

Para a análise das entrevistas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, o que possibilitou extrair, das falas dos sujeitos, conteúdos para categorizar os elementos, compreender esse universo laboral e servir para posterior construção do formulário da segunda etapa da pesquisa. Para a utilização da técnica da análise de conteúdo, foi necessário percorrer três etapas: pré-análise, exploração do material e dos resultados e interpretação, sendo que, na última etapa, ocorre a categorização dos elementos por semelhança ou diferenciação (CARACGNATO; MUTTI, 2006).

A segunda aproximação com o objeto de pesquisa se deu após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, por meio do parecer nº 1.693.360.

A coleta de dados aconteceu no município de Curitiba, nas modalidades virtual e presencial, ambas no período compreendido entre 5 de setembro de 2016 e 23 de outubro de 2016.

A primeira fase da segunda etapa de coleta de dados consistiu no envio de um questionário com 33 perguntas (27 fechadas e 6 abertas), via correio eletrônico. O convite para a participação na pesquisa foi enviado para a lista de correio eletrônico dos microempreendedores individuais

⁶ As Ruas da Cidadania são um símbolo de descentralização da Administração Pública Municipal (sendo no total 10 espaços no município) e funcionam como um local onde o usuário pode usufruir diversos serviços públicos atendendo os direitos do cidadão.

⁷ Essa entrevista ocorreu com um microempreendedor individual fora do município de Curitiba, pois, como era a primeira aproximação aos sujeitos de pesquisa, houve o interesse em conhecer se havia distinção com os entrevistados do município de realização da pesquisa.

cadastrados na Agência de Desenvolvimento de Curitiba S/A, com o acesso ao questionário e ao Termo de Consentimento Esclarecido.

A escolha pelo envio dos formulários por correio eletrônico se deu por três motivos. O primeiro foi pela possibilidade de alcançar uma amostra maior do universo pesquisado, já que esse é formado por 73.476⁸, e a base de correios eletrônicos cadastrados pela Agência Curitiba é de 43.233. A segunda razão foi motivada pelas pesquisas do SEBRAE feitas em 2013 e 2016, em que os microempreendedores individuais afirmaram que o contato por correio eletrônico é a melhor forma de receber informações. O terceiro motivo se deu pelo fato de o uso da base do Google Docs permitir maior facilidade no preenchimento do formulário e posterior envio à pesquisadora.

Também foi utilizada a técnica da bola de neve para envio dos endereços eletrônicos com os formulários aos MEIs que não estavam cadastrados na base de correios eletrônicos da Agência Curitiba. Esse método se caracteriza pela indicação de um sujeito da pesquisa por outro sujeito da pesquisa.

Na segunda fase de coleta de dados, que ocorreu concomitantemente à primeira, sendo realizada a aplicação dos formulários impressos, os quais foram preenchidos pelos próprios microempreendedores individuais. Essa coleta de dados se deu em três oportunidades diferentes, sendo todas nas Ruas da Cidadania em momento anterior à realização de cursos promovidos pela Agência Curitiba em parceria com o SEBRAE para capacitação dos microempreendedores individuais, conforme programação realizada semestralmente. A aplicação dos questionários ocorreu em três dias distintos, conforme a disponibilidade da programação dos cursos pela Agência Curitiba, na Rua da Cidadania Fazendinha (com dez respondentes em 30/08/2016 e seis em 13/09/2016) e na Rua da Cidadania do CIC (com quatro respondentes em 14/09/2016). A quantidade de respostas obtidas presencialmente gerou um total de 20 questionários, somando-se ao conjunto de 228 formulários respondidos virtualmente, perfazendo 248 questionários ao todo. A análise dos dados foi realizada conjuntamente em virtude de ser o mesmo questionário, direcionado ao mesmo público, objeto desta pesquisa.

Os formulários permitiram coletar dados quantitativos sobre o objeto da pesquisa. No entanto, a análise desses dados teve a natureza qualitativa, sendo realizada com base no referencial teórico da tese.

A CRIAÇÃO JURÍDICA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E SUA (DES)PROTEÇÃO LEGAL

Pesquisar a respeito do microempreendedor individual significou “levantar o véu” sobre as novas formas de trabalho, de modo a discutir a tensão entre essa possibilidade de formalização e a inclusão social e a proteção previdenciária, com a criação de novas formas de trabalho precário, debatendo a forma de uma proteção (ou desproteção) jurídica a esse trabalhador.

Para a análise dessas tensões, entre outras, a pesquisa de doutoramento foi realizada com base em uma perspectiva teórica, entendendo como conflituosa a relação entre capital e trabalho e

⁸ Dado fornecido pelo Portal do Empreendedor para a data de 31/10/2016 para o município de Curitiba.

compreendendo esse novo universo das relações laborais, cada vez mais diversificado e fragmentado, o qual compõe um mundo do trabalho para além do assalariamento.

A tese foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro analisou o mundo do trabalho brasileiro, partindo do regime escravocrata e analisando o surgimento do assalariamento, sua expansão e a crise no Brasil. O segundo capítulo investigou a crise na sociedade capitalista, buscando compreender as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1970, quando houve o início do processo de reestruturação produtiva do capital. Com base nessa análise da crise internacional do trabalho, a pesquisa investigou suas consequências no mundo do trabalho brasileiro. O terceiro capítulo tratou da análise da figura jurídica do microempreendedor como uma nova possibilidade de formalização do trabalho, tendo por características principais: a simplificação do processo de registro; a isenção dos impostos federais; a redução dos impostos estadual e municipal; a diminuição da alíquota de contribuição para a Previdência Social; a limitação de receita bruta anual; e, por fim, a delimitação das atividades que podem ser desenvolvidas. Também foi analisada a existência de um debate nacional sobre a natureza jurídica do microempreendedor individual como empresário individual e a respeito da existência (ou não) de um deslocamento na proteção jurídica a esse trabalhador. O quarto capítulo analisou os dados coletados sobre o microempreendedor individual no município de Curitiba/PR, verificando algumas especificidades na comparação com os dados nacionais.

A política pública do microempreendedor individual apresenta boas intenções, ao propor como objetivos a inclusão social e previdenciária e a formalização de pequenos negócios. No entanto, é preciso destacar que essa política pública surge pela incapacidade do Estado de estruturar o mercado de trabalho e fomentar a criação de novos postos de trabalho.

Dentro de uma racionalidade voltada ao mercado, caracterizado pela flexibilidade produtiva e pela expansão do capital financeiro, a legislação criadora do microempreendedor individual equipara-o à figura do empresário individual.

Partindo dessa equiparação legal, a pesquisa questionou sobre a proteção jurídica a esse trabalhador. Ao se tornar microempreendedor individual, está ocorrendo a ampliação da proteção pela ordem jurídica a esse sujeito? Está acontecendo um deslocamento na proteção ao trabalhador do direito laboral para o direito comum? Está havendo a perda de proteção legal ao trabalhador?

Ao buscar romper a superficialidade na análise dessa equiparação legal, a pesquisa analisou os elementos caracterizadores do empresário individual (profissionalismo, economicidade, organização dos fatores de produção e produção e circulação de bens e serviços), comparando-os à figura do microempreendedor individual. Disso, verificou-se que não há uma subsunção integral do exercício da atividade desenvolvida pelo microempreendedor individual aos elementos caracterizadores da figura do empresário individual. Essa falta de correspondência na atividade do microempreendedor individual decorre de alguns elementos principais: a) as múltiplas possibilidades de exercício da atividade econômica pelo microempreendedor individual que exerce a atividade no setor de serviços, o qual se aproxima mais da figura do trabalhador autônomo; b) a busca pela lucratividade, que decorre da exploração do trabalho alheio, o que acontece com muito pouca frequência com o microempreendedor individual (da amostra pesquisada, de 241 respondentes para essa questão,

5,8% declararam ter um empregado contratado); c) a falta de competências e habilidades para a organização dos fatores de produção.

Essa dubiedade na definição do microempreendedor individual apresenta-se na análise jurídica e na realidade concreta. Dos 236 respondentes na presente pesquisa, 51,7% declararam que se consideram trabalhadores, enquanto 48,3% se declararam como empresários. Verifica-se, assim, que os próprios microempreendedores individuais têm dificuldade em identificar a natureza jurídica da atividade que desenvolvem.

A pesquisa apontou que, apesar de não haver correspondência total dos elementos caracterizadores do empresário individual pelo microempreendedor individual, dependendo da atividade desenvolvida, o microempreendedor individual pode se aproximar da figura do trabalhador autônomo e do empregado subordinado.

Essa dinâmica de deslocar os microempreendedores individuais para o Direito Empresarial está conectada à lógica do individualismo, da competição no mercado e da responsabilização do trabalhador pelos riscos do negócio desenvolvido, afastando esse trabalhador da proteção da legislação laboral.

A pesquisa identificou que a formalização por meio do microempreendedor individual pode ser uma forma de precarização do trabalho, e não um modo inclusivo desse trabalhador, ocorrendo uma desproteção (e não uma proteção) a esse indivíduo.

Para a análise sobre a precarização, fez-se necessária a análise anterior e presente da condição do trabalhador. De acordo com a série de pesquisas do SEBRAE (2011, 2012, 2013 e 2016) e a pesquisa realizada por Oliveira (2013), uma parcela significativa de microempreendedores individuais estava na condição de empregados com carteira assinada antes da formalização como microempreendedores individuais. O fato em si demonstra uma precarização na condição de trabalho.

ANÁLISE DE DADOS

A análise dos resultados obtidos por meio dos dados primários possibilitou quatro constatações relevantes.

A primeira diz respeito à alta escolaridade da amostra pesquisada: 24,6% declararam ter ensino superior completo; 23,8% afirmaram ter ensino médio ou técnico completo e 23,3% declararam ter pós-graduação. No entanto, apesar da maior escolaridade dos microempreendedores individuais, a renda mostrou-se baixa: 38,3% declaram ter renda mensal entre 1 e 2 salários mínimos, 25,5% afirmaram ter renda mensal entre 3 e 4 salários mínimos e 18,7% declararam ter renda mensal menor que 1 salário mínimo. Esses dados retratam uma das transformações no mundo do trabalho atual: a exigência por maior qualificação do trabalhador, sendo representada em ideologias, como a da excelência e a teoria do capital humano, não se reflete no incremento da renda desses indivíduos.

A segunda constatação trata dos resultados que apontam ao predomínio do setor de serviços, uma das características do mundo do trabalho atual. Os resultados da amostra demonstram que 73,63% do total dos microempreendedores individuais realizam suas atividades no setor de serviços, seguido de 24,37% no comércio e 1,99% na indústria. Apesar da grande diferença entre

os percentuais por setor econômico, o elevado percentual do setor de serviços está compatível com a divisão econômica por setor para o município de Curitiba, em que há dominância no setor de serviços. Isso, no entanto, diverge dos dados nacionais. Segundo a pesquisa do SEBRAE (2016), o setor de serviços no Brasil era composto de 37,2% de microempreendedores individuais.

Esses dados também estão relacionados à análise da equiparação do microempreendedor individual ao empresário individual. No estudo realizado sobre a natureza jurídica do microempreendedor individual, verificou-se que os microempreendedores individuais que realizam sua atividade no setor de serviços aproximam-se mais do trabalhador autônomo do que do empresário individual. No entanto, a pesquisa questionou a autonomia desses trabalhadores, verificando que, apesar de haver uma autonomia formal, em muitos casos, existe uma dependência econômica do prestador de serviços em relação ao contratante do serviço. Além disso, no Brasil, a legislação que trata do prestador de serviços é uma esfera independente da legislação laboral. Assim, o trabalhador que é prestador de serviços não tem acesso aos direitos do trabalhador subordinado, havendo uma fissura entre ambos no que tange à proteção legal. A pesquisa identificou, em países como Portugal, Espanha, França e Alemanha, legislações que criaram uma nova forma de proteção ao trabalhador autônomo, economicamente dependente do contratante de serviços, com uma ampliação à proteção desses trabalhadores. No entanto, no Brasil, não há essa figura jurídica.

A terceira constatação trata das causas que levaram o trabalhador a fazer a formalização como microempreendedor individual. Nesse aspecto, destaca-se a opção “querer ser dono do negócio” (60,6% dos respondentes), seguido de “ter mais flexibilidade no horário de trabalho” (44%) e “aumentar a renda” (43,2%). O predomínio dessas opções demonstra uma incorporação do discurso empreendedor e da dinâmica flexibilizadora presente no atual mundo do trabalho. A aceitação dessa racionalidade pautada na autonomia e na independência por parte dos trabalhadores pode ser verificada em outros dados da presente pesquisa. Dos 235 respondentes dessa questão, 79,1% afirmaram que não têm o desejo de voltar a ser assalariados, contra 20,9% que têm. Dos 241 respondentes da questão sobre o desejo de continuar a ser microempreendedor individual, 89,2% afirmaram que pretendem continuar, contra 10,8% que não. Ainda sobre a pergunta referente à realização pessoal com a atividade de microempreendedor individual, dos 238 respondentes dessa questão, 77,7% afirmaram que se sentem realizados, contra 22,3% que não. No entanto, há que se questionar: esse trabalhador não tem o desejo de ser empregado ou não tem opções de uma boa inserção no mercado de trabalho e se vincula ao discurso empreendedor?

Outro fator que merece destaque está relacionado à opção que indagava sobre as principais causas para a formalização como microempreendedor individual, em especial a opção “por sugestão ou pedido do empregador”. Essa opção foi escolhida por 37 respondentes de um total de 241, o que representa um percentual de 15,4%. No entanto, esse percentual, apesar de ser o menor entre as outras opções da pesquisa, evidencia um fator relevante na análise do microempreendedor individual. Dos 37 respondentes dessa opção, 6 marcaram tão somente ela. Isto é, esses trabalhadores fizeram a opção pelo microempreendedor individual exclusivamente por sugestão ou pedido do empregador. Desses respondentes, 4 afirmaram que, antes da opção como microempreendedor individual, estavam na condição de empregados com carteira assinada. Isso sinaliza que fizeram

esse deslocamento de empregado com carteira assinada à condição de microempreendedor individual por sugestão ou pedido do empregador. Destaca-se ainda que, do total dos 37 respondentes dessa opção, 18 afirmaram que estavam na condição de empregado com carteira assinada antes de optarem ser microempreendedores individuais. Esses dados podem indicar o uso indevido do microempreendedor individual como forma de substituição de empregos, a desproteção ao trabalhador e a precarização das relações de trabalho.

A quarta constatação diz respeito à condição do trabalhador antes da formalização como microempreendedor individual. Dos respondentes, 48,5% afirmaram que eram empregados com carteira assinada, 7,9% estavam desempregados, 7,1% já tinham um negócio informal e 3,8% já tinham um negócio formalizado. Os dados indicam que a maior parte da amostra era empregada com carteira assinada antes da formalização como microempreendedor individual, retratando um movimento de desassalariamento e de precarização do trabalho. O trabalhador que estava na condição de empregado e passa à condição de microempreendedor individual sinaliza que está ocorrendo um deslocamento na proteção ao trabalhador do campo do Direito do Trabalho para o Direito Empresarial, o que sinaliza a mudança no paradigma de proteção ao trabalhador para o paradigma do mercado.

Esse deslocamento dos trabalhadores do centro do mercado de trabalho para sua periferia foi estudado nesta pesquisa por meio da análise de Harvey (2011) e Castel (1998), apontando a criação de novas formas de trabalho mais flexíveis e precárias. Tal análise enquadra-se para a maior parte dos microempreendedores da amostra pesquisada.

Um fator que merece destaque nessa análise está relacionado ao tempo em que foi realizada essa transição. Com base nos dados primários dessa pesquisa, verificou-se que 49,22% fizeram a formalização como microempreendedor individual a menos de 2 anos, o que coincide com o período da crise econômica no país. Assim, é possível identificar outro fator importante nessa mudança da condição de trabalhador e inferir que a opção de formalização como microempreendedor individual pode estar sendo utilizada como alternativa à geração de trabalho e renda pelo trabalhador, já que, em 2015 e 2016, houve uma grave crise econômica no país, apontando uma forma de empreendedorismo por necessidade.

Cabe destacar ainda que, da amostra pesquisada, apenas 7,9% declaram estar desempregados antes da formalização como microempreendedor individual. Para esses trabalhadores, pode-se afirmar que está ocorrendo uma proteção jurídica por meio dessa modalidade de formalização, pois o indivíduo passa a ser incluído na tutela do Direito Empresarial e inserido na proteção previdenciária. No entanto, essa é uma parcela pequena da amostra analisada.

Da amostra, 7,1% declararam que tinham um negócio informal antes da condição de microempreendedor individual, o que também retrata um pequeno contingente de trabalhadores que se utilizam do microempreendedor individual como possibilidade de formalização de uma atividade informal.

Ao analisar o microempreendedor individual no contexto das transformações no mundo do trabalho, a pesquisa evidenciou que essa nova forma de trabalho, para além do assalariamento, tem como consequência a precarização do trabalho. O microempreendedor individual demonstrou

a complexidade e a fragmentação do mundo do trabalho, tanto no que tange à sua análise jurídica quanto ao estudo concreto de suas atividades. Fica evidenciado o deslocamento na proteção ao trabalhador do campo do direito laboral para o direito comum, área em que prevalece o individualismo e a competitividade.

A fragmentação do trabalho dificulta a organização dos trabalhadores. O discurso empreendedor contribui para a alteração da percepção como trabalhadores, favorecendo processos de flexibilização e desregulamentação das normas protetoras ao trabalhador. Tal fato contribui, cada vez mais, para a acumulação do capital e a desproteção dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

A tese investigou a emergência de uma nova figura jurídica no ordenamento jurídico brasileiro, o microempreendedor individual, questionando sobre sua natureza jurídica e a proteção a esse trabalhador.

Na sistematização das discussões efetuadas para a resposta à questão-problema, a pesquisa buscou compreender o contexto social em que essa nova figura jurídica surge no ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto, a pesquisa inicialmente investigou a formação do mundo do trabalho brasileiro, da sociedade escravocrata até os dias atuais. Esse resgate histórico permitiu compreender seus elementos estruturais, podendo destacar que o Brasil não conseguiu, ao longo de seu processo histórico, construir um mercado de trabalho, permanecendo, de forma estrutural, o trabalho informal e o desemprego. Dessa forma, a pesquisa atingiu o objetivo específico de analisar as relações existentes entre o microempreendedor individual e o processo de desassalariamento, informalidade e desemprego no país.

Na análise da dinâmica do mundo do trabalho brasileiro, verificou-se que, devido ao posicionamento da economia do Brasil na ordem econômica mundial, ao longo da formação histórica (atualmente com maior intensidade em virtude do processo de globalização), fatores externos impactaram e impactam a economia e o mercado de trabalho brasileiro. Na análise das múltiplas determinações que constituem o mundo do trabalho no Brasil, a pesquisa investigou a crise internacional do capital global e o movimento de reestruturação produtiva do capital, com seus impactos diretos sobre o trabalho. Decorrente da análise internacional, a pesquisa alcança os objetivos de estudar as transformações globais do trabalho e de compreender os impactos dessas mudanças no mundo do trabalho brasileiro.

A pesquisa analisa a política pública do microempreendedor individual, a qual, apesar de apresentar boas intenções ao propor como objetivos a inclusão social e previdenciária e a formalização de pequenos negócios, surge da incapacidade do Estado de estruturar o mercado de trabalho e de fomentar a criação de novos postos de trabalho.

Partindo da equiparação legal do microempreendedor individual ao empresário individual, a pesquisa questionou sobre a natureza jurídica do microempreendedor individual no ordenamento jurídico nacional. Ao buscar romper a superficialidade na análise dessa equiparação legal, a pesquisa analisou os elementos caracterizadores do empresário individual (profissionalismo, economicidade,

organização dos fatores de produção e produção e circulação de bens e serviços), comparando-os à figura do microempreendedor individual. A pesquisa apontou que não há correspondência total dos elementos caracterizadores do empresário individual na figura do microempreendedor individual, pois, dependendo da atividade desenvolvida, o microempreendedor individual aproxima-se mais dos requisitos caracterizadores da figura do trabalhador autônomo ou do trabalhador subordinado. Em virtude do caráter inovador da análise da natureza jurídica do microempreendedor individual, a pesquisa encontrou dificuldade na localização de estudos específicos sobre a temática na doutrina jurídica.

A pesquisa alcança o objetivo específico de analisar o microempreendedor individual inserido em um contexto concreto, tendo por base o município de Curitiba/PR, cujos resultados foram analisados no item anterior. Seguramente, em virtude da natureza da investigação científica no campo social, a pesquisa tem limitações, podendo destacar a amostra pesquisada em relação à população total. Porém, com base nos dados obtidos, permite-se a continuidade da pesquisa considerando novas perguntas-problema. A pesquisa encontrou outra limitação no que tange à obtenção de dados secundários oficiais para comparação com os dados primários obtidos na pesquisa.

Essa dinâmica de deslocamento dos microempreendedores individuais para o Direito Empresarial, conectada à lógica do individualismo, da competição, do mercado e da responsabilização do trabalhador pelos riscos do negócio desenvolvido, afasta esse trabalhador da proteção da legislação laboral. A pesquisa identificou que a formalização por meio do microempreendedor individual pode ser uma forma de precarização do trabalho, e não uma forma protetiva desse trabalhador, visto que a opção pela formalização como empreendedor, e não pela via do assalariamento, afasta o trabalhador da proteção laboral. Dessa forma, a pesquisa atinge seu objetivo principal: compreender o microempreendedor individual no contexto das transformações do mundo do trabalho brasileiro atual e a sua proteção jurídica.

Por fim, a hipótese central delineada na pesquisa foi comprovada, permitindo concluir que a política pública do microempreendedor individual surge em um contexto de reestruturação produtiva do capital, de individualização do trabalho e da expansão da lógica empreendedora, a qual possibilitou a criação de novas formas de trabalho para além do assalariamento.

A segunda hipótese foi comprovada, sendo que a pesquisa apontou a inclusão social dos microempreendedores individuais por meio da lógica empreendedora, possibilitando aos trabalhadores que estavam fora do mercado de trabalho a formalização simplificada e a proteção previdenciária, mas não a proteção laboral.

Ao fim e ao cabo, a terceira hipótese foi comprovada, já que os dados primários obtidos na pesquisa demonstram um movimento de deslocamento do trabalhador no emprego formal para o microempreendedor individual, o que gera precarização do trabalhador, que deixa de estar sob a tutela do Direito do Trabalho e passa à esfera do Direito Empresarial.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA. Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, 2014. **Histórico**. Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=1>>. Acesso em: 8 abr. 2014.
- CARACGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COELHO, F. U. **Curso de Direito Civil**: vol. 2: obrigações. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FARIA, J. H. de. **Epistemologia crítica do concreto em estudos organizacionais**. Curitiba: EPPEO, 2014.
- FARIA, J. H. de. **Epistemologia, metodologia e teoria em estudos organizacionais**. Texto para discussão na disciplina de Epistemologia, Metodologia e Teoria em Estudos Organizacionais do Curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná, 2015.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD contínua, dezembro de 2016**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Comentarios/pnadc_201612_comentarios.pdf. Acesso em: 9 jul. 2017.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD contínua, abril, maio e junho de 2020**. Disponível em: file:///C:/Users/Andrea/Downloads/pnadc_202002_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 8 set. 2020
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2011.
- LOBO, P. **Direito Civil**: contratos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MARTINS, A. C. **A inserção do mundo do trabalho e a proteção jurídica do microempreendedor individual**: um estudo no Município de Curitiba/PR. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas – Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.
- MARTINS, S. P. **Direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2012.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- NASCIMENTO, A. M. **Curso de direito do trabalho**: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2012.
- OLIVEIRA, J. M. de. Empreendedor individual: ampliação da base formal ou substituição do emprego? **Radar nº 25** – Abril de 2013. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2013.
- PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- POUPART, J. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas do microempreendedor individual**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>. Acesso em: 30 jan. 2016.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas do microempreendedor individual**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 8 set. 2020.

ROMAR, C. T. M. **Direito do Trabalho esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (org.). **Perfil do microempreendedor individual 2011**. Disponível em: encurtador.com.br/BEZ15. Acesso em: 10 nov. 2016.

SEBRAE. **Perfil do microempreendedor individual 2012**. Disponível em: encurtador.com.br/ikqFV. Acesso em: 10 nov. 2016.

SEBRAE. **Perfil do microempreendedor individual 2013**. Disponível em: encurtador.com.br/bhuK3. Acesso em: 10 nov. 2016.

SEBRAE. **Perfil do microempreendedor individual 2015**. Disponível em: encurtador.com.br/csM38. Acesso em: 10 nov. 2016.

SAÚDE DO TRABALHADOR: A ATUAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR (CEREST) MACRORREGIONAL CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

Elisabeth Mônica Hasse Becker Neiverth
Silvana Souza Netto Mandalozzo

INTRODUÇÃO

A proposta deste texto é apresentar resultados da pesquisa desenvolvida para a tese de doutorado em Ciências Sociais Aplicadas (Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR) intitulada “O papel estratégico do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) Macrorregional Campos Gerais do Paraná (2008-2016): dificuldades e superações na implementação de políticas públicas relativas à saúde do trabalhador” (NEIVERTH, 2017), cujo objeto de estudo e recorte temporal estão explícitos no título do trabalho.

A proteção à saúde do trabalhador foi incorporada ao texto constitucional de 1988 e passou a ser amparada pela legislação infraconstitucional em sintonia com as declarações internacionais. Os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) são fruto da institucionalização das políticas públicas em saúde do trabalhador responsáveis por práticas específicas para disseminação da cultura especializada de saúde do trabalhador, de modo a refletir na realidade dos trabalhadores. A pesquisa pretendeu responder à indagação: Como se dá a atuação do CEREST Macrorregional Campos Gerais do Paraná na vigilância em saúde do trabalhador na sua área de abrangência em razão das políticas públicas nesse quesito? Além disso, a tese teve como proposição o fato de que o CEREST tem papel estratégico na garantia do direito fundamental à saúde dos trabalhadores (Artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88: a saúde é direito social). E é pela eficiente formulação e execução do seu conjunto de ações que o CEREST desempenha sua tarefa desafiadora na operacionalização das políticas públicas de saúde do trabalhador.

Traçou-se como objetivo geral compreender a atuação do CEREST Macrorregional Campos Gerais do Paraná na vigilância em saúde do trabalhador na sua área de abrangência, em razão das políticas públicas relacionadas a essa questão. Com a orientação dos métodos histórico e dialético, a abordagem foi qualitativa e quantitativa, com pesquisa de tipo exploratória e descritiva. Os procedimentos metodológicos foram pesquisa bibliográfica e documental, entrevista, questionário e acompanhamento em reunião e evento promovidos pelo CEREST.

A pesquisa realizada no âmbito do CEREST ocorreu no recorte temporal de 2008, ano de sua habilitação, até dezembro de 2016. O CEREST está sediado na cidade de Irati/PR e atua

em quatro Secretarias Regionais de Saúde: Ponta Grossa (3ª Regional), Irati (4ª Regional), União da Vitória (6ª Regional) e Telêmaco Borba (21ª Regional), totalizando uma área de 38.262 km², com população aproximada de 1.088.595 de habitantes, distribuídos em 37 municípios. No período de realização da pesquisa, o CEREST contava com uma equipe composta de uma coordenadora técnica em Segurança do Trabalho, um técnico em Vigilância Sanitária e um inspetor de saneamento, alocados na sede de Irati. Além disso, havia técnicos, médicos e enfermeiros alocados nas demais Regionais de Saúde da área de abrangência, totalizando dez profissionais, composição mínima recomendada pela Política Estadual de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (PEST).

As informações que permitiram conhecer detalhes sobre as fases da trajetória do CEREST foram obtidas por meio de entrevistas e questionários, memórias de reuniões, boletins informativos e relatórios de avaliação e de atividades do CEREST.

Cada instrumento de coleta de dados, após seu preenchimento (questionário) e transcrição (entrevista), recebeu identificação por numeração precedida da palavra “sujeito”, pela qual foi feita a referência. Participaram desse momento 11 sujeitos (um pertencente à primeira equipe do CEREST, nove pertencentes à atual equipe do CEREST e um membro do Ministério Público do Trabalho – MPT). A eleição desses sujeitos se deu em razão de suas vivências profissionais, que possibilitariam a eles revelar, por meio de seus depoimentos, a visão intrínseca das práticas do CEREST. Os instrumentos da pesquisa foram aplicados em momentos diferentes aos participantes, tendo sido colhida a assinatura de todos por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os conteúdos das comunicações foram analisados pela técnica de análise de conteúdo.

A trajetória do CEREST, com suas particularidades de atuação em uma região de atividade econômica típica do ramo madeireiro e marcada por situações de manifestas ocorrências de prejuízo ao bem-estar do trabalhador, constituiu-se em relevante cenário de estudo. Os resultados da pesquisa são contribuição para encaminhamentos e possibilidades de solução de demandas atuais e para debates futuros no campo da saúde do trabalhador e das políticas públicas como um todo.

O texto segue apresentando, de forma sucinta, aspectos teóricos, doutrinários e legais que fundamentaram a pesquisa e seus resultados, consoante o capítulo 4 da tese em questão¹.

TRABALHO, SAÚDE DO TRABALHADOR E POLÍTICAS PÚBLICAS

Atendendo à essencialidade de se estabelecer o contato com aspectos teóricos e de outros trabalhos e pesquisas já realizados sobre o tema, a fundamentação deste estudo foi construída em torno das transformações ocorridas no mundo do trabalho e das articulações do Estado em prol da saúde do trabalhador, com aproximação à trajetória da atenção à saúde do trabalhador no estado do Paraná.

¹ Para conhecimento de detalhes da fundamentação teórica e dos resultados da pesquisa, recomenda-se a leitura da tese na íntegra.

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Ao vender sua força de trabalho, o ser humano busca retribuição material para sua sobrevivência e afirmação perante uma sociedade que vincula a realização do homem moderno ao trabalho.

Por meio do trabalho, indispensável e necessário, o homem cria e se transforma, efetivando um intercâmbio com a natureza (MARX, 2006, p. 64-65). Nesse processo de intercâmbio material do ser humano com a natureza, defronta-se com esta como uma de suas forças.

O mundo do trabalho sofreu transformações que se acentuaram com o advento da Revolução Industrial. Para Braverman (1987, p. 59), naquele momento histórico emergiram duas classes: a capitalista (proprietária dos meios de produção) e a trabalhadora (que passou a vender sua força de trabalho em razão das novas relações de produção). Ocorreu a alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador, estando o controle sobre o processo de trabalho nas mãos do capitalista.

No modo capitalista de produção, o envolvimento operário é profundo e há uma entrega total. No entendimento de Antunes e Alves (2004, p. 344), o modo capitalista de produção pressupõe, desde sua origem, a subsunção operária à lógica do capital, entendendo-se não meramente submissão ou subordinação, mas algo que precisa ser reiteradamente afirmado.

Os processos de trabalho, a forma de organização e o funcionamento das relações de produção vêm sendo influenciadas por reestruturação e inovações ocorridas no sistema capitalista. Para Castells (2001, p. 21-22), tal reestruturação caracteriza-se por, entre outros aspectos: flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas; relação em rede entre elas; fortalecimento do capital; declínio da influência dos movimentos dos trabalhadores e aumento da concorrência econômica global.

As novas condições de trabalho provenientes das transformações ocorridas no mundo do trabalho tendem a refletir negativamente na saúde dos trabalhadores, pois nem sempre contemplam características capazes de proporcionar a satisfação e o bem-estar que levariam ao padrão de qualidade de vida no trabalho.

Segundo Antunes (2000, p. 43-44), atualmente tem-se, de um lado, o trabalhador da era informacional, apto a operar maquinário informatizado, e o trabalhador polivalente e multifuncional, e de outro uma intensificação levada ao limite das formas de exploração do trabalho, presentes e em expansão no novo proletariado e no subproletariado industrial e de serviços.

Com tais avanços e mudanças no mundo do trabalho e voltando-se o olhar ao trabalhador, fez-se igualmente necessário o avanço nos cuidados com a saúde do mesmo.

A ATENÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR

A par dos avanços tecnológicos, o perfil dos trabalhadores foi se modificando, assim como os agravos à sua saúde, carecendo de atenção especial voltada à prevenção e à preservação da saúde desses indivíduos. Gorender (1997, p. 319), pactuando com as reflexões de Dedecca (1996), destaca que os efeitos da revolução tecnológica são observados na organização das empresas, na política

financeira dos governos, nos métodos de produção e nas relações de trabalho. Típicas do sistema de produção capitalista presente, morbidades neurológicas e psiquiátricas, bem como doenças letais decorrentes de estresse e fadiga, passaram a acometer os trabalhadores.

Os direitos assegurados a esses sujeitos na atualidade são fruto de um longo processo de lutas e conquistas sociais. A atenção à saúde do trabalhador remonta ao século XIX, com a introdução do modelo de medicina do trabalho ao qual se seguiram os modelos de saúde ocupacional e saúde do trabalhador, atualmente direcionados à qualidade de vida no trabalho.

Na busca pela garantia de ambientes de trabalho saudáveis, trabalhadores encabeçaram movimentos sociais. Além disso, organismos internacionais se mobilizaram na formulação de programas, declarações e convenções voltadas à saúde e à melhoria das condições nos ambientes de trabalho. A par de tais iniciativas, o Brasil avançou nesse campo por meio de programas de saúde dos trabalhadores, experimentados desde a década de 1980.

A proteção à saúde do trabalhador foi incorporada ao texto constitucional de 1988, passando a ser amparada pela legislação infraconstitucional brasileira, em harmonia com as declarações internacionais. A atenção integral à saúde do trabalhador passou a ser objeto de todos os serviços de saúde, consoante os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e por meio da estruturação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), a qual prevê a estruturação dos Centros Estaduais de Saúde do Trabalhador (CEST) e dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST).

A preocupação com a qualidade de vida do trabalhador está expressa na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, na qual o Artigo 225² contempla o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como essencial à sadia qualidade de vida. Além disso, no Artigo 200, VIII³, o destaque é a proteção ao meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. No ato das Disposições Transitórias, o Artigo 79⁴, acrescido por emenda constitucional, refere-se à melhoria da qualidade de vida do cidadão. Os movimentos, as ações, as lutas e os serviços voltados à saúde dos trabalhadores concretizam-se hoje em políticas públicas de proteção à segurança e à saúde desses indivíduos, fruto da interação entre Estado e sociedade.

² CRFB 1988 – Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

³ CRFB 1988 – Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

⁴ CRFB 1988 – ADCT – Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DO TRABALHADOR

As políticas públicas revelam a interação entre a sociedade e o Estado, que age impulsionado pelas demandas sociais na perspectiva de efetivação de direitos. Para Souza (2006, p. 7), “constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

A política nacional de saúde no Brasil é o Sistema Único de Saúde (SUS), entendido como “o conjunto de ações e serviços públicos de saúde, compondo uma rede regionalizada a partir das diretrizes da descentralização, integralidade e participação da comunidade” (PAIM, 2015, p. 35). Dessa forma, de acordo com as disposições da Magna Carta de 1988 e leis subsequentes, organizam-se os serviços de saúde no Brasil.

Pautado pelos princípios doutrinários da universalidade, integralidade e equidade e pelos princípios organizacionais ou operacionais (a saber: a descentralização com a municipalização, a regionalização e a hierarquização de rede e a participação social), o SUS caminha, desde sua criação e implementação ao final dos anos 1980, enfrentando os desafios das desigualdades regionais brasileiras no sentido de haver a melhoria das práticas de saúde à população e a efetiva vigilância em saúde do trabalhador.

A Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) pressupõe a articulação de ações e setores bem específicos, uma vez que, como campo de atuação, distingue-se da vigilância em saúde em geral, assim como de outras disciplinas no campo das relações de saúde e trabalho. Isso porque seu objeto específico limita-se à investigação e à intervenção no processo saúde/trabalho/doença.

A implementação e consolidação das ações de saúde do trabalhador no SUS vêm ocorrendo gradativamente desde os anos 1990, por meio de iniciativas que culminam em instrumentos normativos com diretrizes a serem seguidas. Pode-se apontar como relevante documento elaborado no campo das políticas públicas em saúde do trabalhador no SUS a Norma Operacional Básica em Saúde do Trabalhador no SUS (NOST-SUS – Portaria 3.908/1998/GM/MS). Esta trouxe, em seu bojo, um conjunto de atividades essenciais à incorporação das ações de saúde do trabalhador no contexto das ações de atenção à saúde para municípios, estados e Distrito Federal.

Nesse processo de construção e avanços na área da saúde do trabalhador, que permitiu discussões e ampliação de conceitos e objetivos, encaminhou-se a estruturação da área pela composição da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no SUS (RENAST), instituída pela Portaria 1.679/2002/GM/MS, com o propósito de articular ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde dos trabalhadores urbanos e rurais, independentemente de vínculo empregatício e tipo de inserção no mercado de trabalho, de forma regionalizada e hierarquizada (BRASIL, 2002).

A Portaria 1.679/2002/GM/MS, que instituiu a RENAST, possibilitou a habilitação de CEREST nos âmbitos estadual, regional e municipal (definidos por ordem crescente de porte, complexidade e abrangência populacional, com atribuições distintas).

Os CEREST foram instituídos com a função de proporcionar suporte técnico e científico do campo de conhecimento saúde do trabalhador no âmbito de determinado território, a fim de irradiar tal cultura especializada, subentendida na relação processo de trabalho/processo saúde e doença, articulando os demais serviços do SUS, orientando-os e fornecendo retaguarda em suas

práticas para um atendimento integral e hierarquizado dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, em todos os níveis de atenção do SUS. Esse suporte inclui a supervisão da rede de serviços do SUS, além de concretizar-se em práticas conjuntas de intervenção especializada, tais como a vigilância e a formação de recursos humanos. Contudo, foram vedadas ao CEREST atividades que o caracterizem como porta de entrada do sistema de atenção (BRASIL, 2002).

No Paraná, a saúde do trabalhador conta com ações e políticas próprias inseridas no SUS/PR. O Plano Estadual de Saúde, elaborado a cada triênio, contempla e detalha ações em saúde do trabalhador para efetivação da PNSTT e da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (PEST), publicada em 2011 com o pressuposto de orientar a gestão estadual do SUS/PR na área de saúde do trabalhador. Além de políticas específicas, o trabalhador paranaense, no exercício de sua cidadania, tem acesso a todo o sistema das Redes de Atenção à Saúde (Rede Mãe Paranaense, Rede de Atenção à Saúde do Idoso, Rede de Urgência e Emergência, Rede de Saúde Mental e Rede da Pessoa com Deficiência), com ações sistematizadas na atenção primária (Unidades da Saúde da Família) e nos serviços especializados (exames e consultas especializados) e hospitalares, implementados pela Secretaria Estadual de Saúde (SESA).

A VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR (CEREST) MACRORREGIONAL CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

A coleta e análise dos dados possibilitaram identificar que o CEREST vem atuando com retrocessos e avanços, com vistas a efetivar os termos das Políticas Públicas de Saúde do Trabalhador, com ações estratégicas traçadas e executadas para tal propósito. A visão intrínseca das práticas desse órgão, expressa por membros da equipe atuante, fornece detalhes que subsidiam e enriquecem o debate acerca do tema.

A VALORIZAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR

Com base nos dados coletados, verificou-se que o CEREST experimentou diferentes fases ao longo de sua trajetória. A primeira ocorreu de sua habilitação em 2008 até o final de 2010, período de desenvolvimento e consolidação. A segunda fase ocorreu de 2011 a 2013, com discreta atuação. A terceira aconteceu de 2014 até o momento de realização da pesquisa (2016), revelando uma atuação estratégica, com ações pontuais em busca do cumprimento das responsabilidades impostas pelas políticas de saúde do trabalhador.

Refletiu-se inicialmente acerca das percepções que os sujeitos da equipe do CEREST têm sobre o próprio trabalho que realizam, a política de saúde do trabalhador no SUS e o CEREST.

Para os respondentes, membros da equipe do CEREST, *trabalho* significa uma atividade: do dia a dia; física e intelectual; realizada em troca de um valor, de um benefício financeiro; visando a um objetivo final; realização pessoal ou simplesmente subsistência. Além disso, admitem que esse significado de trabalho seja contemplado na atividade que realizam e avaliam positivamente seu trabalho/profissão/atividade no CEREST, entendendo que este beneficia pessoas, age em prol

de outras pessoas e possibilita melhorias aos trabalhadores e trabalhadoras em seus ambientes de trabalho (sujeitos 2, 4, 6, 7, 8, 9 e 10).

Essa percepção condiz com a visão capitalista do trabalho como mercadoria, ainda que peculiar e com o entendimento de Braverman (1987, p. 58) da força de trabalho humano se distinguindo da força animal, não pela sua capacidade de produzir um excedente, mas pelo seu caráter inteligente e proposital, dando-lhe infinita adaptabilidade e produzindo as condições sociais e culturais para ampliar a própria produtividade.

Referindo-se ao trabalho realizado no âmbito da saúde pública, os respondentes não se prendem somente ao retorno financeiro e evidenciam que o trabalho é também doação de seus talentos no cumprimento de uma tarefa cujo objetivo final é a melhoria das condições de trabalho e da saúde da classe trabalhadora, sendo recompensados com a realização pessoal. É o significado do trabalho completando-se com a união de várias facetas, como bem expressa Langer (2003, p. 22), para quem o trabalho passa a ser, ao mesmo tempo, fator de sobrevivência, de humanização, de integração social, de autoestima e de utilidade social, uma vez que a realização do homem moderno depende grandemente de sua vinculação ao trabalho.

Ao responderem à indagação, enquanto profissionais da área, sobre sua visão acerca da política de saúde do trabalhador no SUS, os respondentes membros da equipe do CEREST afirmam que a referida política é bem elaborada e um marco na história da saúde do trabalhador e que seu teor é muito bonito. Além disso, afirmam que a política é excelente e muito eficiente se aplicada na prática (sujeitos 2, 4, 6, 7, 8, 9 e 10). “Há um longo caminho para realmente efetivar esta política em níveis federal, estadual e municipal” (sujeito 6).

Diante de tais colocações acerca da política de saúde do trabalhador no SUS, cabe refletir sobre o processo de implementação e efetivação dessa política, iniciado a partir da década de 1990 e que vem ocorrendo gradativamente com ações que vão se consolidando. Houve avanços significativos com o lançamento da NOST-SUS e com a estruturação da RENAST, que, por meio dos CEREST, desencadeia a VISAT. Contudo, a VISAT é compreendida “como um processo de construção em permanente busca de ampliação de seu espectro de influência nos condicionantes da saúde relacionados aos processos de trabalho” (VASCONCELLOS, et al, 2014, p. 4619). Por essa razão, sempre haverá algo por fazer.

Ao apontarem para a implementação parcial e a falta de efetivação da política de saúde do trabalhador no SUS, sem previsão de solução imediata, os respondentes referem-se ao que já poderia estar em andamento e ter avançado considerando-se que, passadas três décadas de sua criação, os entraves ao seu pleno funcionamento são recorrentes. Entre eles, está a carência de profissionais para atuarem exclusivamente na área da saúde do trabalhador, pois, na conformação atual, os profissionais se desdobram em mais de uma área ao mesmo tempo, ficando a saúde do trabalhador em segundo plano.

Os respondentes acenam positivamente acerca da política de saúde do trabalhador no SUS, reconhecendo que, a partir de sua implementação, houve melhora e que o trabalhador está sendo valorizado com iniciativas voltadas à sua qualidade de vida. Contudo, pelo descompasso que há entre o que a política prevê e o que realmente está posto em prática, sua completa implementação

e consequente efetivação somente ocorrerá após ações pontuais a serem executadas nesse sentido, em um longo caminho a ser percorrido. Os respondentes expressam que “na teoria é linda mas na prática deixa a desejar, está iniciando” (sujeitos 7 e 8), “com um teor muito bonito se analisada no papel, porém com um longo caminho a ser percorrido para que seja de fato efetivada” (sujeitos 2 e 4).

O CEREST, enquanto órgão disseminador da cultura especializada em saúde do trabalhador, atua executando ações de educação e práticas de vigilância em saúde do trabalhador, articulando-se também com outros órgãos. Nesse contexto, os respondentes afirmam que o CEREST é um órgão necessário para as atividades de promoção e prevenção da saúde do trabalhador.

AS ARTICULAÇÕES DO CEREST

No que tange às articulações com órgãos e setores, necessárias às práticas de VISAT, observou-se que o CEREST mantém parceria com universidades, associações, autarquias, sindicatos, etc., destacando-se o alinhamento com o Ministério Público do Trabalho (MPT) para o desencadeamento de ações de VISAT, sendo considerado por este órgão uma instituição de extrema importância no processo de adequação dos ambientes de trabalho. Certa parcela do empresariado também já se mostra parceira do CEREST.

Há intersetorialidade, mas falta intrasetorialidade. A articulação do CEREST com os setores do próprio sistema de saúde dá-se com as Vigilâncias Sanitária, Ambiental e Epidemiológica. Porém, a articulação com a Atenção Básica ou a Atenção Primária à Saúde, principal porta de entrada dos usuários do SUS, praticamente inexistente. Levando-se em conta o poder de demandas da Atenção Básica, pode-se afirmar que o fortalecimento dessa articulação intrasetorial favorecerá a efetivação da política de saúde do trabalhador.

A articulação intrasetorial é tão necessária quanto a articulação intersetorial estabelecida entre o CEREST e variadas entidades. A incorporação da VISAT às estruturas formais de Vigilância (Sanitária, Epidemiológica e Ambiental) e da Atenção Básica à Saúde dos municípios ocorre por meio da articulação do CEREST com essas, o que é essencial para o desencadeamento de ações, tendo em vista o poder de intervenção da Vigilância Sanitária, o de sistematização das Vigilâncias Epidemiológica e Ambiental e o de geração de demandas da Atenção Básica (VASCONCELLOS, et al, 2014, p. 4619).

A conscientização de uma parcela de empresários, empregadores (mesmo que informais) que os levam à parceria com o CEREST, inclui também o reconhecimento de que esse órgão tem competência para fiscalizar e autuar quando necessário. Contudo, a resistência de empresários em reconhecer a competência do CEREST ainda é uma realidade que se revela inclusive por meio de ações judiciais que questionam sua atuação. Logo, o CEREST conta com empresários parceiros, mas também se depara com empresários antagonistas.

A oposição à ação do CEREST, manifestada em sua primeira fase de atuação por meio de ameaças, subnotificações de acidentes de trabalho graves, comercialização de programas de prevenção (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA), perpetua-se em uma parcela do empresariado, a qual se insurge

contra sua atuação por meio da criação de empecilhos às inspeções e do descaso de certos gestores que obstruem a atuação do CEREST, dando prioridade a outras ações ou mesmo impedindo a realização destas.

Se o gestor persiste na aplicação de práticas curativas em prejuízo de ações preventivas de cuidados com a saúde do trabalhador, põe em risco a efetivação das políticas públicas em saúde do trabalhador, agindo na contramão do modelo atual, o qual concebe a saúde do trabalhador como “uma prática social instituinte, que se propõe a contribuir para a transformação da realidade de saúde dos trabalhadores [...], articulada com crenças, ideias e representações sociais próprias de um dado momento da história humana” (DIAS, 1995, p. 27).

RUMO À PREVENÇÃO

Embora executando ações e apoiando os municípios, o trabalho de prevenção ainda caminha a passos lentos, em razão da carência de profissionais específicos para atuarem em saúde do trabalhador nos municípios. Para além desse fato, está a necessidade de qualificação desses profissionais, a fim de agregarem conhecimento especializado a ser aplicado em suas práticas.

Emerge do depoimento dos respondentes a preocupação pela falta de ações preventivas, embora haja promoção à saúde do trabalhador por parte do CEREST. Promoção e prevenção guardam entre si sutil e, ao mesmo tempo, importante diferença.

O discurso preventivo tem sua base no conhecimento epidemiológico moderno e objetiva controlar a transmissão de doenças infecciosas e reduzir o risco de doenças degenerativas ou outros agravos específicos. A estrutura dos projetos de prevenção e educação em saúde são a informação científica divulgada e as recomendações normativas de mudanças de hábitos (CZERESNIA, 2009, p. 49).

Promoção da saúde é um termo bem mais amplo que *prevenção*, pois diz respeito a medidas que “não se dirigem a uma determinada doença ou desordem, mas servem para aumentar a saúde e o bem-estar gerais” (LEAVELL; CLARCK, 1976, p. 19).

Observou-se que a habilitação do CEREST é considerada um marco na saúde do trabalhador na sua região de abrangência, pois os respondentes afirmam que o período anterior ao CEREST contemplava apenas algumas investigações de acidente de trabalho grave, sem existirem ações sistemáticas voltadas à saúde do trabalhador, sendo que, após sua habilitação, as ações foram expandidas. Os Relatórios de Atividades registram, entre outros elementos: capacitações; promoção de eventos; fiscalizações; inspeções; investigações; visitas a estabelecimentos para divulgação de campanhas; visitas técnicas com elaboração do respectivo relatório; apoio para elaboração de Diagnóstico da Saúde do Trabalhador nos municípios; avaliação do PPRA das RS; monitoramento e supervisão de programas (a exemplo do VIGIASUS); fiscalização de convênios; incentivo e apoio às notificações ao SINAN NET; atendimento ao Termo de Cooperação Técnica entre SESA e MPT e exigência junto a estabelecimentos de cumprimento de TAC, por demanda do MPT.

O entendimento do MPT é de que certamente se identifiquem o antes e o depois do CEREST. Embora suas ações sejam voltadas à classe trabalhadora, não beneficia somente esta,

mas toda a coletividade, na perspectiva de que a promoção e a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao mundo do trabalho possam repercutir minimizando gastos com benefícios assistenciais e previdenciários.

DIFICULDADES E PERSPECTIVAS

Foram apontadas como principais dificuldades enfrentadas pelo CEREST: o escasso número de profissionais para atuar em saúde do trabalhador; o acúmulo de funções de tais profissionais; a ingerência política; a extensa área de abrangência do CEREST; a falta de veículos para deslocamentos e a falta de intrasetorialidade.

Acerca do quantitativo dos responsáveis pelas ações em saúde do trabalhador e o acúmulo de funções, o que repercute no baixo desempenho das ações em saúde do trabalhador, segundo depoimento, a maioria dos municípios tem apenas um servidor responsável por desenvolver as atividades das Vigilâncias Sanitária, Ambiental e de Saúde do Trabalhador. Isso acarreta sobrecarga de trabalho, cujas ações são priorizadas de acordo com os interesses do gestor (sujeito 4).

Mesmo quando há profissionais específicos para as Vigilâncias Sanitária e Ambiental, estes realizam, além de suas tarefas, as ações em saúde do trabalhador, mesmo desprovidos da devida qualificação para tal. Na maioria dos casos, se não em todos os municípios, as ações em saúde do trabalhador não são prioridade.

Outra dificuldade apontada é o desinteresse do gestor tanto municipal como estadual.

Quanto à ingerência política, é o descaso dos gestores tanto municipal como estadual. Não dão muita importância às ações da Saúde do Trabalhador, de preferência nem querem o desenvolvimento das mesmas. Muitas vezes até o prefeito interfere nas ações, proibindo os técnicos municipais de desenvolverem as ações nas empresas, coibindo os servidores na emissão de multas, interdições; com medo de as empresas deixarem o parque industrial. Dão mais valor às empresas do que aos trabalhadores e técnicos (sujeito 10).

O depoimento acima está alinhado a outro, em que se admitem “dificuldades políticas e culturais para municipalização do processo, como por exemplo, realizar ação na madeireira ou no hospital e o prefeito é o dono; o médico do trabalho tem outro envolvimento” (sujeito 2). Lourenço (2009, p. 223) alerta para dificuldades que estão diretamente ligadas à diversidade de tarefas dos profissionais de saúde:

O registro de uma doença pode desencadear alguma ação no local de trabalho, do qual originou o problema e, pelas observações cotidianas, os médicos têm certo temor em confirmar a relação de determinado problema com determinado trabalho. Ocorre ainda de médicos dos serviços públicos atuarem também nas empresas privadas, o que pode gerar algum conflito quanto ao recebimento da problemática como relacionada ao trabalho.

Sobre a postura do gestor que ainda não absorveu a importância da prevenção:

Atualmente há uma dificuldade de se implantarem na sua totalidade as ações de saúde do trabalhador do CEREST, uma vez que determinados gestores municipais ainda possuem a visão

que os cuidados de saúde devem ser baseados em hospitais, havendo uma remediação quando a doença já está instalada, deixando de fazer a prevenção primária, prevenção esta com menos custos para o SUS e com mais eficiência para os trabalhadores e população (sujeito 6).

À medida que cria obstáculos à execução de políticas públicas em saúde do trabalhador, o governante se omite às demandas da sociedade, deixando de tornar efetivos direitos e garantias dos cidadãos. Tal dificuldade enseja o exercício do controle (fiscalização) da execução das políticas públicas por parte das entidades representativas da sociedade, fazendo valer a garantia constitucional da participação popular tanto no processo de formulação, quanto no de execução das políticas de saúde. Como salienta Silva (et al, 2005, p. 390, 402), a participação popular no interior das políticas sociais é a concretização de novas formas de interação entre a sociedade e o Estado, que reorganiza sua intervenção, buscando maior igualdade, equidade ou eficiência.

A expectativa de superação das dificuldades, com maiores possibilidades de total implementação e efetivação da política de saúde do trabalhador no SUS, apontou, segundo o depoimento dos respondentes, para a reestruturação da própria RENAST, pela qual seus centros executores CEREST deixariam de ter abrangência macrorregional para se tornarem regionais. Poderia haver um CEREST em cada RS, com a equipe completa e exclusiva atuando com autonomia no planejamento, na execução e na avaliação das ações nos municípios da área de abrangência. Isso resultaria em celeridade, uma vez dispensada a necessidade de planejamento, execução e avaliação de ações em nível macrorregional.

Quanto às dificuldades apontadas e às possibilidades de seu enfrentamento, identifica-se, no depoimento dos respondentes, o teor do que já vem sendo discutido e proposto desde a 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Paraná, em 2014, cujas inquietações versavam sobre: a necessidade de fortalecimento e qualificação dos trabalhadores das equipes de vigilâncias sanitárias municipais no sentido de intervirem em processos produtivos de maior complexidade, garantindo a esses indivíduos as devidas condições de trabalho; a eliminação da ingerência política nas ações fiscalizatórias, ainda ditadas pelo poderio econômico; a importância da atuação em rede intersetorial; a diminuição das subnotificações e o fortalecimento do controle social. As propostas de superação de tais dificuldades, contidas no relatório final da referida conferência, apontam para: a criação de um setor exclusivo de VISAT dentro da Vigilância em Saúde, com equipe específica para o desempenho das ações em saúde do trabalhador; a criação de um CEREST para cada RS; a possibilidade de habilitação de CEREST Municipal para bases populacionais de 200.000 habitantes; a intensificação de parcerias com instituições de ensino para a produção de estudos e o desenvolvimento de projetos na área de higiene, saúde e segurança dos trabalhadores; a inclusão de conteúdo sobre o tema saúde do trabalhador na grade curricular de todos os níveis de ensino dos cursos propedêuticos, técnicos, profissionalizantes e universitários e, por fim, a ampliação da desvinculação da medicina do trabalho do domínio dos empregadores.

Observa-se que, pelas propostas apresentadas no relatório final da conferência acima mencionada, foi traçado o caminho para a tentativa de superação das dificuldades apresentadas na ocasião, as quais se mantêm até hoje; resta percorrê-lo.

Como órgão executor da RENAST, o CEREST surgiu no contexto histórico em que a saúde do trabalhador, já reconhecida como campo específico de conhecimento, caminha para a qualidade de vida no trabalho. Há uma dificuldade peculiar em agir no campo da saúde do trabalhador, pois esse se coloca justamente na tensão entre capital e trabalho. No entanto, procura-se unir forças por ambientes de trabalho saudáveis, mas há resistência política dos que defendem os interesses econômicos.

Os resultados da pesquisa possibilitaram compreender como se dá a atuação do CEREST na vigilância em saúde do trabalhador e permitem afirmar que: a) o CEREST tem um papel estratégico na garantia do direito fundamental à saúde dos trabalhadores, declarado como direito social no Artigo 6º da CRFB/88. Isso porque sua atuação nesse campo específico retira da invisibilidade a realidade dos trabalhadores locais por meio dos Diagnósticos da Situação da Saúde do Trabalhador realizados nos municípios, com base nos quais ações são planejadas e executadas. As fiscalizações, inspeções e investigações de acidentes de trabalho contribuem para a crescente adequação e melhoria dos ambientes de trabalho; b) na medida em que o CEREST, formulando e executando ações, mesmo em meio a dificuldades, operacionaliza as políticas em saúde do trabalhador, em especial a PNSTT e a PEST em sua realidade regional, cumpre o seu papel na garantia do direito fundamental à saúde dos trabalhadores; c) para obter resultados positivos de sua atuação junto à população, o CEREST deve ampliar a divulgação de seus projetos, suas ações e seus resultados junto à comunidade onde as atividades são desenvolvidas, dando publicidade e transparência ao trabalho realizado; d) igualmente, a divulgação de seus projetos, ações e resultados deve ser estendida aos demais CEREST, cuja interação poderá proporcionar a formação de banco de dados com os quais é possível subsidiar novas políticas públicas; e) o enfrentamento das dificuldades apontadas que decorrem da falta de vontade política somente será possível com uma luta constante pela construção de uma nova cultura no sentido de haver um Estado verdadeiramente democrático e que abrace os interesses dos trabalhadores.

A dificuldade imposta pela grande extensão da área de abrangência do CEREST sinaliza para a necessidade de se pensar a reestruturação da RENAST com CEREST de abrangência regional (em cada RS), em vez de CEREST de abrangência macrorregional. Tal providência poderia proporcionar maior agilidade e eficiência na condução das atividades.

CONCLUSÃO

No relato a que se propôs o presente texto, refletiu-se sobre os aspectos das transformações ocorridas no mundo do trabalho e a respeito da presença do Estado em consonância com a sociedade civil na formulação de políticas públicas, em especial as relativas à saúde do trabalhador. Demonstrou-se a atuação do CEREST, que, embora enfrente dificuldades, exerce papel estratégico na implementação de tais políticas, enquanto órgão de disseminação da cultura especializada em saúde do trabalhador.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**. v. 25. n. 87. p. 335-351, 2004.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 35-48.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.679, de 20 de setembro de 2002**. Dispõe sobre a estruturação da rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador no SUS e dá outras providências. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/trabalhador/portarias.php>. Acesso em: 2 ago. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - PNSTT. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_4cnst/docs/Portaria_1823_12_institui_politica.pdf. Acesso em: 20 abr. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.908, de 30 de outubro de 1998**. Estabelece procedimentos para orientar e instrumentalizar as ações e serviços de saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3908_30_10_1998.html. Acesso em: 1º ago. 2016.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CASTELLS, M. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. de (orgs.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/m9xn5>. Acesso em: 18 dez. 2016.
- DEDECCA, C. S. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. A. B. de; MATTOSO, J. E. L. (orgs.). **Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.
- DIAS, E. C. **Saúde, meio ambiente e condições de trabalho: conteúdos básicos para uma ação sindical**. São Paulo: Publicação CUT/FUNDACENTRO, 1995.
- GORENDER, J. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estudos avançados**. São Paulo: IEA-USP, 1997. p. 311-361.
- LANGER, A. Pelo êxodo da sociedade salarial. **A evolução do conceito de trabalho em André Gorz**. 2003. 62 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo.
- LEAVELL, H. R.; CLARCK, E. G. **Medicina preventiva**. Trad. de Cecília Donnangelo, Moisés Goldbaum e Uraci Ramos. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

- LOURENÇO, E. Â. de S. **Na trilha da saúde do trabalhador**: a experiência de Franca. Franca: UNESP-FHDSS, 2009.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- NEIVERTH, E. M. H. B. **O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) Macrorregional Campos Gerais do Paraná (2008-2016)**: dificuldades e superações na implementação de políticas públicas relativas à saúde do trabalhador. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa/Pr, Ponta Grossa, 2017.
- PAIM, J. S. **O que é o SUS?** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. Disponível em: <http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/>. Acesso em: 4 jun. 2016.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde (SESA). **Política Estadual de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador**. Curitiba, 2011. Disponível em: http://www.conselho.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Comissoes/Saude%20Trabalhador/Politica_Estadual_de_ST.pdf. Acesso em: 15 jun. 2016.
- SILVA, F. B. da; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, L. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. IPEA, Brasília, 2005.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- VASCONCELLOS, L. C. F. de; GOMES, C. M.; MACHADO, J. M. H. Entre o definido e o por fazer na vigilância em saúde do trabalhador. **Ciência e Saúde Coletiva**. 19(12) p. 4617-4626, 2014.

A (IN)VISIBILIDADE DA FAMÍLIA HOMOPARENTAL NAS ESCOLAS

Maria Cristina Rauch Baranoski
Dirceia Moreira

INTRODUÇÃO

O presente capítulo trata da família homoparental e sua relação com a escola e tem origem na pesquisa realizada por Baranoski (2017), para a tese de doutorado do programa de doutorado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com defesa em 2017, cujo tema ainda se mantém no debate acadêmico e político.

Não obstante a repersonalização do direito de família, que possibilitou o reconhecimento da união das pessoas do mesmo sexo como família e seus consequentes direitos de pater/maternidade, a imagem da formação da família tradicional patriarcal se faz presente, deixando as demais configurações invisíveis. Com isso, a hipótese que orientou a pesquisa é de que, no contexto escolar, a família homoparental é uma realidade invisível.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar a forma pela qual as escolas do sistema estadual de ensino NRE/Ponta Grossa - PR trabalham as demandas da família homoparental, considerando o cotidiano escolar e as políticas públicas da educação.

A pesquisa teve o caráter qualitativo, realizada com base no método hipotético dedutivo. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, e o percurso metodológico se deu com as pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

Na pesquisa de campo, foi utilizada a abordagem bola de neve, visando localizar experiências da família homoparental e sua relação com a escola, no Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa. Os dados de campo foram coletados nas formas de: observação; entrevista semiestruturada e documentos institucionais da escola (como o Projeto Político Pedagógico e os Planos de Educação, com base nas categorias da pesquisa).

Iniciando o processo metodológico do estudo de caso, o primeiro contato ocorreu com a Secretaria de Estado da Educação, a fim de se localizarem eventuais projetos relacionados ao tema da pesquisa, não se obtendo êxito. Na sequência, buscou-se o Núcleo Regional da Educação de Ponta Grossa – NRE/PG, o qual informou que não havia nenhum projeto relacionado à relação família/escola, em especial a família homoparental. Contudo, o NRE/PG indicou uma família

homoparental para a entrevista e cinco escolas que teriam solicitado material/capacitação específica relacionada à orientação sexual.

A pesquisadora visitou as escolas indicadas, nas quais se entrevistou a diretora e/ou pedagoga, com exceção de uma escola, cuja diretora estava acompanhada das pedagogas e de algumas professoras. Apenas uma escola indicou família para a entrevista. Porém, esta não respondeu aos chamados da pesquisadora, restando para análise apenas a família indicada pelo NRE/PG.

A família homoparental que respondeu à pesquisa foi a indicada pelo NRE/PG. É uma família conhecida do Núcleo, cujas mães e filha são ativistas da causa LGBTI+ e participam de eventos de discussão dos direitos da diversidade promovidos por instituição da cidade que envolve o próprio NRE/PG.

A análise de conteúdo do material coletado foi realizada considerando as categorias: escola; família; diversidade; família homoparental; sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente; educação para a diversidade; estigma; estereótipo; preconceito; discriminação; visibilidade/invisibilidade e, por fim, exclusão.

Os resultados obtidos confirmaram a tese da invisibilidade da família homoparental tanto nos ordenamentos jurídicos nacional e estadual quanto nos documentos e no cotidiano escolar. Tal fato demonstra os desafios que ainda se apresentam às crianças e aos adolescentes e suas famílias no sentido de terem garantido o direito de acesso e permanência na escola, livres de quaisquer formas de violência originadas do preconceito e da exclusão. Além disso, verificou-se que a escola não conhece o histórico de suas crianças, especialmente sua configuração familiar e tem dificuldades para entender as configurações familiares contemporâneas, além de reproduzir padrões sociais hegemônicos.

A falta de práticas inclusivas na escola para a acolhida e o reconhecimento da família homoparental traz como consequência a falta de cumprimento, por parte da escola, de sua função de proteger plenamente o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária e à educação, confirmando a tese de que, no contexto escolar, a família homoparental é uma realidade invisível.

RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA: BREVES CONSIDERAÇÕES

O princípio da prioridade absoluta é um dos princípios integrantes da doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. A orientação desse princípio é no sentido de privilegiar incondicionalmente os interesses e direitos de crianças e adolescentes, em razão de serem indivíduos em condição especial, em fase de crescimento, necessitando de proteção especial, diferenciada e integral para o adequado e completo desenvolvimento (NOGUEIRA NETO, 2005).

Para garantir a proteção absoluta dos direitos da criança e do adolescente, devem atuar todos os atores compõem o cenário do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA. Entre os quais, estão a família e a escola, como lugares basilares na formação do sujeito, ser humano, independente das diferenças que apresente.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 – CF/1988, (BRASIL, 1988), a dignidade da pessoa humana é consagrada como princípio basilar, um dos fundamentos da ordem republicana e democrática, representando um importante vetor interpretativo, conforme Oliveira (2011). Por isso, o reconhecimento da dignidade do ser humano reflete na luta de direitos, o que ocorre com a luta dos homossexuais para o reconhecimento das várias formas de organização da família, inserindo a família homoparental como uma delas.

A partir da valorização da afetividade como componente do vínculo familiar, em detrimento da sanguinidade/patrimonialidade, que marcava toda a construção da família no Código Civil de 1916, há um fenômeno jurídico/social que autores da área do direito de família e da sociologia passam a chamar de repersonalização da família (LÔBO, 2011; FACHIN, 2009; MALUF e MALUF, 2013).

A entidade familiar não é tutelada pelo Estado para si, mas sim como meio de realização pessoal dos seus componentes (LÔBO, 2011). Assim, com a lente do princípio da dignidade da pessoa humana, no tocante às relações familiares que tomam assento na CF/1988, outras modalidades de constituição de família são reconhecidas, tuteladas e regulamentadas, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) e do Código Civil – CC (BRASIL, 2002).

Apesar do tempo de luta transcorrido e das discussões/reflexões a respeito da configuração da família contemporânea em perspectivas plurais, ainda permanece a construção social da formação familiar tradicional de pai-mãe-filho(s), deixando as demais configurações, muitas vezes, com um grau de importância menor, inferiorizadas ou mesmo despercebidas.

Ao passarem despercebidas determinadas condições da família, denota-se o fenômeno da invisibilidade destas. A produção dessa invisibilidade se dá com o pensamento abissal, fazendo com que certas formações familiares sejam tidas como inexistentes. Para Santos (2010), o pensamento abissal está baseado num sistema de distinções visíveis/invisíveis.

Num espaço plural de configuração familiar, a noção moderna de família pressupõe a existência da criança e do adolescente enquanto detentores de direitos, em especial do direito à convivência familiar e comunitária, assegurado constitucionalmente, independente da configuração familiar.

Após o reconhecimento da união estável de pessoas do mesmo sexo como entidade familiar na esfera de atuação do Poder Judiciário, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no ano de 2011 (BRASIL, 2011), posteriormente com a possibilidade do casamento civil (BRASIL, 2013), e após muitos tribunais nacionais terem deferido, desde 2006 (CATANDUVA, 2006), a adoção de crianças e adolescente para casais homoparentais, a publicização das famílias homoparentais é inegável.

Contudo, a presença do preconceito pode gerar violência e exclusão. Tal fato é uma realidade, inclusive porque a sociedade brasileira tem forte influência religiosa, conforme Maluf e Maluf (2013). Assim, pautado nessas questões, o pensamento coletivo tende a não aceitar o que as diversas religiões condenam como impuros, gerando o preconceito. Nesse contexto, está a aceitação ou não da diversidade de formação da família¹. Na organização da família concebida com base em

¹ Exemplificando a visão tradicional para a formação do que se entende por família, uma situação recente,

dogmas religiosos, fruto do colonialismo a que se refere Santos (2010), o casamento religioso era formalmente considerado a fonte da família. Essa condição tem reflexos naquilo que pode ou não ser aceito como família nos dias atuais.

A concepção excludente do que é família, seja pelo legislador ou no cotidiano, é fonte de conflitos e negação de direitos, particularmente quando se trata do direito da criança à convivência familiar e comunitária.

A escola e a família são integrantes do SGDCA. Ambas têm o condão de zelar para que os direitos inerentes à criança e ao adolescente sejam efetivados. Entre eles, estão o direito à convivência familiar e comunitária (independente da configuração da família da qual a criança e o adolescente provêm) e o direito à educação (que corresponde ao acesso e à permanência da criança na escola, com respeito e dignidade, livre de preconceito e exclusão). Assim, no que diz respeito ao direito à convivência familiar e comunitária e à educação, a escola e a família têm o encargo de estabelecer entre si relações de cooperação e de compreensão a respeito da função que cada qual exerce.

O preconceito é uma realidade presente nas escolas brasileiras. Além disso, o preconceito e a discriminação relacionados à orientação sexual são os principais motivadores do *bullying*, conforme resultados apresentados por duas pesquisas.

A primeira dessas pesquisas foi realizada pelo Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, cujos objetivos foram mensurar as situações de preconceito e discriminação dentro da escola (as quais podem influenciar o direito de acesso e permanência dos estudantes) e subsidiar a formulação de políticas para a redução das desigualdades, o respeito e a educação para a diversidade no ambiente escolar (BRASIL, 2009).

A segunda pesquisa foi realizada no ano de 2016 pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a qual apresenta análises e resultados da primeira pesquisa nacional virtual realizada no Brasil com adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, tratando de suas experiências nas instituições educacionais que frequentaram e corroborando a existência da violência relacionada à orientação sexual na escola (ASSOCIAÇÃO, 2016).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997), prevê-se a educação para a diferença, uma vez que o documento tem como um de seus objetivos respeitar as diversidades regionais, culturais e políticas presentes na realidade nacional. Para tanto, incorporou os temas transversais como ética, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho, consumo e pluralidade cultural.

A previsão do eixo educação sexual nos PCN se fez em razão, entre outros motivos, da urgência do combate à gravidez na adolescência e à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis (BRASIL, 1997). Contudo, o enfrentamento da diversidade relativa à orientação sexual

ocorrida em agosto de 2020, por ocasião da publicidade veiculada pela empresa Natura, apresentou as diversas formas de paternidade. Entre elas, uma em especial causou discussões acaloradas em redes sociais, com pedidos de boicote aos produtos da empresa, por mostrar a paternidade de Thammy Miranda, o que demonstra que a sociedade ainda tem posturas preconceituosas e não compreende as diversas formas de constituição familiar (FILIPPE, 2020).

não constou de forma pontual nos PCN, em que se optou por generalizar a categoria diversidade, englobando diferentes e complexos temas, mesmo que de forma “tímida, heteronormativa e agregada a temas polêmicos como: aborto, virgindade, pornografia e prostituição, sua abordagem temática é garantida pelo PCN a partir da 5ª série” (CAETANO, 2013, p. 80).

Os PCN colocam um desafio para a escola. A saber: “reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro” (BRASIL, 1997, p. 81). Com isso, alerta-se que a escola, para ser considerada um local de aprendizagem, deve ser investida na superação de qualquer tipo de discriminação e na valorização da trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade, permitindo a coexistência em igualdade dos diferentes (BRASIL, 1997), o que deve fazer a cada instante, alimentando a cultura da paz, que tem como base a tolerância, o respeito aos direitos humanos e a noção de cidadania,

Mais do que teoria e prática, a não violência tem que ser uma atitude entre toda a prática de ensino, envolvendo todos os profissionais de educação e estudantes da escola, pais e comunidade em um desafio comum e compartilhado. Assim, a não violência integrada dá ao professor outra visão de seu trabalho pedagógico. A escola tem que dar lugar ao diálogo e ao compartilhamento, se tornando um centro para a vida cívica na comunidade.” (UNESCO, 2017).

O 2º Plano Nacional de Educação encontra-se vigente desde o ano de 2014. Novamente o tema relativo à orientação sexual não foi abordado de forma clara e precisa. O fato ocorreu em razão das discussões no âmbito do Legislativo, por ocasião da votação do plano nacional, permeado pelo jogo de forças dos representantes ligados à religião, forçando a alteração no texto do artigo 2º do projeto de lei, que determinava a diretriz para superação das desigualdades educacionais e a ênfase na promoção “da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” para fazer constar de forma genérica a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade sócio ambiental” (BRASIL, 2014).

Houve o mesmo debate quando da votação dos planos de educação em inúmeros estados da Federação e respectivos municípios. Assim como aconteceu na Câmara dos Deputados, ratificou-se um pensamento conservador, baseado em argumentos da religião, para as políticas públicas da educação, quando se criou o termo “ideologia de gênero” para desqualificar as discussões relacionadas a gênero² e orientação sexual (MOCHI, 2016), afrontando o princípio da laicidade do Estado. A ideologia de gênero, conforme Mochi (2016, p. 170), teria o objetivo de “acabar, desfigurar a família tradicional brasileira e assim negar a biologia dos sexos, negando a natureza dada por Deus”.

A mais recente posição do Judiciário é do dia 25 de abril de 2020, com a decisão do STF, que julgou inconstitucional, por unanimidade, uma lei municipal que vetava a discussão de gênero em escolas (BRASIL, 2020b) e proibia a utilização de material didático com conteúdo relativo à

² Para a presente pesquisa, são utilizados os termos “sexo” para designar o aspecto biológico e “gênero” para enfatizar aspectos culturais relacionados às diferenças sexuais ou à construção social das diferenças sexuais, conforme as classificações de masculino e feminino (PINSKY, 2009, p. 162). Assim, quando se coloca a família homoparental, entenda-se aquela formada por pessoas do mesmo sexo.

diversidade de gênero nas escolas municipais do município de Novo Gama/GO. Para o ministro Alexandre de Moraes, a lei contrariou um dos objetivos da República Federativa do Brasil, o de promover o bem de todos, e violou princípios constitucionais, como o princípio da igualdade, “ao aderir à imposição do silêncio, da censura e, de modo mais abrangente, do obscurantismo como estratégias discursivas dominantes, de modo a enfraquecer ainda mais a fronteira entre heteronormatividade e homofobia” (BRASIL, 2020a). Relacionadas ao movimento Escola Sem Partido, existem ainda mais 15 ações tramitando no STF (BRASIL, 2020b).

Essa situação ocorre porque não há uma previsão expressa nos planos de educação nem um documento oficial obrigatório para abordar as questões relacionadas à diversidade sexual, constando apenas nos PCN, os quais são apenas um documento indicador, sem caráter obrigatório. Assim, há necessidade de se estabelecer como a escola pode cumprir, com os meios que tem atualmente no que diz respeito à diversidade, em especial à orientação sexual, a forma mais adequada para enfrentamento dos conflitos oriundos dessa diversidade, com vistas a resguardar os direitos da criança no convívio escolar (BRASIL, 1988).

Porém, na análise dos documentos oficiais da escola, tem-se que, a respeito da família homoparental e do reflexo da sua relação com a escola, no sentido da proteção da criança e do adolescente, há indiferença e silenciamento.

Ao longo do tempo, a escola traça as estratégias disponíveis para desempenhar a transmissão dos conhecimentos que a humanidade produz científica e culturalmente, organizados e sistematizados de forma histórica, porém, “apresenta contrariedades significativas em sua trajetória histórica e na contemporaneidade para enfrentar as questões relacionadas à sexualidade e ao gênero” (PELEGRINI; MAIO, 2016, p. 125).

Por isso, é importante ressaltar que tanto a escola quanto a família precisam ter presente a conjuntura da sociedade da qual a criança é oriunda e, com base nisso, garantir a permanência da criança na escola, sem qualquer tipo de violência que possa gerar preconceito e exclusão.

UMA FAMÍLIA ADOTIVO-AFETIVA, HOMOPARENTAL E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA

Autores como Saviani (2010), Aranha (2006) e Vieira (2007) apresentam que, desde as primeiras legislações educacionais do país até a década de 1980, se percebem na educação a prevalência de interesses políticos, quase sempre ligados ao ensino particular. Além disso, esses autores indicam que, em um dos polos da dicotomia ensino público-privado, estavam os interesses da Igreja Católica, a qual exerceu ao longo dos anos o monopólio da educação nacional.

A falta de uma compreensão política séria a respeito da educação macula as políticas educacionais até os dias atuais, cujas discussões que se colocam em pauta consistem na “ideologia de gênero” nos planos educacionais (nacional, estadual e municipal), por meio do Projeto de Lei 246, apresentado em 4 de fevereiro de 2019, denominado “Escola sem partido” (BRASIL, 2019). Finalizando discussões polêmicas em projetos que afetam diretamente a educação, está a Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 15 de dezembro de 2016, relativa ao teto dos gastos públicos, que

regula a forma como o Estado brasileiro aplica seus recursos pelos próximos 20 anos, impactando pontos prioritários de investimento do Estado em saúde e educação (BRASIL, 2016).

A inexperiência democrática e a marginalização econômica, política e cultural deixam suas marcas na sociedade. E a escola, que deveria cumprir seu papel de educar para a inclusão e o respeito às diferenças, promovendo o conhecimento para a vida, não consegue cumprir plenamente sua função, porque a educação passa a ser, de um direito social e subjetivo, tal qual previsto na CF/1988, um serviço mercantil, para o qual o objetivo não é servir aos cidadãos, mas sim ao mercado, cujo projeto para a educação é fortalecido a cada dia, face às propostas legislativas, a exemplo de leis já aprovadas, como a reforma do ensino médio e as reformas trabalhista e da previdência.

É da escola o desafio de estabelecer a relação com a família. Pautada na premissa da proteção integral do direito da criança e do adolescente, a pesquisa de campo demonstrou a relação conflitiva da escola com a família, ao analisar uma família homoparental e cinco escolas no estado do Paraná.

A fim de encontrar um caso para análise, primeiro houve a busca junto à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, não se localizando projetos que tratavam da relação escola/família. Assim, em visita pessoal ao Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa – NRE/PG, buscou-se localizar situações pontuais do tema da pesquisa, a fim de realizar a análise de caso.

O NRE/PG indicou uma família homoparental, conhecida pelo fato de as mães e a filha serem ativistas da causa LGBTI+, as quais participam de eventos de discussão dos direitos da diversidade promovidos por instituição da cidade que envolve o próprio NRE/PG. Além disso, o Núcleo indicou cinco escolas que teriam solicitado material/capacitação específica relacionada à orientação sexual.

A família que participou da entrevista é organizada com base em características próprias, que abrangem categorias como afetividade, adoção e homoparentalidade. A configuração homoparental resulta da união estável de duas mulheres, com a convivência contínua, pública e duradoura, com o objetivo de constituir família, sem o casamento civil. Além disso, é adotivo-afetiva, ao se referir à filiação, porque esta existe de fato, independente de documento oficial.

O convívio familiar com a filha ocorreu quando esta era adolescente, por meio da guarda que uma das mães, tia da adolescente, obteve judicialmente. Até o momento da guarda, a adolescente viveu um longo período de violência familiar praticada pelos pais biológicos, como abandono material, afetivo e violência física que resultou em fraturas. Além disso, tinha seu direito à integridade física, psicológica e material violado.

Quando a tia recebeu a guarda da adolescente, a escola não reconheceu o documento judicial e verbalizou para a adolescente que seria melhor morar com os genitores a estar numa família de duas mulheres. Ainda na ocasião da entrega de boletim, a escola chamou a mãe biológica para recebê-lo. Houve conflito, e o Conselho Tutelar e o Judiciário foram acionados para fazer cumprir a guarda da adolescente para a família, que, após esses episódios, optou em transferir a adolescente para outra escola, na busca de acolhimento e respeito aos seus direitos fundamentais.

Nos depoimentos da família homoparental, verificou-se o total descompasso da relação família/escola. A escola inclusive não percebeu a violência que a adolescente sofreu por parte dos

genitores, ignorou a situação e entendeu mais adequado a manutenção com genitores, mesmo violentos, do que a permanência dela na família que deteve a guarda, uma vez que se tratava da união de duas mulheres.

Além dos dados colhidos com a família, que já sinalizou o descompasso da relação família/escola, foram realizadas a visita, a observação e a entrevista em cinco escolas pertencentes ao NRE/PG. Dessas, três escolas participaram com respostas ao questionário, acompanhado do respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE assinado, além da disponibilização dos documentos orientadores da respectiva escola. Duas delas indicaram famílias para contato, porém, delas não houve resposta. As outras duas escolas, apesar de receberem a pesquisadora, não responderam ao questionário e não retornaram com o TCLE.

Durante a entrevista nas cinco escolas, percebeu-se a negação da existência de famílias homoparentais. Inclusive, em uma delas, a entrevista se deu com seis integrantes da escola juntas (professoras, pedagogas e diretora). Todas responderam aos questionamentos e mostraram-se interessadas no tema, relatando não conhecer situações de famílias homoparentais. Contudo, chamou a atenção o fato de que há uma professora transexual na escola, a respeito da qual se comentou que já utiliza o nome social e que havia sido aluna na mesma instituição. A professora chegou durante a conversa, parou na porta e fez um cumprimento para todas. Percebeu-se que ela permaneceu na escola durante a visita da pesquisadora, contudo a diretora não cogitou indicar essa professora para participar da reunião. Questionada da eventual participação da professora transexual na pesquisa, a diretora disse que “achava” que ela não aceitaria porque “não tem família ainda”.

Uma das escolas não respondeu às perguntas, sendo que sua diretora afirmou que as perguntas eram inadequadas. Contudo, ofereceu o PPP e o regulamento da escola para análise e informou que não existia projeto ou qualquer iniciativa a respeito do trabalho com as famílias homoparentais (aliás, qualquer trabalho com as famílias numa acepção mais genérica). Além disso, mostrou as dificuldades da escola (de maneira geral) para enfrentar a diversidade, dando a exemplo o próprio PPP e o regulamento da escola. Na sequência, teceu críticas dizendo que tais documentos, fundamentais para a escola, estavam totalmente desatualizados, posto que, em termos de legislação, a última citada era do ano de 2003, embora tais documentos estivessem datados do ano de 2015. Informou ainda que a escola carece de dados dos alunos, amparando-se no exemplo do registro de alunos da escola, em que, dos dados em relação à família, consta apenas local para colocar o nome do pai e da mãe, complementado recentemente com saúde da criança, sem mais detalhes da constituição familiar em si.

Foi nessa escola que a filha da família homoparental estudava quando teve a guarda deferida. Assim, constatou-se que a falta de dados mais específicos no registro do aluno não possibilita à escola saber das diversas configurações familiares que se fazem nela presentes. Constatou-se também que a escola não está preparada para a interação com a família nem percebe a existência da diversidade, aliás, sequer notou a violência pela qual a adolescente passava com seus genitores.

As manifestações de preconceito foram presentes nas entrevistas em diversos momentos: ao ignorar a presença de uma professora trans que poderia contribuir com a pesquisa; nas negativas de conhecimento de crianças provenientes de famílias homoparentais na escola; ao expressar a

possibilidade de a criança retornar à família de origem, julgando inadequada a família homoparental; quando os professores não conseguem identificar focos de preconceito e discriminação.

A criança e o adolescente têm o direito à educação, que envolve tanto o acesso quanto a permanência na escola de forma plena e eficaz. Porém, o preconceito e a exclusão em relação às pessoas que fazem parte da diversidade, incluindo a realidade da família homoparental, estão presentes na escola (BRASIL, 2009; ASSOCIAÇÃO, 2016). A orientação sexual foi inclusive apontada como um dos principais fatores de preconceito na escola. Além disso, os maiores índices de discriminação ocorrem na Região Sul (BRASIL, 2009), região demarcada para a pesquisa. Nesse sentido, a criança e o adolescente provenientes da família homoparental podem ter cerceados seu direito à educação.

Nas escolas, ocorrem iniciativas isoladas, de um ou outro professor que percebe, com base em experiência pessoal, e não como execução de política pública, a necessidade de abordar as questões relativas à orientação sexual. Assim, a escola não será cobrada a respeito de uma atitude que não está prevista oficialmente.

O contingente de educandos oriundos da diversidade da formação familiar, visível atualmente, impõe que a escola construa mecanismos para incorporá-los, seja pela aprendizagem de conteúdo, seja lidando de maneira real com seus modos de ser e de fazer família, a fim de que esses educandos sejam integrados à escola.

Os sujeitos da pesquisa demonstraram a dificuldade enfrentada para a compreensão da importância dessa relação, inclusive com a família comparecendo na escola em razão de algum problema que envolvia o aluno. A eventual ausência da família, nesse momento, pode ser o termômetro utilizado para sua culpabilização, no sentido de não tomar a iniciativa para estabelecer a relação. Cada instituição, apesar de reconhecer suas atribuições, não as institui de forma complementar a fim de que a educação possa ocorrer em atos contínuos e cotidianos, tanto na família quanto na escola.

CONCLUSÃO

Num contexto plural, ora de reconhecimento, ora de negação de direitos, a relação da escola com a família homoparental foi problematizada e refletida, resultando, como objetivo geral da pesquisa, na análise da forma pela qual escolas do sistema estadual de ensino NRE/PG trabalham as demandas da família homoparental, considerando o cotidiano escolar e as políticas públicas da educação.

A aproximação teórica com o tema da pesquisa demonstrou que a imagem da formação da família tradicional patriarcal mantém presença, tanto que o próprio Legislativo não apresenta de forma clara e objetiva leis para promover a cidadania das pessoas LGBTI+ e das famílias formadas por elas. Os resultados da pesquisa mostram a omissão da escola em relação ao tema diversidade, presente tanto na sociedade e quanto na escola.

A superação da concepção de determinados estereótipos para a família e a reflexão comprometida a respeito da diversidade, compreendendo num sentido amplo e includente a diversidade da configuração da família contemporânea, podem ser o início da possibilidade do pleno exercício

do direito à convivência familiar e comunitária pela criança no seio familiar, no ambiente escolar e na vida comunitária. No entanto, para que possa existir a reflexão, o comprometimento deve ocorrer do conjunto, do Estado, e não de forma isolada, individual.

A afirmação da invisibilidade afeta os direitos da criança e do adolescente inseridos nessa organização familiar, considerando a matriz do direito fundamental da criança à convivência familiar e comunitária e à educação, levando-se em conta ainda que a família e a escola devem zelar pela garantia e efetividade dos direitos da criança e do adolescente. Assim, a reflexão a respeito do relacionamento entre a escola e a família que possa contribuir para a superação dos paradigmas elencados pelo cotidiano escolar deve ser uma luta coletiva, pautada por ações do Estado, promotor desse desafio, aprimorando a legislação e as políticas públicas educacionais para a efetiva inclusão.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. 3. ed. Rev. Ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.
- BARANOSKI, M. C. R. A visibilidade/invisibilidade da família homoparental no contexto das escolas do sistema estadual de ensino – Núcleo Regional de Educação/Ponta Grossa - Estado do Paraná. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2330/1/Maria%20Cristina%20R%20Baranoski.pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2009.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 30 jul. 2014.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 30 jul. 2014.
- BRASIL. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.
- BRASIL. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 132 e Ação Direta de inconstitucionalidade n.º 4277**. Relator: Min. Ayres Britto. Julgado em: 05/05/2011. Disponível em: <http://>

www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudenciaDetalhEscola.asp?s1=000180731&base=baseAcordados. Acesso em: 28 ago. 2013.

BRASIL. Ação direta de inconstitucionalidade nº 4966/2013. Relator: Min. Gilmar Mendes. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4419751#>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação. PNE. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 96/2016**. Brasília, 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc96.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2096%2C%20DE,cru%C3%A9is%2C%20nas%20condi%C3%A7%C3%B5es%20que%20especifica. Acesso em: 19 set. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 246/2019**. Brasília, 2019. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. **Ainda há mais 15 ações que tramitam com o mesmo tema, relacionadas ao movimento Escola Sem Partido**. Brasília, 2020a. Disponível em <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442331&ori=1>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 457**. Brasília, 2020b. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF457.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

CAETANO, M. Movimentos curriculares e a construção da heteronormatividade. In: RODRIGUES, A. BARRETO, M. A. S. C. (Org.). **Currículos, gêneros e sexualidades**: experiências misturadas e compartilhadas. Vitória, ES: Edufes, 2013.

CATANDUVA. **Sentença**. Autos 234/2006 da vara da infância e juventude. 2006. Disponível em http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/Ado%C3%A7%C3%A3o%20S%C3%A3o%20Paulo%20II.pdf. Acesso em: 12 fev. 2017.

FACHIN, E. L. Família. In: BARRETO, V. de P. (Org.) **Dicionário de filosofia do direito**. São Leopoldo: Unisinos, 2009. p. 314-316.

FILIPPE, M. Dia dos Pais: Thammy Miranda recebe ataques e Natura se posiciona. **Exame**. Publicado em: 27/07/2020 às 11h32. Alterado em: 30/07/2020. Disponível em <https://exame.com/marketing/natura-faz-campanha-de-dia-dos-pais-com-thammy-miranda-e-gera-polemica/>. Acesso em: 13 set. 2020.

LÔBO, P. **Direito civil**: famílias. 4ª Escola. São Paulo: Saraiva, 2011

MALUF, C. A. D.; MALUF, A. C. do R. F. D. **Curso de direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MOCHI, L. C. C. Ideologia do enquadramento: famílias, estado, escola e igreja. A quem interessa o direito de governar nossos afetos? In: MAIO, E. R; OLIVEIRA, M. de; PEIXOTO, R. (Org.) **Educação, saúde, gênero e sexualidade**: diálogos possíveis. Curitiba: CRV, 2016. p. 165-188.

NOGUEIRA NETO, W. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 83, ano XXVI, p. 5-29, set. 2005.

OLIVEIRA, D. B. B. de O. **Famílias contemporâneas**: as voltas que o mundo dá e o reconhecimento jurídico da homoparentalidade. Curitiba: Juruá, 2011

PELEGRINI, D. K. C.; MAIO, E. R. A diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas educacionais. In: MAIO, E. R.; OLIVEIRA, M. de; PEIXOTO, R. (Orgs.). **Educação, saúde, gênero e sexualidade**: diálogos possíveis. Curitiba: CRV, 2016. p. 125-136.

PINSKY, C. B. **Estudos de gênero e história social**. Jan-abr/2009. Florianópolis: Estudos Feministas. p. 159-189. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100009>. Acesso em: 21 mar. 2017.

POLÊMICAS sobre gênero e orientação sexual adiam votação do PNE. Brasília: Rádio Câmara, 2 abr. 2014. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/465197-POLEMICAS-SOBRE-GENERO-E-ORIENTACAO-SEXUAL-ADIAM-VOTACAO-DO-PNESCOA.html>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SANTOS, B. de S. S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.) *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SAVIANI, D. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.

UNESCO. **Cultura da paz no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/social-and-human-sciences/culture-of-peace/>. Acesso em: 8 fev. 2017.

VIEIRA, S. L. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. v. 8. Brasília: INEP/MEC, 2007, p. 291-309.

SUBJETIVIDADES MASCULINAS – IDENTIDADES DOS HOMENS QUE PRATICARAM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO CONTEXTO DO PARANÁ

Luana Márcia de Oliveira Billerbeck
Edina Schimanski

INTRODUÇÃO

Se as relações conjugais e íntimas são motivadas, em geral, pelos sentimentos de amor, porque existe violência doméstica e familiar? Pesquisar sobre a violência praticada pelo homem decorrente de relações afetivas faz pensar a respeito da formação das identidades – masculinidades dos sujeitos que estão ou estiveram envolvidos nas alianças íntimas.

Essa é a razão da pesquisa, que buscou conhecer os mecanismos que interferem na formação das identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar contra a mulher. O interesse é conhecer como esses sujeitos são constituídos em suas identidades e quais fatores familiares e sociais interferem na construção de masculinidades violentas, principalmente aquelas que decorrem de convívio íntimo e familiar, em que se presume que os enlaces são construídos de forma espontânea e tem o afeto como elemento de forte densidade.

A violência intrafamiliar praticada por homem contra a mulher (nas relações afetivas) decorre de um processo cultural, no qual os homens, sob o ponto de vista das masculinidades, pode e deve exercer com legitimidade prerrogativas sociais e culturais concedidas ao pai, provedor e marido, uma vez que a sociabilidade está marcada pelo signo de poder, ainda que revestida sob diferentes roupagens.

A importância na abordagem do tema se reveste na compreensão dos sistemas simbólicos de construções e desconstruções das subjetividades masculinas, as quais se expressam na sociedade de modos diferentes, considerando o tempo e o espaço em que estão localizadas. Todavia, a discussão pretende avançar no sentido de conhecer quais as influências da modernidade em que há fluidez nos relacionamentos e como elas podem contribuir ou não para agravar as relações sociais. A relevância da investigação está pautada nos processos de complexidade da vida moderna, para que se compreenda em que medida essas influências contribuem para os processos violentos, quando se observam cada vez mais manifestações e intolerâncias às diferenças.

Nesse sentido, a tese (BILLERBECK, 2018, p.16) procurou responder ao seguinte problema: considerando que a realidade é construção de processos dinâmicos construídos socialmente por meio da interação do indivíduo com a sociedade, é possível ocorrer transformações sociais

que contribuam para a reflexão dos sujeitos quantos aos seus comportamentos violentos? Desse modo, a pesquisa teve como tese central o argumento de que tanto a sociedade quanto os indivíduos vivenciam processos sociais e culturais dinâmicos de interações capazes de serem produtos e produtores dos fenômenos sociais.

Os sujeitos da pesquisa são homens que praticaram atos previstos na Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), e tiveram reprimenda judicial, obrigando-os a cumprir a pena em grupos de recuperação e reeducação de autores de violência doméstica.

No estado do Paraná, os grupos reflexivos são de competência dos Patronatos, órgãos de execução penal em meio aberto, cujo objetivo é promover a inclusão social dos assistidos por meio de monitoramento, fiscalização e acompanhamento do cumprimento de pena ou por meio de medidas alternativas em meio aberto (artigos 78 e 79 da Lei nº 7.210/84). Na pesquisa entrevistados 32 sujeitos que estavam inseridos nos respectivos grupos nas comarcas de Guarapuava, Jacarezinho, Maringá, Londrina e Paranavaí.

Do contato com esses sujeitos, decorrem: os objetivos específicos, concernentes à caracterização de seus perfis sociais; a possibilidade de apontar e contextualizar as violências; a confrontação dos dados jurídicos obtidos da análise dos autos com as narrativas dos autores; a investigação de como se constituem as estruturas simbólicas das identidades masculinas nos autores de violência e que estão inseridos no grupo reflexivo; a avaliação de como se tensionam os impactos nas identidades dos homens que foram responsabilizados juridicamente pela violência praticada e, por fim, a compreensão das interferências socioculturais dos grupos reflexivos como estratégia de enfrentamento à violência. Para a adequada análise, foram utilizadas técnicas de pesquisa quanti-qualitativa.

Na pesquisa quantitativa, foram obtidos dados por meio da análise dos processos que tramitaram nas comarcas visitadas relacionadas ao perfil socioeconômico dos sujeitos, bem como de dados processuais pertinentes a denúncia, sentença, delito, pena, antecedentes e vítimas.

Na pesquisa qualitativa, buscou-se conhecer e compreender os processos de formação identitária na sociedade moderna, bem como as interferências socioculturais sobre as identidades e a interface com o fenômeno da violência nas relações íntimas de afeto. Na fase de tratamento do material, essa foi a técnica de análise de conteúdo que melhor se adequaria à compreensão de experiências, crenças, valores e contradições dos sujeitos da pesquisa, o que revelou a riqueza da investigação, na medida em que se aproximou do teórico proposto, e a realidade apreendida da pesquisa de campo. Nessa etapa, foi utilizada a técnica da entrevista, que se realizou por meio de questões semiestruturadas, segundo categorias teóricas inicialmente adotadas, as quais, após auto-narração dos sujeitos, resultaram em evidências de outras categorias, ligadas à percepção da violência estrutural, à violência sofrida e percebida por eles no cotidiano, à condenação na percepção deles, à Lei Maria da Penha e a qualidades e dificuldades no exercício da masculinidade.

A pesquisa revelou que as mudanças decorrentes da modernidade sobre os novos papéis assumidos pela mulher no espaço laboral, aliadas a alterações a respeito da percepção de família e relacionamentos, têm produzido reflexos nas identidades masculinas, as quais, em muitas situações, são expressas mediante violência doméstica e familiar.

A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DA NARRATIVA DOS SUJEITOS

As reflexões aqui apresentadas decorrem da pesquisa documental realizada na tese, mas aqui, de modo mais específico, das narrativas dos sujeitos que evidenciam crenças, valores e contradições. E sobre essas categorias foram realizadas a articulação e a fundamentação teórica.

Quando indagados se já sofreram algum tipo de violência durante a vida, a maioria dos 32 sujeitos respondeu positivamente, desde a violência interpessoal até a estrutural. Além disso, 2 sujeitos relataram violência institucional e 6, violência estrutural. Por fim, 16 entrevistados afirmaram que sofreram violência intrafamiliar na infância.

Por exemplo, o sujeito 7 relatou que não sofreu violência diretamente, mas presenciava a mãe ser agredida constantemente pelo pai. Tal fala é uma evidência deste dado:

[...] eu não sofri violência, só quando – tipo assim – eu presenciei muitas brigas dos meus pais. Eu acredito que ter presenciado violência as brigas dos meus pais é um tipo de violência, porque você desde cedo vendo confusão acontecendo dentro de casa, aí você cresce com aquilo na cabeça: quando eu crescer vai ser diferente. (S.7)

Por sua vez, o sujeito 14 expressou que a vivência familiar em um ambiente violento trouxe danos de ordem psicológica, com as marcas na sua identidade.

[...] eu sofri violência sim, por estar nesse meio sofri violência do lado psicológico. Porque quando a gente é criança, a gente já está ali com o seus 10-11 anos já entende um pouco da situação. (S.17)

Assim, é na família que se produz e reproduz o capital simbólico, marcando de forma positiva quando vivido em ambiente de amor, solidariedade, ajuda e respeito, mas do mesmo modo será marcado por experiências negativas de agressividade, violência, privações emocionais e rejeição, que produzirão nas crianças – futuros adultos – marcas no corpo e na mente sobre valores e comportamentos. Toda essa gama de experiências os marcará, ainda que inconscientemente, e poderá aparecer nos momentos em que se depararem com situações parecidas com as que vivenciaram na infância. Afinal, as identidades são formadas pelas vivências que são eleitas como verdades, num primeiro momento pela família e posteriormente reforçadas ou não pelo convívio social.

Na pesquisa, também se constatou que os homens na faixa de 35-44 anos foram os que mais praticaram violência contra a esposa/companheira, seguido de homens na faixa de 45-54 anos e dos homens na faixa dos 25-34 anos.

Os dados também revelaram que a violência aconteceu com maior frequência no âmbito da conjugalidade, ou seja, na constância da relação do casamento/união estável, com mulheres na condição de companheiras/esposas, totalizando 15 mulheres, seguido por ex-esposa/ex-companheiras (12 casos) e depois mais de uma vítima – esposa e sogra, esposa e filha – (3 casos) e, por último, com namorada (2 casos).

Outra constatação importante foi quanto às violências praticadas, categorizadas em violência física, psicológica e uma terceira, intitulada “mais de um tipo de violência”, a qual diz respeito à prática cumulativa de mais de uma forma de violência, como violência física e sexual, moral e

patrimonial, física e moral. Os dados mostraram que, independentemente da faixa etária dos sujeitos que responderam aos processos judiciais, a maior incidência de violência praticada foi a física (17 casos), seguida pela prática de mais um tipo de violência (10 casos) e violência psicológica (5 casos).

Contudo, a entrevista evidenciou que a maioria dos sujeitos apenas considerava a violência física, desconhecendo ou ignorando que qualquer conduta que ofenda a integridade física, moral, sexual ou patrimonial ou que cause danos emocionais ou diminuição da autoestima da mulher se configura como violência doméstica e familiar.

O diálogo com esses sujeitos também revelou que, nos casos em reconhecem que tenham praticado violência contra a mulher na constância do relacionamento, justificam-na como um momento de raiva ou que estavam sob efeito de álcool, estressados ou ainda porque houve traição e mentira.

Na pesquisa de campo, constatou-se que, em relação à punição penal concernente à participação nos grupos reflexivos, 13 sujeitos esclareceram que os encontros passaram a ser interessantes, pois houve integração nos grupos, estabelecimento de novas relações de amizade, sentimento de pertencimento e aprendizado sobre a Lei Maria da Penha, gênero e outros temas afins, embora a imposição de participação nos grupos de reflexão tenha sido inicialmente desconfortável, porque vivenciaram sentimentos de exclusão e desonra, uma vez que ficaram marcados como agressores, perigosos e bandidos, características que – segundo eles – não lhes cabem, porque as situações ocorreram por “provocação” ou “reação” a algo.

Com relação à percepção dos sujeitos sobre a qualidade de ser homem, as respostas que tiveram maior representatividade estão relacionadas ao caráter, à honestidade e ao fato de serem trabalhadores (segundo 14 sujeitos), seguida pela responsabilidade e manutenção da casa e da família. Sobre a importância do respeito para com a esposa, de ser bom pai e bom marido, as respostas evidenciam valores associados à masculinidade conservadora, de um chefe da família, portanto com poder e autoridade para exigir obediência e submissão, ainda que para isso precisem utilizar da força.

Contudo na contemporaneidade, as mudanças acontecem e abrem contestações sobre o padrão hegemônico, proporcionando dissabores nos papéis antes assumidos, muitas vezes sem oposição. De outro lado, ao serem questionados sobre as dificuldades no exercício da masculinidade, a traição se sobressaiu como a primeira e grande preocupação dos entrevistados, ao lado do medo de ser enganado e rejeitado, seguido da responsabilidade sobre a manutenção da família, no cargo de provedor.

Desse modo, registra-se que as características e os valores destacados são associados a masculinidades conservadoras, que relacionam o homem ao trabalho. Para eles, a honestidade, o caráter e o serem bons maridos são relevantes, tanto quanto a virilidade e o uso da força para a manutenção do poder. Assim, todos esses atributos por eles apresentados estão relacionados aos papéis construídos socialmente e interiorizados na consciência dos homens, que passam a ser reconhecidos e valorizados socialmente. Mas também podem se configurar como mecanismo de subsistência própria e de sua família, às vezes atrelado a leis do mercado, em que o dinheiro contribui para a realização de projetos de vida, traz segurança financeira ou mesmo estabilidade à vida conjugal.

Contudo, na época atual, mudanças ocorrem e abrem contestações sobre o padrão hegemônico de autoridade, família, mercado laboral e relacionamentos que culminam na violência.

Não obstante o complexo fenômeno da violência esteja na sociedade, na contemporaneidade, ela recebe contornos específicos no que concerne à violência de gênero. Isso tem fomentado discussões e estudos nas diferentes áreas das ciências, visto que é fenômeno grave, com repercussões sociais, econômicas, políticas, de segurança e saúde pública e, de modo especial, nas relações domésticas e familiares, em que as categorias gênero e masculinidades são condicionantes nos relacionamentos abusivos que resultam em violências de toda ordem, pois a violência nas relações generificadas emergem como um poder invisível nas relações íntimas e afetivas abusivas. Por isso, a pesquisa se valeu dos conceitos de Bourdieu, na medida em que se coadunam com as explicações sobre a força das estruturas e os campos sociais que interferem nesses processos, como língua e cultura.

Essa problemática tem uma dimensão maior na modernidade, decorrente de modificações econômicas e tecnológicas fomentadas pela globalização e que agregam ingredientes, produzindo maiores probabilidades de tensões nos relacionamentos, especialmente no que diz respeito às masculinidades, expressões de uma sociedade ainda machista e conservadora.

GÊNERO E MASCULINIDADES

Se o problema é a violência do homem contra a mulher, torna-se fundamental integrar a categoria masculinidades nas pesquisas, fomentando discussões nas Ciências Sociais, a fim de que se compreendam as relações dos homens com as mulheres, com outros homens e com as novas dimensões da modernidade, as quais têm se movimentado de forma acelerada, interferindo nas formações das identidades masculinas que estão relacionadas com às categorias gênero e violência.

Na pesquisa, as discussões sobre gênero foram tratadas sob diferentes perspectivas teóricas, com destaque aos estudos estruturalistas, pós-estruturalistas e construcionistas, embora não se ignorem as divergências que existem nesse campo.

Ainda é importante esclarecer que, em alguns momentos, a pesquisa leva em consideração algumas ideias sobre os construcionistas, que abordam o gênero como processo de socialização construído e com força de interiorizar e naturalizar comportamentos do homem e da mulher na sociedade, tal como tratado por Berger e Luckmann (1998).

Isso não implica em um pluralismo conceitual, mas, contrariamente, no entendimento de que existem momentos nos dados empíricos que carecem de explicações que extrapolam um autor ou uma corrente teórica em si.

Nesse sentido, gênero é entendido enquanto categoria de análise, segundo Scott (1995), e como elemento político que tem força de produzir e reproduzir relações desiguais entre os sujeitos, na medida em que estabelece comportamentos e estereótipos (papéis) que se estendem a homens e mulheres, com poder de “fabricar” comportamentos que passam a ser naturalizados.

Como ressaltado por Saffioti (2001), o termo gênero não indica necessariamente desigualdade entre homens e mulheres, mas se relaciona ao desempenho de papéis construídos socialmente.

No entanto, há feministas que entendem que o termo sugere, sim, uma hierarquia na qual a mulher tem o papel inferiorizado, em decorrência do patriarcado. Todavia, estão em sintonia quanto ao entendimento de que o gênero não é natural, mas está relacionado a estruturas de poder dos agentes envolvidos nas relações sociais, além de que, “na relação entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência” (SAFFIOTI, 2001, p.75).

Aliado à estrutura condicionante do gênero, desde o nascimento o ser humano é bombardeado por informações, exemplos, palavras e símbolos que vão moldando seu modo de pensar e agir a vida cotidiana e que produzem e reproduzem identidades masculinas e femininas sob a égide da diferença. Porém, o enfoque se dá sob a superioridade do masculino e implica em subordinação e desvantagens para as mulheres, embora se reconheça que também repercute de forma negativa nos homens, em razão das estruturas de violência simbólica, o que reflete em essência na problematização da pesquisa.

Nessa seara, Hall e Woodward (2013) tratam dos sistemas de classificação, ao analisarem as identidades que são construídas com base no sistema de marcação da diferença. Isso porque, em geral, as construções sociais adotam sistemas binários de classificação do mundo, por meio de classe, raça/etnia, cor, sexo e gênero. Esse pensamento pode funcionar como mecanismo de exclusão social, que é o aspecto negativo das classificações, responsável por produzir distinções injustificadas, que caminham no sentido de desvalorização do outro. Entretanto, os autores ressaltam que as interpretações excludentes são equivocadas, na medida em que a diferença não é exclusão, mas se relaciona com a exclusão. Nesse sentido, não existe identidade sem a diferença. Ou seja, a identidade de um sujeito depende da existência do outro.

Para alguns, essa visão pode justificar as masculinidades violentas, que se manifestam em distanciamento, inferiorização e submissão do outro, em geral do homem sobre a mulher. Nesse universo, as desigualdades de gênero são justificadas e sobre elas as masculinidades são constituídas, formadas e reformuladas.

A compreensão e análise dos processos identitários não é tarefa fácil, já que inúmeros fatores interferem em sua configuração, como família, religião e raça, que constituem e coexistem na sociedade, permeando as identidades masculinas. Justamente por isso é que não existe uma única masculinidade, mas diferentes perspectivas sobre as quais o indivíduo é marcado socialmente, que irão se expressar sob diferentes personalidades. Portanto, seu uso mais adequado deve ser “masculinidades” (OLIVEIRA, 2004).

Berger e Luckman (1998) lembram que as identidades são constituídas sobre a realidade da vida cotidiana e a apreensão dessa realidade, que se maneja de forma apropriada, utilizando esquemas tipificadores para resolver os problemas de rotina.

A validade de meu conhecimento da vida cotidiana é suposta certa por mim e pelos outros até nova ordem, isto é, até surgir um problema que não pode ser resolvido nos termos por ela oferecidos. Enquanto meu conhecimento funciona satisfatoriamente em geral, estou disposto a suspender qualquer dúvida a respeito dele. (BERGER; LUCKMANN, 1998, p. 65).

Porém, ao se deparar com as rápidas mudanças socioculturais, pode-se produzir conflitos nas identidades masculinas, em razão de que todo acervo de conhecimento interiorizado pelos

sujeitos, que foi construído e reafirmado sob os papéis de gênero, agora não está produzindo os resultados previstos. Por sua vez, os homens não sabem o que fazer diante dessa nova realidade, em que há mudanças na percepção a respeito de comportamentos antes valorizados e que agora estão sendo questionados, como a virilidade e a masculinidade.

ESTUDOS CULTURAIS

Os estudos culturais também contribuem na pesquisa tanto para a relação que existe entre a cultura como mecanismo de classificação e regulação das identidades masculinas e femininas enquanto categorias de gênero, quanto para a compreensão de que as identidades, apesar de construídas socialmente, são dinâmicas e sofrem mudanças quando as relações sociais, econômicas e familiares se modificam ou transformam. A identidade está ligada a sistemas de representação e tem estreitas conexões com relações de poder (HALL, 2000, p. 97), interferindo, portanto, nas masculinidades e nos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse sentido, a identidade também sofre com as mudanças decorrentes da modernidade tardia, que se dá pela globalização e por seu impacto na identidade cultural, que é a chamada crise da identidade, decorrente de mudanças profundas nos âmbitos social, político e econômico

Ao tratar da violência, trata-se de identidades, pois estas adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos, que classificam o mundo e as relações sociais. A construção da identidade é um processo relacional, marcado pela diferença, conforme afirmado por Hall e Woodward (2013).

Registre-se, como já mencionado, que a noção de identidade é a que diz respeito ao paradoxo entre os processos de singularidade (identidade) e diferenciação, em que os dois elementos são interligados. Ou seja, não há identidade sem diferença – identidade sem alteridade. Contudo, há distorções, inclusive para aproximar a diferença de desigualdade e exclusão, o que pode ser percebido ao se tratar do mundo masculino, que se pauta sob a égide de gênero, no qual o homem estabelece o espaço de sujeito, deixando a mulher no papel do outro, em que o homem é ponto de referência e tudo decorre de sua identidade masculina. É importante registrar tal fato a fim de que se possa compreender o fenômeno da violência enquanto marcação simbólica do homem sobre a mulher. Tudo isso vem efetivamente fornecer os elementos necessários para que se entenda a questão da violência intraconjugal e contribuir para a questão que Hall e Woodward (2013, p. 12) formulam: “Por que as pessoas investem em posições de identidade?”.

O problema da identidade recebe contornos específicos na era da modernidade tardia ou contemporânea ou da globalização, na qual se constroem ou reconstroem sujeitos tensionados por interferências econômicas, sociais, culturais, em uma dimensão muito mais profunda. É importante pensar que tudo isso pode estar repercutindo na masculinidade hegemônica, na qual estão em colapso velhas estruturas mediadas por novos componentes que trazem insegurança ao papel hegemônico masculino. A problemática de gênero, nesse modelo, afeta homens e mulheres variavelmente conforme classe, raça/etnia, sexualidade e idade, mas implica em subordinação e

desvantagem para as mulheres e privilégios para homens, ainda que se reconheça que neles também repercute de forma negativa, em razão das estruturas da violência simbólica.

O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo que impõe a todo homem o dever de afirmar em toda e qualquer circunstância sua virilidade e favorecer a própria violência (BOURDIEU, 2014, p. 76). Esses elementos repercutem nas questões de violência contra a mulher, que é um fenômeno complexo e pluricausal, uma vez que, para seu desenvolvimento, estão envolvidas, entre outros fatores, questões culturais, sociais e pessoais. Todos esses campos são capazes de impregnar significados em nossas identidades, tendo em vista seu poder de representação.

Desse modo, as transformações afetam as identidades e os gêneros, uma vez que são inter-relacionados, com reflexos na família, nas relações sexuais e amorosas e na divisão sexual do trabalho.

Berger e Luckman (1998) lembram que as identidades são constituídas sobre a realidade da vida cotidiana e a apreensão dessa realidade, que se maneja de forma apropriada, utilizando esquemas tipificadores para resolver os problemas de rotina.

Porém, ao se deparar com as rápidas mudanças socioculturais, pode-se produzir conflitos nas identidades masculinas, em razão de que todo acervo de conhecimento interiorizado pelos sujeitos, construído e reafirmado sob os papéis de gênero, agora não está produzindo os resultados previstos. Por sua vez, os homens não sabem o que fazer diante dessa nova realidade, em que há mudanças na percepção a respeito de comportamentos antes valorizados e que agora estão sendo questionados, como a virilidade e a masculinidade.

A abordagem a respeito da construção das masculinidades é complexa, na medida em que está inserida histórica e culturalmente nos corpos, sendo ratificadas cotidianamente pela família, escola, religião e pelo Estado. Nesse contexto, inúmeros fatores contribuem para enfatizar a legitimação da força androcêntrica, que se apoia nas diferenças sexuais como elemento estruturante do poder do homem.

Assim, a masculinidade se articula e se expressa como valor social na consciência coletiva, mas sempre atravessada pelas relações de poder e dominação marcadas nos gêneros, que se reduzem à oposição entre o masculino e o feminino, com primazia universalmente concedida aos homens, que classificam o mundo pelas próprias ações. No entanto, “o privilégio masculino é também uma cilada e encontra contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade” (BOURDIEU, 2014, p. 75).

Ou seja, poder e dominação caminham no sentido de atuarem sobre e contra os homens, mas de forma mais profunda contra as mulheres, expressando-se de modo violento física ou psicologicamente, ou de forma mais sutil, mas não menos prejudicial, que é a violência simbólica. Quando o homem pratica a violência contra a mulher nos relacionamentos íntimos e familiares, é usada como justificativa de demonstração de amor, mas que se expressa por meio de práticas criminosas, como “legítima defesa da honra”. O medo da traição, a infidelidade passou a ter guarida

legal para a prática de crimes contra as mulheres. O homem, enquanto chefe e provedor do lar, julga ter a casa como seu território, podendo criar e exigir comportamentos.

No entanto, a violência não é apenas disciplinadora, mas se articula com a afirmação perante outros homens, que se expressa por meio de lutas e competições. Priore e Amantino (2013, p. 369) afirmam que é “por meio da força masculina, traduzida pelo pensamento de virilidade, que se admite o monopólio do uso da força evocado pelo papel social do homem como mantenedor deste *statu quo*”. Os autores acreditam que o capital simbólico pelo uso da violência é significativo, porque é por meio da violência que o homem pode expressar seu poder e força, que se dá pelo culto ao corpo pelos homens, mas também como objeto de desejo das mulheres.

Não obstante se reconheça que o fenômeno da violência existe em todas as sociedades, os movimentos históricos e as lutas sociais passaram a condenar publicamente a violência praticada pelo homem, como sinônimo de virilidade sobre outros homens e mulheres. Essa tomada de consciência avança em relação à violência contra as mulheres, também no sentido de compreender que a violação não é apenas física, mas ofende outras dimensões do ser humano, como a psicológica, a sexual, a moral e a patrimonial.

Berger e Luckmann (1998) tratam desse fenômeno como coisificação, uma vez que passa a ser incorporado, aceito e justificado na sociedade. Avançam ainda no sentido de incorporar essas diferenças já adotadas socialmente para também aplicá-las na divisão sexual do trabalho. Ou seja, aliam-se às ideias para proporcionar a dominação masculina. O “eu” é imanente a todo *habitus*.

A adesão inconsciente é o que Bourdieu (2014) denomina de violência simbólica, a qual é “produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas e como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (BOURDIEU, 2014, p. 56).

Essas ideias se corporificam na sociedade, por meio de práticas inconscientes até mesmo dos dominados, que aderem muitas vezes involuntariamente, sem perceber que estão, de certo modo, ratificando o poder androcêntrico. O mecanismo é tão bem engendrado que é aderido primeiramente no âmbito familiar, uma vez que o papel a ser desempenhado pelo homem e pela mulher é reproduzido mesmo antes do nascimento dos filhos.

Assim, o ambiente familiar traz como natural a consolidação de valores e comportamentos masculinos, que passam a ser repetidos de forma deliberada ou inconsciente, mas que, de qualquer modo, são transformados em modelos a serem seguidos pelo coletivo, pela sociedade. Entre esse padrão de homem, estão elementos como virilidade, força e violência, usados para demonstração social do lugar que ocupa.

Como primeiro elemento de convivência, a família reforça o comportamento androcêntrico que se repetirá na vida social, fazendo-o por meio de suas representações simbólicas. Nesse sentido, afirma Louro (2000)

[...] a heterossexualidade é concebida como “natural” e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto do seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais,

peculiares e anormais. É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento. (LOURO, 2000, p.13).

Todos esses aspectos refletem os privilégios que usufruem os homens em várias dimensões da vida social e servem para reforçar os modelos de masculinidades já corporificados na sociedade. Essas representações de masculinidades têm na violência a expressão de sua força e podem também se apresentar sob diversas faces no decorrer da história. Porém, todas se revestem do capital simbólico da potência em ser homem, que, ancoradas nos papéis atribuídos ao homem e à mulher na relação afetiva, culminam muitas vezes nas relações afetivas violentas.

CONCLUSÃO

A pesquisa se desenvolveu no sentido de conhecer como são constituídas as identidades masculinas que praticaram violência de gênero e em que medida as mudanças decorrentes da modernidade têm ou não interferido nas masculinidades e repercutido nos relacionamentos afetivos.

O estudo teve como premissa a violência enquanto fenômeno complexo, intrínseco ao fato social, com muitas variáveis, o que repercute em graus distintos na constituição das identidades individuais e coletivas. Além disso, caminhou-se no sentido de comprovar que as identidades estão alicerçadas na vivência de papéis de gênero, norteados por comportamentos masculinos e femininos nas relações políticas, econômicas, culturais, sociais e, especialmente, nos relacionamentos íntimos de afeto.

Entretanto, com a modernidade, ocorrem mudanças institucionais profundas que estão relacionadas a globalização, inovações tecnológicas, mercado de trabalho, família e uma nova forma de conceber o tempo e o espaço, que antes eram lineares e forneciam uma sensação de equilíbrio, segurança e tradição. Hodiernamente, com tantas reformulações, tudo ocorre de modo mais rápido, fragmentado, com impacto nos hábitos, valores e modos de se relacionar na sociedade e, consequentemente, nas conexões pessoais e nas identidades.

As instabilidades promovidas pela modernidade podem ser facilmente superadas, mas também podem trazer insegurança, frustração, raiva e sensações de enfraquecimento nas identidades masculinas, as quais estão moldadas sob padrões patriarcais e sexistas, que se expressam por meio da violência.

Nesse sentido, foram importantes a reprodução e as narrativas dos próprios autores de violência a respeito de seus valores, sentimentos e percepções sobre sua identidade, seus relacionamentos e a respeito de temas como violência, gênero, Lei Maria da Penha, além da participação nos grupos de reeducação, reflexão e ressocialização para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. As narrativas produzidas são relevantes porque se adentrou no espaço privado desses homens e se conheceram os processos que interferem na constituição/modificação das masculinidades e nas expressões violentas.

Com base nos dados e nas entrevistas, foram trazidos elementos capazes de afirmar que não há uma identidade masculina, mas sim identidades plurais, dinâmicas e condicionadas pelas

questões de raça e classe. Do mesmo modo, a pesquisa indicou que as expressões da violência interpessoal, coletiva e institucional são percebidas pelos sujeitos em muitos casos, não obstante apresentem dificuldades, em algumas situações pessoais, de detectá-las em razão da naturalização e institucionalização social.

Na perspectiva de uma construção social da realidade, enquanto produto e produtora de valores, símbolos e representações, a socialização interfere nas identidades e contribui no aprendizado, ainda que, ao longo da vida, passe por processos de mudanças e reconstruções. No entanto, também se afigura legítimo afirmar que as experiências dos homens narradas mostram inclusive que os sujeitos interferem na realidade posta e influenciam nos diferentes comportamentos, o que implica asseverar que os sujeitos são autores e atores no palco social, o que não os isenta das responsabilidades pelas escolhas e caminhos que trilharam, de modo que não há determinismo. A trajetória de cada identidade é pessoal e oferece outras referências e oportunidades a todos de trilhar a própria história, reinventar-se, reinterpretar e viver sem violência.

A pesquisa registrou que os momentos em que os homens foram ouvidos e expressaram seus sentimentos e suas percepções só foram possíveis porque praticaram violência, foram condenados e obrigados a frequentar o grupo para autores de violência. Desse modo, constatou-se que os grupos são relevantes, no sentido de configurar um espaço que pode efetivamente contribuir na escuta qualificada desses homens e proporcionar novas percepções sobre a responsabilização, o conhecimento e até mesmo a reflexão. Contudo, reconhece-se que são insuficientes, pois outros mecanismos, ações e projetos precisam ser integrados para resultar em saldos positivos.

Nesse sentido, constatou-se que o Estado vem se omitindo na implementação de políticas públicas para o adequado enfrentamento da violência. Aliás, a pesquisa mostrou que, nos últimos anos, o Estado está negligenciando o dever de elaboração e operacionalização das políticas públicas, agindo inclusive na contramão de suas responsabilidades, como visto recentemente, quando da alteração da categoria de ministério para as secretarias das mulheres, da igualdade racial e dos direitos humanos.

Registre-se que as conclusões aqui lançadas são provisórias e decorrem dos resultados da pesquisa realizada com os 32 sujeitos que frequentavam o Projeto Basta, ou seja, homens que estavam vivenciando uma experiência não habitual e obrigatória. Contudo, o trabalho é importante porque apresenta a fala de homens comuns, com experiências pessoais nos processos de violência praticada contra vítimas com quem têm ou tiveram relações de amor e afeto.

A contribuição está em fornecer novos subsídios para estudos e pesquisas em termos das identidades masculinas e no desenvolvimento de práticas adequadas e eficazes ao enfrentamento da violência de gênero.

REFERÊNCIAS

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BILLERBECK, L. M. de O. **Subjetividades masculinas – identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná**. 2018, 222f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2495>. Acesso em: 31 maio 2021.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução de Maria Helena Kuhner. 1. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006**. (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 15 out. 2015.

HALL, S. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.); HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Org. e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, P. P. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro/IUPERJ, 2004.

PRIORE, M. del.; AMANTINO M. (org.) **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. n. 16. 2001. p. 115-136. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SCOTT J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.2, n. 2, jul/dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DO SUS: UM ESTUDO A PARTIR DE CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE SAÚDE (1986-2011)

Juliano Del Gobo
José Augusto Leandro

INTRODUÇÃO

Este estudo é decorrente da dissertação de mestrado “A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS: um estudo a partir de conferências nacionais de saúde (1986-2015)”, defendida no ano de 2017 (GOBO, 2017). Teve como propósito analisar determinado conjunto de discussões a respeito da inserção das medicinas alternativas e complementares na política nacional de saúde. As balizas temporais abarcadas vão da Conferência Nacional de Saúde (CNS), de 1986, até a CNS de 2011. Neste arco temporal, destacam-se o surgimento e o desenvolvimento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC-SUS), em 2006.

A Organização Mundial da Saúde utiliza o termo *complementary and alternative medicine* (medicina alternativa e complementar, MAC), ou simplesmente *traditional medicine* (medicina tradicional, MT), para nomear um amplo universo de conhecimentos, atitudes e práticas baseados em teorias, crenças e experiências advindas de diferentes culturas, utilizadas para manutenção da saúde, prevenção, diagnóstico, recuperação ou tratamento de doenças, sejam elas físicas ou mentais.

O conjunto de práticas que constitui o universo das MAC/MT, seguindo a literatura internacional e a literatura nacional, é amplo e variado. Algumas delas são reconhecidas como sistemas terapêuticos complexos, como a homeopatia, a medicina tradicional chinesa e a medicina ayurvédica; outras são práticas surgidas ao longo do século XX, identificadas como “terapêuticas alternativas” (LUZ; BARROS, 2012, p. 27), que, de forma geral, se apresentam isoladas do contexto de significados mais amplo da medicina e unem-se por meio de vários elementos teórico-práticos advindos de diferentes referenciais (LUZ, 2005).

Tesser e Barros (2008) estabeleceram uma forma de classificação sobre a diversidade de práticas envolvidas no universo das MT: sistemas médicos alternativos / complexos (homeopatia, medicina ayurvédica e outras); intervenções mente-corpo (meditações, orações); terapias biológicas (baseadas em produtos naturais não reconhecidos cientificamente); métodos de manipulação corporal e baseados no corpo (massagens, exercícios); e terapias energéticas (reiki, qi gong, entre outras). Frass (2012), em revisão de publicações em dez países da América do Norte, Europa e

Oceania, reconheceu mais de cinquenta práticas diferentes, sendo que tratamentos homeopáticos, acupuntura, quiropraxia e fitoterapia foram os mais presentes nos estudos.

As MAC/MT estão presentes na agenda internacional da OMS desde o final da década de 1970. Junto a elas, um contexto variado de condições sociais, políticas e culturais em diferentes partes do globo tem lhes possibilitado maior ou menor valorização e, portanto, conquistas de legitimidade no campo oficial da saúde. Esse cenário estimulou debates sobre a inserção de MAC/MT nas políticas nacionais de saúde, inclusive no Brasil, que em 2006 formalizou a opção política do Estado brasileiro pela abertura e pelo reconhecimento de MAC/MT no Sistema Único de Saúde (SUS). Inicialmente por meio da incorporação da medicina tradicional chinesa, da homeopatia e da medicina antroposófica, além de procedimentos terapêuticos como a fitoterapia e o termalismo-crenoterapia.

O percurso metodológico trilhado para a feitura deste texto teve seu início no levantamento de fontes documentais primárias, quais sejam, os relatórios finais das sete conferências realizadas no período compreendido pelo estudo. O trabalho de pesquisa envolveu a busca e a seleção de textos, bem como a organização e a análise dos dados. Foi desenvolvida em três etapas. Na primeira, foram feitas leituras flutuantes dos documentos com objetivo de identificar propostas distribuídas conforme os eixos temáticos que organizaram os próprios relatórios das conferências. Após as propostas serem sistematizadas, realizaram-se novas leituras flutuantes em uma segunda etapa, com o intuito de identificar conteúdos que pudessem ser agregados em outros possíveis temas emergentes (BARDIN, 2011), para além dos temas presentes nos documentos. Por fim, a análise do material propiciou a constituição de duas categorias empíricas, as quais embasam os principais aspectos da conclusão do estudo: “Mudança no Modelo Assistencial” e “Organização da Atenção à Saúde”.

AS PICS E AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE SAÚDE NO BRASIL (1986-2011)

As MAC/MT estiveram entre os conteúdos temáticos registrados desde a 8ª Conferência Nacional de Saúde e foram discutidas em todas as conferências seguintes. Elas assumiram diferentes terminologias e perspectivas, conforme testemunham os documentos de cada etapa. No período de 1986 a 2011, foi possível reconhecer uma militância permanente de atores sociais pela inserção de MAC/MT na política de saúde brasileira. Pelo menos isso fica perceptível na aprovação e no registro de propostas em todos os relatórios pesquisados. Em sete etapas realizadas, foram aprovadas quarenta e quatro propostas relacionadas ao tema e cinco moções de apoio. O Quadro 1 apresenta o quantitativo de propostas e de moções aprovadas no período estudado.

Quadro 1 - Quantitativo de deliberações sobre MAC/MT em Conferências Nacionais de Saúde (1986-2011).

CONFERÊNCIA	ANO	Nº DELIBERAÇÕES MAC/MT	Nº MOÇÕES MAC/MT
8ª CNS	1986	4	-
9ª CNS	1992	2	-
10ª CNS	1996	1	-
11ª CNS	2000	6	-
12ª CNS	2003	15	02
13ª CNS	2007	9	01
14ª CNS	2011	7	02
TOTAL	1986-2011	44	05

Fonte: Relatórios das Conferências Nacionais de Saúde (1986-2011)

Elaboração: GOBO (2017)

A 8ª CNS foi o marco inicial de discussões propositivas a respeito da inserção das MAC/MT no sistema público de saúde. Em seu relatório final, foram registradas quatro propostas relacionadas ao tema, todas elas relacionadas à reformulação do sistema de saúde, distribuídas nos seguintes temas: organização dos serviços; política de recursos humanos; e política de desenvolvimento científico e tecnológico.

Quanto à organização dos serviços, a proposta de “[...] introdução de práticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde” foi apresentada como embutida em princípios do novo sistema de saúde, na perspectiva de garantir “[...] ao usuário o acesso democrático de escolher a terapêutica preferida” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, p. 385). Sobre a política de recursos humanos, indicou-se pela “[...] inclusão no currículo de ensino em saúde do conhecimento das práticas alternativas” e pela “incorporação dos agentes populares de saúde como pessoal remunerado, sob a coordenação do nível local do Sistema Único de Saúde, para trabalhar em educação para a saúde e cuidados primários” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, p. 385). No que se refere ao desenvolvimento científico e tecnológico, a 8ª CNS deliberou por “[...] aprofundar o conhecimento e utilização de formas alternativas de atenção à saúde” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, p. 387).

A 9ª CNS foi realizada em 1992 e se materializou como a primeira conferência nacional de saúde após a promulgação da constituição cidadã e das leis que regulamentaram o SUS. Ela se desenvolveu na perspectiva da participação popular e teve como tema “Saúde: Municipalização é o Caminho”. Por meio dela, indicou a expectativa social pela efetivação da descentralização político-administrativa da gestão em saúde e o consequente aumento da autonomia operacional de estados e municípios na gestão e prestação de serviços em saúde. O tema das MAC/MT constou em duas propostas, nos termos do eixo “Implementação do SUS”, apresentando conteúdos relacionados ao modelo assistencial e sobre a política de recursos humanos.

O modelo assistencial de saúde deve ser construído sobre base epidemiológica, garantindo à população acesso universal em todos os níveis, equidade, resolutividade e integralidade da atenção, num sistema de complexidade crescente. Esse modelo deve desenvolver práticas diferenciadas segundo a realidade local. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1992, p. 27).

Para a política de Recursos Humanos, a 9ª CNS deliberou por “[...] promover a inclusão da fitoterapia e outras práticas alternativas nos currículos da área da saúde” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1992, p. 32). Tal proposta reproduziu o conteúdo aprovado pela 8ª Conferência, inovando quanto a ela, ao apresentar pela primeira vez, de forma textual, uma prática de MAC/MT – no caso, a fitoterapia.

A 10ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1996, foi precedida pela realização de três mil conferências municipais e estaduais de saúde, organizadas de forma paritária, isto é, com metade dos participantes representando usuários dos serviços de saúde, conforme previsão legal. A outra metade correspondia à soma dos representantes dos trabalhadores de saúde e dos representantes dos gestores e prestadores de serviços ao SUS.

Ao que pese a grande participação popular anterior à CNS, Lima (2010) aponta que, na década de 1990, várias estratégias de desmonte do sistema público foram organizadas por meio do modelo econômico utilizado, tais como o enxugamento do Estado, o ajuste fiscal, a reconcentração do capital pela privatização do patrimônio público, o barateamento da força de trabalho e o subfinanciamento do SUS, presentes até os dias atuais. Assim, a realização dessa conferência ocorre no contexto em que o país enfrentava novas crises estruturais que desafiavam a jovem democracia e o novo governo eleito pelas urnas, fazendo-se necessária a “[...] intensificação dos esforços para fazer o SUS acontecer ao nível da gestão municipal e microrregional, principalmente a partir da Norma Operacional Básica NOB-93)” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997, p. 11).

Apesar de a CNS de 1996 ter deliberado uma única proposta de MAC/MT, tal proposta colocou indelevelmente na ribalta da conferência o tema das MAC/MT, que foi registrado no documento do evento da seguinte forma: “Incorporar no SUS, em todo o país, práticas de saúde como a fitoterapia, acupuntura e homeopatia, contemplando as terapias alternativas e práticas populares” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997, p. 73).

A 11ª Conferência Nacional de Saúde foi realizada no ano 2000 e teve como tema geral “Acesso, Qualidade e Humanização na Atenção à Saúde com Controle Social”. O seu relatório final apresentou, de forma privilegiada, discussões sobre o modelo assistencial e a integralidade da atenção ao exigir do sistema de saúde capacidade “[...] de atender aos problemas de saúde individuais e coletivos, cuidando da qualidade da saúde e não apenas do tratamento de doenças e acometimentos graves com risco à vida” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 31). A 11ª CNS apresentou duras críticas ao modelo curativista “centrado na figura do médico, mais voltado para a doença, gerando expectativa de que a única forma de resolver os problemas de saúde seja tratar a doença medicamente” (BRASIL, 2001). Nesse mesmo diapasão, destacou a “falta de estímulo a alternativas assistenciais menos caras e complexas, de reconhecida eficácia, como os tratamentos e internações domiciliares ou práticas terapêuticas não hegemônicas, como a acupuntura, fitoterapia e homeopatia” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 32).

Vale registrar que a 11ª CNS aprovou seis propostas relacionadas às MAC/MT, em cinco temas principais: gestão de recursos; financiamento da atenção; organização da atenção à saúde; assistência farmacêutica; e formação de pessoal para a saúde. Nota-se que, pela primeira vez, o

conteúdo de propostas alternam-se entre as tendências identificadas por este estudo, a ‘Mudança no Modelo Assistencial’ e a ‘Organização da Atenção à Saúde’.

Em relação à “Gestão de Recursos em Saúde”, a conferência deliberou por “Priorizar a implantação de farmácias populares públicas e a utilização de medicamentos genéricos, para racionalizar o gasto com esses insumos, além de investir em práticas terapêuticas alternativas e medicamentos naturais e alternativos” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 96). Na mesma direção, no que se referia ao financiamento da Saúde, afirmou o documento/relatório final que deveriam “ser garantidos financiamentos suficientes para núcleos regionais específicos, incentivos à fitoterapia [...]” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 83). No eixo “Formação de Pessoal para a Saúde”, deliberou por “Formar profissionais para o uso de fitoterápicos na rede pública” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 170).

Em relação à temática “Medicamentos e Assistência Farmacêutica”, as conferências anteriores já haviam dado sinais que os caminhos da fitoterapia seguiriam na direção de assimilação pelo modelo assistencial vigente. Tais indícios foram reforçados na 11ª CNS, por meio de uma ampla proposta visando à implementação de um programa de fitoterapia. Nessa tendência, mas sob a ótica da atenção básica à saúde, deliberou por “incorporar práticas não convencionais de terapêutica, como acupuntura e a homeopatia, já reconhecidas formalmente como especialidades médicas pelo CFM”, para “[...] ampliação do acesso aos serviços de saúde a toda a população, incluindo aqueles residentes em localidades onde não haja suficiência de recursos assistenciais” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 128).

A 12ª Conferência Nacional de Saúde, prevista para ocorrer em 2004, foi antecipada e aconteceu entre os dias 7 e 11 de dezembro de 2003¹. O ambiente de realização do evento era de entusiasmo e otimismo com os rumos a serem dados pela política de saúde. Entre os motivos, destacamos o fato de que as esquerdas, que tanto militaram pelo aperfeiçoamento do SUS, viam um candidato que os representavam chegar ao poder. Essa conferência, conhecida como “Conferência Sérgio Arouca”, em homenagem ao sanitarista que faleceu alguns meses antes de sua realização, teve por tema ‘Saúde: um Direito de Todos e um Dever do Estado – a Saúde que temos, o SUS que queremos’.

A 12ª CNS confirmou a tendência ao apresentar as MAC/MT de forma mais robusta para a política nacional de saúde por meio da aprovação de quinze propostas relativas ao tema e duas moções relacionadas a homeopatia e fitoterapia. Esse número foi superior à soma de todas as propostas apresentadas nas quatro conferências anteriores a ela. As propostas abrangeram uma variedade de práticas e estiveram presentes em quase todos os eixos da conferência. As propostas aprovadas seguiram as temáticas: Intersetorialidade das Ações de Saúde (01); Organização da Atenção à Saúde (04); Trabalho na Saúde (03); Ciência, Tecnologia e a Saúde (03), Financiamento da Saúde (01), Comunicação e Informação em Saúde (03).

¹ Em junho de 2003, associações organizadas de praticantes de fitoterapia, homeopatia, acupuntura e medicina antroposófica reuniram-se com o Ministro da Saúde para discutir uma política voltada à inserção das MAC/MT no SUS. A partir dessa reunião foi formado um grupo de trabalho para formular a Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Complementares (PNMNPC).

Na perspectiva da “Intersetorialidade das Ações de Saúde”, a conferência propôs desenvolver programas conjuntos “entre os setores de saúde, educação, agricultura e comunidades, implantando as resoluções do Seminário Nacional sobre Política de Fitoterápicos e da 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica”. No eixo da “Organização da atenção à saúde”, deliberou-se por: “Garantir a efetiva implementação de práticas alternativas de saúde reconhecidas oficialmente e que respeitem a legislação nos serviços do SUS (fitoterapia, reflexologia, homeopatia, acupuntura e massoterapia) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 78).

Em relação à homeopatia, registrou-se a importância de apoiar sua implantação nas unidades de saúde da família. Por sua vez, para a fitoterapia, aprovou-se: “Aumentar a oferta de insumos e medicamentos da farmácia básica nas unidades de saúde, incluindo, [...] os medicamentos fitoterápicos” e “Garantir a inserção dos fitoterápicos validados pelo Ministério da Saúde na política nacional de assistência farmacêutica e de medicamentos [...]” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 82).

Quanto ao eixo “Trabalho em Saúde”, o tema se voltou à regulação das profissões, tendo-se duas propostas: “Normatizar e reconhecer a atividade dos facilitadores das Práticas Integrativas de Saúde (PIS)” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 124) e “Encaminhar a discussão do reconhecimento profissional das parteiras atuantes na Região Amazônica e em outras áreas onde constituem alternativas adequadas à atenção ao parto [...]” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 124). No subitem Educação Permanente e Educação em Serviço, deliberou por inserir os conteúdos de “fitoterapia, plantas medicinais” e de “homeopatia, acupuntura e práticas integrativas de saúde” como processo de “[...] educação permanente para qualificar trabalhadores de todas as categorias profissionais envolvidas com a área da saúde” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 129).

Em relação ao eixo “Ciência, Tecnologia e Saúde”, as MAC/MT foram debatidas na perspectiva de se viabilizar, investir e desenvolver tecnologias, tal como já havia sido apresentado na 8ª CNS e na 11ª CNS, vindo a reforçá-las, na perspectiva de “Viabilizar estudos sobre práticas de cuidado à saúde consideradas alternativas, holísticas, naturais e complementares, bem como a homeopatia” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 140); “Investir na pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia para a produção de medicamentos homeopáticos e da flora brasileira [...]” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 144); e por “Financiar, por meio dos Ministérios da Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, pesquisas realizadas por instituições nacionais sobre plantas medicinais, alimentos alternativos e biodiversidade nacional” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 144).

No eixo “Financiamento da Saúde”, as propostas foram atreladas à assistência farmacêutica: “Ampliar e garantir recursos destinados à assistência farmacêutica, nas três esferas de governo, para custeio de medicamentos da farmácia básica, incluindo homeopáticos, manipulados e fitoterápicos [...]” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 156).

Por fim, o eixo “Comunicação e Informação em Saúde” trouxe registros de três propostas, todas elas relativas à publicização das políticas de saúde, como possibilitar “[...] aos usuários o acesso à informação sobre novas modalidades de promoção, manutenção e recuperação da saúde desenvolvidas no SUS, como medicina natural, fitoterapia, práticas tradicionais indígenas

e práticas complementares e alternativas de saúde” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 166); elaborar folhetos de orientação “[...] sobre o uso correto de medicamentos, incluindo fitoterápicos e legislação pertinente” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 172); e ampliar “[...] campanhas de estímulo à utilização de medicamentos genéricos, manipulados e fitoterápicos” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 176).

A conferência nacional realizada em 2003 deve ser registrada como um marco para a área das MAC/MT, pois nunca antes a política de saúde teve, em um encontro nacional, a aprovação de propostas com conteúdo tão expressivo sobre o tema. Diante da quantidade e diversidade de propostas aprovadas sobre MAC/MT, pode-se afirmar que elas estavam, do ponto de vista do discurso, fortalecidas para institucionalização, enquanto política e normativa do SUS.

No contexto da realização da 13ª Conferência Nacional de Saúde, os delegados participantes já dispunham da publicação da PNPIC-SUS², e sua existência, ao menos textual, garantia às propostas relativas às PICs um espaço mais formal na política de saúde brasileira. Realizada em 2007, teve como tema geral “Saúde e Qualidade de Vida: Política de Estado e Desenvolvimento”. Na conjuntura de sua realização, o SUS vinha se estabelecendo como uma realidade reconhecida internacionalmente, e essa conferência procurou vincular todo cidadão brasileiro como usuário do SUS, “[...] mesmo que não se saiba disso, mesmo que não se queira, ele está na vida de todas as pessoas que vivem no Brasil, brasileiros ou não brasileiros, universal, agregador e 100% gratuito” (BRASIL, 2008, p. 07-08). Nesta conferência, foram aprovadas nove propostas de MAC/MT e uma moção de apoio para implementação da homeopatia no SUS. Pela análise do conteúdo dos documentos oficiais gerados no evento, pode-se afirmar que o conjunto ampliado de delegados participantes ratificaram a política nacional em suas práticas originárias (homeopatia, acupuntura, fitoterapia, medicina antroposófica e o termalismo / crenologia).

O eixo I do relatório da Conferência realizada em 2007 destacou o tema “Desafios para a Efetivação do Direito Humano à Saúde”. As propostas nele aprovadas discutiram as MAC/MT na perspectiva da organização da atenção à saúde; da política de recursos humanos (nos aspectos de formação de profissionais e do reconhecimento de praticantes tradicionais de saúde); e também foram abordados aspectos relativos à Assistência Farmacêutica. Tais temas foram articulados na perspectiva da intersetorialidade e da capacidade orçamentária proveniente da pactuação entre municípios, estados e União.

Implementar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (PNPIC) no SUS, incluindo homeopatia, acupuntura, fitoterapia, antroposofia e crenologia, bem como o acesso a alimentos naturais, por meio de ações intersetoriais e que os gestores, nos três níveis de governo, garantam em suas pactuações orçamentárias os recursos financeiros para a sua execução. (BRASIL, 2008, p. 41).

²Na análise histórica apresentada pelo texto da política de PICs, consta que suas discussões e seus encaminhamentos transitaram mais pelos setores institucionais vinculados à política de saúde. Assim, o espaço plural da conferência nacional trataria da institucionalização das MAC/MT pela primeira vez.

De forma complementar a essa proposta, os delegados propuseram, no sentido de incentivar a utilização das PICs na atenção básica, incluir “[...] as práticas terapêuticas da matriz afro-indígena, de medicina preventiva natural e alimentação integral, a equoterapia, a cinoterapia e outras com comprovado embasamento científico e, de acordo com a realidade de cada região” (BRASIL, 2008, p. 112). Ainda nesse eixo de discussão, foi deliberado “[...] implantar núcleo do programa de saúde integrativa com serviço médico em homeopatia, acupuntura, fitoterapia e serviço de farmácia homeopática e fitoterápica” (BRASIL, 2008, p. 117). Em relação à Assistência farmacêutica, a 13ª CNS referendou as deliberações da 11ª e 12ª CNS, indicando o fortalecimento da Política Nacional de Assistência Farmacêutica nas esferas de gestão, “[...] incluindo as práticas integrativas e complementares e a promoção do uso racional de medicamentos” (BRASIL, 2008, p. 114). O documento final do evento registrou que era importante:

Garantir a aquisição contínua dos medicamentos padronizados, dos fitoterápicos e dos medicamentos homeopáticos, revisando-os sistematicamente e incentivando a implantação de farmácias vivas, a utilização de plantas medicinais, a orientação de fitoterapeutas na rede básica e a oferta de cursos com linguagem acessível para a comunidade interessada, além de fomentar a inclusão do tema referente aos fitoterápicos e plantas medicinais nos cursos de graduação da área da Saúde. (BRASIL, 2008, p. 112-113).

Sob a ótica intersetorial, a 13ª CNS aprovou propostas que entrelaçavam diálogos entre as MAC/PICs, a saúde da população do campo e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A perspectiva presente foi a de apoiar a agricultura familiar por meio da “[...] valorização de fitoterápicos e das práticas terapêuticas alternativas” e da “[...] realização de cursos sobre alimentação saudável e apoio ao desenvolvimento de hortas comunitárias” (BRASIL, 2008, p. 18). Ainda, destacou-se a necessidade de se “Fazer parceria com a Secretaria da Agricultura [dos diversos estados] para a realização de cursos sobre alimentação saudável, monitoramento de horta comunitária, orientação fitoterápica e medicina alternativa para a população” (BRASIL, 2008, p. 31).

O tema da saúde da população indígena, sob a ótica da validação de praticantes tradicionais de saúde também esteve presente nessa conferência. Foi registrado: “O MS deve garantir que o SUS reconheça como promotores de saúde alternativa pajés, xamãs, parteiras e pastorais da criança” (BRASIL, 2008, p. 37); e, por meio do Programa da Saúde da Família, deve expandir “[...] a cobertura para o atendimento da zona rural, área indígena e das populações tradicionais dos municípios salientando-se a inclusão dos indígenas urbanos, respeitando a cultura local e a valorização do uso de fitoterápicos” (BRASIL, 2008, p. 99).

De maneira geral, todas as propostas presentes relacionadas à MAC/PICs na 13ª CNS estiveram em conformidade aos termos da PNPIK-SUS. Ressalta-se, porém, que houve no evento uma preocupação quanto à necessidade de pactuações orçamentárias nas três esferas de governo para que a efetiva implementação de tal política fosse levada a cabo. Ademais, houve, no evento, boa disposição para se reconhecer outras práticas integrativas e complementares e, assim, ampliar o leque de opções de ofertas, de acordo com as especificidades regionais. No entanto, novamente as práticas de fitoterapia figuraram com protagonismo na conferência, posto que já vinham sendo

fortalecidas no âmbito da política de assistência farmacêutica com certo acúmulo de experiências prévias para sua efetiva assimilação no cotidiano dos serviços de saúde.

A 14ª Conferência Nacional de Saúde foi realizada entre os dias 30 de novembro e 4 de dezembro de 2011 e teve como tema “Todos usam o SUS: SUS na Seguridade Social, Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro”. A realidade dessa conferência chegou com a recondução do projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT), eleito na pessoa da Sra. Dilma Vanda Rousseff. Os documentos oficiais do evento possibilitam observar contornos de fortalecimento das práticas da MAC/MT pela via de um entrelaçamento mais estreito da PNPIC com as questões de direitos humanos de grupos com pouca representatividade no cenário político brasileiro.

Queremos implantar e ampliar as Políticas de Promoção da Equidade para reduzir as condições desiguais a que são submetidas as mulheres, as crianças, os idosos, a população negra e a população indígena, as comunidades quilombolas, as populações do campo, da floresta e ribeirinha, a população LGBT, a população cigana, as pessoas em situação de rua, as pessoas com deficiência e patologias e necessidades alimentares especiais. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 86).

A 14ª CNS aprovou sete propostas referentes às MAC/PICs e duas moções relacionadas à medicina tradicional. As propostas foram relacionadas às diretrizes: “Ampliar e fortalecer a rede de atenção básica”; “Assegurar acesso e atenção integral [...]”; e “Por uma política nacional que valorize os trabalhadores de saúde”. Inicialmente a conferência reconheceu a necessidade de ampliação de recursos financeiros para a “[...] implementação de práticas integrativas e complementares” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 56). Ao longo do relatório, afirmou-se a necessidade de uma efetiva implementação da PNPIC:

Implantar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, ofertando novas práticas integrativas e complementares nos serviços de atenção básica, considerando as práticas já existentes e as articulações com os equipamentos e movimentos sociais do território. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 55).

Na direção de se reconhecerem novas práticas integrativas, deliberou-se por “Reconhecer a Terapia Comunitária Integrativa como política pública prioritária nacional, em consonância com o relatório final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 55). Com vistas ao acesso e à atenção integral, deliberou-se por “Criar núcleos municipais de práticas integrativas e complementares em saúde com o reconhecimento da Terapia Comunitária como política pública” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 46). Deliberou-se ainda por “Ampliar os recursos para assistência farmacêutica incluindo [aí] os fitoterápicos [...]” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 46).

Em relação aos praticantes de medicina tradicional, deliberou por: “Identificar e regulamentar as profissões de saúde ainda não reconhecidas no âmbito do SUS, incluindo as parteiras tradicionais, [...]” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 41); “Reconhecer a parteira tradicional como categoria de trabalho” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 45). Além disso, na perspectiva do respeito às diferenças e necessidades específicas de regiões e populações vulneráveis, deliberou

por reconhecer como importantes no campo dos conhecimentos e práticas de saúde “os pajés que trabalham na medicina tradicional” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 68).

Ainda vale registrar que a 14ª CNS aprovou duas moções sobre o reconhecimento e respeito aos praticantes tradicionais de saúde. A primeira destacou “o respeito às diversidades culturais e étnico-raciais, em especial aos afrodescendentes e indígenas, reconhecendo suas tradições, saberes, crenças, plantas medicinais e rituais de cura, garantindo o acesso a todos de forma digna e respeitosa” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 95). A segunda era relativa ao fortalecimento da Política de Saúde Indígena: “[...] Reconhecer as práticas tradicionais indígenas, os curandeiros, as parteiras, os pajés, os rezadores, os raizeiros e outros, integrando-os nas equipes multidisciplinares de saúde indígena” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 227).

ANÁLISE DE DADOS

Pode-se reconhecer no conjunto de discussões relacionadas ao tema das MAC/MT, em relatórios de conferências nacionais de saúde, duas tendências para a PNPIC, as quais identificamos: “Mudança no Modelo Assistencial” e “Organização da Atenção à Saúde”. A primeira é marcadamente contra-hegemônica, na superação do modelo de atenção vigente. A segunda é adaptada ao modelo curativista-assistencial, ainda hegemônico em grande parte do SUS.

“Mudança no Modelo Assistencial” constituiu uma tendência mais comprometida com a manutenção da visão integradora e holística das PICs, mais crítica e propositiva em relação ao modelo de saúde exclusivo, organizado sob a hierarquia médica e das conveniências do mercado farmacológico e tecnológico. Ela esteve presente de forma muito incisiva nas primeiras etapas analisadas, seguindo presente em todas as seguintes.

“Organização da Atenção à Saúde” foi a outra categoria resultante da análise. Por meio dela, observou-se a tendência de apresentar as MAC/MT para a política de saúde seguindo a lógica assistencial do modelo vigente, isto é, submetida ao reconhecimento pela medicina já consolidada em termos oficiais. De forma geral, as propostas relacionadas a essa categoria não trouxeram questionamentos sobre o modelo de atenção vigente; pelo contrário, em algumas vezes até o reforçou em seus aspectos corporativos, pois as práticas integrativas e complementares, para adentrar no campo da saúde, via SUS, deveriam adaptar-se às regras já estabelecidas. Nessa perspectiva, é interessante observar que alguns autores, ao investigarem a produção de literatura referente ao uso das PICs na Atenção Primária, destacam que ela é feita, muitas vezes, a partir de referenciais biomédicos dominantes, como os que aportam metodologias quantitativas. Pesquisas sobre usos de práticas integrativas utilizam-se, predominantemente, “do referencial hegemônico para a sua legitimação científica” (CONTATORE et al., 2015, p. 3271).

No aspecto numérico, a “Mudança no Modelo Assistencial” assimilou trinta e duas propostas e quatro moções de apoio aprovadas. Ela representou a tendência predominante de MAC/PIC nos relatórios de conferências analisados. Por sua vez, no que tange à “Organização da Atenção à Saúde”, foram identificadas treze deliberações e duas moções no período entre a 11ª CNS e a 14ª

CNS. Nessa categoria, foram absorvidas a ampla maioria de propostas relacionadas a “Medicamentos e Assistência Farmacêutica”.

As discussões sobre MAC/MT em conferências de saúde, no período estudado, indicam uma contínua mobilização de agentes interessados no avanço e na ampliação da política pública relacionada às práticas integrativas e complementares. Nesse sentido, a trajetória de discussões travadas por diversos atores sociais do campo da saúde sobre MAC/MT deve ser reconhecida como inextricável ao processo social e também político que marcou a construção de um SUS mais pluralista e democrático.

Por fim, cabe mencionar que a 15ª Conferência Nacional de Saúde, evento que se seguiu ao período delimitado para esse estudo, foi realizada em 2015, em meio à grande instabilidade política que resultaria na derrubada da então presidenta Dilma Rousseff. Nessa conferência, o tema geral foi “Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro”. Como bem destacaram Silva e Lima (2019, p. 111), a 15ª Conferência “foi palco da defesa da democracia no momento fulcral do golpe parlamentar de 2015-2016”. No entanto, com a consolidação do golpe, nos anos subsequentes, um novo cenário político começou a ser desenhado. Nele, a importância do poder da participação social em saúde passou a ser minimizada pelos governantes da esfera federal. Portanto, nas próximas conferências de saúde, os atores sociais que defendem o aprimoramento da PNPIC-SUS deverão, antes de tudo, defender o SUS.

CONCLUSÃO

Ao final deste estudo, à luz dos referenciais teóricos e metodológicos utilizados ao longo da pesquisa, e tendo em vista o objetivo de se analisar determinado conjunto de discussões a respeito da inserção das medicinas alternativas e complementares na política nacional de saúde, consideramos que foi possível identificar propostas e relacioná-las a eixos temáticos e, posteriormente, por meio da análise de conteúdo, construir duas categorias empíricas, as quais embasam duas tendências contidas no conjunto das discussões. O resultado do estudo sinaliza para a necessidade da continuidade dos estudos visando conhecer a organização dos atores e das práticas que sustentam cada uma das tendências, assim como dimensionar relações e tensionamentos envolvendo a inserção de novas práticas e da efetivação da PNPIC no campo da saúde.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento**/Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/13cns_M.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Brasília: 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: 2006a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Relatório do 1º Seminário Internacional da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PNPIC**: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/seminario_praticas_integrativas_complementares_saude.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. 8ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília: 1986. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8conferencianacionalsauderelatoriofinal.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

CONTATORE, O. A. et al. Uso, cuidado e política das práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Out 2015, vol. 20.

FRASS, M. **Use and Acceptance of Complementary and Alternative Medicine Among the General Population and Medical Personnel: A Systematic Review**. The Ochsner Journal 12:45–56, 2012.

GOBO, J. **A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS: um estudo a partir de Conferências Nacionais de Saúde (1986-2015)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2017.

LIMA, J. C. F. **A Política Nacional de Saúde nos anos de 1990 e 2000: na contramão da história?** In: Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora: FIOCRUZ, 2010. p. 279-310.

LUZ, M. T. Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 15 (Suplemento):145-176, 2005.

LUZ, M. T.; BARROS, N. F. (orgs.). **Racionalidades e práticas integrativas em saúde**. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/LAAPIS, 2012.

LUZ, M. T.; BARROS, N. F. (orgs.). **Relatório Final da 9ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: 1993. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio9.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

LUZ, M. T.; BARROS, N. F. (orgs.). **Relatório Final da 10ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: 1997. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_10.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

LUZ, M. T.; BARROS, N. F. (orgs.). **Relatório Final da 11ª Conferência Nacional de Saúde: o Brasil falando como quer ser tratado: efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde com controle social**. Brasília: 2001. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_11.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

LUZ, M. T.; BARROS, N. F. (orgs.). **Relatório Final da 12.ª Conferência Nacional de Saúde: Conferência Sérgio Arouca**. Brasília, 2004. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_12.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

LUZ, M. T.; BARROS, N. F. (orgs.). **Relatório Final da 14ª Conferência Nacional de Saúde**: todos usam o SUS: SUS na seguridade social: Política pública, patrimônio do povo brasileiro. Brasília: 2012. 232 p. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/img/14_cns%20relatorio_final.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

LUZ, M. T.; BARROS, N. F. (orgs.). Secretaria de Atenção à Saúde. **Práticas Integrativas e Complementares no SUS - Relatório de Gestão 2006/2010**. Brasília: 2011. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/rel_gestao2010_final.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

SILVA, B. T. da; LIMA, I. M. S. O. 15ª Conferência Nacional de Saúde: um estudo de caso. **Saúde soc.**, set 2019, vol. 28, n.3, p.97-114.

TESSER, C. D.; BARROS, N. F. Medicalização social e medicina alternativa e complementar: pluralização terapêutica do Sistema Único de Saúde. **Rev. Saúde Pública**, 2008; 42(5): 914-20.

O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA REDE MÃE PARANAENSE E SUA REPERCUSSÃO NA MORTALIDADE INFANTIL

Ana Paula Garbuio Cavalheiro
Jussara Ayres Bourguignon
Márcia Helena Baldani Pinto

*“Não podemos mudar o passado, mas podemos
reconstruir o presente para mudar o futuro”*

João Alberto Catalão

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado de Cavalheiro (2017), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que teve como título: “O processo de implementação da Rede Mãe Paranaense e sua repercussão na mortalidade infantil (MI) no município de Ponta Grossa (PR)”. A temática foi eleita pelo fato de a MI representar indicador de desenvolvimento humano, além de ser identificada como condição social e de saúde que necessita de investigação para prudentes intervenções, sobretudo diante dos óbitos conceituados como evitáveis.

A MI é calculada com base na Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), que é igual ao número de óbitos de menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A depender do momento cronológico do óbito, esse indicador pode ser dividido entre os componentes: mortalidade neonatal precoce – zero a seis dias de vida; neonatal tardia – sete a 27 dias de vida; e pós-neonatal – 28 a 364 dias de vida.

Embora a TMI no Brasil tenha apresentado expressiva queda nos últimos 60 anos – de 117,7 óbitos a cada mil nascidos vivos em 1960 para 12,8 óbitos em 2018 –, o país demonstra ainda taxa incompatível com o seu desenvolvimento socioeconômico quando comparado a outros países em desenvolvimento, como Chile, que tem TMI de 6,4 óbitos a cada mil nascidos vivos.

A sobrevida infantil é sensível à proteção social e à atenção à saúde destinada às crianças, sobretudo no primeiro ano de vida. Sociedades protetoras dos direitos sociais e de saúde das crianças, em geral, apresentam melhor TMI. Por isso, esforços governamentais no sentido de materializar esses direitos em políticas públicas de enfrentamento da MI são fundamentais para garantir a vida e o desenvolvimento de milhões de brasileiros. Nessa perspectiva, foram instituídas a Rede Cegonha,

em âmbito nacional, e a Rede Mãe Paranaense, no Paraná. Ambas têm como objetivo a redução da MI pela ação integral e integrada dos pontos de atenção primários, secundários e terciários.

Ponta Grossa situa-se na região Centro-Sul paranaense e se adequou ao desenho da Rede Mãe Paranaense no ano de 2012. Desde então, atua dentro do que é preconizado pelo estado no que tange à atenção materno-infantil. Passado o processo inicial de sua implementação, surgiu a necessidade de investigar se esta repercutiu na problemática da MI. Para tanto, realizou-se pesquisa interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas do tipo exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa, com o objetivo de descrever o processo de implementação da rede no município de Ponta Grossa, verificando sua influência na MI. O desenvolvimento da pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sob Parecer nº 1.696.891. Foram respeitadas as recomendações dos critérios consolidados para relatos de pesquisa qualitativa (COREQ) ao cumprimento das etapas definidas na metodologia. Os indivíduos que aceitaram participar do estudo após serem devidamente informados acerca dos seus objetivos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa aconteceu em três etapas, sendo a primeira de revisão bibliográfica dos conteúdos abordados ao longo do trabalho. A segunda se deu pela pesquisa documental em banco de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), entre os anos de 2012 e 2017, além de dados contidos em 21 relatos de óbitos infantis do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil do município de Ponta Grossa, entre 2012 e 2014. Por fim, a terceira etapa se efetivou por meio de pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturadas realizadas nos meses de julho e agosto de 2016, junto a cinco participantes, os quais eram profissionais envolvidos com a gestão ou implementação de ações da Rede Mãe Paranaense.

Os dados estatísticos coletados foram organizados em tabelas de série histórica. Os resumos do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil geraram dados sociodemográficos e socioeconômicos das famílias dos recém-nascidos em óbito. Os conteúdos expressos nas entrevistas foram organizados em eixos de análise e sistematizados em categorias de análise. Após o tratamento dos dados, fez-se a análise quali-quantitativa deles, seguindo o método da análise de conteúdo.

Para fins de exposição dos resultados, este capítulo está dividido em duas seções, além desta introdução. Na segunda seção, intitulada “Direito à vida e ao desenvolvimento infantil: necessidades presentes no Brasil”, apresentam-se os direitos das crianças e as políticas públicas de promoção ao desenvolvimento infantil e de enfrentamento da MI, além dos resultados e das análises da pesquisa. Por fim, a conclusão traz as contribuições da pesquisa para o município de Ponta Grossa e as limitações intrínsecas ao estudo.

DIREITO À VIDA E AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: NECESSIDADES PRESENTES NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) garante, no capítulo que trata dos direitos sociais, que todo brasileiro tem direito à vida, a partir da proteção à maternidade e à infância. Esse compromisso é reafirmado nos arts. 7º e 8º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), ao instituir que é direito da criança ser acolhida pelos programas sociais e de saúde,

ainda quando no período gestacional, perpassando pela experiência do parto e do nascimento, visando a um desenvolvimento infantil sadio e harmonioso.

A atenção ao desenvolvimento infantil, desde a gestação até prioritariamente os três anos de vida, tem ganhado destaque, sobretudo nas últimas décadas, pelo reconhecimento de que promover o cuidado que favorece o desenvolvimento saudável da criança reverbera na estruturação de condições biopsicossociais que auxiliarão o indivíduo, no futuro, a resolver melhor as complexas situações da vida (CYPEL, 2013). Para garantir o pleno desenvolvimento infantil, o Estado brasileiro materializa os direitos nas políticas públicas sociais, econômicas e de saúde. Estas, em geral, fundamentam-se em critérios epidemiológicos, socioeconômicos e sanitários para a constituição de programas, projetos e serviços de saúde, orientados ao alcance de objetivos específicos, ofertados nos variados pontos de atenção.

O primeiro Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança (PAISC) no Brasil foi instituído em 1983 e se estrutura atualmente na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança – PNAISC (BRASIL, 2015). Ambos têm como objetivo a redução da MI por meio da adoção de práticas assistenciais focadas na imunoprevenção, na atenção às doenças prevalentes na infância, no incentivo ao aleitamento materno e à alimentação complementar e no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, tendo como cenário de prática a Atenção Básica (AB).

A implementação desses programas apresentou resultados exitosos no que tange à sobrevida infantil brasileira, sobretudo de crianças acima de um ano de vida, pelo fato de estarem mais sensíveis às ações de melhoramento de cobertura assistencial da AB. Em contraste, evidenciou-se a problemática da mortalidade entre crianças abaixo de 1 ano de vida, por serem mais sensíveis ao óbito devido a ineficientes práticas de atenção materna no pré-natal e no parto. Essa evidência levou o Ministério da Saúde (MS) a instituir o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (BRASIL, 2000) e a estabelecer diretrizes para o cumprimento da agenda de compromissos para a redução da MI (BRASIL, 2004) e para o alcance da meta 4 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM (NACOEUNIDAS.ORG, 2015) entre os anos de 2000 e 2015.

A emergência brasileira para o cumprimento dessa e de outras metas definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a melhoria da qualidade de vida no país levou o MS, no ano de 2010, à reestruturação do sistema de atenção à saúde, que era piramidal, hierarquizado e focado na doença, para um sistema poliárquico, integralizado e com foco nas condições de saúde baseadas na estratificação de riscos, ou seja, as Redes de Atenção à Saúde – RAS (MENDES, 2011).

A primeira RAS instituída no Brasil foi a Rede Cegonha (BRASIL, 2011), cujas diretrizes estavam orientadas para a redução da MI, com predominância na mortalidade neonatal precoce, em nível nacional. De início, foi implementada na Amazônia Legal e posteriormente difundida para todos os estados brasileiros ao longo dos anos de 2011 e 2012. No estado do Paraná, foi batizada Rede Mãe Paranaense, no ano de 2012. Para sua implementação, foram capacitados gestores, técnicos e trabalhadores de saúde em geral dos 399 municípios paranaenses. O município de Ponta Grossa realizou as primeiras oficinas pedagógicas para a implementação da rede ainda em 2012.

No decorrer do processo de implementação das ações previstas no desenho da Rede Mãe Paranaense em Ponta Grossa, sentiu-se a necessidade de verificar a repercussão na MI, visto

que seu objetivo principal era a redução desse indicador. Para tanto, propôs-se o desenvolvimento deste trabalho interdisciplinar, com abordagem quali-quantitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, para evidenciar dados, clarificar resultados e orientar possíveis intervenções.

A pesquisa documental permitiu identificar o comportamento estatístico da MI e os fatores que se associaram a ela ao longo dos seis anos de implementação da Rede. Já a pesquisa de campo evidenciou possíveis motivos para os dados estatísticos encontrados sob a ótica dos participantes. Para tanto, os resultados foram elucidados com base na análise dos dados estatísticos alcançados pelo município e nos conteúdos expressos tanto nos depoimentos dos participantes da pesquisa, quanto nos relatos do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil.

Os dados estatísticos estão expressos na Tabela 1, e os resultados das entrevistas e dos relatos aparecem em seguida.

Tabela 1 – Distribuição simples de nascimentos e óbitos de menores de 1 ano de vida por ano no município de Ponta Grossa/PR.

Ano de referência	Nascidos vivos	Número absoluto de óbitos infantis	TMI
2012	5.257	54	10,27
2013	5.196	56	10,77
2014	5.569	65	11,67
2015	5.375	59	11,04
2016	5.340	58	10,86
2017	5.292	67	12,66

Fonte: Adaptado de Datasus (2020).

Conforme se observa, houve oscilações não decrescentes de óbitos em menores de 1 ano de vida durante os anos analisados. Os números absolutos de nascidos vivos, bem como os de óbitos infantis, foram apresentados para comprovar a TMI nos anos em questão, ressaltando-se que a taxa de 2017 foi a maior durante todo o período estudado. Para os participantes da pesquisa, tais resultados podem estar relacionados à existência de fatores que dificultaram o alcance dos objetivos da Rede Mãe Paranaense, conforme expresso nos depoimentos que seguem:

“Eu acho que a gente pode citar três situações, três dificuldades ou três perspectivas que a gente tem que estar atentos que podem dificultar o trabalho que tem sido realizado para a redução da mortalidade infantil: primeiro é uma questão política, que é a possível ou histórica descontinuidade das políticas que são implementadas entre as gestões. [...] A segunda questão: acho que não existe política pública que, embora tenhamos ações de redução da mortalidade infantil que tenham baixo custo, a gente não pode pensar no sucesso de uma política pública ou de uma ação governamental sem investimentos, e quando eu falo em investimentos, eu falo em investimentos de recursos humanos, de recursos tecnológicos, da capacitação contínua dos profissionais que atuam nessa área para continuarem a prestar cada vez mais melhores serviços, estarem atentos e preparados para os desafios que se impõem a cada dia. [...] Um terceiro elemento importante é, dentre outros dificultadores, é continuar trabalhando com a conscientização da própria população para a adesão aos programas existentes” (Entrevistado 4).

“Por mais que a mortalidade infantil está relacionada diretamente à assistência à saúde, não é só isso que vai impactar, tem outras questões. Mesmo que eu tenha uma assistência considerada excelente, se eu tenho pessoas em condições desfavoráveis, relacionadas à renda, à escolaridade, vivendo em uma casa pequena de dois cômodos com 10 pessoas dentro. Então foge da questão da saúde, existe uma questão social que está ligada e que foge do que poderíamos fazer” (Entrevistado 1).

Reduzir a mortalidade infantil é um desafio para muitos países, inclusive para o Brasil, pois a sobrevivência da criança é sensível a ações sociais, econômicas, nutricionais, educacionais, comportamentais e de saúde das sociedades. Assim, quando essas não estão fortalecidas e orientadas, a eminência do óbito se torna presente.

As políticas públicas têm grande importância nesse processo, haja vista que elas representam a materialização dos direitos humanos e sociais. Elas são idealizadas com base em problemas existentes na sociedade, são mediadas pelas relações entre Estado e sociedade civil, estruturam-se por meio de regras, leis, diretrizes e procedimentos legais e se transformam em ações concretas direcionadas à resolução dos problemas sociais (FUENTES, 1990). Porém, a superficialidade das políticas públicas, bem como suas descontinuidades, incentivadas pelo movimento global de expansão do capital em detrimento da intervenção estatal nas questões sociais, faz com que a mortalidade infantil se torne ainda complexa em regiões com visíveis vulnerabilidades socioeconômicas.

Mesmo que evidências apontem para a redução da TMI global e brasileira (ONU, 2015), esforços não devem ser poupados para o enfrentamento dessa problemática, haja vista que, sob a análise isolada de determinadas regiões geográficas, a mortalidade infantil ainda representa uma consequência das vulnerabilidades socioeconômicas e de atenção à saúde de grande destaque. Essa realidade pode ser observada também nos resultados desta pesquisa, quando os participantes foram indagados sobre os grupos sociais mais vulneráveis ao óbito infantil no município de Ponta Grossa:

“quanto a análise feita aqui no nível regional percebe-se que são [...] as crianças de famílias socioeconômicas menos favorecidas que não têm acesso. Não tem diferença entre raça, mas sim na questão socioeconômica.” (Entrevistado 1).

“é sabido, há muito tempo, que os grupos mais vulneráveis são as populações menos favorecidas economicamente, mas, o que eu vejo hoje, é que existe um grupo vulnerável em relação à idade, as mães muito jovens, e a questão da educação também, a escolaridade. Então esses grupos, ao meu ver, são os que mais ressentem em relação à mortalidade, seja pela idade, seja pelo acesso à educação.” (Entrevistado 2).

Fuentes (1990) atribui a relação entre pobreza e maior incidência de óbitos infantis à ineficiência governamental em estabelecer políticas públicas capazes de corrigir as falhas na distribuição de renda e na oferta pública e gratuita de bens e serviços necessários à redução da mortalidade infantil, tais como saneamento básico, educação e saúde.

Partindo dessa premissa, foi questionado aos participantes quais eram as ações desenvolvidas pelas equipes de saúde para enfrentamento da MI no município de Ponta Grossa. As respostas seguem:

“a implementação de dois protocolos nesses últimos dois anos: o protocolo de atenção à saúde da nossa gestante [...] onde traz para as equipes da saúde da família algumas orientações importantes principalmente normalizando e norteando as ações, principalmente da enfermagem, por que diz respeito à realização do pré-natal que consequentemente ajuda na redução da redução da mortalidade infantil [...] e o protocolo de puericultura, uma ação desenvolvida na atenção primária e também na especializada, onde dentre outras ações também a necessidade a importância das crianças terem logo a primeira consulta dentro dos cinco dias.” (Entrevistado 4).

“Na prática não vejo que existe uma ação específica. Acredito que são os programas que já existem como a puericultura, que identifica uma criança que está em uma situação de risco e faz o encaminhamento ou o trabalho com a escola, e o pré-natal, pela questão da estratificação do risco então se é identificado uma gestante de alto risco, ela será encaminhada.” (Entrevistado 1).

A divergência nas respostas evidencia que os gestores e implementadores da Rede Mãe Paranaense não estavam totalmente esclarecidos sobre seu desenho e, por conseguinte, sobre seus passos e objetivos. Para Januzzi (2016), isso se configura como um dos principais pontos que impedem o alcance de metas definidas no processo de formação das políticas. Na ótica do autor, a implementação é a parte operacional das políticas públicas, que têm a capacidade de gerar resultados. Mas, para isso, todos os envolvidos precisam estar orientados sobre a organização e os objetivos a serem atingidos. Caso contrário, o enfraquecimento do processo é quase certo.

Tal fragilidade pode ser confirmada nos conteúdos que seguem. Eles representam as respostas dos participantes quando indagados sobre como avaliavam a implementação da Rede Mãe Paranaense no município de Ponta Grossa:

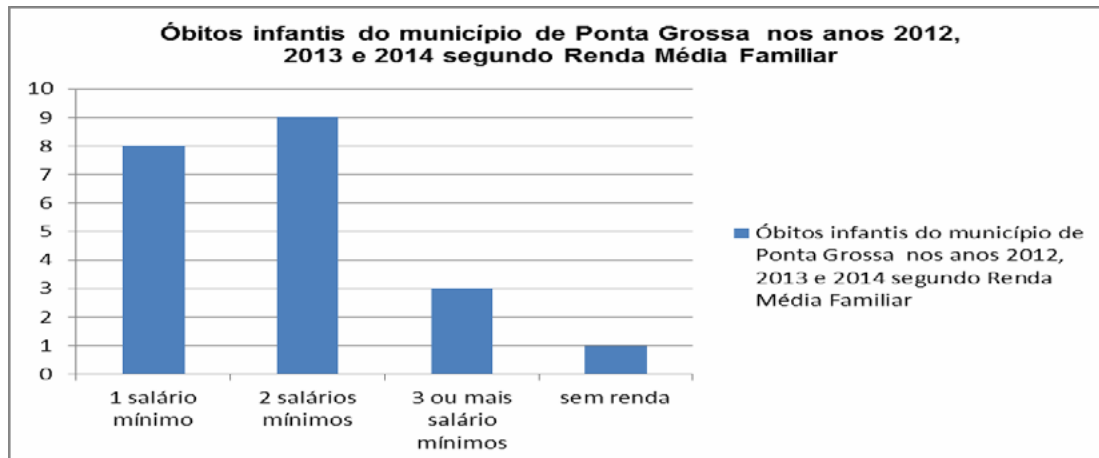
“A implementação da Rede é parcial, ela ainda não está completa. Existem coisas ainda que devem ser melhoradas, otimizadas, implementadas, etc.” (Entrevistado 1).

“Sentimos ainda falhas gritantes em relação à condução desde a gestante, até o nascimento. Falhas na rede de fluxo e no acesso.” (Entrevistado 2).

Esses resultados convergem com evidências apresentadas por Medeiros e Cavalcante (2018), ao apontarem que barreiras políticas, operacionais e de competência analítica comprometem o resultado final da implementação de políticas públicas. Em contraponto, as autoras informam que o sucesso poderia ser alcançado se existisse maior entendimento sobre a eficácia, clareza e consistência da política por parte dos implementadores, se houvesse melhor disponibilidade de recursos (humanos e materiais), se os implementadores tivessem atitudes mais positivas e se houvesse melhor alinhamento entre os destinatários da política e o local de implementação (MEDEIROS; CAVALCANTE, 2018).

Para além dessas dificuldades, evidenciou-se, com base na análise dos resumos do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil, que fatores de ordem socioeconômica, como a Renda Média Familiar (RMF), e sociodemográfica, como a escolaridade materna, também se associaram aos óbitos infantis em Ponta Grossa, dificultando o alcance dos objetivos da Rede Mãe Paranaense. Esses dados estão expressos nos Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - RMF expressa nos resumos de óbito infantil do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil do município de Ponta Grossa – 2012 a 2014.



Fonte: CAVALHEIRO (2017).

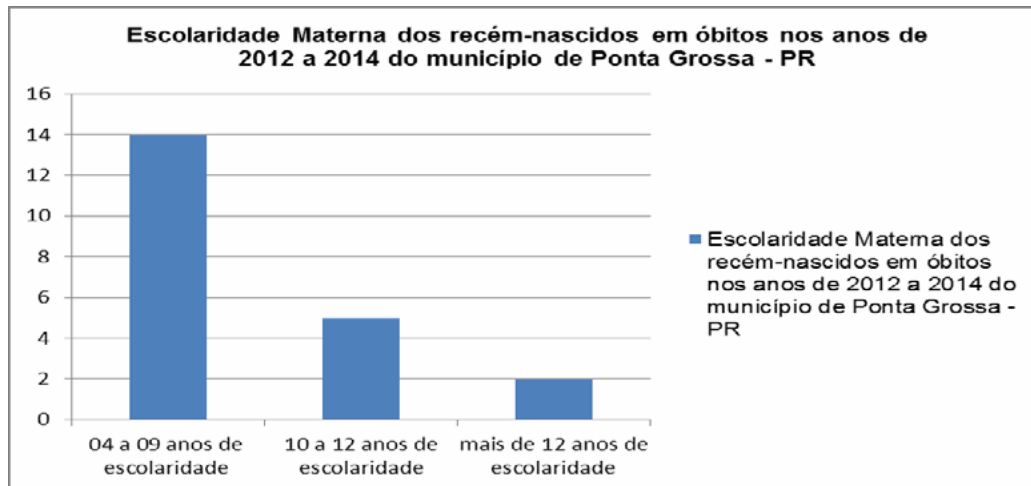
Como visto, a RMF, entendida como a “soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, inclusive das pessoas cuja condição na família fosse de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020), tem influência direta na ocorrência de óbitos infantis. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2012) evidenciam que, no Brasil, “há uma forte correlação negativa entre a taxa de mortalidade infantil e a renda familiar *per capita* e como era de se esperar, quanto maior a renda, menor é a taxa de mortalidade infantil” (BRASIL, 2012, p. 8) e vice-versa.

A análise do Gráfico 1 permite identificar que a maioria dos óbitos infantis ocorridos no município de Ponta Grossa ocorreu em famílias que faturavam entre um e dois salários mínimos mensais, independentemente da fonte de recursos. Isso quer dizer que algumas famílias compuseram a RMF somando valores do auxílio governamental. É importante destacar que o óbito em família sem renda representou pequeno percentual, pelo fato de a família declarar-se totalmente desprovida de renda, inclusive sem auxílio governamental. Outro fator de destaque refere-se à pouca concentração de óbitos, em comparação às outras faixas de renda, entre famílias com RMF de três ou mais salários mínimos. Essa constatação é muito relevante, ao passo que não foi limitada RMF máxima.

Essas evidências, nacionais e municipais, apontam para a necessidade de o país instituir políticas públicas de enfrentamento à MI, com enfoque na redistribuição de renda, para o melhoramento no acesso a bens e serviços públicos de educação e saúde, como forma de alavancar a redução da MI.

Além da RMF, a escolaridade materna teve destaque na associação com o óbito infantil em Ponta Grossa, conforme aponta o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Escolaridade materna expressa nos resumos de óbito infantil do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil do município de Ponta Grossa – 2012 a 2014.



Fonte: CAVALHEIRO (2017).

Com base na análise do Gráfico 2, observa-se que, no município de Ponta Grossa, 14 dos 21 relatos de óbitos analisados tinham as mães variando entre quatro e nove anos de estudo, ou seja, com ensino fundamental incompleto ou completo. Em cinco deles, as mães concluíram o ensino fundamental e iniciaram o ensino médio e, em dois casos, concluíram o ensino médio e iniciaram o ensino superior.

O nível de escolaridade marca o grau de desenvolvimento de um país. No Brasil, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) aponta que o ensino fundamental e o ensino médio representam a educação básica, escolaridade mínima necessária para assegurar a todos os brasileiros “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, conforme o artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). No entanto, o que se observa na estatística brasileira é que a maior parte da população não conclui a educação fundamental, haja vista que “a escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade aumentou de 2004 a 2013, passando de 6,4 para 7,7 anos de estudo completos” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014, p. 110).

O baixo nível de escolaridade reflete em inúmeros problemas de saúde e, como não podia ser diferente, a baixa escolaridade materna influencia a ocorrência de óbitos infantis. Isso foi provado na pesquisa Nascer no Brasil (LANSKY et al., 2014), ao identificar que filhos de mães com baixa escolaridade tem 4,0 vezes mais chance de morrer em comparação aos filhos de mães com escolaridade adequada. Estudo realizado no Paraná em 2011, que compreendeu todos os óbitos infantis do estado, entre os anos de 2006 e 2010, identificou que filhos de mães analfabetas têm 2,5 vezes mais chances de morrer do que filhos de mães com 12 ou mais anos de estudo (PARANÁ, 2011).

Diante dos resultados, evidencia-se que a maioria dos óbitos infantis, de 2012 a 2014, no município de Ponta Grossa, apresenta-se concentrada no grupo de mães com baixa escolaridade, alinhada, portanto, com os resultados estatísticos encontrados nos estudos brasileiros e paranaenses

acima citados. Essa evidência justifica a necessidade de trabalho intersetorial entre educação e saúde, além de compor subsídios plausíveis para a implementação de políticas públicas de encorajamento à educação básica inclusiva e de qualidade, com caráter universal a todas as faixas etárias.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como principal finalidade verificar a repercussão na MI, com base na descrição do processo de implementação da Rede Mãe Paranaense no município de Ponta Grossa, entre os anos de 2012 e 2017. Identificou-se que, nesse período, não houve reduções progressivas na MI; ao contrário, observaram-se oscilações mais positivas da TMI entre os anos de 2014-2015 e 2015-2016, com expressivos aumentos nos anos de 2012-2013, 2013-2014 e 2016-2017.

Concorda-se com os participantes da pesquisa quando afirmam que a implementação da rede apresenta desajustes que possivelmente repercutiram de maneira a fragilizar a redução da TMI do município ao longo dos anos analisados. Diante disso, justifica-se a realização deste e de outros trabalhos de pesquisa que oportunizem melhores tomadas de decisões por parte dos gestores e trabalhadores de saúde, no sentido de qualificar serviços e promover a vida e o desenvolvimento infantil.

Assim como na realidade nacional, no município de Ponta Grossa estiveram mais vulneráveis ao óbito infantil os filhos de mães com baixa escolaridade e com RMF entre um e dois salários mínimos. Essas evidências remetem à necessidade de o município e o país proporem medidas e políticas públicas de melhoramento no acesso de crianças e jovens à escolarização de base e, de forma articulada, investimentos em fortalecimento das ações que compõem a atenção básica em saúde, no sentido de prevenção e promoção à saúde, bem como acesso às informações sobre planejamento familiar, gestação, parto e cuidados com os recém-nascidos. O enfrentamento à MI requer ações de caráter intersetorial de forma a fortalecer a rede de proteção social local.

Também é importante destacar que o poder público tem de se ocupar de seu compromisso com a garantia da vida e o desenvolvimento infantil saudável, usando para isso os mecanismos de vigilância ao óbito e apontando, quando necessário, possibilidades de intervenções para resolução e controle da MI em níveis local, regional e nacional.

As limitações deste estudo deram-se em função do curto tempo de existência da Rede Mãe Paranaense, fato que dificultou análises longitudinais dos resultados de sua implementação. Já sua potencialidade está na evidência das fragilidades que necessitam de intervenções para a qualificação da rede, com consequente garantia à vida e ao desenvolvimento infantil no município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), p. 13563, 16 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 3 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), Sessão 1, p. 27839, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 5 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), n. 149, p. 37, 06 de agosto de 2015. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html. Acesso em: 3 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), n. 125, p. 61, 01 de julho de 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html. Acesso em: 3 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 569, de 1º de junho de 2000. Institui o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), n. 110-E, p. 4-6, 08 de junho de 2000. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html. Acesso em: 3 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 80 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_compro_crianca.pdf. Acesso em: 3 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Taxas de mortalidade infantil por região e faixa de renda domiciliar per capita entre os censos de 2000 e 2010**. Estudo técnico nº. 05/2012. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/taxas-de-mortalidade-infantil-por-regiao-e-faixa-de-renda-domiciliar-per-capita-entre-os-censos-de-2000-e-2010/>. Acesso em: 5 set. 2020.

CAVALHEIRO, A. P. G. **O processo de implementação da Rede Mãe Paranaense e sua repercussão na mortalidade infantil no município de Ponta Grossa – PR**. 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, Paraná, 2017. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2336>. Acesso em: 5 set. 2020.

CYPEL, S. (org.). **Fundamentos do desenvolvimento infantil**: da gestação aos 3 anos. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2013. 176 p. Disponível em: http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Fundamentos_do_desenvolvimento%20infantil.pdf. Acesso em: 3 set. 2020.

DATASUS. [Internet]. 2020. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde**. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/inf10br.def>. Acesso em: 3 set. 2020.

FUENTES, V. L. P. **Condicionantes Socioeconômicas da mortalidade infantil**: Estado de São Paulo 1960-1984. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores sociais mínimos**. Conceitos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17374-indicadores-sociais-minimos.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: 4 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 212 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=291983>. Acesso em: 4 set. 2020.

JANNUZZI, P. de M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

LANSKY, S. et al. Pesquisa Nascer no Brasil: perfil da mortalidade neonatal e avaliação da assistência à gestante e ao recém-nascido. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1, p. S192-S207, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014001300024&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 set. 2020.

MEDEIROS, C. R. S.; CAVALCANTE, P. A implementação do programa de saúde específico para a população em situação de rua - Consultório na rua: barreiras e facilitadores. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 754-768, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170946>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000300754&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 set. 2020.

MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde**. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes_de_atencao_saude.pdf. Acesso em: 3 set. 2020.

NACOEUNIDAS.ORG. **Novo relatório da ONU avalia implementação mundial dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/novo-relatorio-da-onu-avalia-implementacao-mundial-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-odm/>. Acesso em: 3 set. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde (SESA). **Linha Guia Rede Mãe Paranaense**. Paraná, 2011. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sesa_pr/mae_paranaense_linha_guia.pdf. Acesso em: 3 set. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde (SESA). **Linha Guia Rede Mãe Paranaense**. 7. ed. Paraná, 2018. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/LinhaGuiaMaeParanaense_2018.pdf. Acesso em: 5 set. 2020.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES NA CIDADE DE PONTA GROSSA /PR

Camila Sopko
Reidy Rolim de Moura

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar previamente a dissertação intitulada “As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa/PR”.

A dissertação encontra-se disponível na biblioteca da Universidade Estadual de Ponta Grossa e foi realizada por meio do programa de Ciências Sociais Aplicadas. Sua defesa ocorreu em março de 2019, de autoria de Camila Sopko, e teve orientação de Reidy Rolim de Moura. Nela, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O universo da pesquisa foram as quatro associações de catadores da cidade de Ponta Grossa/PR. Como amostra, foi realizado um grupo focal com as três mulheres mais antigas de cada associação, totalizando doze participantes.

É importante salientar que, para a realização da pesquisa, foi feito o estado da arte no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, pois assim é possível compreender sua relevância. Na busca de publicações dos últimos cinco anos (2012-2017), foram encontradas apenas nove que tratam do tema divisão sexual do trabalho e relações de gênero. Na busca de “catadoras”, foi encontrado um total de quarenta e cinco resultados, dos quais apenas quatro nos deram base. Dessa maneira, o tema “divisão sexual do trabalho e catadoras” nos deu um total de treze teses e dissertações, mostrando que essa pesquisa é atual e pouco discutida no cenário brasileiro, mesmo sendo um tema interdisciplinar.

Percebe-se que o tema “divisão sexual do trabalho” vem ganhando cada vez mais importância e visibilidade nas discussões acadêmicas, uma vez que as discussões sobre duplas/triplas jornadas e a respeito do trabalho invisível se tornaram cada mais frequentes.

Na sociedade capitalista, a mulher sofre um processo de exploração constante, uma vez que realiza trabalhos necessários à manutenção da vida. A saber: limpeza, higiene, cuidado dos filhos e do companheiro – trabalhos esses realizados sem remuneração, em que ocupa seu tempo de trabalho profissional.

Dessa forma, percebe-se que as mulheres têm em suas rotinas duplas/triplas jornadas de trabalho, fazendo com que seu tempo disponível de trabalho profissional seja inferior em relação aos homens, o que acarreta salários mais baixos.

Os catadores e catadoras de materiais recicláveis representam um dos elos mais importantes na reciclagem, uma vez que eles realizam um trabalho de utilidade pública, já que todos os seres humanos produzem materiais descartáveis todos os dias. Há um grande estigma em relação à profissão de catador(a), uma vez que esses indivíduos trabalham em ambientes sujos e com baixa remuneração.

É importante salientar que, na cidade de Ponta Grossa/PR, o número de mulheres em associações de catadores é superior ao número de homens, contrariando assim os dados nacionais.

Esta dissertação, além de trabalhar na perspectiva das relações de gênero e da dupla/tripla jornada de trabalho, compreendeu também como se dá o trabalho das mulheres nesse ambiente e o porquê de elas estarem inseridas no trabalho da catação.

Dessa forma, a pesquisa se apresenta como um trabalho interdisciplinar, buscando compreender as relações das mulheres em um ambiente de trabalho e uma rotina tão difícil e tão estigmatizada pela sociedade.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A DUPLA JORNADA DAS MULHERES CATADORAS NA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR

Atualmente, não se pode dizer que é simples pensar em uma área de conhecimento cujas categorias de análise sejam gênero e divisão sexual do trabalho. A defesa do uso do conceito gênero passou a adquirir caráter relacional e a ser questionado, até moralmente, sem contar as ameaças que alguns(as) pesquisadores(as) têm recebido, muito em razão de englobar as relações sociais entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres, entre homens e homens, sendo alvos de discursos moralistas e conservadores em diversos setores. Contudo, a construção do conhecimento deve ir além e não se deixar abater por ameaças, pelo senso comum e pelo desconhecimento; afinal, o papel da ciência é contribuir, com olhar científico, principalmente aos temas polêmicos.

Nessa perspectiva, este trabalho pretende discutir as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho junto ao universo de reciclagem. Ao conceito de gênero, destaca-se a importante tarefa de problematizar os sentidos e significados do que é ser mulher e homem nos distintos contextos históricos. Além disso, é fundamental para a discussão o fato de que, em nossa sociedade, as explicações sobre as diferenças entre homens e mulheres são fortemente qualificadas pelo sexo, com evidentes conotações biológicas, obtendo intenção de fortalecer hierarquias que amparem relações desiguais e de dominação, no âmbito específico das relações sociais de gênero e sua articulação com classe, raça, etnia e geração. Isso acontece também com o conceito de divisão sexual do trabalho. Apesar de rumores divergentes, é até o século XIX que se tem conhecimento da insuficiência de compreender a construção histórica da mulher trabalhadora. Porém, essa construção está conexas à configuração do conceito de divisão sexual do trabalho e possibilita questionar como essa divisão cria uma força de trabalho feminina, vista como mão de obra barata para certos tipos de afazeres,

e como ela produz relações desiguais, hierarquizadas e assimétricas de exploração e opressão, tornando, portanto, os conceitos de gênero e divisão sexual do trabalho possíveis de análise de forma conjunta.

A divisão sexual do trabalho é apenas um aspecto das relações de gênero, sendo que esta é a categoria de análise que permite questionar padrões, como destaca Hirata (1998), do que é ser trabalhador e trabalhadora em nossa sociedade. É a crítica de gênero que permite, por exemplo, o alargamento do conceito de trabalho para além do trabalho assalariado e considera as atividades desenvolvidas por mulheres como o trabalho doméstico, a organização da casa, o trabalho não remunerado ou inserido nas mudanças que acompanham a especialização flexível.

Discutir a divisão sexual do trabalho não remete apenas às relações desiguais entre homens e mulheres, mas também busca compreender como se deu sua naturalização, uma vez que, em sua grande maioria, o trabalho doméstico é colocado como obrigação da mulher; já ao homem consta a responsabilidade monetária com a casa, os filhos e a cônjuge. Compreende-se também a dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres em relação aos homens, uma vez que elas são responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos, fazendo assim com que as mulheres tenham menos tempo para se dedicarem aos trabalhos profissionais. Isso faz com que, na maioria das vezes, a remuneração masculina torne-se superior à feminina, já que o homem dispõe de mais tempo livre para o trabalho profissional (BIROLI, 2018).

Podem-se elencar tais fatores à questão da naturalização do trabalho da mulher, uma vez que é comum que as atividades relacionadas ao cuidado, ao carinho, ao afeto ou até mesmo à reprodução sejam destinadas às mulheres, enquanto o trabalho de manutenção da casa é destinado à figura do homem. Ressalta-se que essa naturalização da divisão sexual do trabalho se dá desde criança, onde há uma divisão sexual dos brinquedos (CISNE; SANTOS, 2018).

O trabalho realizado pelas mulheres é efetuado de maneira gratuita e obrigatória, sendo os beneficiários desse trabalho seus familiares, filhos e cônjuge. Isso acontece em nome do amor, do afeto e do dever materno, processos que são considerados natos às mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007). Biroli (2018) considera que a divisão sexual do trabalho tem como base o gênero para a exploração e opressão das mulheres, o qual se destaca como uma forma de opressão comum às mulheres, definindo-as como classe, e que elas estariam em conflito com a classe que as explora, ou seja, os homens. Mesmo que a exploração seja por meio do trabalho doméstico, majoritariamente realizado por mulheres, tal exploração não se efetiva nas mesmas condições para todas as mulheres, uma vez que as diferenças no gênero também são relacionadas a classe, raça e nacionalidade.

Compreende-se assim que as convergências existentes na divisão sexual do trabalho não são homogêneas e que esses processos de desigualdade de gênero devem ser compreendidos de maneiras distintas, uma vez que são múltiplas variáveis de opressão. Biroli (2018) faz uma reflexão em relação ao trabalho remunerado, que trouxe uma perspectiva de liberdade às mulheres, a qual se realizou em grande maioria para as mulheres brancas, diferentemente da realidade das mulheres negras e provenientes de classes trabalhadoras.

Nesse sentido, este trabalho constrói um olhar que recusa qualquer tentativa de explicação exclusivamente biológica sobre as diferenças entre homens e mulheres, em suas existências,

compreensões, costumes, comportamentos e emoções. Com base nisso, em um primeiro momento, reportamo-nos a pesquisas com a premissa de refletir sobre o encontro entre gênero e divisão sexual do trabalho, para depois analisarmos o trabalho nas associações de catadores de materiais recicláveis propriamente dito. Justifica-se, assim, a necessidade de trabalhar o conceito da divisão sexual do trabalho, uma vez que tudo mudou, mas nada mudou (HIRATA; KERGOAT, 2007). Isso porque, no decorrer dos anos, aumentou a quantidade de horas de trabalho profissional das mulheres, mas pouco diminuiu em relação ao trabalho doméstico. Moraes e Gassen (2004, *apud* DIAS; MATOS; DUARTE, 2012 p.9) apresentam os seguintes dados da Organização das Nações Unidas:

- 1) Mulheres são responsáveis por 2/3 do trabalho desenvolvido no mundo e recebem 1/3 dos salários; 2) Mulheres recebem 1/10 da renda mundial; 3) Mulheres representam 2/3 das pessoas analfabetas no mundo; 4) Mulheres são proprietárias de menos que 1/100 das propriedades no mundo; 5) 1,3 bilhões de pessoas que vivem na pobreza, 70 por cento são mulheres.

Para tal compreensão, faz-se necessário primeiramente entender a inserção da mulher no mercado de trabalho. Segundo Queiroz e Aragón (2015), na década de 1970, percebeu-se a inserção da mulher no mercado de trabalho de forma mais intensa. Isso se deve tanto à industrialização/urbanização quanto às mudanças sociais e culturais que passaram a acontecer. Destaca-se que a inserção das mulheres nesse campo acontece até hoje, mas com mudanças no perfil dessas trabalhadoras, conforme faixa etária, escolaridade e estado civil. Segundo Ramos e Soares (1994), a inserção das mulheres no mercado de trabalho ainda é baixa quando comparada à dos homens. Prova disso está nos dados dos anos de 1976/1985, em que a taxa de participação das mulheres (que tinham cônjuges) com 16 anos (ou mais) passou de 28,7% para 36,9%.

Em dados mais atuais, Ramos, Aguas e Furtado (2011) apontam que as mulheres consideradas pobres e sem filhos em idade escolar têm uma maior probabilidade de ter sua força de trabalho inserida no mercado. “A trajetória da taxa de atividade feminina no Brasil, com idade revela um aumento da participação das mulheres de 15 e 64 anos de idade entre 2001 e 2005, quando passou de 58% para 63%, permanecendo estável daí em diante” (RAMOS; AGUAS; FURTADO, 2011, p. 594). Mesmo com a progressiva inserção da mulher no mercado de trabalho, há de se considerar ainda que as mulheres têm dupla e tripla jornada de trabalho. Isso faz com que tenham que dividir seu tempo entre trabalho profissional e trabalho doméstico/cuidado com os filhos, o que dificulta a inserção e a permanência delas no mercado formal de trabalho.

A participação das mulheres no mercado de trabalho vem crescendo continuamente no Brasil ao longo das últimas décadas. Alguns fatores que explicam esta mudança estão relacionados à própria expansão do mundo do trabalho; as [sic] transformações culturais que, mesmo lentas, redirecionam as mulheres a outros espaços, além do âmbito privado; à própria escolarização das mulheres, que hoje já apresentam indicadores educacionais superiores aos dos homens; e à redução da taxa de fecundidade, entre outros. Apesar do crescimento contínuo, a proporção de mulheres trabalhando ou à procura de trabalho no Brasil ainda é bastante inferior à dos homens, que tem se mantido estável ao longo dos últimos anos. Com isso, em 2008, enquanto 57,6% das brasileiras participavam do mercado de trabalho, 80,5% dos homens estavam na mesma situação. (FONTOURA; GONZALEZ, 2009, p. 21).

Assim, são vários os fatores que explicam a inserção das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas, mas sabe-se que a quantidade delas nesse universo ainda é inferior à quantidade de homens.

São muitas as lutas das mulheres por igualdade, principalmente no que se refere à igualdade de gênero. Atualmente, a inserção e a permanência da mulher no mercado de trabalho são pautas políticas, econômicas e sociais. Portanto, deve-se considerar a importância das relações de gênero, uma vez que estas nos mostram as desigualdades de poder entre homem e mulher. Para tal consideração, torna-se necessária a compreensão do conceito de gênero.

No Brasil, esse conceito tem sido utilizado junto às análises sobre a divisão sexual do trabalho, sempre com apoio de caráter interdisciplinar, conceitualmente estável e consistente. No decorrer da presente pesquisa, foi possível tal verificação com base na delimitação do estado da arte da temática, buscando identificar quais eram as pesquisas de tal tema e a importância que este tem demonstrando nos últimos anos.

O objetivo deste tipo de trabalho é descrever o estado atual de uma dada área de pesquisa: o que já se sabe, quais as principais lacunas, onde se encontram os principais entraves teóricos e/ou metodológicos. Entre as muitas razões que tornam importantes estudos com esse objetivo, deve-se lembrar que eles constituem uma excelente fonte de atualização para pesquisadores fora da área na qual se realiza o estudo, na medida em que condensam os pontos importantes do problema em questão. Devido ao fôlego e experiência necessários para sua elaboração, o trabalho é pouco recomendado para iniciantes. (LUNA, 1997, p. 20).

Para o estado da arte desta pesquisa, foi delimitada a busca em gênero, divisão sexual do trabalho e mulheres catadoras. Foi definida, por meio do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES, a pesquisa das palavras-chave “divisão sexual do trabalho”, “catadoras”, “desigualdade social” e “gênero”. No que se refere à busca “divisão sexual do trabalho”, entre os últimos cinco anos (2012-2017), foi encontrado um total de 173 pesquisas. Destas, apenas 9 tratam do tema divisão sexual do trabalho e relações de gênero. Na pesquisa sobre catadoras, foi encontrado um total de 45 resultados, dos quais apenas 4 darão subsídio à nossa pesquisa. Dessa maneira, o tema “divisão sexual do trabalho e catadoras” nos deu um total de 13 teses e dissertações, mostrando que essa pesquisa é atual e pouco discutida na academia, mesmo sendo um tema interdisciplinar. No que se refere à pesquisa de desigualdade social e gênero, foram encontradas 15 pesquisas ou temas que podem nos dar maior embasamento sobre a referente pesquisa.

A presente pesquisa se justifica levando em consideração os interesses individuais da pesquisadora, que teve sua inserção no ano de 2012 em um projeto de extensão da UEPG que trabalhava diretamente com uma das associações de catadores da cidade de Ponta Grossa/PR. Tal interesse se intensificou quando foi realizado um projeto de alfabetização em parceria com o Núcleo de Educação da mesma cidade, por meio do qual a alfabetização dos catadores aconteceu por um período de 16 meses, rendendo artigos e o próprio trabalho de conclusão de curso da pesquisadora em questão. Ainda como justificativa, coloca-se a questão da difícil inserção das mulheres no mercado de trabalho, devido à dupla/tripla jornada de trabalho e a questões culturais, como mulher

reprodutora e homem provedor. Ademais, verifica-se a questão da mulher catadora, que configura um segmento fragilizado da sociedade, com mulheres que estão inseridas em um trabalho precário, com baixa remuneração e com inúmeros riscos para sua saúde.

Hirata (2009) faz uma importante consideração no que se refere à divisão sexual do trabalho, separada em três eixos: 1) ausência de proteção social e direitos sociais, sendo um exemplo desse o trabalho informal; 2) horas reduzidas de trabalho; 3) níveis baixos de qualificação. Dessa forma, encontraram-se, nas catadoras da cidade de Ponta Grossa/PR, essas três características referentes à divisão sexual da precariedade, justificando assim mais um importante aspecto desta pesquisa.

Sabe-se que, em cargos de grande valor monetário, há uma diferenciação na função do homem e da mulher. Porém, no trabalho da catação, considera-se que, com tanta ausência de direitos, não deveria haver diferenciação de funções nesse trabalho, uma vez que a precariedade está presente de forma igualitária para todos. Mais tarde, com observações realizadas junto aos catadores(as), percebeu-se o aumento significativo de mulheres em relação aos homens nas associações de catadores(as), sendo essa uma das problematizações que nos fizeram elencar o tema gênero junto ao objeto de pesquisa catadoras, fazendo, assim, surgir a atual pesquisa.

As questões motivadoras da investigação estão, portanto, relacionadas aos interesses do pesquisador e a contextos socialmente determinados. É fruto da inserção do pesquisador no real que, dado a sua complexidade, instiga *a busca, o novo, a superação, o original, a possibilidade de recriação*. Não é casual, portanto, a definição do objeto de pesquisa; é sempre expressão de uma dada experiência pessoal e profissional. (BOURGUIGNON, 2006, p. 42) (grifo da autora).

De acordo com os dados do IPEA (2013), estima-se que, no cenário brasileiro, há 387.910 catadores e catadoras que declararam que essa é sua principal atividade. Tais pessoas vivem em situações insalubres, em um trabalho precário e com baixa remuneração, sendo que, desse total, 31% são mulheres. Ressalta-se que esses dados sofrem alterações, uma vez que, segundo dados do Movimento Nacional dos Catadores, em 2002, estimava-se que número de catadores estaria entre 800 mil e 1 milhão. Essa imprecisão se justifica pela dificuldade em quantificar o número de catadores que existe no cenário brasileiro.

Na cidade de Ponta Grossa/PR, as mulheres correspondem à presença majoritária (74,3%) no processo produtivo da reciclagem (Relatório Insegurança Alimentar, 2017). Esses dados diferenciam-se da realidade brasileira, na qual apenas 31% das mulheres são catadoras. Segundo Brasil (2013), por se tratar de uma atividade secundária, muitas mulheres não consideram a catação como sua principal atividade, acabando assim por considerar apenas o trabalho doméstico e não levando em conta o trabalho com a reciclagem. O trabalho dos catadores é de utilidade pública, mas é pouco valorizado e tem grande estigma e preconceito na sociedade, por trabalharem com lixo, ou seja, com algo considerado sujo. A relação do catador e do meio ambiente é primordial e configura uma parte fundamental no processo da cadeia de reciclagem. Desde o ano de 2002, algumas conquistas vêm fazendo a diferença na vida dos(as) catadores(as) brasileiros(as). Por exemplo: a consolidação do Movimento Nacional dos Catadores; a inclusão desse segmento no Ministério do Trabalho e Emprego; a criação do programa Pró-Catador; e a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da Lei n.º 12.305 de 2 de agosto de 2010, na qual a principal

conquista é a “responsabilidade compartilhada”, que inclui as associações e cooperativas de catadores dentro de maiores possibilidades de financiamento e traz responsabilidades para todos os atores dos resíduos sólidos.

Entre os principais instrumentos previstos para a consolidação da PNRS estão: a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis [...]. (BRASIL, 2013, p. 36).

Percebe-se que várias inquietações permeiam esse trabalho, uma vez que ele perpassa por diferentes problemáticas, como gênero, trabalho, desigualdade e divisão sexual do trabalho.

Deve-se considerar que a mulher na sociedade capitalista acaba por sofrer uma exploração por seu gênero, uma vez que acaba por se inserir em trabalhos precários, com maiores flexibilizações e remunerações mais baixas, a fim de conseguir manter suas duplas/triplas jornadas de trabalho. Exemplo disso são as mulheres inseridas no processo de catação na cidade de Ponta Grossa/PR.

A inserção da mulher no mercado de trabalho trouxe uma dicotomia. Ao mesmo tempo que há o direito da liberdade econômica e social conquistada para e pelas mulheres, existe uma exploração da sua mão de obra, considerada mais barata, onde há maior produção da mais-valia (quando analisada pela lógica materialista). Além disso, as mulheres, quando inseridas no mercado de trabalho, não dividiram suas funções em relação às atividades domésticas. Ou seja, elas passaram a acumular mais trabalho.

Com o objetivo de compreender a realidade sobre a qual se estuda, durante a pesquisa para a dissertação foi realizado um grupo focal com doze participantes. Para amostra, foram selecionadas as três catadoras mais antigas de cada (quatro) associação, totalizando assim doze mulheres. O grupo focal seguiu um roteiro com perguntas semiestruturadas, tendo como objetivo o debate sobre as duplas/triplas jornadas de trabalho e gênero nas associações de catadores.

O grupo focal representa uma fonte que intensifica o acesso às informações acerca de um fenômeno, seja pela possibilidade de gerar novas concepções ou pela análise e problematização de uma ideia em profundidade. Desenvolve-se a partir de uma perspectiva dialética, na qual o grupo possui objetivos comuns e seus participantes procuram abordá-los trabalhando como uma equipe. Nessa concepção, há uma intencionalidade de sensibilizar os participantes para operar na transformação da realidade de modo crítico e criativo. (BACKES et al., 2011, p. 438).

Para um melhor resultado da metodologia da pesquisa oral, é necessário que os indivíduos participantes tenham algo em comum. Dessa forma, a pesquisa deve separar as amostras buscando trazer elementos de igualdade entre os indivíduos que participarão da pesquisa.

A composição do grupo focal é feita pelos indivíduos participantes, pelo pesquisador, que está desenvolvendo o estudo, pelo moderador, que será responsável por mediar a conversa entre os sujeitos, trazendo as questões e as abordagens necessárias, e, por último, pelo observador, que terá de observar situações, respostas e atitudes do grupo em relação à pesquisa.

Visando abordar questões em maior profundidade, pela interação grupal, cada grupo não pode ser grande, mas também não pode ser excessivamente pequeno, ficando a sua dimensão

preferencialmente entre 6 a 12 pessoas. Em geral, para projetos de pesquisa, o ideal é não trabalhar com mais de dez participantes. Grupos maiores limitam a participação, as oportunidades de trocas de ideias e elaborações, o aprofundamento no tratamento do tema e dos registros. (GATTI, 2005, P. 22).

Durante a realização do grupo focal, foi visível a percepção da diferença salarial entre homens e mulheres, principalmente pela dupla/tripla jornada de trabalho que a mulher tem. Vale lembrar que, devido a essas duplas/triplas jornadas de trabalho, fica mais difícil às mulheres se dedicarem ao trabalho profissional. Nas associações de catadores, o salário é equivalente ao número de horas trabalhadas, fazendo com que muitas vezes a mulher acabe por receber menos que um homem.

Biroli (2018) compreende que há uma distinção entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado. E é por meio do trabalho que as mulheres realizam sem remuneração que os homens ficam livres para se engajar no trabalho remunerado. A autora ainda faz uma importante observação: para muitos que não realizam o trabalho doméstico, não é evidente que essa atividade toma tempo. Nesse contexto, aqueles que não se preocupam com a limpeza da casa e com o cuidado com os filhos podem considerar tais atividades irrelevantes ou simplesmente podem não as enxergar. Porém, mesmo assim, tais trabalhos continuarão sendo realizados, não exigindo desses nem tempo, nem esforço, nem energia. Com base nas falas das catadoras, percebem-se várias situações que as mulheres catadoras passam em seu dia a dia. Por exemplo, as catadoras carregavam seus filhos ainda crianças em suas gaiotas. Esse era um símbolo de amor e cuidado que as mães tinham com seus filhos, considerando que era a única maneira que elas encontravam para realizar seu trabalho profissional e manter o cuidado e o afeto com seus filhos. Por meio dos relatos, observa-se que as mulheres, para manterem suas rotinas de duplas/triplas jornadas de trabalho, precisam ter jornadas diárias exaustivas, dormindo e acordando de madrugada, a fim de realizarem todo o trabalho doméstico para então se dedicarem ao trabalho nas associações.

A maioria das mulheres que participou do grupo focal é separada ou mãe solo. Para melhor compreensão delas em relação à divisão sexual do trabalho, mostrou-se a elas uma imagem de um homem fazendo um trabalho doméstico e, ao serem questionadas sobre o que pensavam sobre isso, as respostas foram as seguintes:

Um sonho (Participante A).

Queria ter um homem desse (Participante C).

Marido ajudando em casa (Participante I).

Que bom seria, né (Participante D).

O meu piá, ele lava até roupa, na dieta dela eu tava ocupada e foi ele que cuidou, né. Ele leva na creche de manhã, ele busca na creche a menina, ele que faz quase tudo na casa, só que daí a mulher se aproveita. Eu tenho 3 filhos na família e os 3 fazem as coisas, eles lavam roupa, eles fazem pão (Participante D).

Eu tenho quatro também que fazem tudo pras muié (Participante I).

Ao mesmo que as mulheres reconhecem que é algo bom e um sonho o homem realizar o trabalho doméstico, as que têm filhos homens acabam por considerar que as esposas deles se aproveitam por eles realizarem o trabalho doméstico. Nessas falas, encontra-se uma dicotomia, uma vez que elas compreendem a necessidade da igualdade do trabalho doméstico, mas quando esse é de fato realizado, julgam como exploração/abuso das mulheres.

Por meio dessas falas, é possível perceber de forma prévia a importância dessa discussão, uma vez que, mesmo essas mulheres estando inseridas em um contexto de exploração, elas não enxergam a contradição existente em seu cotidiano.

CONCLUSÃO

Pode-se afirmar que as pesquisas que permeiam a temática de gênero e divisão sexual do trabalho são cada vez mais necessárias, uma vez que existe um aumento de mulheres que se identificam nesse processo de exploração e veem a necessidade de mudança dessa realidade.

É um fato que as mulheres majoritariamente têm duplas/triplas jornadas de trabalho, o que as faz se inserirem em trabalhos flexíveis e, conseqüentemente, precários e com menores remunerações. A divisão sexual do trabalho nos mostra que existem trabalhos que são realizados por homens e outros por mulheres, criando uma diferenciação pelo gênero.

Com relação ao número de mulheres catadoras na cidade de Ponta Grossa/PR ser superior aos dados nacionais, pode-se considerar hipoteticamente que isso ocorre pelo fato de as mulheres irem ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) à procura de trabalho e os profissionais acabarem por encaminhá-las às associações de catadores mais próximas de suas casas, uma vez que, na ausência de políticas públicas, o trabalho precário acaba por se tornar a única alternativa para as mulheres em situação vulnerável.

Pelos resultados da pesquisa, percebeu-se que as mulheres, em sua maioria, nunca participaram do mercado formal de trabalho, tendo suas trajetórias marcadas pela reciclagem como meio de sobrevivência, recolhendo os materiais na rua seja com gaiota, seja com o carrinho de mão, em jornadas exaustivas e perigosas, com condições climáticas adversas, carregando um peso superior ao que seus corpos poderiam aguentar, com o intuito de sustentar a família.

Destaca-se, portanto, que há uma grande divisão sexual do trabalho nas associações de catadores da cidade de Ponta Grossa/PR. Porém, tal divisão muitas vezes é velada, inclusive pelas próprias mulheres, que consideram não gostar de falar sobre determinado assunto. No entanto, ao mesmo tempo, elas majoritariamente reconhecem que gostariam de trabalhar apenas entre mulheres, acreditam que os trabalhos realizados por homens nas associações poderiam ser realizados por elas mesmas, o que facilitaria melhores acordos no que tange às necessidades delas mesmas enquanto mulheres. Muito dessas considerações surgiram logo após a reflexão sobre as decisões tomadas nas associações. A grande maioria das mulheres afirmam serem ouvidas e que têm direito a voz e voto, mas, nas observações realizadas, não se pode deixar de registrar que são poucos os momentos em que se pede ou permite opinião. Quando isso ocorre, em muitos momentos, por mais peculiares que sejam, os homens acabam direcionando a tomada de decisões.

Ademais, apresentam-se aqui brevemente as considerações principais da pesquisa, já que ela é ampla e extensa, sendo necessária sua leitura na íntegra. Mas, mesmo assim, vale considerar que a temática é atual e é preciso que aconteçam cada vez mais pesquisas sobre o tema, em que se considera que a mulher vive em uma situação desigual em relação ao homem, fazendo-se necessária a intervenção do Estado por meio de políticas públicas que amparem e diminuam essa desigualdade que existe até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

- BACKES, D. S.; COLOMÉ, J. S.; ERDMANN, R. H.; LUNARDI, V. L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista O mundo da saúde**. São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOURGUIGNON, J. A. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1. p. 41-52, 2006. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71. Acesso em: 30 set. 2020.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de agosto de 2010, Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Lei/L12305.htm. Acesso em: 4 out. 2020.
- BRASIL. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. 2013. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.
- CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- DIAS, S. M.; MATOS, M.; DUARTE, M. (Orgs). **Da teoria à ação: gênero e reciclagem de resíduos: um kit de ferramentas para professores, pesquisadores e profissionais**, livro 3: recursos. Belo Horizonte: WIEGO, Brasil. 2012. 40 p. Disponível em: <http://www.wiego.org/sites/default/files/resources/files/Dias-Ogando-Ge%CC%82nero-e-Reciclagem-de-Resi%CC%81duos-livro-3.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2020.
- FONTOURA, O. N.; GONZALEZ, R. **Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Nota técnica, [S.l.: s.n.] novembro, 2009.
- GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e humanas**. Brasília: Liber, 2005.
- HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 21, p. 24-41, jan./jun. 2009.
- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo: Gênero, Tecnologia e Trabalho**, v. 4, n. 7, p5-28, 1998.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007. Disponível em: scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132. Acesso em: 15 ago. 2020.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Educ, 1997.

QUEIROZ, V. S.; ARAGÓN, J. A. O. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 2015, v. 45, n. 4, out./dez, p.787 – 819.

RAMOS, L.; AGUAS, M. F. F.; FURTADO, L. M. S. Participação feminina na força de trabalho metropolitano: O papel do status socioeconômico das famílias. **Economia Aplicada**. São Paulo, 2011, v. 15, n. 4, pp. 595-611.

RAMOS, L.; SOARES, A. L. **Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília DF, Out/1994.

SOPKO, C. **As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa-PR**. Dissertação (Dissertação em Ciências Sociais Aplicadas) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa-PR, p.168. 2019.

A REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ E AS AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DIRECIONADAS AOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Karoline Dutra Szul
Reidy Rolim de Moura

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da discussão realizada na dissertação “Ações regulamentadas do poder público municipal direcionadas aos catadores de materiais recicláveis na região dos Campos Gerais – Paraná” (SZUL, 2019), que teve como objetivo geral analisar as iniciativas previstas pela PNRS pelo poder público municipal destinadas aos catadores de materiais recicláveis no período de 2010 a 2017, com vistas à cidadania na região dos Campos Gerais, Paraná. Contudo, neste capítulo, nos delimitaremos a apresentar o panorama das ações do poder público municipal direcionadas aos catadores de materiais recicláveis na região dos Campos Gerais.

Acerca dos procedimentos metodológicos, o trabalho tem natureza qualitativa e exploratória. A pesquisa qualitativa, ao se preocupar com uma realidade que não pode ser quantificada, trabalha com motivos, aspirações e valores, direcionando sua atenção profundamente a processos e fenômenos que não se reduzem a variáveis (MINAYO, 1994).

Na orientação da pesquisa qualitativa, implica-se também o uso da pesquisa exploratória na medida que permite uma aproximação com a realidade que se pretende conhecer e contribui para o domínio teórico necessário para atualizar conceitos e apreensão do problema de pesquisa (OLIVEIRA JUNIOR, SGARBIERO E BOURGUIGNON, 2012).

Foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Conforme Cruz Neto (1994), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador debater com suas proposições com os autores envolvidos no seu horizonte de pesquisa. Trata-se de um confronto de natureza teórica. A pesquisa documental envolve toda a informação em forma de texto, som, imagem, entre outros, podendo situar-se também documentos oficiais como leis, atas, relatórios, etc. Assim, sua coleta de dados fica restrita a documentos, escritos ou não, constituindo-se no que se denomina de fontes primárias (LAKATOS, 2016).

No que tange aos instrumentos de pesquisa, utilizou-se o formulário da plataforma Google. Para Fanchin (2005, p. 151), “O formulário é fundamentado em uma série de questões ordenadas sucessivamente e relacionadas com o objeto do estudo (...) na aplicação desse instrumento é

necessária a assistência do pesquisador ao pesquisado [...]”. Dessa forma, o formulário foi semiestruturado, com questões abertas, fechadas e de múltipla escolha.

O universo da pesquisa girou em torno dos municípios que fazem parte da Associação de Municípios dos Campos Gerais (AMCG), órgão de representação municipal e microrregional, constituído em forma da sociedade civil, sem fins lucrativos. Como meio de delimitação do universo de pesquisa, utilizou-se o critério dos municípios que desenvolvem alguma ação regulamentada em parceria com os catadores de materiais recicláveis a partir do ano de 2010, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Assim, participaram da pesquisa oito municípios, sendo eles: Jaguariaíva, Carambeí, Piraí do Sul, Porto Amazonas, Ivaí, Castro, Tibagi, Ponta Grossa. A amostra contemplou os gestores das secretarias relacionadas ao meio ambiente que trabalham diariamente com a operacionalização nas organizações coletivas de trabalho de catadores de materiais recicláveis, sendo que não foi premissa a formação em áreas correlatas ao meio ambiente.

Com efeito, o trabalho busca socializar a geração de conhecimento e servir como instrumento de formulação de políticas públicas e direcionamento de ações aos catadores de materiais recicláveis, entendendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos como um marco na legislação, que permite aos gestores municipais das políticas públicas esmiuçarem e destinarem esforços para pautar sua ação cotidiana

RESÍDUOS SÓLIDOS E CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS

Conforme Figueiredo (1995), o estilo de produção e geração de resíduos que predomina na sociedade contemporânea coloca em risco a qualidade e a possibilidade de vida das sociedades futuras. Diante disso, o processo decisório exclui por vezes as populações, gerando grandes implicações e transtornos do ponto de vista social, ambiental, cultural e de saúde.

Enquanto resíduo, podemos entender a partir de Figueiredo (1995, p. 47) como: “[...] descontrole entre os fluxos de certos elementos em um dado sistema ecológico, implicando na instabilidade do próprio sistema”. O pensamento comum de que o lixo ou o que sobra advém da agregação de elementos bem definidos, que quando agrupados se transformam em uma massa sem valor comercial, mas com potencial de agressão ambiental. Nessa ótica, pensar a questão dos resíduos é pensar também num contexto maior – o ambiental –, o qual não pode ser dissociado. Portanto, exige uma abordagem abrangente, envolvendo aspectos sociais, políticos, culturais, tecnológicos, econômicos, geográficos, regionais, climáticos, ambientais, entre outros (FIGUEIREDO, 1995).

Nessa perspectiva, Cavalcanti (1997) assinala a necessidade de as políticas de governo orientadas ao desenvolvimento sustentável se desenhem dentro de princípios éticos relativos ao bem-estar das gerações atuais e futuras. Conforme o autor (1997), é preciso que as políticas governamentais se atentem aos limites ecológicos, de modo a problematizar a utilização dos recursos da natureza.

A partir Revolução Industrial, os resíduos gerados ganharam notoriedade. Porém, somente a partir de 1970 os resíduos passaram a ter um peso ambiental, tanto em nível nacional quanto em nível internacional. Diante disso, a problemática ambiental foi tema de grandes encontros mundiais, como a Conferência de Estocolmo e a Eco 92 ou Rio+20. Visto isso, a produção de lixo nas

idades é intensa, em virtude da contínua produção de lixo (produtos industrializados). Por isso, não se pode pensar uma cidade sem considerar a problemática gerada pelos resíduos sólidos, desde sua geração até sua disposição final.

Nessa ótica de discussão, a partir da promulgação da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), fruto de discussões desde 1991, passando por várias comissões de análise até a aprovação da lei, os entes federativos – municípios, estados e União – passam a ter responsabilidade na destinação final dos resíduos sólidos gerados nos domicílios. Entre as inovações propostas na política, destacam-se: a responsabilidade compartilhada, a logística reversa, o desenvolvimento de programas de coleta seletiva, metas para o fechamento de lixões e a valorização do trabalho do catador com vistas à cidadania.

Pinhel (2013, p. 183) afirma que, antes da PNRS, “[...] a gestão dos resíduos no Brasil era regulada por decretos e normas esporádicas, e pouca responsabilidade legal era atribuída aos segmentos geradores de resíduos”. A partir da PNRS, o poder público passa a ser responsável, nos três níveis de governo, por incentivar ações de trabalho coletivo, seja na forma de associação, seja na forma de cooperativa, além de implementar campanhas de coleta seletiva na qual se firme a parceria entre as organizações coletivas e poder público, a fim de participar diretamente das campanhas.

Assim, a PNRS constitui-se como um marco para a categoria dos catadores, que integram o cenário brasileiro a pouco mais de um século. Dagnino e Johansen (2017), com base na sistematização de dados do Censo Demográfico de 2010, estimam a quantidade de 398.348 catadores no Brasil, sendo que a Região Sul tem o terceiro maior número de catadores, com aproximadamente 60.241.

Por mais que se constitua numa categoria significativa de trabalhadores, o catador de materiais recicláveis tem vínculo histórico com a condição de pobreza. A matéria-prima do trabalho – banalmente denominada como lixo – ao mesmo que o inclui no universo produtivo, o exclui de um status de trabalho digno. O trabalho com os resíduos descartados nos domicílios, no sentido de não ter mais utilidade, coloca-os numa condição subalterna na sociedade, tanto na condição de trabalhador, quanto na de cidadão de direitos.

O catador de materiais recicláveis caracteriza-se pela base da cadeia produtiva da reciclagem, desempenhando o trabalho mais penoso, da separação e triagem dos materiais. Contudo, a remuneração do catador não acompanha o esforço diário de trabalho, muito menos as condições nas quais o trabalho é realizado, na maioria das vezes em locais insalubres e com grau de periculosidade. Mais da metade do valor que poderia ser ganho com a venda dos materiais triados ficam com atravessadores ou empresas de reciclagem, que também integram a cadeia produtiva da reciclagem.

Considerando a PNRS como um marco para os catadores, na medida que os coloca como atores centrais para o estabelecimento de parcerias com o poder público e entendendo que, nas ações previstas na política, existe a ênfase para promoção da inclusão social dos catadores, a política passa a prever ações para além de campanhas de coleta seletiva, sendo elas campanhas de educação ambiental, implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos (sejam equipamentos de proteção individual, sejam maquinários necessários ao desenvolvimento do trabalho dos catadores) e, principalmente, o incentivo à organização coletiva dos catadores, por meio de associações e/ou cooperativas.

Diante do exposto acima, veremos no próximo tópico um panorama acerca das ações desenvolvidas pelos municípios na região dos Campos Gerais direcionadas aos catadores de materiais recicláveis.

PANORAMA DAS AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DIRECIONADAS AOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS

Busca-se elucidar aqui o panorama das ações do poder público municipal relativas aos catadores e às catadoras de materiais recicláveis na região dos Campos Gerais. Para fins de melhor visualização, a discussão será realizada com base nas informações contidas no quadro abaixo, no qual podemos analisar, por meio das informações prestadas pelos gestores municipais, a constituição das associações e/ou cooperativas nos municípios da pesquisa.

Quadro 1 – Constituição das organizações coletivas de trabalho nos municípios da pesquisa

Município	De que forma se dá a organização dos catadores de materiais recicláveis no município?	Há quanto tempo existem as organizações coletivas de trabalho dos catadores? Qual o número aproximado de catadores que se vinculam a elas?
Carambeí	Cooperativa	A nove anos formalmente. Hoje conta com 22 cooperados
Castro	Associação	Formalizada desde 2017, com aproximadamente 10 catadores
Ivaí	Associação	Associação de Catadores de Recicláveis de Ivaí
Jaguariaíva	Associação	A cinco anos, com cerca de 90 pessoas na reciclagem, barracão/limpeza e feira verde. Troca de verduras por recicláveis
Piraí do Sul	Associação	Associação de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis de Piraí do Sul - ACCAMP, setembro de 2018, com seis catadores
Ponta Grossa	Associação	Desde 2006, com aproximadamente 105 associados
Porto Amazonas	Cooperativa	Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de Porto Amazonas (COOCARPA), de 2005
Tibagi	Associação	Doze anos, com oitenta e nove catadores. Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Tibagi (ACAMARTI)

Fonte: SZUL, 2019.

Conforme as informações acima, podemos notar que a constituição de grupos organizados coletivamente para trabalhar no campo da reciclagem se fez antes da promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Exemplo disso são as organizações encontradas em Ponta Grossa, Porto Amazonas e Tibagi. No município de Carambeí, pode-se perceber que sua constituição foi realizada no ano de 2010.

O trabalho associado *versus* o trabalho cooperado tem suas diferenças que podem ser vistas nos dispositivos legais que os regulamentam, como é o caso da Lei nº 10.406/2002 e a Lei nº 12.690/2012, que normatizam as associações e as cooperativas, respectivamente. A primeira se caracteriza pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, prezando que os associados terão direitos iguais. Já a segunda considera uma sociedade constituída por trabalhadores para exercício de atividades laborais de proveito comum, que busquem a autonomia e a autogestão para se obter melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

Destaca-se ainda que, além da finalidade econômica, os empreendimentos coletivos formalizados atuam como veículos de representação dos associados junto ao poder público, o que lhes possibilita reconhecimento de reivindicação para espaços adequados de armazenamento e separação do material recolhido, bem como programas de financiamento para o processamento e agregação de valor. De acordo com Silva (2017, p. 25): “Por isso, as cooperativas e as associações são vistas como potenciais instrumentos de inserção social, por proporcionarem uma série de vantagens e melhores condições de trabalho a esses indivíduos”. A formação de associações e cooperativas também surge como uma alternativa de fortalecer os catadores e deixá-los mais independentes, sendo que a organização tem se mostrado bastante eficaz (PINHEL, 2013).

No que diz respeito à constituição da cadeia produtiva da reciclagem, podemos notar uma disputa entre os agentes que realizam a coleta dos materiais, uma vez que, por mais que os catadores tenham protagonismo nessa primeira etapa (5 municípios), percebe-se que as empresas privadas (3 municípios) também se fazem presente. Diante disso, Cachiviolo (2017) evidenciou como a gestão e o planejamento eram realizados nos pequenos municípios no que diz respeito aos serviços de remoção, coleta, transporte e destinação final dos resíduos produzidos nos domicílios, identificando como um dos principais resultados o interesse da iniciativa privada na destinação final dos resíduos por meio de aterros sanitários.

A PNRS é explícita em seu artigo 18, inciso II, no qual define que é dever do município, por meio da criação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a implantação da coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis. Por isso, evidencia-se que o catador, em sua condição originária, deveria ter o acesso prioritário a essa primeira etapa da cadeia produtiva da reciclagem. Isso porque não se pode descontextualizar o fato de que, quando se firmam parcerias com instituições privadas a fim de realizar o manejo dos resíduos gerados, os custos referentes ao pagamento poderiam ser investidos em pagamentos direcionados à atividade dos catadores. Cabe salientar ainda que o fato de os catadores serem protagonistas da coleta não significa que eles o fazem com a devida estrutura. Ou seja, pode-se alocar aí a utilização de transporte adequado, mas também o uso de carrinhos, o que coloca novamente os catadores formalmente organizados na condição de catadores individuais nas ruas.

Em relação ao transporte, pode-se perceber uma clara contradição entre as informações prestadas, visto que, na primeira etapa da cadeia produtiva, os catadores são os protagonistas da coleta, porém em menor número fazem o transporte dos materiais (2 municípios). Diante disso, mantêm-se aí o protagonismo da iniciativa privada no transporte dos resíduos (3 municípios) e/ou a responsabilização do poder público na destinação (5 municípios), por meio da concessão de automóveis compatíveis para tal atividade.

No que diz respeito às etapas seguintes, é clara a materialização do trabalho do catador na triagem dos resíduos advindos da coleta (8 municípios). Silva (2017) ressalta os riscos aos quais os trabalhadores estão diariamente submetidos, tanto no trabalho individual de catação, quanto no trabalho organizado em cooperativas. Não são raros os debates acerca da saúde coletiva e da saúde dos catadores de materiais recicláveis. Siqueira e Moraes (2009) atentam para o fato de que os problemas relacionados aos resíduos sólidos vêm se avolumando nas sociedades contemporâneas.

Como o lixo passa a ser considerado uma fonte de renda, os catadores constituem-se numa comunidade de risco, não apenas para a própria integridade física, mas submetidos a uma condição de marginalidade social e econômica.

Segundo as informações, a venda dos materiais é realizada exclusivamente pelos catadores (8 municípios). Em relação à compra, percebemos que a iniciativa privada se faz presente. No intermédio, existe a figura dos atravessadores (3 municípios), os quais por vezes são sujeitos que terceirizam a venda dos materiais, tornando-os ainda mais “desvalorizados” sob a ótica da venda para as empresas. Nessa perspectiva, os catadores em si não disputam o mercado apenas com as empresas, mas com os atravessadores, que se fazem presentes na cadeia produtiva da reciclagem.

Diante disso, podemos perceber que os atores envolvidos na cadeia de valor da reciclagem são: os catadores e suas organizações; as indústrias privada e pública de coleta; os comerciantes intermediários; a indústria recicladora transformadora e o Estado, com a regulação e as políticas públicas que afetam o setor produtivo e os catadores. Esse arranjo organiza-se de forma hierarquicamente rígida, na qual um número reduzido de indústrias ocupa o topo da pirâmide da cadeia de valor. Abaixo dela, encontram-se os agentes intermediários e, por conseguinte, os catadores (SANTOS, et al, 2011). Diante disso, faz salutar que o pouco controle do poder público na cadeia produtiva da reciclagem gera fortes alterações na renda dos catadores, pois os materiais coletados por eles referem-se diretamente à variação de preços das *commodities* (plástico, minério de ferro, alumínio, entre outros). Nos períodos de crise econômica da demanda por esses produtos, a renda dos catadores é impactada negativamente. Isso faz com que os catadores aumentem consideravelmente o ritmo e o tempo de trabalho, por meio de jornadas exaustivas, para compensar parte dessa queda nos preços. Outro ponto que se mostra influente na venda e compra dos materiais é a proximidade das indústrias compradoras, o que gera a formação de um mercado com poucos compradores, os quais têm alto poder na definição do preço e na qualidade final dos produtos a serem comercializados. Nessa ótica, quanto maior a demanda por determinado resíduo e maior for a proximidade com as empresas compradoras, melhores as possibilidades de comercialização e, por conseguinte, melhores preços podem ser ofertados.

Dando prosseguimento acerca das informações referentes aos atores que permeiam o processo de coleta seletiva nos municípios, devemos destacar a existência dessa coleta em todos os municípios, conforme informação cedida pelos gestores. Bensen et al. (2014), ao analisar a coleta seletiva formal na Região Metropolitana de São Paulo, identificou que, embora a coleta seletiva praticada especialmente por catadores de materiais recicláveis tenha se ampliado entre 2004 e 2013, não se observaram avanços significativos após 2013, com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nessa ótica, é importante salientar que, conforme os levantamentos do Compromisso Empresarial para Reciclagem - CEMPRE (2018), por meio da ferramenta Ciclossoft Survey¹, apenas

¹ O Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMRPE) apura, desde 1994, informações sobre os programas de coleta seletiva desenvolvidos pelos municípios. O Ciclossoft Survey tem cobertura geográfica em escala nacional e periodicidade semestral de captação de dados. A metodologia consiste em coletar dados, enviando um questionário às prefeituras e visitas técnicas, não com o objetivo de comparar, mas demonstrar quais municípios estruturaram programas de coleta seletiva.

22% dos municípios brasileiros têm coleta seletiva, sendo que, em 2010, eram 443 municípios e, em 2018, 1227 passaram a desenvolver os programas de coleta seletiva, um salto de aproximadamente 138%. A pesquisa ainda demonstra que apenas 17% da população brasileira tem acesso a programas de coleta seletiva, chegando a aproximadamente 35 milhões de brasileiros.

Podemos ainda perceber novamente a contradição em relação às informações que colocam os catadores e as empresas privadas como atores do processo de coleta dos resíduos gerados. Conforme dados levantados pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem - CEMPRE (2018), os municípios passam a ter mais de um agente executor da coleta seletiva, sendo que, dos programas existentes no Brasil, 39% são realizados pela própria prefeitura, enquanto as empresas particulares contratadas aproximam-se dos 36%. Percebe-se, porém, que apenas 50% dos municípios apoiam ou mantêm as cooperativas de catadores como protagonistas no processo de coleta seletiva. Cabe ressaltar que o apoio não garante de forma efetiva o desempenho dos catadores frente a essa tarefa, chamando atenção aqui para o protagonismo das empresas particulares nessa seara.

No tocante à relação que se coloca com o protagonismo da administração pública direta ou indireta em realizar a coleta dos resíduos, podemos notar uma confusão dos gestores quanto ao que caracterizaria esse tipo de demanda. Uma vez que, ao olhar os dados em sua globalidade, parece-nos que não é claro para eles os sujeitos envolvidos na cadeia produtiva da reciclagem, especialmente no que abrange a coleta dos resíduos. Cabe aqui inserir o Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos federais e entidades da administração pública direta e indireta e sua destinação às associações e às cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Mais do que isso, a coleta seletiva solidária permite a contratação de cooperativa e/ou associação de catadores pela prefeitura e implica a gestão participativa de todos o processo da cadeia produtiva da reciclagem.

Nessa ótica, a gestão e a disposição inadequada dos resíduos sólidos causam impactos socioambientais, tais como degradação do solo, comprometimento dos corpos d'água e mananciais, intensificação de enchentes, contribuição para a poluição do ar e proliferação de vetores de importância sanitária nos centros urbanos, bem como a catação em condições insalubres nas ruas e nas áreas de disposição final. Por isso, defendem que a administração pública municipal tem a responsabilidade de gerenciar os resíduos sólidos, desde sua coleta até sua disposição final, que deve ser ambientalmente segura.

Entende-se que a PNRS busca fortalecer os princípios da gestão integrada e sustentável de resíduos, propondo medidas de incentivo à formação de consórcios públicos para uma gestão regionalizada, com vistas a ampliar a capacidade de gestão administrativa municipal. Percebe-se que a PNRS prima então pelo papel do poder público frente à gestão integrada dos resíduos. Ou seja, ao propor uma ação consorciada, a PNRS demonstra um olhar atento à territorialização de cada município, sendo que, em casos possíveis, pode-se atuar de forma conjunta para a destinação correta dos resíduos gerados.

No que diz respeito ao que podemos considerar enquanto terceirização dos serviços de limpeza urbana. Entende-se que eles se caracterizam por um obstáculo relevante à implementação de programas de coleta seletiva e gestão compartilhada de resíduos sólidos. Isso porque geralmente

as empresas são remuneradas de acordo com o peso e volume dos resíduos urbanos coletados. Isto é, quanto maior a geração dos resíduos, maior o lucro advindo da coleta pelas empresas privadas. Isso vem na contramão da redução de resíduos na fonte geradora (IPEA, 2011).

Sobre as ações do poder público direcionadas aos catadores e catadoras de materiais recicláveis, considerando o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI), a promoção de capacitações, a oferta de cesta básica, o pagamento por serviço ambiental, o transporte, a infraestrutura e o custeamento de despesas, percebe-se como ainda são incipientes as ações em relação à segurança no ambiente de trabalho dos catadores, uma vez que apenas metade dos municípios fornecem equipamentos de proteção individual (4 municípios). Isso gera um alerta em relação aos acidentes que podem ocorrer na atividade laboral dos catadores e catadoras. Situações assim geralmente ocorrem por decorrência da precarização e da falta de condições adequadas de trabalho. Conforme Hoefel et al. (2013), a literatura mostra que os catadores constituem-se como uma comunidade em risco, sendo que poucos trabalhos relacionam os riscos à saúde pública na atividade dos catadores e catadoras. Nas abordagens mais pontuais com foco no trabalhador, elencam-se como acidentes cortes, perfurações, queimaduras, dermatites, além da alta incidência de intoxicações alimentares e doenças parasitárias².

No que diz respeito à promoção de capacitação dos catadores, percebe-se que, dos oito municípios abordados, cinco afirmaram dispor de capacitações para esses trabalhadores. Isso é um dado positivo, na medida que responde ao que se prevê na PNRS a respeito do fornecimento de capacitações contínuas para gestão dos resíduos sólidos. Essa é uma medida que deve ser incentivada e desenvolvida de maneira mais efetiva, buscando-se meios que não se restrinjam apenas ao local de trabalho dos catadores e catadoras, mas que os potencializem como sujeitos políticos e socialmente ativos, a fim de se organizarem coletivamente também em âmbito ocupacional, contribuindo para o movimento de articulação de uma proposta que corresponda às especificidades do trabalho dos catadores.

No que diz respeito à concessão de cesta básica, apenas um dos municípios abordados coloca isso como uma das ações direcionadas no momento aos catadores e catadoras. Pensar na dimensão da alimentação desses sujeitos nos coloca sob uma questão: a cessão de cesta básica é vista como um direito ou como uma ação de caráter pontual, a fim de solucionar uma demanda momentânea?

Cabe aqui o destaque para uma pesquisa recente no município de Ponta Grossa, por meio do Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, que, no ano de 2017, buscou pesquisar a (in)segurança alimentar³ dos catadores e catadoras no município. Como

² Destaca-se aqui a Norma Regulamentadora (NR) nº 9, que entende por riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador. A norma ainda dispõe dos mecanismos de controle, entre os quais se coloca a utilização de equipamento de proteção individual (EPI), sendo necessário um programa de treinamento dos trabalhadores quanto à sua utilização correta e orientação sobre fornecimento, uso, higienização e conservação dos EPIs utilizados.

³ Entende-se por segurança alimentar o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade

resultados, identificou-se que apenas 16% dos catadores e catadoras organizados coletivamente encontram-se em situação de segurança alimentar, com predominância de insegurança alimentar leve (43%), seguida de grave (24%) e moderada (17%).

Outra dimensão que se mostra novamente contraditória são os pagamentos pelo serviço ambiental prestado pelos catadores, sendo que apenas dois municípios realizam tal ação⁴. Previam-se, a partir desta proposta, estabelecer um preço mínimo para os produtos que seriam comercializados. Contudo, pode-se notar que cada vez mais as empresas privadas e/ou os atravessadores direcionam seus interesses conforme o preço das *commodities*, visto que o rendimento dos catadores não ascende de acordo com o que se pretendia a partir da valorização e estipulação mínima do preço do bem vendido por eles.

Barbosa (2015) afirma que, mesmo a PNRS sendo recente, ocorreram poucos avanços no que diz respeito ao instrumento de pagamento por serviço ambiental para os catadores e catadoras. O pesquisador identificou que iniciativas como a do governo de Minas Gerais, por meio do Bolsa Reciclagem, a do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a do governo municipal de Goiânia/GO, buscam propor o reconhecimento do serviço ambiental ofertado pelos catadores, entendendo que tais experiências apresentam falhas e contribuem para um afastamento de um instrumento econômico de política ambiental intitulado Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para catadores.

No que diz respeito à infraestrutura, podemos perceber que apenas um dos municípios não cede infraestrutura para que seja realizado o trabalho pelos catadores e catadoras. Daqueles que cedem, um não realiza o custeio das despesas, inserindo aí despesas com aluguel, contas, etc. Isso nos leva a refletir sobre a importância do poder público em atuar diretamente em parceria com os catadores, principalmente por meio do aparato de infraestrutura, uma vez que ele diz respeito às condições mínimas para a realização do trabalho dos catadores.

Para finalizar, cabe a afirmação de Pinhel (2013), que ressalta as parcerias estabelecidas entre o poder público e os catadores como uma nova forma de tratar a questão denominada gestão compartilhada de resíduos sólidos urbanos.

CONCLUSÃO

É preciso refletir sobre o papel que os catadores desempenham, para além da ilusão de que o trabalho deles é fundamental para a sociedade e o meio ambiente. É preciso criar condições para que o trabalho se torne praticável a longo prazo, além de olhar os catadores e catadoras enquanto sujeitos de direitos e garantias que o Estado deve garantir, buscando meios de efetivação da categoria enquanto uma profissão, e não os relegando apenas enquanto base da cadeia produtiva da

suficiente e sem restrições para o futuro. Na insegurança alimentar, consideram-se três categorias: insegurança alimentar leve, moderada e grave. Para mais informações, buscar relatório na página do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (PPGCSA/UEPG).

⁴ Entende-se por pagamento pelo serviço ambiental o incentivo à conservação e ao desenvolvimento sustentável pela remuneração em troca do bem preservado.

reciclagem, expostos a diversos riscos e inseguranças, seja aqueles que trabalham individualmente, seja os que trabalham em associações e cooperativas.

A atenção é necessária para aqueles que ainda trabalham individualmente nas ruas, expostos a riscos, acidentes e potencial desvalorização do trabalho realizado. Faz-se necessário problematizar que o trabalho associado e cooperado deve abranger esses sujeitos, de modo a não se constituir como um fator de status que inviabilize ações de promoção ao trabalho coletivo àqueles que optaram trabalhar individualmente.

A respeito da cadeia produtiva da reciclagem, observamos uma disputa entre os atores que permeiam o ciclo produtivo, especialmente os catadores e as catadoras e as empresas privadas. Por meio da revisão de outros trabalhos, identificamos que o interesse da iniciativa privada se faz presente em várias etapas da cadeia produtiva. Mas é preciso ressaltar que, conforme disposto na PNRS, preconiza-se a atuação direta dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, conforme apoio do poder público, na cessão de instrumentos e infraestrutura que viabilizem o trabalho a ser realizado nas etapas de coleta, transporte e triagem dos materiais.

A respeito dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, defendemos a necessidade de entendê-los como sujeitos socialmente políticos, sociais e principalmente ambientais, ou seja, aqueles que lidam diretamente no dia a dia com os resíduos, considerados por vezes inúteis, descartáveis e sem valor por quem os descarta.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, C. J. **Pagamento por serviços ambientais par catadores de material reciclável: oportunidades e desafios**. Tese. (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- BESIN, G. R. et al. Coleta seletiva na Região Metropolitana de São Paulo: impactos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 259-278, Set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2014000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 mar. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação as associações e cooperativas de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm. Acesso em: 19 set. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 19 set. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 19 set. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.606 de 19 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, institui o Programa Nacional de Fomento as Cooperativas de Trabalho PRONACOOOP.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978. Norma Regulamentadora nº 9. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 30 de jul de 1978.

BRASIL. **Norma Regulamentadora nº 9, de 08 de junho de 1978.** Atividades e operações insalubres. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-9-nr-9>. Acesso em: 19 set. 2021.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1997. 436 p

CAVICHIOLO, R. G. **A ação consorciada para elaboração dos planos de gestão municipal integrada e o respectivo sistema de manejo de resíduos sólidos domiciliares nos municípios da região centro sul do Paraná.** 2017, 250f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. **Ciclosoft 2018.** Disponível em: <http://cempre.org.br/ciclosoft/id/9>. Acesso em: 2 out. 2019.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

DAGNINO, R. S. JOHASEN, I. C. Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do Censo Demográfico de 2010. In: IPEA (Org.). **Mercado de trabalho.** 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505_bmt_62_10_econ_solidaria_catadores.pdf. Acesso em: 28 jun. 2017.

FACHIN, O. **Fundamentos da metodologia.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006

FIGUEIREDO, P. J. M. **A sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental.** 2. ed. Piracicaba: Editora Inimep, 1995.

HOEFEL, M. G. et al. Acidentes de trabalho e condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis no lixão do Distrito Federal. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 774-785, Set. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação das catadoras e catadores de material reciclável.** Brasília: IPEA, 2013.

LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2016.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA JUNIOR, C.; SGARBIERO, M.; BOURGUIGNON, J. Pesquisa exploratória: concepção e percurso metodológico. In: BOURGUIGNON, J. A.; JUNIOR, C. R. O. **Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces: debates e metodologias.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2012.

PINHEL, J. R. O catador de materiais recicláveis. In: PINHEL, J. R. (Org.) **Do lixo à cidadania**: guia para formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013

SANTOS, M. et al. Frames de ação coletiva: uma análise da organização do MNCR. In: SCHERER-WARREN, I.; LUCHMANN, L. (Org.). **Movimentos sociais e participação**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

SILVA, S. P. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil**: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Brasília: IPEA, 2017.

SIQUEIRA, M. M.; MORAES, M. S. de. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2115-2122, dez. 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **(In)Segurança alimentar associação de recicladores de Ponta Grossa**, 2018. Relatório final de pesquisa, gerada pelo Grupo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. 48 p.

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: REPERCUSSÃO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NÃO MONETÁRIA NA CRIMINALIDADE EM WENCESLAU BRAZ – PARANÁ, BRASIL

Rossane Cristina Ferraz dos Santos
Augusta Pelinski Raiher

INTRODUÇÃO

Este capítulo, resultado da dissertação de mestrado defendida no Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, tem como foco a pobreza multidimensional não monetária e sua relação com a prática de atos infracionais cometidos por adolescentes, sujeitos em desenvolvimento que necessitam da família, da proteção do Estado e da sociedade. Para o referido trabalho, foi efetuada a análise do município de Wenceslau Braz, Paraná, tendo em vista que se trata de um município com baixo desenvolvimento humano, com índice de 0.697, valor inferior à média estadual e aquém da média brasileira, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (ATLAS BRASIL, 2018). Ademais, considerando a condição de pobreza local, conforme índice utilizado por Struminski e Raiher (2017)¹, nota-se valor igual a 0,14 para o município, o qual se apresentou superior à média do estado e do país, demonstrando maior concentração da pobreza na localidade.

Nesse contexto, justifica-se a análise desse espaço, buscando identificar se os atos infracionais cometidos por adolescentes têm relação com a condição de pobreza não monetária local. A pobreza multidimensional considera a precarização da qualidade de vida, compreendendo privações às quais os sujeitos podem estar submetidos, como a ausência de saneamento básico, luz, ensino de qualidade, atendimento médico, hospitalar, centros de lazer e de acesso à cultura, além de poucas condições de renda e possibilidade de profissionalização.

Assim, a concepção de pobreza sob um aspecto multidimensional apresenta-se mais ampla (MONTEIRO, 2003), não se restringindo exclusivamente à falta de renda, porém incorporando a eventual ausência do Estado. Essas privações repercutem na formação do indivíduo, com possibilidades de impulsioná-lo à criminalidade, revelando o Estado como potencial contribuinte dessa situação, ao não romper com o círculo vicioso da pobreza, notadamente sob o aspecto multidimensional não monetário.

¹ Os autores calcularam um índice de pobreza multidimensional, agregando privações econômicas e sociais. Seu valor varia de zero (0) a um (1), sendo que, quanto mais próximo da unidade, maior o grau de privação do município.

Essa coparticipação do Estado decorre do modelo de organização política e social adotado no país, intitulado Estado Democrático de Direito, no qual compete ao Estado, por meio de proteção jurídica, assegurar o respeito aos direitos humanos e às garantias fundamentais, previstas na própria Constituição Federal de 1988.

O seu artigo 3.º infere sobre o objetivo da República quanto à construção de uma sociedade justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, somado à redução das desigualdades sociais e regionais, com a promoção do bem-estar de todos, sem qualquer discriminação (BRASIL, 1988).

Considerando os fundamentos e objetivos do Estado Democrático de Direito, no qual se alicerça a República Federativa do Brasil, a eventual criminalidade da população, por si só, significa a imputação de responsabilidade solidária do Estado, especialmente quando este não consegue êxito em garantir o desenvolvimento nacional, não reduzindo as desigualdades e não erradicando a pobreza.

Ou seja, o Estado, ao não propiciar a todos os serviços e a infraestrutura social básica, deixa de cumprir os deveres e as obrigações que chamou para si, nos termos da Constituição de 1988. Destarte, a criminalidade, por ausência dessas condições, significa a necessidade de dividir a responsabilidade pelos danos entre o autor e o Estado, passando este a figurar como coautor.

A aferição dessa participação do Estado é analisada pelos penalistas, por meio do instituto da coculpabilidade. Zaffaroni (1982), ao tratar do tema, explica que a coculpabilidade trata de distribuir a culpa, pela prática de eventual ato ilícito com o Estado. Isto é, o autor não é responsabilizado de modo isolado. Nesse contexto, deve-se ter em mente que a eventual coculpabilidade do Estado precisa ser analisada com mais cautela, quando se trata de adolescentes, dado que estes são sujeitos em formação, suscetíveis a maiores influências externas do meio, fruto da própria interação social.

Autores como Krivo e Peterson (1996) e Narayan (2000) inferem que a falta de estrutura da região inibe a coesão social e os controles daquele lugar. Ademais, a ausência mínima de infraestrutura local interfere na formação de instituições, às quais também poderiam agregar os indivíduos de uma sociedade e, igualmente, tenderiam a coibir práticas ilícitas dentro de um conceito de “controle social”.

Isso posto, tem-se como hipótese que esses fatores se agravam quando a discussão diz respeito aos sujeitos em desenvolvimento, cujos sentidos e emoções ainda estão em formação, com evidente falha na capacidade cognitiva de distinguir entre o certo e o errado, tornando-os mais frágeis às influências externas, capazes de fazer com que se desloquem para a criminalidade, por falta de oportunidades, inclusive pela ausência de inclusão social.

De modo algum está se afirmando que aqueles excluídos socialmente - sem acesso a moradia, saúde, educação de qualidade, infraestrutura e saneamento básico - desenvolvem um gene criminoso, mas que, teoricamente, essas privações alimentam um ambiente de exclusão, de falta de coesão social, que eleva as chances de práticas criminosas.

Na toada do exposto, questiona-se acerca do vínculo existente entre as privações sofridas pelos adolescentes, especialmente as decorrentes da ausência do Estado, e a prática dos atos

infracionais. Assim, tem-se como objetivo aferir o quanto a pobreza multidimensional não monetária² - especialmente focando nas dimensões decorrentes da negligência do Estado - associa-se ao ingresso do adolescente na criminalidade.

Para isso, foi efetuada consulta por meio do sistema de Processos Judiciais do Paraná (PROJUDI-PR), em todos os autos de apuração de ato infracional da Comarca de Wenceslau Braz/PR, de janeiro de 2010 a fevereiro de 2019³, limitando a pesquisa aos atos infracionais equiparados ao crime de furto, praticados no município, por adolescentes (até 18 anos de idade) que ali residiam, correspondendo a 137 processos. Posterior à análise desses processos e das características dos sujeitos, com a identificação do endereço da moradia dos adolescentes, foi correlacionada essa localização com a infraestrutura social da região, disponibilizada pelo Estado, em termos de saúde, cultura, educação, lazer, entre outros.

Essas últimas informações foram coletadas por meio de dados fornecidos pela Secretaria de Habitação e Urbanismo e de visitas *in loco* na periferia, permitindo construir um índice de infraestrutura social para os bairros de Wenceslau Braz. Na criação desse índice, foram consideradas dez dimensões (aplicando a mesma ponderação para cada dimensão e normalizando-as). A saber: presença de creche, de escola de ensino fundamental, de escola de ensino médio, de posto de saúde, de campo de futebol, de quadra de esporte, de centros culturais, de praça e de parques e percentual de ruas asfaltadas. Com exceção deste último item, todos foram representados por 1 (um) quando presente no bairro; 0,50 (meio), quando presente nos bairros vizinhos (até 2 km); 0,25, quando a infraestrutura analisada ficava no bairro vizinho entre 2 a 5 km; e 0 (zero), quando a infraestrutura não estava presente no bairro nem em um raio de 5 km.

De posse desse índice de infraestrutura e do local de residência dos adolescentes, esses aspectos foram relacionados, ressaltando que as visitas perceptivas possibilitaram uma compreensão da sistemática de vida e dos sentimentos dos moradores de cada bairro observado.

Importante mencionar que esta pesquisa se destaca nas literaturas nacional e internacional por ser a primeira a focar em adolescentes cumprindo medidas socioeducativas decorrentes de atos infracionais, relacionando-os com a ausência do Estado na promoção do bem-estar social. É uma análise inicial, mas importante dentro da agenda da produção acadêmica que busca identificar os fatores que podem minimizar a criminalidade no Brasil.

Para isso, este capítulo está estruturado em quatro seções, incluindo esta. Na segunda, tem-se a relação teórica e empírica entre a criminalidade e a pobreza, seguida da análise dos dados. Por fim, têm-se as considerações finais.

² Como pobreza multidimensional não monetária, entende-se todas as privações que os indivíduos podem ter, excluindo a ausência de renda. São, portanto, privações resultantes especialmente da ausência do Estado, ao não fornecer o mínimo necessário para a população, conforme estabelecido na Constituição brasileira.

³ O ano inicial da pesquisa decorre da data em que os processos se tornaram eletrônicos.

POBREZA E CRIMINALIDADE

A criminalidade brasileira está atrelada a diversos aspectos, podendo ocorrer em qualquer classe, estrato ou fração social, muito embora seja possível vislumbrar, historicamente, diferenças substanciais na forma de segregação e perseguição de determinadas ações quando realizadas por certos grupos ou pessoas em correlação com as posições sociais que detêm.

A segregação e perseguição a determinados grupos, de acordo com Misse (2006), fazem com que haja, no Brasil, uma população carcerária formada em sua maioria por pobres, muito embora a pobreza não seja a causa principal da criminalidade do país. Verifica-se que, quanto mais inferior a posição social do agente que pratica um crime, mais restrita as opções colocadas ao seu alcance, podendo ser direcionado à criminalidade, não por opção, mas pela própria força do sistema que o envolve.

Young (2002) infere que alguns crimes são mais característicos das condições de vida da sociabilidade e do ambiente em que vive o indivíduo. Porém, mesmo nesse contexto, não significa que todas as ações criminosas estejam atreladas à pobreza, pois, mesmo com diversas mudanças no cenário social do Brasil, a criminalidade continuou crescendo.

Para Wacquant (2010), a diminuição e a desarticulação da figura do Estado de bem-estar social são apontadas como causas do deterioramento e da indigência social observadas nas grandes metrópoles. O Estado, nesse caso, reduz as prestações sociais, e as prisões recebem cada vez mais importância no cenário nacional, atuando como fábricas de exclusão, capazes de conter os rejeitados pela sociedade e possibilitando que os mais favorecidos se perpetuem no poder, sem se preocupar com a realidade desse grupo criminalizado.

Há uma priorização de políticas criminais em detrimento de políticas sociais (WACQUANT, 2010), criminalizando a pobreza por meio de uma contenção punitiva da figura dos menos favorecidos, os quais cada vez mais estão isolados e estigmatizados em seus bairros ou em prisões e cárceres. Nesse sentido, conforme infere Adorno (2002), tem-se o isolamento social como embrião da criminalidade e da violência, assim como as deficiências educacionais e o desemprego.

Wilson (1987) escreve a respeito e esclarece que não se trata exclusivamente de renda, em que a criminalidade, sob a perspectiva da pobreza, é muito mais ampla. Grupos excluídos por condições - como ausência de educação, infraestrutura urbana, saneamento básico, acesso à cultura, bem como por condições raciais ou mesmo de crença - são empurrados para a delinquência pela própria sociedade e pelo Estado, em virtude da situação peculiar em que se encontram e da estigmatização a que são submetidos por conta disso.

Crompton (2010) menciona diversas variáveis sociológicas que refletem em aspectos multidimensionais não monetários, capazes de interferir na criminalidade. O autor pondera que, além da renda propriamente dita, fatores como níveis de escolaridade e condições do bairro e da vizinhança expressam a desigualdade existente na sociedade e contribuem para as transgressões.

Igualmente, Krivo e Peterson (1996) afirmam que a extrema desvantagem vislumbrada em alguns espaços cria um meio estrutural social distinto, caracterizado por um alto grau de isolamento social, culminando na ausência de capacidade dos moradores em formar estruturas institucionais

básicas e fontes de controle social, fatores agravados pelo baixo poder aquisitivo das famílias estabelecidas naquelas áreas.

Com efeito, Wilson (1987) afirma que as desvantagens de uma comunidade, dentro daquilo que se compreende como pobreza multidimensional não monetária, aliadas à pobreza monetária, produzem altos níveis de delitos e conduzem a outros problemas sociais. O autor argumenta que a inserção na marginalidade não é uma questão de raça ou cultura. Ele analisa empiricamente e demonstra que, se a população branca estivesse nos mesmos espaços, nos quais se localizam os negros e latinos, em bairros específicos dos Estados Unidos, ter-se-ia o mesmo nível de infrações. Assim, o ponto fundamental no processo de criminalidade funda-se na localização do indivíduo em espaços mais carentes de infraestrutura urbana e social.

Nesse contexto, Anderson (1990), Sampson e Wilson (1995), Wacquant (1993) e Krivo e Peterson (1996) sustentam que, na maioria dos espaços desfavorecidos, os moradores são socializados para se envolver em atividades criminosas, por meio da modelagem das ações dos outros, pois testemunham atos de transgressões. Nesse contexto, tende-se à ausência de mecanismos sociais de controle capazes de desencorajar a contravenção.

Portanto, torna-se mais difícil formar redes que protejam a propriedade uns dos outros, que supervisionem os jovens e que façam outras ações inibidoras do crime. Faltam, assim, organizações locais (igrejas, escolas, centros recreativos) que liguem os indivíduos às instituições sociais mais amplas e que promovam maior pertencimento ao local. Ou seja, as restrições estruturais existentes são centrais para entender a criminalidade, pois a desorganização social presente nas regiões mais pobres tende a reduzir a coesão social e a capacidade coletiva de demandar recursos, visando combater o crime e a delinquência, com efeitos crescentes e acelerados.

Para Santos (2001), a primariedade de variáveis socioestruturais possibilita que se construam explicações da criminalidade com base na comunidade, de forma que ela estaria mais atrelada à posição social do infrator do que ao fato punível em si. Sack (1978) corrobora com os argumentos anteriores, afirmando que não é o fato que é efetivamente punível, mas sim a posição social do agente. Portanto, o crime não se revelaria como uma realidade ontológica pré-constituída, mas sim como uma realidade social atrelada a juízos atributivos do sistema de controle.

A presença de instituições locais de apoio proporciona, dentro desses modelos urbanos, um controle social do crime (KRIVO; PETERSON, 1996), ao passo que a simples presença de força policial e o constante tráfego de armas não diminuem a criminalidade, mas invariavelmente incitam mais violência, pois o problema é estrutural, é de ausência e omissão.

Nesse sentido, o Estado é corresponsável pela infração decorrente dessa origem, uma vez que não propicia condições mínimas de vida nos referidos espaços, empurrando tais indivíduos para a transgressão, como vítimas da segregação, ausência e omissão do agente estatal.

A corresponsabilidade é intitulada por Zaffaroni (1982) de coculpabilidade. Esse autor afirma que o indivíduo, quando adere à criminalidade decorrente da falta de condições de vida e de oportunidades não geradas pelo Estado, faz com que este se torne partícipe no delito, de maneira que não é lícito considerar o cidadão isoladamente culpado pela sua conduta, devendo o Estado ser onerado pela eventual parcela de responsabilidade que apresenta na delinquência de sua população.

É certo que nem todos os indivíduos gozam das mesmas oportunidades sociais, o que demanda uma atuação diversificada do Estado para nivelar os desiguais, propiciando condições dignas de vida que não lesem a formação do sujeito enquanto pessoa nem lhe direcionem, pela desestrutura social, à criminalidade. Logo, está se falando não simplesmente da ausência de renda nesses espaços, mas da inexistência de infraestrutura social necessária para as pessoas se tornarem pertencentes a esses lugares, inibindo, portanto, os atos ilícitos.

POBREZA E CRIMINALIDADE: ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO MUNICÍPIO DE WENCESLAU BRAZ, PARANÁ

De acordo com dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (2016), havia 189.000 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas no Brasil em 2016, em virtude da prática de 222.000 atos infracionais. Destaca-se que 36,5% das medidas socioeducativas aplicadas em 2016 se referiam à liberdade assistida; 35,7%, à prestação de serviços à comunidade e 13,2%, a medidas de internação, sendo esta a mais rigorosa de todas as medidas socioeducativas, aplicada a casos de maior gravidade e para adolescentes reincidentes, de acordo com as circunstâncias do caso.

O grande número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas no país não é um fato recente. Adorno (2002), analisando as estatísticas oficiais de criminalidade no Brasil desde a década de 1970, aponta para a aceleração do crescimento de todas as práticas de atividades delituosas, aumentando a sensação de medo e insegurança na população brasileira.

Para Adorno (2002), o crescimento nos índices de violência revelou alterações significantes nos padrões de criminalidade individual e na descrição das pessoas envolvidas na situação.

No caso do município de Wenceslau Braz, entre 2010 e 2019, havia 978 processos, incluindo aqueles em fase de execução de medida socioeducativa. Ao limitar a análise aos procedimentos em fase de conhecimento, ou seja, excluindo aqueles em fase de execução de medida socioeducativa, restou um universo de 735 processos, dos quais 209 dizem respeito a atos infracionais equiparados a delitos contra o patrimônio. Reduzindo o universo aos feitos que envolvem atos infracionais equiparados a furto no município de Wenceslau Braz, restaram 141 processos de apuração de ato infracional, dos quais 71 adolescentes foram autores, com a reiteração de alguns.

Os dados indicaram uma entrada prematura dos adolescentes na criminalidade. Boa parte deles praticaram o primeiro ato infracional com 14 anos (Tabela 1), tendo em alguns casos adolescentes com menor idade (12 e 13 anos), fator ainda mais preocupante em virtude da precocidade da inserção desses menores na prática de atos infracionais.

Tabela 1 - Número de adolescentes por idade do primeiro ato infracional - Wenceslau Braz – 2010 a 2019

Idade (anos)	12	13	14	15	16	17
Número de adolescentes	5	8	18	13	13	14

Fonte: Resultado da pesquisa.

Na análise da relação entre pobreza não monetária e atos infracionais, vários bairros com melhores índices de infraestrutura social apresentaram poucos ou nenhum adolescente infrator,

além de deterem um número menor de processos criminais. Isso sinaliza a existência de uma possível associação entre criminalidade e infraestrutura fornecida pelo Estado (Tabela 2). A única ressalva se dá para o Conjunto Nei Braga, o qual detém o 4º melhor índice em infraestrutura social, mas que apresenta 8 adolescentes infratores, totalizando 11 processos criminais referentes a furto, merecendo, assim, uma análise especial.

Em visita *in loco* ao Conjunto Nei Braga, verificou-se que há uma ocupação irregular contígua a ele, a qual não é reconhecida como um bairro pela prefeitura. Seus moradores, em que pese estarem em um local denominado Loteamento São José, são reconhecidos como moradores do Conjunto Nei Braga, ante a irregularidade da ocupação, que sequer tem pavimentação.

Tal bairro se assemelha ao exemplo explicitado por Elias e Scotson (2000), ao tratarem dos estabelecidos (moradores do Bairro Nei Braga) e dos *outsiders* (moradores da ocupação irregular contígua – Loteamento São José). O que ocorre no local é um acesso facilitado dos *outsiders* à área dos estabelecidos e vice-versa, de maneira que a precariedade vislumbrada ao lado atinge, diretamente, os que convivem cotidianamente com a deficiência do Estado, estando envolvidos em meio àquele grupo sem infraestrutura e sem acesso a postos de saúde, creches, escolas ou centros de lazer, à mercê da ausência do poder público.

Pode-se inferir que esses moradores se localizam dentro da área do Bairro Nei Braga, próximos à existência de infraestrutura social. Entretanto, não usufruem desses bens e serviços públicos, não se considerando pertencentes àquele espaço, condição bastante semelhante aos *outsiders* de Elias e Scotson (2000).

Na sequência, analisaram-se alguns bairros específicos, dada a concentração de adolescentes em conflito com a lei. No caso do Jardim Bela Vista 2 (18º em infraestrutura - Tabela 2), com 5 adolescentes em conflito com a lei, observou-se a inexistência de creche, posto de saúde, escola, campo de futebol, quadra de esporte, parque ou centro cultural, havendo apenas uma pequena praça. O que torna a infraestrutura social do bairro um pouco melhor são as características da vizinhança, em específico, a proximidade com o Jardim San Rafael (2º em infraestrutura – Tabela 2).

Tabela 2 - Índice de Infraestrutura Social (IF), Índice de Infraestrutura-lazer (IF-L) e número de adolescentes infratores da lei por bairro - Wenceslau Braz - 2010 a 2019

Bairro	Número de adolescentes	Processos	IF	Posição IF	IF-L	Posição IF-L
Centro	2	2	0,873	1	0,88	1
Jardim San Rafael	1	1	0,638	2	0,68	2
Vila Getúlio Vargas	3	3	0,516	3	0,52	3
Conjunto Nei Braga	8	11	0,450	4	0,52	4
Vila Zacarias 1	3	7	0,430	5	0,36	9
Vila Santa Maria 1	2	2	0,417	6	0,2	17
Vila Oriente	1	1	0,410	7	0,32	10
Vila Verde	3	3	0,406	8	0,44	5
Vila Formosa	6	23	0,394	9	0,36	7
Vila Santo Antônio	0	0	0,370	10	0,36	8
Vila Velha 1	1	1	0,360	11	0,4	6

continua

conclusão

Bairro	Número de adolescentes	Processos	IF	Posição IF	IF-L	Posição IF-L
Jardim Saleiman	1	1	0,350	12	0,16	22
Jardim Do Leste	0	0	0,330	13	0,28	12
Jardim Bela Vista 1	0	0	0,323	14	0,12	28
Vila Velha 2	0	0	0,312	15	0,16	25
Vila Santa Madalena	0	0	0,305	16	0,32	11
Vila Brasópolis 2	1	2	0,300	17	0,2	15
Jardim Bela Vista 2	5	5	0,286	18	0,24	13
Vila Garibaldi	1	1	0,276	19	0,2	16
Vila São Sebastião	4	5	0,270	20	0,2	18
Vila Nossa Senhora Aparecida	0	0	0,270	21	0,16	23
Vila Toyoki	0	0	0,266	22	0,16	24
Loteamento Santa Lurdes	0	0	0,256	23	0,12	30
Conjunto Iapó	0	0	0,233	24	0,16	20
Loteamento Galileu Dabul	0	0	0,233	25	0,12	29
Vila Municipal	1	1	0,230	26	0,08	34
Recanto dos Pássaros	0	0	0,226	27	0,08	33
Vila União	2	2	0,220	28	0,12	27
Fazenda Santa Madalena	1	4	0,216	29	0,12	26
Vila Los Angeles	3	4	0,210	30	0,04	41
Conjunto Getúlio Vargas	3	9	0,210	31	0,2	14
Vila Novo Brasil	0	0	0,210	32	0,12	32
Vila Zacarias 2	0	0	0,210	33	0,04	43
Vila Brasópolis 1	2	9	0,200	34	0,04	39
Vila Senhor Bom Jesus	0	0	0,200	35	0,08	36
Vila Matadouro	2	10	0,170	36	0,04	42
Conj. Santa Rita	2	4	0,153	37	0,16	21
Vila da Saudade	2	2	0,150	38	0,04	40
Vila Balhout	0	0	0,150	39	0,04	38
Vila Nova	7	24	0,140	40	0	46
Moradia da Penha	0	0	0,133	41	0,04	37
Vila Nakamori	0	0	0,107	42	0,08	35
Conjunto Anjo da Guarda	1	1	0,103	43	0,16	19
Moradias Pôr do Sol	3	3	0,083	44	0,12	31
Vila Santa Maria 2	0	0	0,077	45	0	45
Vila Olho D'Água	0	0	0,063	46	0	44

Fonte: Resultado da pesquisa.

Por meio do método da observação, valendo-se de visitas *in loco* ao Jardim Bela Vista 2, constatou tratar-se de uma área nova, bem povoada, havendo casas em todo o bairro, todas habitadas. São casas direcionadas às pessoas de baixa renda, selecionadas conforme critérios governamentais, que residiam em zonas de risco, áreas de uso restrito e controlado, em habitações irregulares, ou então que pagavam aluguel em áreas diversas da cidade, por meio de subsídio recebido do município.

Os moradores da área são pessoas excluídas monetariamente, as quais vivem à margem da sociedade, ressaltando que boa parte das casas foi custeada integralmente pela municipalidade. Cabe dizer que esse grupo é estigmatizado pelos próprios moradores da região e pelos bairros vizinhos, chamando-os de moradores das “casas de parede de meia”, expressão utilizada pelo fato de as casas serem conjugadas.

Teoricamente acredita-se que essa realidade – o gueto – contribua para o ingresso daqueles adolescentes na criminalidade (BAUMAN, 2000), corroborada pela multidimensionalidade da pobreza não monetária, sem contar com a própria ausência de renda, que também se faz presente nesse espaço.

A Vila São Sebastião é outro lugar que demanda esclarecimentos a respeito da realidade encontrada. O bairro é o 20º em termos de infraestrutura (Tabela 2) e contava com 4 adolescentes infratores. Ao observar o endereço exato desses sujeitos, verificou-se que residiam todos na extensão da mesma rua.

A referida vila é dividida em duas partes. Uma é cortada pela Rodovia PR-092, constituindo a área com alguma infraestrutura, o que eleva o índice do local e está ao lado esquerdo da PR-092, limítrofe aos bairros Jardim do Leste, Jardim Saleiman e centro (regiões com boa infraestrutura social). A outra parte está à direita da PR-092, a qual não tem nenhuma infraestrutura, inclusive inexistente pavimentação, tratando-se de área de ligação à zona rural.

Há uma clara divisão na região, trazendo novamente à tona a discussão de Elias e Scotson (2000) a respeito dos estabelecidos e dos *outsiders*. Os moradores que se encontram às margens da PR-092, ao lado direito, vivem como não pertencentes àquele bairro, sem acesso a creches, escolas, posto de saúde, praças, centros de lazer, campo de futebol, quadras de esporte, ou seja, sem qualquer infraestrutura, esquecidos do outro lado da PR-092.

Outros dois locais merecem atenção especial na análise: Santa Maria 2 e Vila Olho D'Água. Esses lugares são os piores no ranking de infraestrutura social e, ao mesmo tempo, não apresentam nenhum adolescente infrator. Em ambos os casos, não se trata de afirmar que a pobreza multidimensional não monetária não está repercutindo na criminalidade, mas sim que existem particularidades nesses espaços que os diferenciam.

Uma das possíveis diferenças está na população desses pontos, com baixo índice de ocupação. Ou seja, são áreas pouco povoadas, decorrentes de serem bairros recentes, que ainda estão sendo formados e que, portanto, ainda não têm a escala populacional e de inquietudes tão significativas que são observadas nas demais localidades de Wenceslau Braz.

De maneira geral, após esclarecimentos de particularidades de alguns bairros, os resultados desta pesquisa (Tabela 2) sugerem que a pobreza multidimensional não monetária tem, em certo grau e para alguns espaços, alguma ligação com a criminalidade de adolescentes. Entretanto, fica evidente que a ausência do Estado não é o grande elemento impulsionador da delinquência, pois, em alguns bairros, mesmo com infraestrutura alta, notou-se um número significativo de adolescentes infratores e, em outras localidades com infraestrutura social baixa, não houve adolescentes infratores.

No índice de infraestrutura social apresentado na Tabela 2, consideraram-se todos os bens e serviços públicos que o Estado poderia oferecer. No entanto, alguns desses bens e serviços são

diretamente relacionados ao uso dos adolescentes/jovens. Por isso, fez-se novamente o cálculo do índice de infraestrutura, denominado de infraestrutura-lazer, focando apenas nos bens e serviços diretamente de uso desses indivíduos: praças, campos de futebol, parques e centros culturais (Tabela 2). O que os dados demonstram é uma associação maior entre os espaços direcionados ao lazer dos adolescentes e a criminalidade gerada nesse grupo populacional.

Observa-se que o Conjunto Nei Braga continua tendo um índice elevado de infraestrutura, agora de lazer, e apresenta o maior número de adolescentes infratores, justificado *a priori* pela heterogeneidade existente nesse local, com uma parte de moradores à mercê do uso e benefício desses bens públicos.

O segundo bairro com maior número de adolescentes infratores refere-se à Vila Nova, que teve o pior valor do índice (nenhuma infraestrutura de lazer) e o maior número de processos, reforçando que, nesse espaço, a ausência do Estado, especialmente no fornecimento dos bens e serviços dirigidos ao entretenimento dos adolescentes, relaciona-se à inserção desses sujeitos na criminalidade.

Enfim, de maneira geral, o que se verificou é que a ausência do Governo, especialmente em relação aos bens públicos dirigidos à recreação dos adolescentes, é importante na incidência da infração desse grupo em algumas localidades. Isso, entretanto, não é o principal fator associado, existindo outros elementos (como o próprio déficit escolar) que podem estar relacionados ao fenômeno de delinquência dos adolescentes de Wenceslau Braz, no Paraná. Ademais, em alguns espaços, mesmo com a presença do Estado, os atos infracionais ocorreram; em outros, mesmo com a ausência plena do poder público, não se verificou criminalidade dos adolescentes. Portanto, a relação nem sempre é direta entre a ação do Estado e a diminuição dos atos infracionais, impondo a análise desses outros fatores locais, conjuntamente com a ação pública.

CONCLUSÃO

Este capítulo, fruto da dissertação de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, teve como objetivo analisar a relação entre a criminalidade dos adolescentes do município de Wenceslau Braz/PR e a condição de pobreza multidimensional – não monetária.

Como resultado, para alguns bairros foi possível verificar certa associação entre o número elevado de atos infracionais e a pobreza multidimensional não monetária. Entretanto, a correlação não é perfeita, existindo espaços que, mesmo com infraestrutura social intensa, apresentaram casos de atos infracionais, enquanto outros locais expressaram um índice de infraestrutura social muito baixo e nenhum ato infracional.

Isso indica a existência de outros elementos que podem induzir à criminalidade desse grupo. Um exemplo é a estigmatização dos adolescentes em algumas áreas, quando eles não se enquadram nas características locais, tornando explícita a desigualdade do bairro e, talvez, propiciando um ambiente favorável à entrada no crime. Outros fatores não investigados na pesquisa, como família,

sociedade onde vivem e consumo de bebidas alcoólicas, cigarros e drogas, são elementos que podem influenciar igualmente a ação dos adolescentes e que devem ser investigados em pesquisas futuras.

Enfim, diferentes fatores podem repercutir nessa criminalidade, não isentando, entretanto, a ação do Estado, que se mostrou importante em vários espaços analisados. Essa complexidade relacionada ao tema reforça a necessidade de mais estudos e de cautela quando se busca compreender esse fenômeno, com vistas a minorar seus reflexos nas gerações futuras.

Assim, este capítulo reconhece sua limitação, especialmente por não ter ocorrido a oportunidade de entrevistar os adolescentes envolvidos e analisar suas falas, com o intuito de entender as motivações que os levaram à execução dos atos infracionais. Por outro lado, é possível perceber seu pioneirismo, em tratar de um assunto tão delicado, como a criminalidade entre os adolescentes no Brasil e a relação dela com a ausência do Estado.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, v. 4, n. 8, p. 84-35, 2002.
- ANDERSON, E. **Streetwise: Race, Class, and Change in an Urban Community**. University of Chicago Press, 1990.
- ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BAUMAN, Z. **Trabajo Consumismo y Nuevos Pobres**. Barcelona: Gedisa, 2000.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao. Acesso em: 20 maio 2018.
- CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CEDCA-PR). **Tráfico de drogas é o crime mais cometido pelos menores infratores**. 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84034-traffic-de-drogas-e-o-crime-mais-cometido-pelos-menores-infratores>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- CROMPTON, R. **Class and Employment**. *Work, Employment & Society*, v. 24, n. 1, p. 9-26, 2010.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- KRIVO, L. J.; PETERSON, R. D. Extremely Disadvantaged Neighborhoods and Urban Crime. **Social Forces**, v. 75, n. 2, Oxford University Press, Dec. 1996. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2580416?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 10 jun. 2019.
- MISSE, M. Crime e violência no Brasil contemporâneo. Rio Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.
- MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza da desnutrição e da fome no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, 2003, p. 07-20.

- NARAYAN, D. **Voices of the Poor** - Can Anyone Hear us? Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.
- SACK, F. **Probleme der Kriminalsoziologie**. R. KÖNIG, Handbuch der empirischen Sozialforschung, 1978.
- SAMPSON, R. J.; WILSON, W. J. **Race, Crime, and Urban Inequality**. In: CRIME AND INEQUALITY, edited by John Hagan and Ruth D. Peterson. Stanford University Press, 1995.
- SANTOS, J. C. O adolescente infrator e os direitos humanos. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, [S.l.], n. 2, p. 90-99, dez. 2001. Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/32>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- SANTOS, R. C. F. dos. **Adolescentes em conflito com a lei**: repercussão da pobreza multidimensional não monetária na criminalidade do Município de Wenceslau Braz – PR. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.
- STRUMINSKI, C. E.; RAIHER, A. P. Pobreza e seus determinantes nos municípios brasileiros: abordagem monetária, de privações e multidimensional. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.
- WACQUANT, L. J. D. Urban Outcasts: Stigma and Division in the Black American Ghetto and the French Urban Periphery. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 14, p. 366-383, 1993.
- WILSON, W. J. **The Truly Disadvantaged**: The Inner City, the Underclass, and Public Policy. The University of Chicago Press, 1987.
- YOUNG, J. **A sociedade excludente** – exclusão social, criminologia e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- ZAFFARONI, E. **Politica criminal latinoamericana**. Buenos Aires: Hammurabi, 1982.

OS BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: FACES OPOSTAS

Christiane Cruvinel Queiroz
Lucia Cortes da Costa

INTRODUÇÃO

O presente capítulo apresenta parte dos resultados da pesquisa de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, na linha “Estado, Direitos e Políticas Públicas” (QUEIROZ, 2018), que buscou apreender como são garantidos os benefícios socioassistenciais previstos nos artigos 20 a 22 da Lei Orgânica da Assistência Social (n. 8.742/93), denominados de Benefício de Prestação Continuada – BPC e Benefícios Eventuais, na ótica de direito do cidadão, sob duas perspectivas: frente às medidas de ajustes fiscais adotadas pelos governos filiados ao ideário neoliberal, no período posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, e em razão da cultura política do país, de viés clientelista, ainda presente nas práticas assistenciais nos entes municipais.

A despeito de ambos os benefícios integrarem a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, é possível afirmar que a concretização desses direitos sociais perseguiram caminhos bem distintos. O BPC está previsto na norma constitucional e assegura o direito à renda continuada e mínima ao idoso ou à pessoa com deficiência, ainda que com severas restrições ao acesso. Sua normatização e seu financiamento são de competência da União, e a operacionalização ocorre de forma apartada ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, uma vez que está a cargo do Instituto Nacional de Seguro Social, sem a observância dos princípios e diretrizes do SUAS que determinam a descentralização, a territorialização e a participação do cidadão no controle social da política.

De outro lado, os benefícios eventuais são disciplinados em norma infralegal (LOAS, 1993) e destinados à provisão material ou financeira, em caráter temporário, a cidadãos que estejam vivenciando eventos relacionados a nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária ou calamidade pública e desastre. Sua regulamentação e seu financiamento estão a cargo dos municípios, com apoio dos estados. Configuram o retrato da longa resistência dos gestores municipais na implementação enquanto direito do cidadão, permanecendo sua oferta na esfera de relações de natureza clientelistas que demarcam a cultura política do nosso país, enquanto instrumento de dominação política da classe detentora do poder no Estado.

Disso resulta a importância da temática, a dualidade expressa de um lado na afirmação, ainda que limitada, de um direito social e, de outro, na negação do direito social pela omissão em

regulamentá-lo, aliada à baixa produção acadêmica no que diz respeito à temática dos benefícios eventuais.

A pesquisa, de natureza exploratória, qualitativa e quantitativa, teve como universo de análise o estado do Paraná, com foco nos dezoito municípios que integram o Escritório Regional em Ponta Grossa da Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho do Paraná: Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania. Tais municípios, além de comporem a região dos Campos Gerais¹ e, portanto, constituírem uma realidade fática próxima da pesquisadora, também revelam diferenças entre si, seja de população, condições socioeconômicas e níveis de porte e gestão no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, o que permitiu a análise de distintas realidades locais e suas possibilidades de materialização da garantia aos benefícios socioassistenciais, enquanto direito do cidadão.

No intento de nos aproximarmos o máximo possível da realidade pesquisada, adotamos o método histórico e dialético de compreensão da realidade, com suporte nas categorias da historicidade, totalidade e contradição, para nos permitirmos investigar a gênese histórica e o desenvolvimento da categoria empírica dos benefícios socioassistenciais, no campo da política da Assistência Social, na condição de direito do cidadão. Foram eleitos como procedimentos metodológicos que pudessem cercar o objeto de estudo: a pesquisa bibliográfica (que implicou na seleção e na leitura ordenada dos referentes teóricos, conduzida numa perspectiva histórico-crítica); a pesquisa documental (que se centrou na coleta e análise das legislações nacional, estadual e municipais); resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social; anais das Conferências Nacionais da Assistência Social e Planos Estadual e Municipais da Assistência Social. Esse percurso teórico e normativo foi realizado sem se deslocar dos dados quantitativos, tendo como fonte de coleta de dados a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), o Censo SUAS, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por ora, dada a extensão da pesquisa no mestrado, buscaremos apresentar os principais aspectos evidenciados no estudo no tocante às realidades distintas dos benefícios socioassistenciais.

O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: DIREITO SOCIAL, AINDA QUE LIMITADO

A Assistência Social nasce como direito fundamental na Constituição Federal de 1988, como direito do cidadão e dever do Estado. Implementa-se com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993 (Lei n. 8.742), como política não contributiva², que provê mínimos

¹ Segundo o *Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais*, a expressão Campos Gerais do Paraná pode ser definida como “a denominação dada à região localizada na região Centro-Occidental do estado do Paraná, a oeste da Escarpa Devoniana, caracterizada por suas paisagens naturais de campos limpos permeados de matas de galeria e capões esparsos de floresta ombrófila mista, com ocorrência da árvore símbolo do Paraná: a Araucária. Integram a região 24 municípios”. Disponível em: http://www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm. Acesso em: 7 dez. 2017.

² Pereira (2011, p. 25) coloca como exemplos da política não contributiva aqueles de natureza *distributiva* (dis-

sociais para a garantia do atendimento às necessidades básicas. Institucionaliza-se com a Política Nacional de Assistencial Social (PNAS), em 2004 (Resolução CNAS n. 145), e operacionaliza-se com a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Resolução CNAS 130/2005, em vigência a Res. 33/2012) para a oferta de benefícios, serviços, programas e projetos aos cidadãos que dela necessitem.

A caminhada é árdua, longa e cheia de entraves porque, como se sabe, os direitos sociais “são direitos conquistados como limitações de correlativos poderes e pela defesa dos ‘mais fracos’, dos oprimidos, contra a lei do mais forte, que regia em sua ausência” (CADEMARTORI; GRUBBA, 2012, p. 712). A normatividade de um direito social não quer dizer, em muitos casos, a sua pronta efetividade, assim como nem todo direito social tem seu conteúdo integralmente materializado por meio de uma política pública. Seguidas vezes, há um descompasso entre a norma posta e a realidade fática ou a divergência entre normatividade e efetividade de um direito social. Isso porque, ao mesmo tempo que os direitos sociais formam o pressuposto material para o exercício dos demais direitos e invocam níveis mínimos de igualdade social, são dependentes de ato do poder público para que sejam implementados.

O que se coloca em questão, principalmente no contexto atual de adensamento do ideário neoliberal³, é a possibilidade de “realização política” dos direitos sociais, uma vez que “[...] a satisfação dos direitos sociais é custosa, exige a obtenção e a distribuição de recursos, é incompatível com a lógica do mercado ou ao menos comporta limites a este.”⁴, como nos coloca Ferrajoli (2009, p. 52). Em outras palavras, vivemos na atualidade com executores de políticas públicas sociais que se revelam os próprios opositores. Como dito por Pisarello (2007, p. 13), as intervenções seletivas por parte dos poderes institucionais revelam-se “mais do que igualar aos desiguais, têm tendido a operar como concessões revogáveis e discricionárias, quando não como autênticas medidas de controle dos pobres”⁵.

Nesse sentido, buscaremos trazer elementos coletados na pesquisa empírica que evidenciam dois mundos distintos no que diz respeito aos benefícios socioassistenciais.

O BPC integra o núcleo de proteção social básica do SUAS e constitui-se numa garantia de renda mínima mensal aos idosos com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência, ambos em

tribuidora de benefícios e serviços, a partir de um fundo público constituído para esse fim) ou *redistributivas* (por meio da destinação de bens e serviços à parcela da população que não os possuem), tendo como base a condição de cidadania.

³ O neoliberalismo, segundo a lição de Laurell (1997), é uma expressão polissêmica que busca dar sentido: a) a uma política econômica com características específicas, como redução de despesas e de déficits públicos, congelamento e quedas salariais, liberação de preços, restrições creditícias, elevação da taxa de juros, desvalorização da moeda, liberalização do comércio exterior, entre outros. Também é substrato ideológico de uma visão ultra-apologética do mercado que valoriza o individualismo e a competição, em detrimento da desmercantilização dos direitos sociais e da solidariedade social.

⁴ Tradução livre da citação original: “[...] la satisfacción de los derechos sociales es costosa, exige la obtención y la distribución de recursos, es incompatible con la lógica del mercado o al menos comporta límites a éste”.

⁵ Tradução livre da citação do autor: “más que a igualar a los desiguales, han tendido a operar como concesiones revocables y discrecionales, cuando no como auténticas medidas de control de pobres”.

situação de extrema pobreza. Esse direito socioassistencial, nos dizeres de Jaccoud, Mesquita e Paiva (2017, p. 8), figura-se como mecanismo de proteção social “[...] àqueles que estão submetidos a uma dupla condição de grave vulnerabilidade: situação de miséria e idade avançada e/ou presença de uma deficiência física ou mental”.

Foram inúmeras as alterações legislativas nesse benefício, algumas de caráter inclusivo, outras de viés conservador, todas fruto dos embates travados pela sociedade civil, entidades representativas e operadores da política, contextualizados em governos orientados pelo ideário neoliberal com momentos de expansão ou de ataques regressivos aos direitos sociais. Está em vigência a obrigatoriedade de preenchimento dos requisitos legais de idade ou deficiência e, para ambos, renda *per capita* familiar inferior a 1/4 do salário mínimo para o acesso ao BPC.

No tocante ao critério da idade, o incremento significativo de benefícios concedidos ocorreu no ano de 2004, com um acréscimo de 40,35% em relação ao ano anterior, em decorrência da redução da idade (65 anos) pelo Estatuto do Idoso. Essa evolução tornou-se contínua desde então. Segundo dados da SAGI⁶ (BRASIL, 2017), no estado do Paraná, no ano de 2016, havia 92.833 pessoas idosas e titulares do BPC, o equivalente a 0,88% da população estadual. Em relação aos municípios pesquisados, os dados colhidos revelaram uma heterogeneidade presente no mesmo grupo de municípios classificados como de Porte Pequeno I, com o município de São João do Triunfo, com 0,26% da população local beneficiária do BPC – Idoso, e a cidade de Tibagi, com o maior índice de todo o grupo pesquisado: 1% da população local recebendo o benefício BPC – Idoso, superando o índice estadual.

Igualmente, o critério de deficiência para fins de concessão do benefício passou por alterações legislativas. A mais recente, promovida pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência n. 13.146/2015, nos coloca que o estado de incapacidade da pessoa com deficiência não se resume mais à incapacidade para o trabalho e para os atos da vida independente, mas vai além, reconhecendo, sob a ótica do modelo social da deficiência, que a incapacidade transcende o estado físico, mental e intelectual da pessoa com deficiência (abordado pelo modelo biomédico), devendo ser levado em consideração o ambiente físico e os fatores sociais que circundam a pessoa com deficiência e impedem sua participação efetiva na sociedade.

Na visão de Ferraz e Leite (2014, p. 98), esse modelo social da deficiência nos moldes concebidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no impede a pensar que são as barreiras econômicas, culturais, arquitetônicas e atitudinais, entre outras, que geram a opressão, assim como a exclusão das pessoas com deficiência, e não apenas os fatores biomédicos.

Contudo, a linha histórica evolutiva do número de benefícios de BPC para pessoa com deficiência evidencia que tal alteração normativa pouco contribuiu para a ampliação do acesso ao benefício. Segundo dados da SAGI (BRASIL, 2017), os maiores percentuais de acréscimo, em comparação aos anos anteriores, foram registrados em 2004 (8,82%), 2008 (9,06%) e 2010 (9,39%),

⁶ A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, vinculada ao Ministério da Cidadania, é responsável por subsidiar as políticas públicas sociais, por meio de ações de monitoramento, avaliação, gestão da informação e capacitação de agentes públicos. No campo da Assistência Social, é responsável pela gestão da informação do Cadastro Único – CADÚnico para programas sociais do governo federal.

anos anteriores à publicação dos instrumentos normativos que buscam a inclusão e a promoção social das pessoas com deficiência. No estado do Paraná, no ano de 2016, foram concedidos 113.232 benefícios a pessoas com deficiência, o equivalente a 1,08% da população estadual. Em relação aos municípios pesquisados, os índices de pessoas com deficiência e beneficiárias do BPC representam 0,64% da população do município de Carambeí e 1,77% da população de Piraí do Sul.

Por fim, o critério econômico fixado pela norma para comprovação da hipossuficiência econômica consiste no preenchimento de renda mensal familiar igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Tem razão Pereira (1998, p. 128) quando afirma, em relação ao critério econômico de elegibilidade da LOAS, que “[...] (ela) inovou em matéria de retrocesso político. Nunca, no Brasil, uma linha de pobreza foi tão achatada, a ponto de ficarem acima dessa linha cidadãos em situação de pobreza crítica”.

São variáveis para o cálculo da renda *per capita* conceito de grupo familiar e o limite objetivo de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. O conceito de grupo familiar, nos termos do artigo 20 § 1º. da LOAS, traz uma definição de grupo familiar baseada em laços consanguíneos e de relação jurídica civil que se aproxima do conceito utilizado no âmbito previdenciário, destoando, desse modo, da diretriz da matricialidade sociofamiliar prevista na PNAS, a qual, segundo Yazbek (2008, p. 111), busca o “[...] fortalecimento e autonomia dessas famílias, enquanto sujeitos coletivos, pois se entende que as condições de vida dependem menos da situação específica do indivíduo que daquela que caracteriza sua família, sua comunidade e a sociedade”. Além disso, o critério econômico de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por membro da família, para fins de comprovação da miserabilidade familiar do requerente, sempre foi alvo de críticas dos estudiosos do tema, como Pereira (1998), Gomes (2001) e Sposati (2004), bem como dos operadores da política, com reivindicações quanto à necessidade de aumento do limite da renda *per capita* familiar para meio salário mínimo ou um salário mínimo.

BENEFÍCIOS EVENTUAIS: REGULAMENTAÇÃO TARDIA E LIMITADA

Os benefícios eventuais, anteriormente à previsão na LOAS, eram concedidos no âmbito da Previdência Social sob as denominações auxílio-funeral e auxílio-natalidade, ambos na forma de prestação única, em pecúnia, pagos aos segurados e seus dependentes. Além disso, tinham caráter contributivo e vinculado à lógica do contrato de trabalho.

O benefício do auxílio-funeral, no contexto previdenciário, é colocado por Santos (1987, p. 17) como um dos primeiros benefícios previstos no Brasil, logo após a extinção formal do sistema escravista, com a publicação da Lei 3.397/1888, que visava amparar os empregados das estradas de ferro do Estado, sob a forma tradicional de Caixa de Socorro mediante previsão de “ajuda” nos períodos de doença e “garantindo digno e cristão auxílio-funeral”.

Já em 1991, com a publicação da Lei 8.213 (BRASIL, 1991), que dispõe sobre os planos e benefícios da Previdência Social, ocorreram mudanças estruturais, de caráter nitidamente restritivo, com a fixação da provisão dos auxílios natalidade e funeral para os segurados com renda de até três salários mínimos. Nesse momento, já se discutia a migração desses auxílios para o campo da Assistência Social. O auxílio-natalidade passou a ser devido apenas à segurada gestante ou à esposa/

companheira do segurado, no valor equivalente a 29,42% do salário mínimo. O auxílio-funeral teve o valor reduzido para um salário mínimo. Em 1995, o valor do auxílio-funeral já correspondia a apenas 83,27% do salário mínimo.

Com a regulamentação da Assistência Social, por meio da Lei Orgânica n. 8.742/1993 (BRASIL, 1993), os auxílio natalidade e funeral migraram para a Assistência Social e foram extintos na esfera da Previdência Social, por força do artigo 39 do Decreto n. 1.744/1995 (BRASIL, 1995), porém sem solução de continuidade. Na prática, como observou Pereira (2010), inúmeros cidadãos foram excluídos do acesso aos benefícios e outros tantos sequer foram assistidos.

No campo da Assistência Social, ambos os auxílios receberam nova denominação: benefícios eventuais. Também tiveram ampliadas as hipóteses de provisão para as situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, de modo que o artigo 22 da LOAS estabeleceu a provisão de quatro modalidades de benefícios eventuais. O que se buscou demonstrar na pesquisa é que se trata de quatro modalidades de previsões estabelecidas no *caput* do artigo da lei, de modo a demandar, necessariamente, a garantia de regulamentação e concessão pelos entes municipais, sem possibilidade de eleição pela oferta de um ou alguns em detrimento dos demais.

Quanto à regulamentação dos benefícios eventuais, compete à União fixar diretrizes gerais sobre a regulamentação dos benefícios eventuais. Aos estados, compete a destinação de recursos financeiros aos municípios, a título de cofinanciamento dos benefícios eventuais, além da atuação conjunta com os municípios nos casos de calamidade pública ou de ações assistenciais de caráter emergencial. Aos municípios e ao Distrito Federal, compete: regulamentarem e destinarem recursos financeiros para o custeio do pagamento dos benefícios eventuais, além de assegurarem a provisão dos benefícios eventuais de forma integrada à rede dos serviços socioassistenciais, segundo critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

No entanto, desde a publicação da LOAS, teve início um verdadeiro vácuo normativo na regulamentação dos benefícios eventuais, o que perdurou por mais de dez anos, num evidente retrocesso legal. Em âmbito federal, foram editados decretos e resoluções com critérios e parâmetros que serviram, tardiamente e ainda de forma não totalizante, para impulsionar os gestores municipais e estaduais a darem cabo à regulamentação dos benefícios eventuais nos seus municípios e ao cofinanciamento.

Nas esferas estadual e municipal, o tratamento legislativo seguiu à margem da regulamentação, em que pesem as discussões nas instâncias de deliberações da política de Assistência Social, transformando-se no que Pereira (2010) já advertia como um direito apenas declarado e impossibilitado de se concretizar por meio de política, dando margem a todo tipo de oferta improvisada, intuitiva ou mesmo oportunista e, portanto, não passível de controle social e de acesso pela via do direito do cidadão.

O retrato da ausência de regulamentação e implementação dos benefícios eventuais foi revelado no Censo SUAS-2016 (MDS, 2016), quando decorridos mais de vinte anos da previsão na LOAS. Constatou-se que nenhum dos entes estaduais tinha a totalidade dos seus municípios ofertando pelo menos uma das espécies dos benefícios eventuais de forma regulamentada. O auxílio-funeral registrou percentual de concessão em 97,03% dos municípios que responderam ao

censo, porém apenas 82,79% de forma regulamentada. O auxílio-natalidade e o auxílio para situação de calamidade pública são concedidos em 75,48% dos municípios e regulamentados em apenas 80,27% desse total. Já o benefício eventual em situação de vulnerabilidade social é concedido por 93,16% dos municípios, com regulamentação em 79,73% deles.

No estado do Paraná, apenas no ano de 2011 foi publicada uma nota técnica pelo Conselho Estadual da Assistência Social no Paraná – CEAS/PR (PARANÁ, 2011), após a Deliberação CEAS/PR n. 45 em 2013 (PARANÁ, 2013), para tratar da regulamentação e do cofinanciamento estadual dos benefícios eventuais, por meio de pisos e incentivos financeiros, de acordo com a disponibilidade orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social. No ano de 2017, por meio da Deliberação CEAS/PR n. 51/2017 (PARANÁ, 2017), foi autorizada a primeira modalidade de repasse estadual diretamente vinculada ao cofinanciamento dos benefícios eventuais, de caráter não continuado, denominado “Incentivo Benefício Eventual”, somente para os municípios de grande porte e a metrópole do estado.

Em relação ao campo empírico de nossa pesquisa, observou-se que, nos dezoito municípios que integram o Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho do Paraná até o final de 2018, quando do encerramento da pesquisa, somente dez municípios⁷ haviam regulamentado os benefícios eventuais, tendo sido a maioria das legislações municipais publicadas a partir de 2015, por indução da regulamentação estadual. Na atualidade, todos os municípios dispõem de legislação que trata de pelo menos uma modalidade dos benefícios eventuais.

Em comum, as legislações municipais que disciplinam os benefícios eventuais reproduzem as nomenclaturas previstas na legislação nacional para auxílios natalidade, funeral e de calamidade pública. Em relação à modalidade de situação de vulnerabilidade temporária, foram previstas várias subespécies de provisão denominadas auxílio-alimentação, auxílio-documentação, auxílio-mudança, auxílio-passagem/transporte, auxílio-viagem, auxílio-gás, auxílio-moradia e aluguel social. As legislações limitaram-se a estabelecer as formas mais usuais de ofertas de bens ou prestação de serviços como o sepultamento, a entrega dos enxovais de bebê e materiais da construção civil para as vítimas de calamidades ou desastres. Não se observa uma proposta ampliativa de proteção social diante das ocorrências de uma das situações contingenciais previstas no artigo 22 da LOAS.

A maioria das legislações municipais estabelece a fixação de critério econômico de seletividade para acesso aos benefícios eventuais, com previsão de renda *per capita* familiar que varia de 1/4 a meio salário mínimo. Contudo, é preciso observar que tal critério econômico não está presente na legislação federal quando disciplina os benefícios eventuais. A comprovação da necessidade de acesso a uma das modalidades dos benefícios eventuais deveria ocorrer na esfera de demonstração da ocorrência de um dos eventos geradores do benefício. Trata-se de critério de elegibilidade pela comprovação de baixa renda que resulta na exclusão de uma grande parcela da população que se vê diante de uma situação de insegurança pessoal e familiar decorrente de um evento de natureza contingencial e emergencial, sem a necessária proteção social pela via dos benefícios eventuais.

⁷ Arapoti, Carambeí, Castro, Ipiranga, Ivaí, Ortigueira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, São João do Triunfo e Ventania.

Outro apontamento recolhido na pesquisa, de forma geral, foi a de que as modalidades de auxílios funeral, natalidade e de calamidade pública, quando previstas, contemplam uma relativa uniformidade no que diz respeito às regras de acesso, prevalência da forma de prestação por meio do fornecimento de bens de consumo ou serviços por terceiros e o referenciamento dos CRAS para o requerimento dos benefícios eventuais, em conformidade com os normativos gerais.

Quanto à forma de provisão dos benefícios, a pesquisa evidenciou que o auxílio-natalidade, em regra, é prestado na forma de bens de consumo como enxoval de bebê, kits de higiene e alimentação. Não há avanço na provisão dessa modalidade dos benefícios eventuais, com a oferta de bens de consumo muito aquém das reais necessidades de proteção social da mãe e do recém-nascido. Embora nenhuma legislação municipal faça menção, é preciso ponderar que, a depender da forma como esses bens forem fornecidos (com a exigência de comparecimento em cursos, consultas, etc., ou a entrega simbólica em sede do órgão gestor municipal), pode-se representar a permanência das velhas práticas clientelistas de concessão de benefício, na ótica do favor, utilizado como moeda de uso político, o que lhe retira o caráter de direito socioassistencial.

No que diz respeito ao auxílio-funeral, trata-se de uma proteção social alicerçada bastante restritiva, ou seja, limitada aos serviços de sepultamento (preparação do corpo, ornamentação, urna, traslado) e de cemitério (taxas e placa de identificação), tradicionalmente prestados pelas prefeituras por tratar-se de uma questão de saúde pública, de meio ambiente e humanitária. Nessa modalidade, o município de Ipiranga avança na regulamentação do auxílio-funeral, ao estabelecer como forma de provisão o pagamento em pecúnia, ainda que bastante reduzido, no valor de um salário mínimo e nos casos de situação de indigência ou extrema pobreza, sendo que os custos poderão ser pagos na totalidade. Também há previsão de plantão 24 horas para atendimento das ocorrências familiares. Os demais municípios permaneceram na forma de prestação temporária, por meio da oferta de serviços ou bens de consumo em razão de falecimento.

Em relação à modalidade de calamidade pública dos benefícios eventuais, a forma de provisão consiste na oferta de material de construção, colchões, cobertores, vestuários, documentos, abrigo adequado, auxílio-moradia, auxílio-alimentação e aluguel social. Há a exigência de reconhecimento pelo poder público local do estado de calamidade pública. No entanto, nenhuma das legislações faz menção à intersectorialidade com a Política Nacional da Defesa Civil, o que pode resultar na duplicidade ou sobreposição de ações diante de uma situação de calamidade pública ou desastre. É preciso observar que na PNAS há a previsão dos serviços de acolhimento institucional, em repúblicas, em famílias acolhedoras e serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, todos operados na proteção especial de alta complexidade. Desse modo, faz-se necessário compatibilizar, no campo dos benefícios eventuais, o que estaria a cargo de sua provisão para que eles não sejam o resultado da ausência de política de habitação nos municípios. A previsão de pagamento de aluguéis ou transferências monetárias, enquanto forma de provisão de moradia, deve ocorrer na esfera dos benefícios eventuais para fazer frente a uma situação esporádica de desproteção social e de forma interligada com a rede de serviços socioassistenciais do SUAS.

A pandemia causada pela COVID-19 revelou para toda a sociedade brasileira, de forma dramática, a invisibilidade até então dos benefícios eventuais, em especial a modalidade de calamidade

pública, além da importância da intersetorialidade das políticas públicas sociais para dar conta de ofertar distintas formas de proteção social em contextos tão graves e emergenciais.

No tocante à modalidade de vulnerabilidade temporária, as previsões de subespécies são ainda mais conservadoras. As formas de provisão foram previstas como bens de consumo: transporte para outra cidade (auxílio-mudança); transporte para andarilhos e/ou transeuntes (auxílio-passagem); segunda via de documentos (taxas e fotografia); auxílio-gás; auxílio-moradia; colchões; cobertores; roupas e material de higiene. O secular auxílio-alimentação, previsto em sua maioria na forma de oferta de gêneros alimentícios⁸, mais conhecido como cesta básica, está presente em todas as legislações. Embora se saiba que a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída pela Lei nº 11.346/2006 (BRASIL, 2006), reconhece que o direito à alimentação se reveste de caráter fundamental e propõe a construção de um sistema nacional para a promoção, formulação e articulação de diversos programas e ações direcionados à provisão alimentar segura e nutricional da população brasileira, a realidade nos municípios do país é de que a cesta básica se constitui na oferta mais concedida nos CRAS, diante da realidade dramática de centenas de famílias de brasileiros que convivem, diariamente, com a fome ou sem o acesso a uma alimentação adequada.

Em tempos de pandemia da COVID-19, também tornou-se uma modalidade bastante demandada nos CRAS. Contudo, como forma de enfrentamento à situação de fome ou ausência de acesso a alimentos vivenciada por milhares de cidadãos brasileiros, tem razão Bovolenta (2017) ao afirmar que o auxílio-alimentação na forma de provisão de cestas básicas não deveria integrar o campo dos benefícios eventuais, pois está diretamente relacionado a uma necessidade humana permanente.

CONCLUSÃO

Ao final da pesquisa, pudemos compreender que muitos são os desafios e os limites postos aos benefícios socioassistenciais, enquanto direitos sociais a serem assegurados a todos os cidadãos brasileiros. Os benefícios socioassistenciais desvelam duas faces opostas e ambas carecem de luta social por seus adensamentos.

De um lado, temos o direito social fundamental ao BPC, focalizado e seletivo, cuja necessidade premente de luta é por assegurar o patamar de garantia de acesso à renda mínima, fora da lógica do mercado de trabalho, a idosos e pessoas com deficiência. Alvo de inúmeras tentativas de “reconfiguração” desse direito fundamental, seja por meio da elevação da idade mínima do idoso ou a desvinculação do salário mínimo, algumas exitosas outras resistidas dada a correlação de forças com diferentes atores sociais, na atualidade, a pauta é opor resistência ao forte processo de desmonte dos direitos sociais. De outro lado, temos os benefícios eventuais, cuja necessidade premente de luta é pelo reconhecimento de um direito social em oposição à resistência dos gestores

⁸ O município de Carambeí representa uma exceção, com a previsão de pagamento em pecúnia do auxílio-alimentação, no valor de ¼ do salário mínimo, mediante cartão com crédito e prazo de vinte dias de validade, por até três vezes no período de doze meses.

municipais em proceder à regulamentação desse benefício como forma de manutenção do cidadão no campo da subalternidade política e do não direito. Essa névoa propositada em torno dos benefícios eventuais, enquanto direito social, dificulta a possibilidade de ampliação da participação dos titulares desse direito, como condição para alterar a forma de interação entre os cidadãos e os gestores da PNAS e, com isso, possibilitar a reivindicação de novos padrões ou formas de prestação da política pública, além de assegurar o poder-dever de fiscalização e controle da execução da política de Assistência Social. Enfim, trata-se de uma responsabilidade de todo e qualquer cidadão empreender esforços para reconhecimentos e garantia dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

- BOVOLENTA, G. A. **Benefício eventual e assistência social: uma emergência – uma proteção social?** Jundiaí/SP: Paco, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05/10/1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução n. 145, de 15/10/2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 5 ago. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução n. 33, de 12/12/2012**. Aprova Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf. Acesso em: 5 ago. 2020.
- BRASIL. **Decreto n. 1.744, de 08/12/1995**. Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1744.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 3.397, de 24/11/1888**. Fixa a despesa geral do Império para o exercício de 1889 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1888-11-24;3397>. Acesso em: 5 ago. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 8.213, de 24/07/1991**. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 8.742, de 07/12/1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 11.346, de 15/09/2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Boletim BPC 2015**. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/boletim_BPC_2015.pdf. Acesso em: 5 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Relatório de Programas e Ações do MDS**. SAGI. 2017. Disponível em: www.mds.gov.br/redesuas. Acesso em: 5 ago. 2020.

BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos e do Síntese/Dataprev. **Indicadores sobre BPC – Benefício da Prestação Continuada**. 2014. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/bpc-beneficio-da-prestacao-continuada>. Acesso em: 5 ago. 2020.

CADEMARTORI, L. H. U.; GRUBBA, L. S. O embasamento dos direitos humanos e sua relação com os direitos fundamentais a partir do diálogo garantista com a teoria da reinvenção dos direitos humanos. **Revista Direito GV**, v. 8, n. 2, p. 703/724, jul./dez. 2012.

FERRAJOLI, L. **Los Fundamentos de los Derechos Fundamentales**. Madrid: Ed. Trotta, 2009.

FERRAZ, C. V.; LEITE, G. S. **Direito à diversidade**. São Paulo: Atlas, 2014.

GOMES, A. L. G. O benefício de prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XXII, n. 68, nov. 2001.

JACCOUD, L.; MESQUITA, A. C.; PAIVA, A. B. de. O Benefício de Prestação Continuada na Reforma da Previdência: contribuições para o debate. **Texto para Discussão IPEA**, Brasília, n. 2301, Abr. 2017.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 151/178.

PARANÁ. Conselho Estadual da Assistência Social no Paraná. **Deliberação n. 45, de 12/07/2013**. Benefício Eventuais. Disponível em: http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/2013/deliberacoes/d45_2013.pdf. Acesso em: 5 ago. 2020.

PARANÁ. Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná. **Deliberação n. 51, de 14/07/2017**. Benefícios eventuais. Disponível em: <http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/2017/Deliberacao-051-Beneficios-Eventuais.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

PARANÁ. Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná. **Nota Técnica Conjunta SAS/SPGD/SEDS, Benefícios Eventuais no SUAS**. 2011. Disponível em: http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/notas/Nota_Tec_Conj_Beneficio_Eventual.pdf. Acesso em: 5 ago. 2020.

PARANÁ. Prefeitura Municipal de Ipiranga. **Lei n. 2.385, de 03/12/2015**. Dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais para munícipes em situação de vulnerabilidade. Ipiranga, 2015. Anexo da dissertação de mestrado. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2537>. Acesso em: 3 ago. 2020.

PEREIRA, P. A. P. A. Centralização e exclusão social: duplo entrave à política de Assistência Social. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 3, p. 119/133, 1998.

PEREIRA, P. A. P. A. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PISARELLO, G. **Los Derechos Sociales y sus Garantías**: elementos para una reconstrucción. Madrid: Editorial Trotta, 2007.

QUEIROZ, C. C. **Benefícios socioassistenciais como direito do cidadão**: conquistas e desafios em tempos de ajustes fiscais. 2018, 820f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SPOSATI, A. Benefício de Prestação Continuada como Mínimo Social. In: SPOSATI, A. (Org.). **Proteção social de cidadania**: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004. p. 125/178.

YAZBEK, M. C. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. In: BRASIL. **SUAS**: Configurando os Eixos de Mudança. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS, 2008, p. 79-125. (Capacita SUAS, v. 1)

DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS AO EJA: DISCURSOS DE SUJEITOS COLETIVOS NA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR

Thais Cristina dos Santos
Nei Alberto Salles Filho

INTRODUÇÃO

O presente capítulo busca trazer à luz algumas reflexões construídas com base nos resultados da pesquisa de mestrado “O discurso do sujeito coletivo sobre os Direitos Humanos dos alunos da Educação de Jovens e Adultos da cidade de Ponta Grossa/PR”, defendida no ano de 2019. Seu objetivo é apresentar reflexões originadas dessa dissertação, a qual buscou compreender o discurso do sujeito coletivo (DSC) dos alunos de Educação de Jovens e Adultos dos ensinos médio e fundamental sobre os Direitos Humanos.

Para o desenvolvimento técnico, foi utilizada a pesquisa participante¹, por meio do contato com as escolas, diretorias, professoras e alunos(as) voluntários(as), que permitiram o acompanhamento das aulas e a realização das práticas restaurativas em sala de aula com os alunos. Também utilizou-se da pesquisa das representações sociais e do discurso do sujeito coletivo em razão da possibilidade de envolvimento do pesquisador e dos sujeitos de pesquisa, descrevendo as relações do campo e do tema e refletindo e buscando conjuntamente possibilidades de transformação social com base no cotidiano dos próprios alunos.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de dois questionários com perguntas abertas e fechadas, os quais foram aplicados em dois momentos, um no início do projeto, no primeiro encontro, e o outro no último encontro do projeto. Utilizou-se ainda da observação participante, a qual ocorreu nas escolas selecionadas para a pesquisa (para a observação, foi realizado um pedido aos diretores das escolas, aos professores e aos alunos voluntários). Para a análise, foi utilizado o discurso do sujeito coletivo, com base na teoria das representações sociais e no *software* Iramuteq (*software* livre e gratuito ligado ao pacote estatístico), a fim de contribuir para as análises quantitativa, qualitativa e do discurso dos sujeitos acerca das categorias identificadas ao longo da pesquisa e seus resultados.

¹ Considerando que, segundo o autor, a pesquisa participante surge como um modelo modernizante, caminhando contra o processo de exclusão, para a democratização do conhecimento, incorporando setores populares aos processos de produção e comunicação de conhecimentos (BRANDÃO, 1987).

Como resultado, destaca-se que foi possível observar que, mesmo tratando-se de alunos de níveis de escolaridade diferentes (ensinos fundamental e médio), suas percepções sobre os Direitos Humanos são semelhantes, isto é, uma compreensão estereotipada da mídia e um entendimento simplório dos Direitos Humanos como direitos destinados apenas aos mais necessitados ou aos apenados, não sendo compreendido como algo comum a todos os seres humanos.

Portanto, defendemos a necessidade de fomentar um processo crítico e reflexivo quanto aos Direitos Humanos, como direitos historicamente construídos e que não podem ser pensados isolados da formação cultural brasileira e da atual conjuntura. Dessa forma, analisar esse contexto permite compreender a razão da dificuldade de se fazer entender a diferença entre o que é direito e o que é privilégio, por exemplo, desafiando a escola, a universidade e a sociedade civil em fomentar nos cidadãos e cidadãs a consciência sobre quais são seus direitos e onde e como acessá-los.

CONHECIMENTO PARA ALÉM DOS ESTEREÓTIPOS

O conhecimento não pode surgir sem uma fundamentação, um norte e uma finalidade. Com as discussões das práticas restaurativas, a realidade é a mesma. Por isso, a presente pesquisa resgata a reflexão sobre os Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos (EDH), para, assim, fundamentar a perspectiva dos discursos dos sujeitos coletivos (DSC).

DIREITOS HUMANOS: DA DECLARAÇÃO À MATERIALIZAÇÃO

Discutir a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, remete à necessidade de compreender que esse termo se refere ao resultado de lutas, guerras e sangue, não sendo fruto então de uma concessão da sociedade política ou uma dádiva real ou divina, mas sim resultado da decorrência da natureza inerente humana do ser, sendo uma necessidade humana tornar-se humano (KANT, 2009). No sentido kantiano, tornar-se humano refere-se à compreensão de que todos os seres humanos são seres complexos, movidos pelo desejo da evolução, da mudança, com o fim de tomar a humanidade em sua pessoa e conquistar sua dignidade humana. Contudo, sendo os seres humanos movidos pelo desejo da evolução, da mudança, muitas de suas ações geram implicações, algumas irreversíveis. Vem daí a necessidade de não esquecer que, enquanto seres humanos, todos precisam, acima de tudo, preservar a vida humana de forma digna.

Essa dignidade foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, logo no primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, escrita em 10 de dezembro de 1948: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Neste artigo, pode-se observar o termo “dignidade de direitos”. Mas qual direito? Todos. Todos os direitos que acompanham o desenvolvimento histórico da humanidade, das primeiras lutas pelo direito humano do ato de nomear² até as cerimônias e os rituais de nascimento e morte (VIOLA; PIRES, 2014).

²“Na medida em que o ser humano pensa e expressa o que pensa, nomeia, afeto, desgosto, animal, seres huma-

Então, os direitos de nomear e de decidir são construções históricas propriamente humanas, isso é, a capacidade de lutar pelos direitos de reclamar pela vida e contra a injustiça, sendo assim construções que se desenvolveram pela busca humana de tornar-se humano e, portanto, ser de direito. Contudo, mesmo após tantas lutas³, a humanidade defronta-se, a partir da Revolução Industrial e dos avanços da tecnologia (principalmente no século XX), com a chegada do que Bartel (2016) nomeia como “máquinas da morte”. Após essas novas tecnologias, as guerras nunca mais foram iguais, e o medo tornou-se a única certeza da humanidade, sobretudo após aproximadamente 70 mil mortes nos campos de concentração no interior de uma das nações mais avançadas da Europa (Auschwitz - na Polônia, localizada no leste europeu)⁴ e as explosões das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, que resultaram em mais de 180 mil civis mortos, no final da Segunda Guerra Mundial.

A partir desses e de outros acontecimentos originados das guerras, do preconceito e da discriminação, a humanidade passa a compreender que medidas precisam ser tomadas para a preservação da vida, como a Declaração dos Direitos Humanos, medida assinada e acordada universalmente, isto é, representando toda a humanidade. No entanto, para a compreensão de que Direitos Humanos remetem aos direitos civis, econômicos, culturais, ou seja, à dignidade humana, é necessário o fomento de uma Educação em Direitos Humanos, para que assim se desenvolvam uma cultura de direitos e uma sociedade que se compreenda como protagonista de sua história e responsável pela construção ou pelo retrocesso de seus direitos.

O BRASIL E OS DIREITOS HUMANOS

Enquanto acordo universal perante a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, o Brasil não se isenta de sua responsabilidade. Como na maioria dos países latino-americanos o tema dos Direitos Humanos ganhou grande significação histórica, para responder à grande incidência de violência política e social durante as décadas de 1960 e 1970 (UNESCO, 2008; GUÉRIOS; STOLTZ, 2015). Logo, o Brasil foi um dos signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e das demais regulamentações no campo do trabalho, das minorias e de todo cidadão (BEGA, 2015). Contudo, o senso de participação social, cidadania, democracia e aplicação de

nos, assume-se como humanos” (VIOLA, PIRES, 2018).

³ Por exemplo: Declaração da Inglaterra (1689), Declaração Universal dos Direitos do Homem na França em (1789), com um ideal universal pela liberdade, igualdade e fraternidade e Declaração dos Direitos de Cidadão de Virgínia nos EUA (1776), como resultado da luta da nação por sua liberdade.

⁴ Vale ressaltar que o número exato de mortes no campo de concentração varia de acordo com cada autor, indo de 70 mil a 3 milhões, descrito no livro de Mattogno e Höss (2017, p. 25): 1) “*In January 1945 there were about 63000 in all camps. In AUSCHWITZ I imagine about 3,000,000 people were put to death, about 2,500,000 were put through the gas-chambers*” (p. 6) 2) “*630,00025 inmates was the combined state of all camps in January 1945. According to my knowledge 3000000 people lost their lives in the concentration camp AUSCHWITZ. I estimate that of these 2500,000 [sic] have been gassed*” (p. 7/19).

direitos, mesmo postos na DUDH, só se torna possível por meio da redemocratização da década de 1980, por meio da Constituição Cidadã de 1988⁵.

O debate sobre os Direitos Humanos e a respeito da formação para a cidadania alcançou mais espaço e relevância no Brasil apenas a partir dos anos 1980 e 1990, por meio de proposições da sociedade civil organizada e de ações governamentais no campo das políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da democracia. Contudo, apesar desse movimento da sociedade civil, não se pode negar que a sociedade convive contraditoriamente a esses movimentos com uma cultura do esquecimento, a qual tende a buscar esquecer determinados acontecimentos como forma de negar suas responsabilidades ou o próprio resultado das ações. Isso porque “Tudo que o homem faz em seu mundo simbólico é uma tentativa de negar e sobrepujar seu destino grotesco. Ele literalmente se lança em um esquecimento cego por meio de jogos sociais, truques psicológicos, preocupações pessoais tão afastadas da realidade de sua situação” (BAUMAN, 2008, p. 8).

Por isso, a necessidade de, além de apontar como imperativo e fomentar cientificamente a importância da discussão sobre Direitos Humanos e EDH, é importante reconhecer que ambas são marcos frágeis e recentes, assim como a democracia. Por esse pressuposto, denota-se a importância de fomentar uma cultura baseada no respeito e na paz, no sentido de formar uma cultura de respeito à dignidade humana, “através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz” (BEGA, 2015, p. 64).

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A EJA é uma educação direcionada a alunos que, por diversas razões, não completaram a educação formal, desenvolvida com base nas ideias de Paulo Freire, por meio da criação de uma modalidade de ensino específica aos adultos, também conhecida como Sistema Paulo Freire de Alfabetização, o qual consistiu em uma proposta para alfabetizar adultos. Esse método baseava-se na compreensão da vida e do mundo de cada homem e mulher dentro de sua realidade social. Utilizando os vocábulos mais empregados por eles e selecionando esses termos para as lições. Muitos autores nacionais e internacionais consideram esse método revolucionário. Porém, durante a conjuntura de Freire, o método foi muito marginalizado, denominado como demagogo e inviável, assim como diversas lutas por direitos (FERRARO, 2014).

No entanto, com o golpe civil-militar de 1964, essas práticas foram reprimidas, bem como os movimentos sociais e as lideranças engajadas em experiências de alfabetização, baseadas principalmente em métodos de Paulo Freire. Criou-se então o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1967, com propostas próprias da ditadura e tecnocratas e com a utilização de materiais didáticos “atrativos” e de baixo custo.

⁵ Essa lentidão se deu em razão do cenário que ainda persiste em nossa contemporaneidade, isto é, a herança das violações rotineiras e das expressões da questão social. Questão esta que vem alertando a sociedade quanto à urgência de estabelecer como imperativo o rompimento com uma cultura desigual, que preserva os padrões de reprodução da disparidade e da violência institucionalizada (BRASIL, 2007; BEGA, 2015).

Segundo Scortegagna e Oliveira (2006) e Ferraro (2014), o MOBRAL foi significativo para a educação de jovens e adultos, por vincular-se até 1969 ao Departamento Nacional de Educação e promover atividades de alfabetização e programas articulados aos campos de saúde, recreação e civismo. Essas iniciativas partiam de articulações e convênios com entidades públicas e privadas, e não especificamente de uma responsabilidade de política pública do Estado. Naquele período, destaca-se também a ampla descentralização administrativa, a padronização e simplificação de sistemas de ensino, a criação de um sistema logístico para uma “alfabetização” em larga escala e a redução de custos por aluno com a finalidade de “oferecer uma educação de massas a custos baixos, com perspectiva de democratizar oportunidades educacionais ‘elevando’ o nível cultural da população, nível este que vinha perdendo qualidade pelo crescimento do nº de pessoas” (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p. 9). Essa situação veio a se repetir nos anos de 2017-2018, com a Lei nº 9.057 de 25 de maio de 2017, a qual considera a educação a distância tanto para a educação básica quanto para a educação superior, minimizando ainda mais os custos por aluno (BRASIL, 2017).

Contudo, não se podem negar os ganhos conquistados por meio da primeira Constituição Cidadã. Isso porque apenas em 1988, através do artigo 208 da Constituição Federal, se estabeleceu o que ditavam as primeiras Constituições Federais, como “a instrução é gratuita a todos os cidadãos” (CF, 1924, art. 179, inciso XXXII) e a garantia da gratuidade e obrigatoriedade da instrução primária (CF, 1934), isto é, como “direito público subjetivo e, como tal, irrenunciável e exigível, mediante a responsabilização da autoridade competente no caso de não oferta ou de oferta irregular da bem chamada “educação” (FERRARA 2014, p. 78). Além da CF/88, vale destacar as disposições mais recentes da Lei de Diretrizes (LDB) e das Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), cujo artigo 1º tornou lei, a busca pela concretização de uma educação abrangente, que deveria se desenvolver “na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Para essa finalidade, a LDB/1996 passa a compreender que a educação básica contempla a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio (PNAD, 2018), podendo ser oferecida por meio do ensino regular, da educação especial e da EJA. Contudo, para contemplar esses campos, necessita estar assegurada de forma gratuita e apropriada, oportunizando uma educação de acordo com as necessidades de cada sujeito (aqui, especificamente, de jovens e adultos). Além disso, essa gratuidade deve ser viabilizada pelo poder público, por meio do estímulo ao acesso e à permanência dos(as) alunos(as) na escola (§1º, 2º e 3º da Lei nº 11.741) (BRASIL, 2008).

Contudo, mesmo com os dispostos em incisos e documentos, sabe-se que, para a concretização dos direitos, isso não é suficiente. A seção II do Direito à Educação da LDB da Lei nº 12.852 de 2013, apresenta a obrigatoriedade do Estado em ofertar a educação básica para os jovens que ainda não a concluíram, por meio de “programas de modalidade da educação jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno, ressalvada a legislação educacional específica” (BRASIL, 2013). No entanto, a descrição ainda precisa sair do

papel para a materialização desse direito, visto as novas reformas na educação e o risco de inferir na EJA.

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

De acordo com Freire (2001), tratar sobre educação em Direitos Humanos é tratar a respeito do primeiro direito historicamente negado, isto é, o direito à educação. Para o autor, seria a própria educação capaz de desafiar aquele que impede que a educação ocorra e perdure, uma educação crítica e reflexiva, por meio da qual, somente por ela, seria possível empoderar homens e mulheres para que lutem por seus direitos. Dessa forma, para alcançar o sonhado acesso aos direitos, é necessário o acesso à educação, como processo formativo para a conscientização da existência de outros direitos. Contudo, com esse primeiro direito negado, os demais se tornam desafios ainda maiores. Mas vale ressaltar que a educação também pode ser utilizada como manobra de alienação perante os direitos, visto que sua realização dependerá da visão de mundo de cada professor(a) e educador(a), pois a “[...] Educação em Direitos Humanos soa de forma diferente de acordo com a postura, com a compreensão política, ideológica, do professor” (FREIRE, 2001, p. 96).

Compreender que cada sujeito tem um olhar diferente em cada situação não é uma crítica negativa, pois são as diferenças que permitem compreender a complexidade de homens e mulheres. Isso significa que é necessário entender que há diferentes tipos de inteligências que são guiadas por diferentes opções políticas. Por isso, a visão ou a compreensão dos Direitos Humanos e da educação depende de “como eu me vejo no mundo politicamente; de com quem eu estou; a serviço de quem e a serviço de que eu sou um educador” (FREIRE, 2001, p. 97). Por isso a importância da mudança de cultura, porém não apenas com os alunos da EJA, mas com os professores e a sociedade em geral.

É nesse ponto que Ana Freire (2001) destaca a importância da diferença de pensamento, porém, um pensamento baseado na criticidade e na transformação, compreendendo a educação como um dos direitos fundamentais. Contudo, para acesso a esses direitos, é preciso ir além da ingenuidade de pensar a educação como única possibilidade transformadora. Isto é, é preciso de outros fatores juntos com a educação, como a própria contradição da sociedade capitalista (FREIRE, 2001), a qual submete limites à educação⁶.

É por essa razão que, no contexto da EJA, Freire (1999) nos chama a atenção quanto à responsabilidade da escola, do professor, da universidade e do(a) pesquisador(a) no sentido de verem a realidade da EJA em sua totalidade. Isso porque “o professor que na universidade discute a educação e a pós-modernidade é o mesmo que convive com a dura realidade de dezenas de

⁶No entanto, é exatamente porque a educação se submete a limites que ela é eficaz, podendo tornar-se compreensiva quanto às diferenças e tornando-se provocativa e crítica quanto aos processos histórico, social e político. Essa criticidade possibilita, segundo Paulo Freire (2001), a construção do protagonismo ao sujeito (dominado) para seu princípio na luta por seus direitos, por meio da mobilização crítica, justa e democrática. Contudo, uma educação com esse pressuposto necessita ser abrangente e totalizante, compreendendo a realidade dos sujeitos em seus diferentes aspectos.

milhões de homens e mulheres que morrem de fome” (FREIRE, 2006, p. 26). Logo, não se pode trabalhar a educação criticamente sem compreender as múltiplas expressões da questão social e o não acesso ao próprio direito humano.

Nesse sentido, pode-se perceber que a educação, somada aos demais direitos sociais, compreendidos como Direitos Humanos fundamentais, permite a construção de um olhar amplo e total da realidade e das relações humanas, pois, segundo Freire (1987, p. 7), por meio da educação o homem e a mulher se fazem homens e mulheres, assumindo conscientemente sua essencial condição humana, porque “para o homem, produzir-se é conquistar-se, conquistar sua forma humana”.

IMPLICAÇÕES A SEREM REFLETIDAS

Para a construção da pesquisa que originou o presente capítulo, foram aplicados dois questionários aos alunos voluntários. Um no início das atividades, como forma de apresentação da pesquisa e conhecimento/reconhecimento das turmas. O outro ao final das atividades (sexto encontro), o qual buscou analisar as representações sociais dos alunos e o discurso do sujeito coletivo, após as atividades reflexivas.

Desse modo, destaca-se que participaram como voluntários vinte e oito alunos⁷. Observe.

Tabela 1 - Relação de sexo segundo os(as) alunos(as) voluntários(as)

Escola - CEEBJA	Masculino	Feminino
Ceebja Paschoal Salles Rosa	67%	31%
Ceebja Edgar Zanon	33%	69%

Nota: Organização da autora.

Note que, na instituição de ensino localizada no bairro Gralha Azul, na cidade de Ponta Grossa/PR, que oferece EJA no período noturno, 67% dos alunos são do sexo masculino. Por sua vez, na instituição de ensino localizada na região central, que oferece EJA no período matutino, 69% dos alunos são do sexo feminino. Com base nesse dado, vale refletir quanto à representação dessas mulheres e ao horário escolhido por elas, pois todas moram em bairros distantes do centro da cidade. A opção delas é em razão do horário, pois nos bairros/vilas em que há CEEBJA as aulas ocorrem apenas no período noturno; no centro, por sua vez, as aulas ocorrem no período matutino. Nesse sentido, os horários de aula são atenções necessárias quanto ao acesso ao direito fundamental desses alunos, visto que, por diversas responsabilidades, não podem estudar à noite em seus bairros, seja porque estão no trabalho, seja porque seus filhos estão em casa no período noturno (no caso das mulheres), demandando cuidado.

⁷ A seleção dos participantes ocorreu por meio da apresentação do projeto e do convite para sua participação. Destaca-se que os alunos participantes remetem aos cursistas das disciplinas de História e Geografia, cujas professoras aceitaram participar da pesquisa e ceder parte de suas aulas. É importante ressaltar o critério da voluntariedade. Logo, participavam do projeto apenas os alunos que aceitassem. Caso não quisessem, poderiam continuar alguma atividade repassada pela professora voluntária.

Isso se torna mais concreto quando observamos que, entre os alunos, 44% são responsáveis por ao menos um filho; 37%, por dois filhos e 19%, por três filhos ou mais. Quanto ao total das alunas do CEEBJA PSR, 61% são casadas e 39%, solteiras. Entre as solteiras, 80% são mães. Nesse sentido, compreende-se a atenção quanto às mulheres, que, em sua grande maioria, tendem a utilizar o horário em que os filhos estão na escola para estudar ou trabalhar - principalmente as mulheres de baixa renda e na idade jovem, estando nessa condição seja por cultura, seja pela falta de opção (PRANDI, 1980). Com base em Prandi (1980)⁸, esse entendimento pode ser visualizado quanto à idade dos alunos, visto que, em sua maioria, estão na faixa de 16 a 30 anos, assim como as mulheres (81% delas têm entre 16 e 40 anos), faixa etária entendida pelo autor como idade acometida pelo fatalismo do cuidado à família, especificamente a mulher. Tal situação pode apenas ser modificada com a mudança cultural e com o retorno dessas mulheres à escola, como no caso das alunas representadas a seguir.

Em relação à cor, de acordo com a base de autodeclaração utilizado pelo IBGE, destaca-se que há predominância de alunos que se consideram pardos (50%) e brancos (27%), seguidos de pretos (23%). Nesse sentido, vale refletir sobre a questão da miscigenação no Brasil, considerando que os alunos em condição de analfabetismo e negros, até os anos de 2010, compreendiam 6,7% das pessoas com 15 anos ou mais, retratando, também, vulnerabilidade social.

Vale destacar ainda a questão da empregabilidade. Em média, apenas 18% dos alunos do CEEBJA PSR e CEEZ encontravam-se na época empregados em condição de CLT. Em condição de autônomos, a média era de 22%, seguidos por 7% de desempregados, 16,5% que se consideravam do lar e 24% como pessoas em processo de reabilitação profissional (INSS). Esses dados remetem à atenção dos alunos que se consideram do lar e em reabilitação, isso porque aqueles que se consideram do lar não exercem quaisquer atividades profissionais e não contribuem para o regime da previdência social. Já o grupo autodeclarado em processo de reabilitação profissional⁹ (42%) são aqueles que, por diversas razões, não se encontram em condições laborais para exercer alguma atividade profissional e, no caso da pesquisa, retornam aos estudos para receber auxílio-doença. Esses grupos, por sua vez, nos remetem à realidade que Arroyo (2017) retrata ao buscar a atenção quanto aos alunos itinerários, que, pela busca pelo emprego, deixam a escola quando jovens e pela mesma razão retornam depois de adultos.

⁸ A utilização da referência de 1980 (quase 40 anos) foi proposital para mostrar como a realidade das populações pobres no Brasil mudou muito pouco ao longo das décadas em relação ao processo da EJA. Logo, isso justifica pesquisas de cunho sociológico em tais campos.

⁹ Destaca-se que reabilitação profissional refere-se a “assistência educativa ou reeducativa e de adaptação ou readaptação profissional, instituída sob a denominação genérica de habilitação e reabilitação profissional (RP), visando proporcionar aos beneficiários incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho, em caráter obrigatório, independente de carência, e às pessoas com deficiência, os meios indicados para o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem (artigo 89 da Lei nº 8213/1991 e artigo 136 do Decreto nº 3.048/1999). O ingresso do segurado no serviço de Reabilitação Profissional depende do encaminhamento pela perícia médica, o que em geral ocorre no exame de avaliação de benefício por incapacidade” (INSS, 2017). Para mais informações, buscar em: www.inss.gov.br/orientacoes/reabilitacao-profissional.

Essa relação torna-se mais concreta quando comparada ao questionamento da razão dos alunos para interromper os estudos, pois, entre as duas instituições de ensino, as expressões “ajudar em casa” e “trabalho” tiveram representação de 44% entre as mulheres e 38% entre os homens. Ainda não se pode deixar de observar novamente e representatividade feminina nesses dados, visto que, entre as razões para a interrupção dos estudos, “casamento” (12%), “gravidez” e “filhos” (24%) estiveram presentes apenas no público feminino. Logo, a tripla jornada feminina retrata os estereótipos ligados à mulher e à responsabilidade que lhes recai muitas vezes sem escolhas.

Observe que nesses dados há uma relação de tripla jornada feminina, que engloba trabalho, estudo e cuidado com os filhos, destacando assim uma realidade de cunho cultural, característica principalmente nas mulheres de baixa renda, pois

Embora as mulheres tenham alcançado conquistas significativas ao longo dos anos, elas ainda experimentam uma situação de maior vulnerabilidade e desvalorização que os homens, pois ainda pesam sobre elas as restrições advindas das responsabilidades reprodutivas, ou seja, toda a carga das tarefas relativas ao cuidado da casa e dos filhos, o que muitas vezes dificulta sua inserção e permanência no mercado de trabalho, fator que é especialmente significativo no caso das mulheres mais pobres. (LEONCY, 2013, p. 13).

Dessa forma, ao compreendermos a construção e a análise do discurso do sujeito coletivo, pode-se observar que, apesar de os questionamentos terem sido realizados separadamente para cada aluno e instituição de ensino, suas respostas estavam relacionadas. Isto é, seus discursos eram coletivos, apresentando uma demanda próxima quanto à situação de vulnerabilidade da mulher, em ter de escolher entre constituir uma família ou estudar, o que remete à reflexão de que, mesmo havendo um significativo desenvolvimento do Brasil e da América Latina, não foram superadas as litudes do capitalismo, do subdesenvolvimento e das falsas “democracias”, adentrando nas realidades familiares brasileiras, levando-as a situações de risco e vulnerabilidade ao longo de sua vida.

A segunda questão a ser observada é a relação quanto aos motivos dos alunos para o retorno aos estudos: “*conseguir um trabalho melhor para ajudar nas despesas de casa*”¹⁰ e “*conseguir uma profissão melhor*”. Essas questões nos apresentam que a relação de emprego está presente para ambos os sexos, tanto como razão para a interrupção dos estudos quanto para o retorno, representando 32% para as mulheres, 31% para os homens e 54% ao relacionar o emprego e a reabilitação profissional.

É importante destacar o fator da relação de trabalho e emprego, pois nos remete à questão da identidade de homens e mulheres em uma sociedade capitalista. Isso porque, nesse modelo de sociedade, homens e mulheres são formados por experiências advindas do meio em que vivem e estão constantemente em modificação, conforme suas relações sociais se alteram, principalmente as relações do mundo do trabalho (ARROYO, 2017; FREIRE, 1987). Dessa forma, o medo da ausência do emprego (desemprego) é um fator que contribui para o processo de alienação, no exato momento em que se passa a determinar, na sociedade capitalista, a escolha entre estudar ou trabalhar.

¹⁰ As frases em itálico, quando não estiverem em idioma estrangeiro, referem-se às falas dos alunos presentes nas entrevistas, as quais foram transcritas na pesquisa.

Assim, é importante destacar que o emprego torna-se um impasse aos alunos, tanto como razão para interromper os estudos, quanto para retornar, ainda que as mudanças no mercado de trabalho passem a exigir maiores conhecimentos e habilidades de seus concorrentes, obrigando os (as) alunos (as) a voltar à educação básica, como jovem, ou depois de adultas, para aprender mais ou para conseguir um certificado que “comprove seu conhecimento”, conquistando talvez o título de “*ser alguém*” na sociedade, “*ter uma vida melhor*” e, por que não, “*entrar na universidade*”. Tal certificado torna-se uma espécie de carta para o mercado de trabalho e, na sociedade capitalista, uma possibilidade de cuidado familiar, responsabilidade esta que se transforma em um fator ainda mais considerável quando comparado à situação de moradia desses alunos - apesar de, em média, 51% dos alunos morarem em casa própria, 44% deles moram em casa de madeira e 44% não têm acesso à internet. Contudo, em suma, a maioria dos alunos moram em conjuntos habitacionais e em casas advindas de programas habitacionais da cidade.

Dessa forma, entre as características, buscou-se refletir quanto à importância da acessibilidade e das lutas pelos direitos humanos. Contudo, é nesse ponto que se percebem algumas fragilidades da educação brasileira e a potencialidade das mídias sociais tanto para educar, quanto para alienar. Isso porque, com base na análise do DSC, foi possível encontrar nos discursos, tanto de alunos, quanto de professores, estereótipos relacionados ao termo direitos humanos. Tais estereótipos vão desde palavras como “*politicagem*”, “*defesa de bandido*”, “*defesa da escória*”, “*algo ruim*” até “*defesa de necessitados e pobres*”. É claro que também surgiram palavras como respeito, direitos básicos, embora em menor representação na similitude. Assim, pode-se perceber que os direitos humanos são pouco compreendidos como algo de todos os humanos, e não unicamente a alguém necessitado.

Por essa razão, há necessidade de superar o relativismo construído em relação aos direitos humanos ao longo da história, especialmente no Brasil, de forma que se efetue uma educação construtiva de uma sociedade baseada na justiça social e na dignidade humana. Contudo, por meio das atividades realizadas ao longo dos encontros com os alunos, através das práticas restaurativas, pode-se perceber algumas modificações nos discursos. Por exemplo: “*ela falou coisas que eu consegui ter uma opinião diferente do que eu tinha antes ela falou coisas que realmente são verdades, que temos que nos unir para conseguirmos mudar alguma coisa no nosso mundo*” (CEEZ) e “*a gente percebe que a mídia distorce muito as coisas, mas não podemos culpá-la, só a mídia, porque afinal nós permitimos ser manipulados por eles. Nós devemos lutar mesmo pelos nossos direitos básicos de vida, de vida saudável, não podemos deixar que nossa voz se cale. A minha capacidade de pensar hoje mudou a minha história sobre o futuro, afinal meu Brasil ainda tem jeito e vale muito a pena lutar por ele*” (PSR).

Assim, pode-se perceber que a EJA é um rico campo para o processo de transformação social, no qual se torna possível trabalhar o compartilhamento de ideias e opiniões, reconhecendo a capacidade de cada homem e mulher sobre o próprio empoderamento. Logo, valorizar a capacidade de jovens e adultos é garantir o direito humano.

CONCLUSÃO

Discutir sobre os Direitos Humanos no cotidiano dos (as) alunos (as) e na conjuntura política brasileira é complexo por adentrar ao subjetivo de cada aluno (a). Porém, mesmo complexa, a discussão é importante e necessária, de modo que a mesma conjuntura remete a sujeitos que tiveram, durante a infância, um dos principais direitos fundamentais negados, isto é, o direito à educação, fato que os penaliza enquanto adultos.

Destaca-se que a Educação em Direitos Humanos perpassa a noção interdisciplinar, por reconhecer a educação como direito fundamental, que possibilita a construção do conhecimento que transcende os limites de uma educação tradicional e “bancária”. Logo, com o objetivo de compreender DSC sobre Direitos Humanos para os alunos de EJA dos ensinos médio e fundamental, por meio das práticas restaurativas, este artigo destaca que, pela pesquisa de mestrado, compreendeu-se que as práticas restaurativas, o DSC e as representações sociais são capazes de apontar possibilidades e de provocar reflexões na realidade de cada sujeito.

Nesse sentido, mesmo tratando-se de duas escolas diferentes, mas com realidades semelhantes, permearam nos discursos dos alunos estereótipos negativos, ao se referirem aos Direitos Humanos. Essa situação é resultante da própria construção do processo de cidadania no Brasil, que começou a se desenvolver apenas após a CF/88, mas que se defronta diariamente com retrocessos constitucionais, mesmo tratando-se de uma sociedade democrática. Pode-se concluir que, ao discutir os Direitos Humanos, não é possível focar unicamente em um sujeito. É necessário analisá-lo considerando-se sua realidade sócio-histórica e sua coletividade, entendendo que o processo de alienação pode ser fortalecido quando não há acesso aos direitos fundamentais, os quais são usados como barganhas principalmente em períodos eleitorais.

Dessa forma, a escola é um campo rico para tratar da transformação social, porém, não é o único, pois a sociedade em geral também deve se responsabilizar por essa mudança. Nesse sentido, conclui-se que a pesquisa nas universidades necessita sair de seus muros e ir ao encontro da sociedade, a fim de construir em conjunto as tão sonhadas justiça social e dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BARTEL, M. C. A problematização dos direitos humanos na contemporaneidade. In: **Revista Eletrônica de Direito da Universidade Estácio do Pará**. Belém, vol. 3, n. 3, 2016. Disponível em: <http://www.revistasfap.com/ojs3/index.php/direito/article/view/19>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BEGA, M. T. S. Direitos Humanos e Políticas Sociais. In: GUERIOS, E.; STOLTZ, T. **Educação em Direitos Humanos**: qual o sentido. Ijuí: Editora Unijuí, 2015.

BENEVIDES, M. V. Direitos humanos: desafios para o século XXI. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. S/A. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/20_cap_2_artigo_12.pdf. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Lei 77.741 de 16 de julho de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 31 dez. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: diretrizes nacionais**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direito Humanos, Secretaria nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

FERRARO, A. R. Alfabetização no Brasil: problema mal compreendido, problema mal resolvido. In: MORATTI, M. do R. L.; FRADE, I. C. A. da S. (Org). **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora UNESP, 2014. 352 p.

FREIRE, A. M. A. (Org). **A pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Editora UNESPS, 2001.

FREIRE, P. *À sombra desta mangueira*. 8. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

FREIRE, P. *Ética, utopia e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GUÉRIOS, E.; STOLTZ, T. **Educação em direitos humanos: qual o sentido**. Ijuí: Editora Unijuí, 2015.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial and Barcarolla, 2009.

LEONCY, C. E. T. **Mulheres na EJA: questões de identidade e gênero**. Dissertação de mestrado. Unicamp, Campinas, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250793>. Acesso em: 25 jul. 2018.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**. Educação 2017. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em: 21 out. 2020.

PRANDI, J. R. A mulher e o papel de dona-de-casa: representações e estereótipos. Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo. **Revista USP**. v. 24. 1980. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110971>. Acesso em: 1º jan. 2019.

SANTOS, T. C. dos. **O discurso do sujeito coletivo sobre os direitos humanos dos alunos da educação de jovens e adultos na cidade de Ponta Grossa/PR**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2866>. Acesso em: 1º jul. 2021.

SCORTEGAGNA; P. A.; OLIVEIRA, R. de C. da S. Educação de jovens e adultos no Brasil: uma análise histórico-crítica. 2006. **Revista Eletrônica da Educação**. Campo Largo. Disponível em: Acesso em: 15 de junho de 2018.

UNESCO. Declaração de Hamburgo sobre a educação de adultos e plano de ação para o futuro. In: CONFERÊNCIA Internacional sobre a Educação de Adultos, 1997, Hamburgo. **Anais...** Hamburgo, Alemanha, 1997.

VIOLA, S. E. A.; PIRES, T. V. Os difíceis ecos dos direitos humanos: participação e cultura entre as gerações. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 83-102. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/49507>. Acesso em: 20 mar. 2018.

A GARANTIA DA CIDADANIA ATRAVÉS DA ADOÇÃO: O PAPEL DOS GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO¹

Jordana de Oliveira

Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros (*in memoriam*)

Adotar é acreditar que a história é mais forte que a hereditariedade, que o amor é mais forte que o destino.

Lidia Weber

INTRODUÇÃO

Os Grupos de Apoio à Adoção – GAA surgiram num contexto em que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA estava entrando em vigor e o Código de Menores havia sido destituído enquanto lei, mas sua cultura continuava. Os GAA visavam naquele momento, e até hoje, à propagação da nova cultura da adoção proporcionada pelo ECA e também da adoção “necessária”, ou seja, a desromantização da família e do papel que o filho ‘deve cumprir’ sendo parte constituinte da família desde recém-nascido, mesmo não sendo gerado biologicamente pela sua mãe.

Adoções necessárias são aquelas que acolhem as crianças que já passaram do puerpério, grupos de irmãos, adolescentes, crianças ou adolescentes soropositivos ou que têm alguma deficiência. Os adotantes preocupam-se com a história de vida das crianças e adolescentes e ficam receosos em adotá-las, resultando em crianças que se tornam adultas em instituições de acolhimentos.

Atualmente temos em vigor a Lei Nacional da Adoção, que estabelece tempo limite de permanência em instituições de acolhimentos. Porém, devido à cultura e ao imaginário social coletivo de que a criança e/ou adolescente irá reproduzir os comportamentos de seus genitores, a lei acaba não sendo cumprida e esses sujeitos têm seus direitos de convivência familiar e comunitária violados.

Foi nessa conjuntura de mudanças e de uma nova cultura alusiva à adoção que o Grupo de Apoio às Adoções Necessárias – GAAN surgiu, em 1999, idealizado pela professora Edite Jendrieck Franke, que fazia parte do corpo docente do Departamento de Serviço Social da Universidade

¹ Este capítulo, denominado “A garantia da cidadania através da adoção”, tem sua origem na dissertação de mestrado “Grupo de Apoio à Adoção: desenvolvimento da cidadania em relação à adoção”, defendida em 2016 no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

Estadual de Ponta Grossa – UEPG, como um projeto de extensão que passou a ser uma Organização Não Governamental – ONG em 2001. No momento em que a pesquisa foi realizada (2014-2015), o GAAN consistia em uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Visando entender a contribuição do GAAN nas adoções necessárias e objetivando identificar se as crianças e os adolescentes estavam tendo garantidos seus direitos enquanto cidadãos, como o acesso à convivência familiar e comunitária, elencou-se a seguinte problemática: O GAAN contribuiu para o desenvolvimento da cidadania? Partindo dessa pergunta, definimos três objetivos norteadores para a pesquisa, sendo: i) apontar o motivo da transformação do projeto de extensão em ONG; ii) perceber as demandas do GAAN e como o grupo as vem trabalhando; iii) identificar, por meio de entrevista com os sujeitos participantes da história do GAAN, se o grupo contribuiu para a formação da cidadania a respeito da adoção. A pesquisa é de caráter qualitativo, sendo utilizada nos primeiros contatos com o GAAN a pesquisa exploratória, a fim de se conhecer a dinâmica do grupo como espectadora, fazendo uso da observação.

No processo metodológico, num primeiro momento da pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentais: pesquisa bibliográfica para fundamentar teoricamente a temática discutida, dando preferência às fontes primárias; pesquisa documental para conhecer a trajetória do GAAN e consulta a materiais de caráter genuíno, sem a análise de outros sujeitos.

Na segunda etapa, realizamos entrevista semiestruturada com os sujeitos que fizeram parte do GAAN. A amostra foi selecionada por meio da metodologia bola de neve (ou *snowball*), na qual os sujeitos selecionados para participar da pesquisa indicam outros, até que ocorra o ponto de saturação, momento em que as respostas se repetem. “A *Snowball* (“Bola de Neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referências, uma espécie de rede” (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 332).

Por se tratar de uma técnica que não define um número de amostras, tivemos como ponto de partida a fundadora do GAAN, professora Edite, chegando até o momento em que as mesmas pessoas eram indicadas. O ponto de saturação ocorreu na entrevista de número oito.

Foram utilizados dois questionários nas entrevistas: um destinado aos sujeitos que participavam da ONG naquele momento (2016) e outro aos que já fizeram parte da história, mas não participavam do GAAN. Dos oito entrevistados, três ainda participavam da ONG.

As informações obtidas nas entrevistas foram categorizadas e analisadas com base na análise de conteúdo, chegando às categorias: mobilização; demandas em torno da adoção; perspectivas acerca da adoção e formação da cidadania. Foi possível constatar e responder à pergunta inicial, com a efetivação da pesquisa, de que o GAAN possibilita e promove a formação da cidadania por meio da adoção com base na realização do trabalho da ONG, propiciando e introduzindo aos adotantes a cultura da adoção necessária. Esse trabalho também possibilita que as crianças e os adolescentes façam parte de uma família como filhos, tendo seus direitos garantidos pela via da adoção e com pais mais preparados para recebê-los em seu núcleo familiar. No momento da realização da pesquisa, a ONG trabalhava em parceria com a Vara da Infância e Juventude, tendo conquistado seu espaço na rede de atendimento à criança e ao adolescente. Também tinha como parceira a UEPG, que sedia uma sala para a realização das reuniões aos sábados.

ASPECTOS QUE PERMEIAM A INFÂNCIA: A CRIANÇA E SUA HISTÓRIA

A história da criança e do adolescente perpassou por diversos momentos. Tratados com indiferença por suas famílias na Era Medieval (ÁRIES, 1981), tiveram, no Brasil contemporâneo, seu status elevado a sujeitos de direito deliberado em lei por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O caminho que a infância percorreu para passar a ser notada como momento importante na vida das pessoas foi árduo, sendo apenas no século XVII que as crianças tiveram visibilidade como pessoas que mereciam atenção e cuidados (ÁRIES, 1981).

Outro momento marcante na história da infância ocorreu nos séculos XVIII e XIX, quando as crianças passaram a ser abandonadas nas denominadas Rodas dos Expostos, que ficavam nas Santa Casas de Misericórdia, sendo realocadas a asilos, onde passavam a morar. Essa prática teve seu fim ainda no século XIX, após questionamentos dos adeptos do movimento higienista, que passaram a acompanhar essas crianças e verificaram alta taxa de mortalidade infantil, além de trazerem para a discussão aspectos morais e de abandono infantil, fazendo um apelo para mudanças nos mecanismos de proteção social (RIZZINI, 2008).

Foi também no século XIX, no palco mundial, que a criança passou a ser vista pelo Estado e a ser considerada como “a chave para o futuro”. Já no Brasil, ela enfrentava uma dualidade: ou era vista como esperança do país ou seguiria o caminho da criminalidade (RIZZINI, 2008). Essa dualidade resultou também na figura do menor que foi institucionalizada com o Código de Menores e, posteriormente, na criação da Fundação Nacional do Estado do Menor - FUNABEM, em 1964, no contexto de ditadura militar. A infância consistia em um projeto político que tinha como objetivo salvá-la.

Apenas com a mudança do regime militar ao democrático, somada à força dos movimentos sociais e às diversas denúncias que relatavam o descaso com a criança e o adolescente, que esses sujeitos passaram de “objetos de dispositivos jurídicos” (PEREZ; PASSIONE, 2010, p. 664) a sujeitos de direitos. Com os novos dispositivos legais que passaram a vigorar, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, na década de 1990, a adoção passou a ser pautada no interesse e execução dos direitos da criança e do adolescente integralmente.

Outro marco na história da infância em âmbito nacional foi a elaboração e implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária em 2006. O plano é fruto do trabalho realizado por representantes do governo federal, da sociedade civil e de órgãos internacionais, que se uniram para a realização desse trabalho (BRASIL, 2006).

A implementação do plano rompeu com aspectos culturais ligados à institucionalização, objetivando promover a proteção integral da criança e do adolescente, além de preservar os vínculos familiares e comunitários com base no que está deliberado no ECA (BRASIL, 2006).

OS GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO – GAA

Os GAAs são organizações da sociedade civil que realizam um trabalho voltado à promoção do “[...] direito a viver em família, de criança e adolescentes brasileiros, em especial através da adoção e para aquelas crianças que já perderam a proteção e o afeto de suas famílias” (SCHREINER, 2004, p. 32).

A definição do trabalho realizado pelo GAA apontada pela Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção – ANGAAD [20--], consiste:

Os Grupos de Apoio à Adoção são formados (GAA), na maioria das vezes, por iniciativas de pais adotivos que trabalham, voluntariamente, para a divulgação de uma cultura de adoção no país, prevenir o abandono, preparar adotantes e acompanhar os pais adotivos no pós adoção, auxiliar na reintegração familiar de crianças e adolescentes institucionalizados, conscientizar a sociedade sobre a legitimidade da família adotiva e, principalmente, auxiliar na busca ativa de famílias para a adoção de crianças fora do perfil comumente desejado pelos adotantes (crianças de mais idade, com necessidades especiais ou inter-raciais (s/p).

Portanto, tais grupos preparam os pretendentes para receber a criança e/ou adolescente com o intuito de “[...] desenvolver maturidade em torno deste tema, possibilitando mudanças de opinião pré-estabelecidas pela sociedade” (PAULIV; CASANOVA, 2014, p. 22), opiniões essas embasadas no pensamento coletivo e nos mitos oriundos dele, buscando com que o pretendente à adoção desmistifique a figura do filho ideal. A obrigatoriedade da participação nas reuniões foi instituída na Lei 12.010 de 3 de agosto de 2009, que trouxe modificações no ECA, na seção VIII – Da habilitação dos Pretendentes à Adoção, Art. 197 C, §1º:

É obrigatória a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (ECA, 1990).

Uma das dificuldades verificadas na realização dos GAAs consiste na obrigatoriedade de participação de um número pequeno de reuniões. A real preparação dos sujeitos necessita de um tempo maior de maturação do tema e será nesse processo que os pretendentes irão tomar consciência de que irão formar uma família, trazer do ideário ao real.

Os Grupos de Apoio têm sua equipe formada por diversos profissionais de áreas singulares, podendo ser remunerados ou não. Também há grupos que têm como parte de seu quadro voluntários simpatizantes com a causa ou pais que já adotaram. Independente dos membros que os compõem e sua formação acadêmica, tais grupos têm como objetivo promover a adoção. Alguns deles, em especial, promovem a adoção denominada de necessária (SCHREINER, 2004).

O movimento dos GAAs ganhou tamanha força que passaram a ser realizados em território nacional os ENAPAS – Encontro Nacional de Associação e Grupos de Apoio à Adoção, propiciando um espaço de discussão aos GAAs, estreitando os laços entre os grupos e debatendo a temática da adoção. No momento da realização da pesquisa (ano de 2015), foi verificado, por meio

do *site* da ANGAAD² [20--] que existiam no território nacional 123 Grupos de Apoio à Adoção, sendo 4 localizados na Região Norte, 11 na Região Nordeste, 8 na Região Centro-Oeste, 68 na Região Sudeste e 32 na Região Sul. No Paraná, havia 8 Grupos de Apoio.

O GRUPO DE APOIO ÀS ADOÇÕES NECESSÁRIAS – GAAN

No município de Ponta Grossa, no ano de 1998, ocorreu a formação de um Grupo de Apoio à Adoção, a partir de um projeto extensionista, criado por iniciativa da professora Edite Jendrieck Franke, que fazia parte do quadro profissional do Departamento de Serviço Social – DESERV da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. O projeto de extensão foi aprovado em 23 de outubro de 1997 e iniciou suas atividades em fevereiro de 1998.

Inicialmente, o GAA era intitulado “Adoções necessárias: um serviço de incentivo, apoio e cooperação multi-institucional e interdisciplinar às adoções legais e necessárias”, que teve como local para a realização de suas reuniões a UEPG e como ponto de apoio uma sala cedida pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA de Ponta Grossa/PR.

O projeto teve como objetivos iniciais:

Objetivos gerais:

Sensibilizar a comunidade para uma nova cultura da Adoção, mobilizando instituições (indicadas no item – Instituições Envolvidas¹⁵) e incentivando pessoas para a realização de adoções necessárias.

Contribuir para o estreitamento de relações da Universidade com a comunidade, tendo em vista a sua função social, favorecendo a construção de conhecimento e retroalimentação do ensino. (OLIVEIRA, 2016).

Objetivos específicos:

Criar espaço de reflexão sobre a Adoção na perspectiva de uma nova cultura tendo em vista a sua desmistificação.

Unir instituições, pessoas e profissionais que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a questão da Adoção visando um trabalho multi-institucional e interdisciplinar, nas áreas indicadas no Item – Pessoal envolvido.

Incentivar adoções legais e necessárias considerando o interesse de crianças/adolescentes abandonados e dos pretendentes à adoção. Propiciar a prática profissional e a construção de conhecimento no espaço interdisciplinar da Adoção, coletando e sistematizando dados da realidade trabalhada (UEPG, 1998, s/p). (OLIVEIRA, 2016).

Os objetivos estavam pautados na justificativa de execução do projeto, em que foram frisadas a necessidade de desmistificação da adoção e a necessidade de criação de um grupo de apoio no município, que até aquele momento não tinha, visando à formação e à promoção da nova cultura alusiva à adoção. Além disso, indicou-se a necessidade de criar novas políticas que atendessem

² GVAA: Adoção, um exemplo de amor (<https://www.facebook.com/groups/gvaa.aea/>) e Grupo de apoio à adoção tardia e especial amor incondicional (<http://www.facebook.com/groups/537095879668161>).

crianças e adolescentes deixados de lado, por “não se enquadrarem” no perfil preestabelecido pela sociedade como um filho adotivo ideal. Desde sua gênese, o projeto visava à realização de um trabalho pedagógico de caráter interdisciplinar e multi-institucional, pois a adoção não se passa apenas no âmbito jurídico (UEPG, 1998).

DISCUSSÃO DAS CATEGORIAS LEVANTADAS A PARTIR DAS ENTREVISTAS

Foram realizadas oito entrevistas com sujeitos considerados imprescindíveis para a história da ONG. O perfil dos entrevistados consiste em simpatizantes da causa, técnicos de áreas distintas e sujeitos que eram ou não pais adotivos. De forma geral, verificaram-se pelas entrevistas diversos posicionamentos sobre a adoção. A saber: opiniões semelhantes; posicionamentos antagônicos; visão romantizada acerca da adoção de alguns sujeitos; e adoção como garantia de direitos. As categorias para discussão estabelecidas consistem em: mobilização; demandas envoltas à adoção; perspectiva acerca da adoção; e formação da cidadania.

MOBILIZAÇÃO

O GAAN foi criado em uma conjuntura permeada de diversos movimentos sociais em prol da efetivação dos direitos dos cidadãos, em uma década pós-ditadura militar, pós-instituição da Constituição Federal de 1988 e com o ECA recém criado. A idealizadora do projeto de extensão verificou, nesse cenário, um momento propício para realizar esse trabalho e teve o papel de mobilizadora, chamando os sujeitos para participarem do projeto extensionista.

O GAAN surgiu em um momento em que os movimentos sociais tinham forte presença na conjuntura social do país, em um momento de mudança de pensamento e de formação de consciência crítica. Apesar disso, a mobilização dos atores participantes do GAAN não foi fácil e apresentou dificuldades, segundo relatos das entrevistas, mas acabou levando ao projeto sujeitos importantes para a história e o trabalho do Grupo de Apoio.

O projeto extensionista teve sua categoria elevada à ONG – OSCIP em 2001. Essa ampliação ocorreu devido à grande representatividade do trabalho realizado no município, sendo grande alvo de procura, pois desde sua idealização via-se a necessidade da realização de um grupo de apoio à adoção. Importante ressaltar que os objetivos do projeto de extensão mudaram quando passou a ser ONG.

Nessa categoria, pode-se concluir que, no processo de formação do GAAN, ocorreu a participação da sociedade por meio do Fórum municipal, da universidade, da mídia, que ajudou a divulgar o trabalho, e dos diversos sujeitos simpatizantes com a causa. Apesar do avanço e da conquista do espaço do GAAN, há uma dificuldade singular em ambos os momentos do GAAN (ONG e extensão): manter os indivíduos participando do grupo após a adoção, visto que são obrigatórias a participação em apenas três reuniões durante o processo judicial de adoção e a rotatividade de seus membros.

DEMANDAS ENVOLTAS DA ADOÇÃO

No decorrer da pesquisa, observou-se que o projeto de extensão foi concebido em um momento histórico em que as garantias dos direitos de crianças e adolescentes estavam firmando-se e cuja demanda inicial era o combate ao preconceito sobre a adoção e àquilo que era firmado como crenças enraizadas no imaginário social coletivo.

Naquele momento, as demandas atendidas na ONG consistiam em: preparo; esclarecimento e suporte aos pretendentes, trabalhando questões de medo, espera, adoção ‘tardia’, preconceito, não substituição de um filho perdido pela via da adoção e adoções necessárias. Foi observado que as questões tratadas nas reuniões refletiam as demandas trazidas e apresentadas pelos adotantes participantes do GAAN, as quais cresceram cada vez mais, refletindo a conjuntura em que estão inseridos, apresentando-se de forma mais desafiadora.

A ONG trabalha essas temáticas nas reuniões com os diversos profissionais, trazendo sujeitos que já adotaram para apresentar seu depoimento, tirar dúvidas e compartilhar sua história de vida. Também procuram realizar um trabalho voltado à reflexão sobre o que é ser pai e mãe, sempre solicitando que os participantes indiquem os temas nos quais têm interesse ou dúvidas para serem tratadas.

Nessa categoria, nos foi apontada uma deficiência no tratamento de uma demanda: o gestar. Um dos sujeitos entrevistados na pesquisa apontou que a questão do gestar na adoção deveria ser mais tratada, pois é diferente de uma gestação biológica e pode demorar mais de nove meses para que seu filho passe a fazer parte de sua família. Esse sujeito apontou que é preciso fazer um trabalho de gestação interno, de reflexão.

PERSPECTIVAS ACERCA DA ADOÇÃO

A adoção é permeada pelo imaginário social coletivo e tem raízes históricas devido à história social da infância. Isso porque, em muitos momentos, a prática era realizada pois os pais não tinham condições de gerar um filho biológico e perpetuar as crenças familiares, ou seja, sempre em benefício do adotante. Nessa categoria, foi levantado o fato de que os adotantes têm um olhar romantizado sobre família, paternidade e maternidade, desejando sempre a adoção de um bebê para que ele possa crescer naquela família desde pequeno, satisfazendo os critérios preestabelecidos pela sociedade, os quais não passam de mitos.

Também se verificou o preconceito atrelado à família consanguínea das crianças e dos adolescentes. Há um mito de que esses sujeitos irão reproduzir os mesmos comportamentos de seus genitores biológicos quando crescerem ou que a formação do vínculo familiar só poderia ocorrer em famílias biológicas por meio da gravidez. Outro mito/preocupação apontado como recorrente nas reuniões da ONG consiste no mito da revelação: se deveriam ou não revelar a origem biológica do infante, sendo colocado aos pretendentes que é direito da criança e do adolescente saberem suas histórias e origens, sendo que não contar é uma violação desse direito.

Por meio das entrevistas, verificou-se que alguns pretendentes saíam das reuniões com percepções diferentes daquelas que tinham antes de chegarem ao GAAN, pois os ideários deixavam o mundo do imaginário social e tornavam-se tangíveis. Além disso, o grupo propiciava um espaço em que os pretendentes conversavam entre si, compartilhavam seus medos e passavam a discutir sobre a romantização da família pela via da adoção, possibilitando uma reflexão que propicia a quebra desse ideário.

No que remete ao agente socioeconômico, evidenciou-se nas entrevistas que é fator influenciável na tentativa de mudança de pensamento: quanto maior o poder aquisitivo, mais difícil era ‘quebrar’ suas crenças embasadas no imaginário social e, quanto menor o poder aquisitivo dos pretendentes à adoção, mais eram receptíveis a adotar grupos de irmãos ou crianças maiores.

FORMAÇÃO DA CIDADANIA

A concepção de cidadania vem sendo debatida desde a Grécia e a Roma antigas, refletindo o momento histórico, social e econômico da época, sendo a representação daquela conjuntura. Na Roma Antiga, por exemplo, a cidadania era dividida em ‘cidadania’ e ‘cidadania ativa’ e se referia ao status político e aos direitos que determinadas pessoas usufruíram – uma parcela mínima da sociedade: homens de ‘posses’ (DALLARI, 2002).

A temática fez parte da pauta de discussão e luta pelos direitos dos sujeitos que não eram considerados cidadãos, ganhando força nos tempos modernos (séculos XVI e XVII), atingindo seu ápice e gerando uma nova concepção para a cidadania e a preocupação com a situação dos indivíduos apenas no período da Revolução Francesa. Mesmo com a elaboração da Constituição Francesa em 1791, a qual foi um marco naquele momento, ainda estava presente a segmentação da sociedade daqueles considerados cidadãos (DALLARI, 2002).

Em meados do século XX, Marshall trouxe para a sociedade sua concepção de cidadania, contribuindo para a formação do conceito de forma significativa. Ele dividiu a cidadania em três elementos: o civil (referindo-se aos direitos individuais), o político (atrelado ao foro eleitoral e à participação como membro ativo) e o social (embasando os direitos dos sujeitos visando a uma vida digna) (SIQUEIRA JR, 2009).

Para Marshall (1967), a cidadania consiste em um status que confere aos sujeitos de uma sociedade os direitos e deveres do cidadão. Esses elementos são definidos nas diversas sociedades, não sendo universais. “O cumprimento daquilo que determina o *status* de cidadão propicia para a comunidade a igualdade, a progressão da cidadania e a ampliação do *status* a todos os indivíduos pertencentes à comunidade” (OLIVEIRA, 2016, p. 79).

A cidadania também foi uma temática que esteve em pauta nos movimentos sociais iniciados na década de 1970, perpassando até os anos 1990. Isso possibilitou àquela conjuntura novos paradigmas para discussão e novas lutas. A criação em si do GAAN naquele momento e a busca pela conscientização já consistiam em atos de cidadania, que continuaram por meio de seu trabalho, pois o Grupo promove a luta pela igualdade social e a busca pela inclusão de crianças e adolescentes na sociedade pelo viés da adoção em famílias devidamente preparadas para recebê-los.

Nas entrevistas, de forma geral, os sujeitos apontaram que o trabalho executado pelo GAAN contribuiu significativamente para a formação da cidadania e sua valorização, propiciando a solidariedade com a causa da adoção. A atitude de solidariedade a que nos referimos é a de que alguns adotantes foram até as instituições para conhecer a realidade das crianças e dos adolescentes em situação de institucionalização, além da realização de doações às instituições.

O GAAN contribuiu para a formação da cidadania às crianças e aos adolescentes ao auxiliar na constituição de uma família, trabalhar os medos e receios dos adotantes, prepará-los para receber seu filho e auxiliá-los no processo de gestar na adoção. É importante frisar que a formação da cidadania consiste em uma luta constante e se dá no processo de retirada de crianças e adolescentes de instituições e na mudança da mentalidade dos sujeitos – pretendentes, pais e sociedade.

A contribuição para a formação de uma nova cultura à adoção consiste também em um ato de cidadania, pois estará influenciando uma nova formação do pensamento no imaginário social coletivo. Outro ponto importante em que o GAAN contribuiu para a garantia da cidadania consistiu em ações/reuniões que realizou com profissionais nas Unidades Básicas de Saúde – UBS, abordando a temática da adoção na busca por conscientizar os profissionais de saúde sobre o processo legalizado.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como intuito estudar a possibilidade que o GAAN tem na garantia da cidadania às crianças e aos adolescentes por meio do processo de adoção. Os objetivos elencados para a realização da pesquisa foram respondidos no decorrer do trabalho, sendo a resposta ao objetivo i) *apontar o motivo da transformação do projeto de extensão em ONG* o fato de que o GAAN se transformou em ONG para que seu trabalho tivesse continuidade e fosse realizado com maior autonomia pelos sujeitos responsáveis pelas atividades desenvolvidas.

No que remete ao objetivo ii) *perceber as demandas do GAAN e como o grupo as vem trabalhando*, foi realizada uma discussão sobre o processo de adoção em aspectos burocráticos, o preconceito e o imaginário social atrelado à adoção e a respeito de como a ONG vem trabalhando a demanda. Notou-se a preocupação dos membros do GAAN em atender as demandas colocadas pelos pretendentes quanto aos assuntos a serem trabalhados nas reuniões.

Sobre o objetivo iii) *identificar a partir de entrevista com os sujeitos participantes da história do GAAN se o Grupo de Apoio às Adoções Necessárias contribuiu para a formação da cidadania a respeito da adoção*, verificamos que, além da promoção da cidadania pelo viés da adoção, por meio do trabalho realizado pelo GAAN é despertado nos sujeitos um sentimento comunitário que influi na concretização da cidadania. Os pretendentes passam a conhecer mais a realidade em que as crianças e os adolescentes estão inseridos e vão ao encontro desses sujeitos para conhecê-los e escutá-los, possibilitando a efetivação do direito à convivência comunitária.

Em nosso país, ainda é defasada a prática dos direitos sociais instituídos de forma integral e ainda existe forte influência do imaginário social na adoção. “A teoria é vasta, mas a ação é limitada. [...] É urgente a necessidade de mudança do pensamento social para que seja cada vez mais

contemplada a cidadania pelo processo de adoção” (OLIVEIRA, 2016, p. 89). Nossas políticas públicas e sociais ainda são excludentes, de compensação, com as raízes dos problemas sociais velados ou tratados de forma superficial.

Ainda há no imaginário a ideia de que a opção pela adoção acaba sendo quando o casal não pode ter um filho biologicamente e acaba optando por essa prática. Ou seja, continua a perdurar o fato de que, em um primeiro momento, a adoção acaba tendo como interesse primário o do adotante. A cultura da adoção necessária já conquistou espaço na sociedade, mas ainda existe um longo caminho a percorrer para que seja prática escolhida em primeiro lugar, pois há muitas crianças e adolescentes institucionalizados à espera de uma família e de um lar.

Apontamos ainda que, com a elaboração dessa dissertação, foi possível verificar o papel importante que a UEPG tem como ator em nossa sociedade, por meio dos projetos extensionistas desenvolvidos e como formadora de opinião. Observamos também que a discussão sobre os GAAs são poucas e que os materiais documentados são escassos, como livros e artigos (tivemos grande dificuldade em encontrar referências para a discussão da temática Grupo de Apoio).

REFERÊNCIAS

- ANGAAD. **O que são as GAAs?** Disponível em: <http://angaad.web2077.uni5.net/o-que-sao>. Acesso em: 4 dez. 2015.
- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 196 p.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. Ba. **Snowball (Bola de Neve):** uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 5 jun. 2015.
- BRASIL. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)**. Brasília/DF: Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP – Senado Federal, 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília/DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.paulinia.sp.gov.br/viveremfamilia/pdf/plano.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2015.
- DALLARI, D. de A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2002. 80 p.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967. 220 p.
- OLIVEIRA, J. de. **Grupo de Apoio à Adoção:** desenvolvimento da cidadania em relação à adoção. 2016, 102 folhas. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.
- PAULIV, H. de S.; CASANOVA, R. P. de S. **Adoção e a preparação dos pretendentes:** roteiro para o trabalho nos grupos preparatórios. Curitiba: Juruá, 2014. 151 p.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas Sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: v. 40, n. 140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 200 p.

SCHREINER, G. **Por uma cultura da adoção para a criança?**: grupos, associações e iniciativas de apoio à adoção no Brasil. São Paulo: Consciência social, 2004. 133 p.

SIQUEIRA JR., P. H. **Cidadania**. In: Direitos humanos e cidadania. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 239-257.

UEPG. **Projeto de Extensão “Adoções necessárias”**: um serviço de incentivo, apoio e cooperação multiinstitucional e interdisciplinar às adoções legais e necessárias. Ponta Grossa: Departamento de Serviço Social, 1998.

DIREITO À MORADIA E A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS

Rafaella Martins de Oliveira
Jussara Ayres Bourguignon
Dirceia Moreira

INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa “Minha Casa, Minha Vida” – PMCMV – e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, foi alterada pela Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, tendo-lhe sido acrescentada entre seus escopos a prioridade do atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, conforme se infere do seu artigo 3º. No entanto, apesar de expressa previsão legal, existe, ainda, uma grande quantidade de mulheres que lutam e anseiam por uma moradia segura e melhor para si e para sua família.

Por essa razão, levantaram-se alguns questionamentos: a) quais os fatores socioeconômicos que dificultam ou facilitam o cotidiano das famílias em que as mulheres são as responsáveis pela unidade familiar, com relação à moradia e sua interface em relação à sua proteção?; b) quais as expectativas que a mulher responsável pela unidade familiar tem em relação ao direito à moradia por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Ponta Grossa?; c) qual o perfil socioeconômico das famílias com a mulher responsável pela unidade familiar que expressam sua vulnerabilidade e a necessidade do acesso à moradia?; d) como o acesso à moradia por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Ponta Grossa possibilita o acesso à rede de proteção social à família que tem a mulher como responsável pela unidade familiar?

Diante disso, com a pesquisa de dissertação (OLIVEIRA, 2016), teve-se como objetivo geral compreender as demandas socioeconômicas das famílias monoparentais que têm as mulheres como responsáveis pela unidade familiar no contexto do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, tendo em vista que a atual Política Nacional de Habitação (PNH) tem direcionado ações das intervenções urbanas para o atendimento com moradia ao segmento da Habitação de Interesse Social por meio de programas habitacionais que priorizam determinados grupos.

Na atual conjuntura, é importante que se trate da realidade de famílias que necessitam de moradia, donde se denota a presença constante de mulheres lutando por uma moradia segura

e melhor para si e sua família, bem como é importante que se observe a constituição de redes de proteção social, as quais, em seu conjunto, formam uma trama de relações que conferem aos seus sujeitos identidade e sentimento de pertencer (SANICOLA, 2008). Nesse sentido, é importante que se aborde o paralelo entre as questões habitacionais, a formação das redes sociais e as famílias monoparentais com a mulher responsável pela unidade familiar, uma vez que essas questões estão interligadas por espaços construídos e transformados, não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres.

Dessa forma, o trabalho elaborado (OLIVEIRA, 2016) visou a uma abordagem interdisciplinar, abrangendo a área jurídica, apoiada no direito constitucional, no direito de família e no direito urbanístico; as áreas da Sociologia e da História, bem como a área das políticas públicas, visando ao avanço na compreensão de problemas cujas soluções vão para além de uma única área do conhecimento.

A presente pesquisa apresentou abordagem qualitativa com estudo de caso para o seu desenvolvimento, com o intento de verificar a formação de rede de proteção social e se as expectativas das famílias monoparentais com as mulheres responsáveis pela unidade familiar, por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, estão sendo atendidas na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Utilizaram-se ainda dados quantitativos, por meio do levantamento de dados junto à Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR, na cidade de Ponta Grossa, os quais possibilitaram identificar o perfil socioeconômico das famílias monoparentais com a mulher responsável pela unidade familiar que expressaram sua vulnerabilidade e a necessidade do acesso à moradia visando ao acesso aos empreendimentos habitacionais financiados por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, “faixa 1” (renda de até R\$1.600,00), na cidade de Ponta Grossa. Tal levantamento se deu, especialmente, no que se refere à inscrição dessas pessoas nos imóveis componentes dos cinco primeiros conjuntos habitacionais instalados na região: Athenas, Boreal, Gralha Azul, Recanto Verde e Roma.

Ao tratar do estudo de caso, Quimelli (2009) entende que o pesquisador deve identificar as diferentes características do caso, podendo, assim, ser utilizada uma série de diferentes métodos para a coleta e a análise de dados, sendo que a opção por um estudo de caso não significa uma decisão metodológica voltada a uma direção específica, mas uma forma particular de estudo e uma escolha do objeto a ser estudado.

Como definição, estudo de caso pode ser compreendido, também, conforme Yin (2010, p. 39-40), como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto são claramente evidentes”. Considerando que o fenômeno e o contexto nem sempre são distinguíveis nas situações da vida real, Yin acrescenta que

a investigação do estudo de caso enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, como outro resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise dos dados. (YIN, 2010, p. 18).

Ademais, a pesquisa foi aprofundada por meio da coleta de informações junto aos sujeitos desse processo, quais sejam, as mulheres responsáveis pela unidade familiar, as quais foram subdivididas em dois grupos: Grupo 1: as expectativas em relação à rede de proteção social das famílias monoparentais que tenham a mulher como responsável pela unidade familiar que já estão cadastradas na PROLAR, mas ainda aguardam a concessão dos imóveis financiados pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa Paraná; Grupo 2: se foram atendidas as expectativas das famílias monoparentais que têm as mulheres como responsáveis pela unidade familiar em relação à rede de proteção social que, após terem sido atendidas pela PROLAR, atualmente se encontram em posse do imóvel financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa, Paraná¹.

Tendo em vista que se buscou trabalhar com dois grupos distintos, necessária se fez a realização de estudo de caso, tendo sido utilizado o estudo de caso do tipo coletivo, que se traduz como aquele em que o “pesquisador não se concentra num só caso, mas em vários, [...] com finalidade intrínseca ou instrumental” (ANDRÉ, 1986 apud QUIMELLI, 2009, p. 21). A finalidade instrumental, por sua vez, “estuda os modos de apropriação de alguns sujeitos da pesquisa sobre determinado contexto ou acontecimento” (ANDRÉ, 1986 apud QUIMELLI, 2009, p. 66).

No que tange aos aspectos referentes à rede de proteção social e às expectativas da família monoparental com a mulher responsável pela unidade familiar nos termos expostos acima, foi utilizada a análise bibliográfica, documental e a realização de entrevista.

Quanto à coleta de informações junto aos sujeitos desse processo, houve a realização de entrevista estruturada no período de maio a agosto de 2015, por meio de “amostragem acidental” para a seleção das entrevistadas, que, conforme Richardson, é entendida como

um subconjunto da população formado pelos elementos que se pôde obter, porém sem nenhuma segurança de que constituam uma amostra exaustiva de todos os possíveis subconjuntos do universo. Com base em uma amostra acidental, não é possível generalizar em termos de população, visto que não se pode ter certeza de que ela seja representativa do universo a que pertence. (RICHARDSON, 2010, p. 62).

Os dados coletados nas entrevistas, os dados quantitativos coletados junto à PROLAR e as pesquisas documental e bibliográfica foram analisados à luz da análise de conteúdo, tendo em vista que esse método possibilita que se faça inferência de um texto focal para o contexto social de forma objetivada. Dessa maneira, após a realização das entrevistas, foram feitas as aproximações com os dados quantitativos da PROLAR e as fontes documentais e bibliográficas coletadas, a fim de que fossem organizados em categorias para se inferir uma expressão do que representam.

A exposição do presente trabalho partiu dessa introdução, sendo que, na sequência, tratou-se brevemente de aspectos históricos relacionados à política habitacional brasileira. Na próxima seção tratou-se da formação das redes de proteção social e, na última seção, trabalhou-se com a perspectiva das famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade familiar sobre a questão habitacional, para, posteriormente, ser apresentada uma breve conclusão.

¹ Foram entrevistadas no total 16 mulheres, sendo 10 do Grupo 1 e 6 do Grupo 2.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA

Ao se observar o percurso histórico para a consolidação de uma política habitacional no Brasil, verifica-se que o país passou por uma série de entraves, tendo se proliferado ao longo dos anos processos informais de desenvolvimento.

Ainda que tenha havido a inserção do direito à moradia no Texto Constitucional brasileiro, por meio da Emenda n. 26, de 14 de fevereiro de 2001, e ainda que existam medidas protetivas a esse direito, além de fomento estatal destinado à sua concretização, nota-se que esse direito ainda não atingiu plenas condições de eficácia, especialmente no que se refere às populações de menores rendas. Com a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, foi inserido no ordenamento jurídico o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que tem dentre seus escopos a prioridade do atendimento às famílias que tenham a mulher como responsável pela unidade domiciliar, foco do presente estudo.

Assim sendo, ao se analisar o referido programa, observou-se que, desde o seu lançamento, houve, por um lado, euforia pelos empresários da construção, que se posicionaram, claramente, como coautores e parceiros do programa. De outro lado, pelo viés dos atores ligados ao Fórum da Reforma Urbana e aos movimentos por moradia, as reações foram cautelosas (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Ficou nítido que, se forem levadas em conta as avaliações positivas do programa, sob o ponto de vista da economia, “o lançamento do programa se alinhava com as medidas anticíclicas empreendidas pelo governo no enfrentamento da crise econômica, que contrastaram fortemente com as estratégias conservadoras e recessivas dos governos anteriores”. Sob o ponto de vista da política habitacional, “o volume de subsídios que se propunha adotar era inédito, o que permitiria que os programas oficiais pudessem efetivamente atingir a população de mais baixa renda”, vindo ao encontro das propostas da Reforma Urbana e dos movimentos por moradia (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 44). De outro viés, numa perspectiva diferenciada, os críticos desse programa identificam dimensões que estariam sendo mal equacionadas. Cardoso e Aragão (2013 p. 44) sintetizam essas críticas em alguns pontos: “falta de articulação do programa com a política urbana”; “ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária”; “os problemas de localização dos novos empreendimentos”; “excessivo privilégio concedido ao setor privado”; “a grande escala dos empreendimentos”; “a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos”; “a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação”; “as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado”.

Reforça-se, assim, uma dupla contradição que está imbuída nesse programa: combater a crise (por meio do estímulo da economia) e o déficit habitacional; e a intenção em efetivar a produção habitacional, mas deixando de lado formas diversas de produção baseadas na produção pública ou na autogestão (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

No Brasil se percebe uma quantidade de imóveis vazios em número superior ao déficit habitacional. E isso ocorre justamente porque o modelo brasileiro tem sido pensado numa lógica de não “ampliação do direito à cidade”, uma vez que existe uma grande quantidade de imóveis privados e públicos que podem ser objeto do direito à moradia. Maricato (2009) destaca que, em

relação à desarticulação do programa com a política urbana, o combate ao déficit não pode estar limitado meramente aos números. Além disso, desde os tempos do BNH, foi dado tratamento meramente quantitativo à questão habitacional, estando o sucesso ou fracasso dos programas condicionado ao número de unidades construídas, sem que houvesse articulação com outras políticas urbanas e sociais.

A política habitacional brasileira passa por contradições que precisam ser enfrentadas. Enquanto, de um lado, têm-se a Constituição da República de 1988 e o Estatuto da Cidade, que delegam competência para que os municípios definam e implementem os instrumentos de política urbana, de outro lado, o modelo institucional pós-Constituição deixa a dimensão relacionada à terra sob os cuidados da esfera municipal, enquanto os financiamentos ficam concentrados na esfera federal. Dessa forma, é nítida a desarticulação administrativa existente, uma vez que a política habitacional ficaria dependente de iniciativas governamentais articuladas entre esferas políticas e administrativas autônomas (BONDUKI, 2009).

Tendo em vista tais críticas, tem-se como tendência a viabilização de novos empreendimentos por meio da dinâmica de mercado, com a busca de terras mais baratas, as quais se encontram longe do centro das cidades e apresentam maior precariedade de infraestrutura e de fornecimento de equipamentos públicos.

A implementação do Programa “Minha Casa, Minha Vida” comprovou que sempre existiu uma grande “probabilidade de que os novos empreendimentos habitacionais viessem a repetir o padrão de grandes conjuntos localizados em periferias distantes e que a liberação de recursos de crédito e subsídio reforçassem a tendência já presente de crescimento do preço da terra” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 48). A relação de dependência do programa para com a dinâmica imobiliária, consistindo em fruto da hegemonia conferida ao setor privado, gera problemas distributivos, “já que os governos estaduais e municipais não controlam diretamente os meios necessários para garantir que os recursos estabelecidos na cota sejam efetivamente transformados em contratos” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 60).

O ACESSO À MORADIA PELAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS QUE TÊM A MULHER COMO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR

Apesar do grande avanço em relação às mulheres, sabe-se que elas não atingiram totais condições de emancipação. Isso se explica em razão de as mulheres ainda não terem se consolidado como um grupo homogêneo, posto que existe diversidade em relação a classe, raça, gerações e idades.

As diferenças sociais, econômicas e culturais existentes entre mulheres interferem de formas diferenciadas nas construções familiares. A mulher em condições de pobreza reflete uma dimensão global da diferença entre ricos e pobres em uma sociedade em que se percebe um grande contingente de pobreza. Ainda que tenha havido o crescimento de famílias sob responsabilidade das mulheres, isso não significa que houve uma emancipação destas. Nesse sentido, é de relevante importância que se destaque que o termo ‘chefia’ deve ser analisado em aspectos diversificados.

Chefia engloba diferentes realidades: ausência da figura masculina, autonomia da figura feminina e, também, manutenção financeira da família (MENDES, 2002).

Ao se estudar esse tipo de família, na qual a mulher se apresenta como a única pessoa adulta ou a principal responsável pelo seu sustento, leva-se em conta o fenômeno da precarização da vida das mulheres de baixa renda e, ainda, o fenômeno da feminização da pobreza. Isso se dá porque, conforme o IPEA (2010), muitas vezes não é “vantagem” o fato de que as mulheres sejam consideradas responsáveis por suas famílias, justamente porque a ausência do cônjuge, especialmente nos casos que têm crianças menores que precisam de sustento, faz com que a renda feminina seja muitas vezes insuficiente, colocando essas mulheres em situação de vulnerabilidade.

Quando o trabalho das mulheres se torna a única fonte de sustento para a família, tem-se uma interferência na estruturação da família e geram-se novas formas de estruturação familiar, como é o caso das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, situação que tem aumentado consideravelmente, podendo acarretar graves problemas.

Assim, estando as mulheres na condição de únicas/principais provedoras, elas podem ser levadas à situação de empobrecimento e exclusão social (GALLEAZZI, 2013), sendo comum que arranjos familiares em situação de vulnerabilidade sejam aqueles chefiados por mulheres sozinhas.

Por meio dessa compreensão acerca de gênero, é possível que se compreenda como se dá o empobrecimento da mulher quando se torna responsável pela chefia familiar, tendo em vista que a ela cabe a manutenção dos componentes familiares, especialmente na ausência de um companheiro. O aumento no número de famílias chefiadas exclusivamente por mulheres gera o fenômeno da feminização da pobreza, justamente porque é comum que se relacione esse tipo de chefia ao fato de que “as mulheres possuem renda inferior à dos homens e, no caso da chefe mulher, é mais comum a ausência de um cônjuge – o que limita ainda mais as fontes de renda da família”. Além disso, “a maior parte das famílias chefiadas por mulheres é de mães com seus filhos, o que representa mais uma sobrecarga – no sentido de necessidade de recursos e de tempo – num cenário de, supostamente, mais escassez” (IPEA, 2010, p. 4).

Quando se realiza um recorte de classe, percebe-se que “as mulheres de baixa renda são as mais atingidas pelas transformações sociais e possuem maiores dificuldades de superar determinados limites”. No entanto, ao se tratar de “organização familiar, as mulheres, independente da classe social, foram mais sujeitas às mudanças em relação à família, trazendo como consequência alterações em relação ao homem e os papéis de masculinidade”. Giddens (1993) remete às mulheres o protagonismo das mudanças sociais e materiais que permitiram construções de relações amorosas e afetivas mais democráticas, em função da luta pela igualdade social entre homens e mulheres (SCHIMANSKI; PEREIRA, 2013, p. 176).

Em virtude da maior responsabilidade assumida pelas mulheres chefes de família, especialmente as que se encontram em situação de pobreza, estas precisam compatibilizar a vida laboral com a vida doméstica. Desse modo, assim como ocorre o deslocamento dos papéis desempenhados pelas figuras masculinas, os papéis desempenhados pelas mulheres acabam sendo transferidos para outras mulheres, de fora ou mesmo dentro da unidade doméstica. Assim, ao se desfazer a relação

conjugal, o poder a esta inerente é transferido para uma rede mais ampla, conhecida como rede social, sendo tal efeito igualmente verificado diante da inexistência prévia do vínculo conjugal.

É importante que se visualize a relevância da gama de sociabilidade desenvolvida pelas pessoas pobres em suas vidas cotidianas, não bastando às análises que façam referência apenas às relações econômicas ou às questões ligadas aos círculos mais íntimos e familiares. Aliás, a concentração espacial da pobreza traz impactos bastante negativos nas condições de vida, o que dificulta a mobilidade social, além de causar a redução do sentimento de pertencer dos indivíduos à coletividade. Esses fatores estão relacionados a alguns aspectos, como: dificuldade de acesso a bens e serviços, por não se encontrarem universalizados; redução de acesso a oportunidades de emprego e renda mais adequada, bem como a espaços de cultura e lazer (MARQUES, 2012).

Desse modo, ao se falarem em redes sociais, elas estão sendo consideradas como forma das relações sociais. Essas redes possuem características e elementos distintivos que permitem que sejam divididas em: redes primárias – que se constituem por laços de família, parentesco, amizade, vizinhança, trabalho, formando uma trama de relações e conferem a cada indivíduo identidade e sentimento de pertencer (SANICOLA, 2008), e redes secundárias – estas subdividem-se em: formais, constituindo-se pelos laços estabelecidos entre as instituições, organizações do mercado e organizações do terceiro setor, e as informais, que se caracterizam pela formação de laços entre as pessoas visando atender a uma necessidade imediata (SANICOLA, 2008).

Além disso, as redes sociais, sejam elas primárias ou secundárias, caracterizam-se por três dimensões: estrutura, funções e dinâmica. No que se refere à estrutura, esta se forma pelo conjunto de laços perceptíveis estabelecidos entre pessoas e redes, os quais, ao serem acionados, geram conexões que dão forma às redes. Já em relação às funções, estas podem resumir-se em apoio e contenção, uma vez que são múltiplas as desempenhadas pelas redes, sendo possíveis apenas em razão das propriedades que lhe são conferidas pela dimensão da estrutura. Por fim, a dinâmica das redes constitui-se pelos movimentos que permitem a circulação de informações, a veiculação de forças internas, a confluência dessas forças nos pontos de maior carga e sua redistribuição (SANICOLA, 2008).

No estudo em questão, deve-se considerar especialmente a rede que envolve as políticas setoriais, onde imperam as demandas sociais e a gestão das políticas públicas. Nesse ínterim, é preciso que se observe que as redes secundárias formais são constituídas pelas instituições estatais que se destinam a formar o sistema de bem-estar social da população, que envolve serviços sociais, de saúde e de educação, dentre outros. Tal constituição se baseia no princípio da igualdade e se caracterizam pelas trocas baseadas no direito, especialmente o de cidadania, utilizando a redistribuição como método e a lei como meio (SANICOLA, 2008). O grande desafio é, justamente, a busca de articulação das iniciativas públicas e da sociedade civil na perspectiva da construção de uma rede protetiva no âmbito das políticas sociais (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015).

Nesse sentido, a proteção social deve garantir à mulher trabalhadora e chefe de família condições de inclusão, de segurança de renda e de trabalho e de oferta de serviços públicos essenciais na área de saúde, educação e lazer. Tais serviços destinam-se aos cuidados da família e de seus membros em diferentes ciclos de vida. As redes de proteção social cumprem, nesse

caso, importante papel. As concepções de rede, quando envolvem políticas públicas, referem-se à possibilidade de interconexão, articulação, parceria, interação, cooperação entre organizações governamentais e não governamentais, corresponsabilização de todos e gestão compartilhada de recursos financeiros e humanos, objetivando proteção social, por meio de prestação de serviços (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015).

As redes de proteção social comparecem como estratégias de materialização das diretrizes presentes nas políticas públicas que orientam a gestão em uma perspectiva de descentralização, participação social, intersetorialidade, sustentabilidade e desenvolvimento local (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015). A perspectiva da intersetorialidade deve orientar os trabalhos em rede, devendo articular as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas a proteção, inclusão e promoção da família vítima do processo de exclusão social.

Ademais, pode-se falar, ainda, em redes do terceiro setor, caracterizadas por serem organizações sem fins lucrativos (cooperativas sociais, associações de voluntariado e de promoção social e as fundações) e as redes de mercado, pertencentes à esfera econômica, baseadas no princípio da equivalência e que utilizam o mercado como método e o dinheiro como meio (SANICOLA, 2008).

Nessa perspectiva, o trabalho em rede, com foco na proteção social, deve destinar-se a prevenir os processos que levam as famílias a vivenciar situações de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, para a família empobrecida e tendo a mulher como chefe de família, as redes se constituem em estratégia essencial de enfrentamento das inúmeras situações que fragilizam a proteção de seus membros. O trabalho em rede no espaço das políticas públicas exige um modelo de gestão democrático, direcionado a fortalecer processos de emancipação social, de acesso aos serviços públicos e de garantia de qualidade de vida aos cidadãos (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015).

Nesse contexto, é importante que se ressalte que uma das características das famílias pobres é sua configuração em rede, o que contraria a ideia de que a família se constitui em um núcleo. Assim, é importante que se desfaça a confusão existente entre família e unidade doméstica – a casa –, imprecisão essa que tem consequências nas ações a ela pertinentes, posto que acaba por se desconsiderar a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos com os quais contam (SARTI, 2005).

Nos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica pelo lar, mudam-se também as relações de autoridade e ela passa a assumir o papel de “chefe de família” e passa a definir-se como tal. Ademais, como forma de compensar a ausência do homem na família, essas mulheres tendem a buscar apoio na rede social em que se inserem, conforme já dito (SARTI, 2005). A família propicia a convivência vicinal na sociedade. É nesse sentido que fica demonstrada a necessidade da tratativa do direito à moradia em relação à mulher chefe de família monoparental. A moradia não é apenas espaço de vida familiar, estando intimamente relacionada às políticas estatais para seu desenvolvimento, conforme se viu acima. Ainda que seja sabido que existem programas que se destinem ao atendimento das necessidades habitacionais da população, cabe perquirir, tomando por foco o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, se este é capaz de atender às demandas sociais que são impostas e se as características fundamentais para as condições de

habitabilidade, oferta de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, localização adequada e custo acessível das moradias estão sendo atendidas.

A PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS QUE TÊM A MULHER COMO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL

Na cidade de Ponta Grossa, o Programa “Minha Casa, Minha Vida” foi aderido pela PROLAR para atender às famílias que se enquadram na “faixa 1”, ou seja, que têm renda mensal de até R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais). Nessa localidade, do mesmo modo como ocorre em nível nacional, ao mesmo tempo que o programa concede condições para que as famílias – no caso, as famílias monoparentais com a mulher responsável pela unidade familiar – venham a ter uma habitação, nota-se, também, a existência de fragilidades. As habitações populares financiadas por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Ponta Grossa foram erguidas fora da malha urbana consolidada, situando-se, em sua maior parte, em terrenos desprovidos de infraestrutura, serviços essenciais e emprego.

Por meio das entrevistas realizadas, foram possíveis algumas constatações. Ao se analisarem as respostas das 10 entrevistadas do “Grupo 1”, no que se refere às expectativas com o recebimento dos empreendimentos da PROLAR, puderam ser inferidos alguns fatores que incidem e infligem a vida dessas mulheres. Desse modo, visualizou-se como um dos primeiros aspectos a questão da insegurança social. Esse fator é percebido em passagens que se referem a “morar em casa emprestada”, “necessidade de entregar a casa”, “sentimento de ser dona porque ninguém mais vai poder mandar embora da casa onde se encontra”, “necessidade de que outras pessoas ajudem com os gastos”, “valor exacerbado de aluguel para o padrão social”.

Em relação às mulheres responsáveis pela unidade familiar, o contexto das necessidades humanas básicas exige respostas diferenciadas, especialmente no que se refere à política habitacional. Muito embora se visualize um relativo avanço nas políticas habitacionais, nota-se que estas não atingiram plenas condições de efetividade. Observou-se, pelas respostas das entrevistadas, que é enorme a carência relacionada a saúde pública, educação e lazer. Seu acesso nem sempre é favorecido pelas grandes distâncias que as afastam dos serviços públicos. Viu-se, nas falas, a carência por mais médicos, por dentistas, por oftalmologistas. E, ao se observarem as entrevistas do “Grupo 2”, constatou-se que tal situação ainda não mudou em relação aos empreendimentos da PROLAR. Isso porque, ainda que algumas vezes haja a disponibilidade do serviço público, eles não são de qualidade nem são suficientes para atender à demanda das famílias.

No tocante ao “Grupo 2”, notou-se não haver diferença substancial em relação ao “Grupo 1”. Todas as entrevistadas afirmaram que tinham luz, água e esgoto em suas casas anteriores. Quanto à infraestrutura disponível no local onde moravam, todas afirmaram ter sistema de iluminação pública e sistema de água tratada; no que se refere ao sistema de esgoto, 4 afirmaram possuir o serviço na casa anterior, enquanto 2 afirmaram que não dispunham desse tipo de serviço anteriormente. Em relação à pavimentação viária, apenas 2 das entrevistadas afirmaram que tinham a rua pavimentada, enquanto 4 afirmaram não ter na casa anterior.

Em relação às casas em que residem atualmente, as casas de todas as entrevistadas têm luz, água e esgoto, bem como todas as casas são servidas de sistema de iluminação pública, sistema de água tratada, sistema de esgoto público e pavimentação viária.

Já no que se refere aos imóveis dos empreendimentos do Programa “Minha Casa Minha Vida”, observa-se que, no espaço interior da casa, as características apontadas pelas moradoras evidenciam uma positiva mudança social em relação aos Conjuntos Athenas, Boreal, Gralha Azul e Roma. Em relação ao Conjunto Recanto Verde, frise-se que não foi possível a realização de nenhuma entrevista.

Destaca-se que, em termos de localização, a não ser pelo relato de uma das entrevistadas que saiu de área de risco, os lugares que habitavam anteriormente apresentavam melhor infraestrutura que o dos conjuntos em que atualmente se encontram.

As casas anteriores, contando em média com 4 ou 5 cômodos, eram predominantemente de madeira, porém não foram apontadas alterações perceptíveis quanto ao número de moradores em relação à casa anterior. O que mudou nesse aspecto foi a possibilidade de acesso à casa própria em situação regular, com melhoria na qualidade do material construtivo.

Contudo, apresenta-se como ponto negativo na mudança para as casas atuais a localização dos conjuntos. Ao mesmo tempo que se têm casas de qualidade no que se refere à infraestrutura (muito embora as moradoras reclamem por estragos nas casas), a localização em que se encontram as tornam precárias e bastante distanciadas daquilo que possa lhes oferecer inclusão e desenvolvimento socioespacial, o que lhes permitiria melhoria em termos de qualidade de vida.

Notou-se, também, que as atuais localidades das residências das entrevistadas do “Grupo 2” e que já receberam os empreendimentos da PROLAR encontram-se ainda mais afastadas do centro da cidade e se distanciaram espacialmente, de forma significativa, dos locais das antigas residências onde estabeleciam seus laços sociais.

Em relação aos equipamentos públicos existentes nas proximidades das casas anteriores, todas as entrevistadas afirmaram que tinham posto/unidade de saúde próximo, creche e escolas das séries iniciais; 4 afirmaram que tinham escola de 5º ao 9º ano nas proximidades, enquanto 2 afirmaram que não tinham; em relação à escola de nível médio, 2 afirmaram ter nas proximidades da casa anterior, enquanto 4 afirmaram que não tinham.

Já no que se refere aos equipamentos públicos existentes nas proximidades das casas atuais dos empreendimentos onde moram atualmente, todas afirmaram existir nas proximidades posto/unidade de saúde, creche, escola das séries iniciais, escola de 5º ao 9º ano e escola de nível médio.

Em relação aos equipamentos públicos nas localidades dos empreendimentos da PROLAR, assistiu-se a uma mudança social negativa, especialmente em relação a unidades de saúde e escolas. A situação dos equipamentos públicos das proximidades de suas casas anteriores era menos precária que a dos existentes nas proximidades dos conjuntos.

As creches e as escolas de anos iniciais são os equipamentos públicos mais presentes nos conjuntos e suas proximidades, especialmente nos Conjuntos Gralha Azul, Athenas e Roma. No entanto, no que se refere ao posto de saúde, este se encontrava em reforma na época da entrevista e precisava haver o deslocamento para o posto mais próximo.

Quanto ao transporte público, todas as entrevistadas afirmaram a existência de meio de transporte público disponível na localidade onde residiam anteriormente, bem como na que residem atualmente. Entretanto, por meio das entrevistas, conseguiu-se perceber que 4 das entrevistadas declararam que na casa anterior a periodicidade em que o ônibus passava se dava de 15 em 15 minutos, 1 afirmou que o ônibus passava de 20 em 20 minutos e 1, que a periodicidade era de 40 em 40 minutos. Outrossim, em relação à periodicidade da passagem do ônibus nas casas atuais, todas afirmaram que os transportes públicos passam a cada hora.

O transporte continua sendo alvo de reclamações intensas pelas moradoras nos cinco conjuntos em análise. As críticas são feitas no sentido de que o transporte público é considerado ruim e demorado e não atende às demandas populacionais, prejudicando muitas vezes o próprio trabalho das moradoras.

O impacto que se percebe é que, nas casas anteriores, os deslocamentos eram realizados, sobremaneira, a pé, tendo em vista que as atividades do cotidiano se encontravam nas proximidades, favorecendo o deslocamento.

Ao se analisarem as respostas, nota-se que há um nível de satisfação em relação à casa em que viviam anteriormente e que sempre ressaltam essa satisfação quando falam nas casas que agora lhes são “próprias”. Apesar dessas afirmações, percebe-se que muitas ainda são as reclamações no que se refere à qualidade dos materiais construtivos, à distância enfrentada diariamente e à falta de equipamentos públicos que funcionem de forma efetiva e que sejam aptos ao atendimento das mulheres entrevistadas e de suas famílias.

Assim, diante da análise efetuada com as famílias das entrevistadas nos conjuntos Jardim Athenas, Jardim Roma, Gralha Azul e Boreal, antes e depois da inclusão no programa federal, destacam-se alguns fatores: garantia de maior qualidade de vida, contraposta pela situação de precariedade de infraestrutura (equipamentos e serviços públicos) dos conjuntos e localização periférica, intensificando-se a segregação socioespacial. A infraestrutura existente na casa atual (luz, água e esgoto) obteve melhorias se comparadas às residências anteriores. Apresentaram também um fator positivo em termos de iluminação pública, água tratada, esgoto e pavimentação viária. No entanto, equipamentos públicos como creche, postos de saúde e escola são fatores negativos nesses conjuntos, excetuando-se a existência do Complexo Educacional Gralha Azul, localizado nas proximidades dos Jardins Athenas, Roma e Gralha Azul. Em relação ao transporte público, ainda não está apto a suprir a demanda das entrevistadas.

Além do mais, os conjuntos provocaram a expansão da malha urbana. Nesse sentido, Löwen Sahr (2001) esclarece que a cidade se apresenta como um espaço dinâmico, que passa por transformações constantes na estrutura interna e em seu espectro social. Isso leva ao crescimento populacional da cidade, o que acarreta aumento da densidade demográfica em áreas específicas, bem como à expansão da malha urbana em diferentes direções. Assim, foi possível de se inferir que os conjuntos habitacionais do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, destinados à população de baixa renda, têm como característica a expansão da periferia da cidade. Os programas habitacionais voltados à população de baixa renda em Ponta Grossa colaboraram para a ampliação da malha urbana desde 1967, com a instalação das COHAB-PG. Pode-se observar que a construção

dos conjuntos (já prontos e em andamento) se encontram na periferia da cidade, sem qualquer integração com a malha viária existente.

A localização periférica dos indivíduos nos espaços urbanos afeta diretamente sua vida, a exemplo das mulheres responsáveis pela unidade familiar, principalmente no que se refere à rede de proteção social. Conforme visto, havendo a concentração espacial da pobreza, há o impacto negativo das condições de vida, dificuldade de mobilização, redução de acesso a bens e serviços, do sentimento de pertencimento dos indivíduos e das coletividades. Esse efeito de segregação socioespacial gera o isolamento social, reduzindo, também, o acesso dos pobres a melhores empregos e rendimentos (MARQUES, 2012).

Os vínculos sociais se destinam à conexão das pessoas, famílias e grupos de formas diversas por sobre as fronteiras dos territórios segregados, reduzindo potencialmente os efeitos de concentração e homogeneidade no espaço. Em âmbito local, esse processo se associa aos vínculos no interior da vizinhança e da família e ao seu papel de disseminação dos recursos da pobreza, assim como ao papel dos vínculos informais em diferentes estratégias de sobrevivência e habitação (MARQUES, 2012). Além disso, o papel desempenhado pelas redes torna clara a presença ou ausência de sentimento de pertencimento. Desse modo, as conexões sociais entre as pessoas oferecem “oportunidades de acesso a outros grupos sociais, bem como a bens e serviços, incluindo dinheiro, mantimento, ferramentas, e também bens imateriais, como informação, carinho, solidariedade, apoio, emocional, etc.” (MARQUES, 2012, p. 29).

Assim como aconteceu em nível nacional, a história de programas e políticas voltados à habitação em Ponta Grossa reduz-se a um produto qualquer e o morador a um consumidor passivo, que determina suas escolhas dentro de um rol predeterminado. Desse modo, o direito à moradia, constitucionalmente previsto, reduz-se a uma unidade habitacional definida a partir de padrões preexistentes do passado.

Destarte, ainda que após quase meio século de instalação dos primeiros conjuntos habitacionais em Ponta Grossa, o atual Programa “Minha Casa, Minha Vida” reforça a mesma lógica de funcionamento dos programas anteriores: gerando lucro para as empresas e reforçando a segregação e exclusão socioespacial para as famílias de baixa renda. Esse programa se revela, então, na prática, insuficiente à camada mais pobre da população, posto que a lógica aplicada se volta ao mercado imobiliário. Conforme Scheffer (2003), a valorização de terras existentes no caminho até que se chegue a esses conjuntos que se encontram na periferia da cidade desencadeia processos de vazios urbanos em algumas áreas da cidade. Nesses vazios, são encontrados empreendimentos de maior poder aquisitivo, com áreas melhores localizadas no espaço urbano de Ponta Grossa e melhor infraestrutura do que os conjuntos habitacionais periféricos.

Tem-se, portanto, que a necessidade habitacional é satisfeita via mercado. No entanto, a “mercadoria habitação” não pode ser satisfeita por todos da mesma maneira, uma vez que, para cada faixa de renda, há uma mercadoria diferenciada e que causa intensa segregação e exclusão socioespacial, sobretudo, dos consumidores de baixa renda.

CONCLUSÃO

Como conclusão deste trabalho, tem-se que, mesmo que se perceba a existência de uma política habitacional que se volte a atender os problemas com moradias como um todo, bem como das famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade domiciliar, a política habitacional não possui condições plenas de efetividade. Ainda que haja melhoria em termos de qualidade de vida, no que se refere à habitação, ainda se nota a precariedade em relação aos equipamentos e serviços públicos nos conjuntos habitacionais. Por essa razão, necessário se fez falar em redes de proteção social, consideradas como forma de relações sociais, levando em conta, especialmente, a rede envolvendo políticas setoriais, destinadas a formar o sistema de bem-estar social da população, que envolve serviços sociais, de saúde e de educação, dentre outros; bem como a localização periférica dos conjuntos habitacionais destinados à população de menor renda, que acentuou ainda mais o problema da segregação e exclusão socioespacial.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n. 127, 1994. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Regulamenta sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 15 fev. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011**. Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12424.htm. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2001**. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm. Acesso em: 18 ago. 2015.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

GALLEAZI, I. M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. In: **Mulher e Trabalho**. v. 1, 2001. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2669/2991>. Acesso em: 29 jul. 2013.

- GUIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Comunicados do IPEA**. PNAD 2009 - Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família. n. 64. 2010.
- LÖWEN SAHR, C. L. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M.; LOWEN SAR, C. L. (Org.). **Espaço e cultura**. Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001. p.13-36.
- MARICATO, E. T. M. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano**: cidades brasileiras: a matriz patrimonialista. Políticas Sociais (IPEA), v. 12, p. 211-220, 2006.
- MARQUES, E. (Org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. Traço Fino: Belo Horizonte, MG, 2012.
- MENDES, M. A. Mulheres chefes de família: a complexidade e a ambiguidade da questão. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_Mendes_texto.pdf. Acesso em: 10 maio 2015.
- OLIVEIRA, R. M. **Direito à moradia e a rede de proteção social**: o caso das famílias monoparentais femininas no Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Ponta Grossa – Estado do Paraná. Dissertação (Programa de Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016. 179f.
- OLIVEIRA, R. M.; BOURGUIGNON, J. A. A feminização da pobreza e a rede de proteção social. In: 4º CONINTER: **Congresso Interdisciplinar em sociais e humanidades**: fronteira e integração - estudos interdisciplinares na América Latina, 2015, Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2015. v. 1. p. 1-12.
- QUIMELLI, G. A. S. Considerações sobre o estudo de caso na pesquisa qualitativa. In: BOURGUIGNON, J. A. (Org.). **Pesquisa social**: reflexões teóricas e metodológicas. Toda Palavra: Ponta Grossa, 2009.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SANICOLA, L. **As dinâmicas de rede e o trabalho social**. São Paulo: Veras Editora, 2008.
- SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SCHEFFER, S. M. **Espaço urbano e política habitacional**: uma análise sobre Ponta Grossa – PR. 2001, 101 f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) UEPG, Ponta Grossa, 2003.
- SCHIMANSKI, E.; PEREIRA, C. M. S. Família, gênero e novas configurações familiares: um olhar sobre a mulher e a condição de pobreza. **Revista Magistro**, v. 8, n. 2, p. 163-179, 2013.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MEDIDAS ESTATAIS DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO À VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS POR MEIO DA LEI 12.299 DE 2010: UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA

Luane Guarneri Azambuja
Constantino Ribeiro de Oliveira Junior

INTRODUÇÃO

As torcidas organizadas (TO) constituem-se no objeto de estudo mais abordado entre teses e dissertações que tratam do tema futebol (FENTERSEIFER, 2016). Tal fenômeno tem sido discutido com base em abordagens diversas, tanto em âmbito internacional (ZUCAL, 2016; TOTTEN; 2015; ALBACERS; 2012) quanto em âmbito nacional (LOPES; REIS, 2015; PIMENTA, 1997; POLISEL, 2007).

Para além do campo científico, nos campos político e jurídico, a discussão acerca das práticas de violência nos estádios de futebol aparece comumente inter-relacionada com as torcidas organizadas. É possível direcionar o olhar para o campo político, mais especificamente para a data de 26 de novembro de 2019, quando foi publicada e sancionada a Lei nº 13.912, a qual tem por finalidade agravar as penas que já eram aplicadas às torcidas organizadas de futebol que praticarem ou incitarem violência, ou ainda invadirem o campo, com a suspensão de comparecimento dos jogos pelo período que passou a ser de dois para até cinco anos (BRASIL, 2019).

A atribuição consiste no acréscimo de rigor a uma penalidade objetiva (independentemente de análise de culpa ou dolo) a todos os integrantes da torcida organizada punida, já prevista pelo Estatuto do Torcedor e acrescentada pela Lei nº 12.299 de 2010.

Essa previsão legal tem sua eficácia e legalidade discutida por pesquisadores da temática (NUCCI, 2008; GOMES, 2011; MURAD, 2012) e pelos principais destinatários da norma (os torcedores organizados), representados especialmente por notas e declarações emitidas pela Associação Nacional dos Torcedores Organizados (Anatorg): “[...] A Anatorg defende a punição individual dos baderneiros e lutará sempre pelo direito de torcer e manifestar a paixão em qualquer arquibancada desse país, onde houver uma camisa e uma bandeira ao vento” (ANATORG, 2019).

A exposição de motivos que ensejaram a aprovação do Estatuto do Torcedor trata a presença de torcedores organizados e sua possível correlação com a violência como dois dos fatores do esvaziamento dos estádios (BRASIL, 2010). Dessa forma, considerando a significatividade do Estatuto do Torcedor a uma população de mais de 3 milhões de indivíduos (REIS, 2015), indaga-se quais as conjunturas que levaram à promulgação da lei que o altera (Lei nº 12.299 de 2010)?

Para que seja possível responder a esse questionamento, faz-se necessário compreender a conjuntura na qual se deram a análise e a aprovação da Lei nº 12.299/2010, legislação esta que altera tal instrumento normativo. Desse modo, o presente artigo tem por objetivo analisar a conjuntura da promulgação da Lei nº 12.299/10. Com base no conceito de análise de conjuntura de Souza (2009), busca-se evidenciar os acontecimentos, os cenários, os atores e as relações de força existentes.

A fim de que se possa atingir o objetivo proposto, optou-se pela realização de uma pesquisa de caráter explicativo (GIL, 2008), pois seu objetivo está relacionado com a descrição de determinada população. Quanto à coleta de dados, optou-se em um primeiro momento em realizar uma pesquisa de revisão bibliográfica, a fim de que se torne possível compreender os protagonistas do acontecimento a ser analisado (os torcedores organizados), bem como as teorias que fundamentam a presente pesquisa. Essa etapa utilizou de livros e publicações em periódicos para compreender as questões levantadas.

A pesquisa empírica embasou-se nas normativas voltadas aos torcedores organizados (análise documental) e a consulta de periódicos da época. Em um segundo momento, objetivou-se em correlacionar tal conjuntura com a teoria de Norbert Elias.

Optou-se por realizar uma análise da conjuntura enquanto metodologia de análise dos dados. Como outrora exposto, utilizou-se como referencial teórico para a realização de tal análise a obra *Como se faz análise de conjuntura*, de Herbert José de Souza (2009).

O autor elenca características que auxiliam na elaboração de uma análise que adote esse formato e que devem ser evidenciadas pelos pesquisadores. Tais categorias consistirão em subtópicos, os quais organizarão a conjuntura apresentada e analisada nesta pesquisa.

A presente pesquisa é fruto dos estudos realizados para a produção da dissertação de mestrado intitulada “A compreensão dos associados da torcida organizada Gaviões da Fiel sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor”, do Programa de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Vale salientar que esta pesquisa tem caráter interdisciplinar, uma vez que propõem a análise de medidas legislativas, encontrando amparo em referenciais da sociologia do esporte. Ante ao exposto, a pesquisa pretende colaborar com o debate acerca das violências ocorridas no ambiente desportivo e em possibilidades de elaboração de medidas que abarque esse problema social.

ANALISANDO A CONJUNTURA POR MEIO DE SUAS CATEGORIAS

ACONTECIMENTO: PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 12.299 DE 2010

Souza (2009) compreende que nem todos os fatos existentes no mundo empírico constituem um acontecimento, uma vez que o acontecimento é um fato que tem relevância/significatividade e acarreta em consequências para um país, uma categoria e/ou um grupo social. Sendo assim, compreende-se que o acontecimento a ser analisado no presente estudo é a promulgação da Lei nº 12.299 de 2010.

Historicamente, o esporte foi incluído enquanto um direito social somente a partir da Constituição de 1988, no bojo do artigo 217 (BRASIL, 1988), sendo também em um dever do Estado o de constituir diretrizes de prática e incentivo. Nesse ínterim, encontra-se o Estatuto de Defesa do Torcedor, que tutela a segurança e os direitos do partícipe do evento.

A legislação supra citada foi promulgada em 2003 e alterada em 2010 por meio da Lei nº 12.299. As principais alterações foram: a) a criminalização de condutas em seu artigo 41-B; b) a permanência durante a realização do espetáculo esportivo; c) a previsão de sanções quanto ao cambismo; d) a estipulação de sanções objetivas às torcidas organizadas (Artigo 39) e sua regulamentação.

O CENÁRIO

A segunda categoria necessária para a realização de uma análise de conjuntura é denominada por Souza (2009) como cenário ou palco, constituindo-se no local onde a trama se desenvolveu. Trata-se, em síntese, de onde ocorreu o acontecimento. Isto é, para realizar uma análise da conjuntura da legislação, é necessário voltar a análise para a exposição dos motivos que a levaram e para os acontecimentos que a desencadearam.

A propositura deu-se na data de 11 de maio de 1995, pelo deputado Arlindo Chinaglia. A justificativa da proposta deu-se pelo esvaziamento dos estádios, sendo considerado na época como um programa de aventureiro (KURTZMAN, 2005) e um “entristecimento de nosso horizonte esportivo” (BRASIL, 2010).

Destaca-se que é possível inferir que, apesar de o referido instrumento normativo ser aplicável a todos os esportes, é ao futebol que se confere maior ênfase.

O exemplo marcante frequente, quase cotidiano, é a violência que se pratica nos esportes, com destaque para o futebol, que cada vez mais soma tristeza por assassinatos inaceitáveis: crianças, jovens, mulheres e pais de família são vítimas indefesas. As famílias e amigos se enlutam. Por ironia mesmo o futebol que nos deu tantas alegrias tem sido palco de agressões e violência”. (BRASIL, 1995).

Durante o período de 1992 a 1994, ocorreram 12 (doze) mortes correlacionadas ao futebol (PIMENTA, 1997). Em outubro de 1994, na cidade de Campinas, durante o transcorrer da partida de futebol entre os clubes Guarani e Corinthians, houve o confronto entre torcedores, resultando na morte de um jovem de 16 (dezesesseis) anos (POLISEL, 2007).

Em 1995, ocorreu a “batalha do Pacaembu”, na qual houve o confronto entre torcedores dos times São Paulo e Palmeiras. O confronto foi transmitido nacionalmente e nele ocorreu a morte de um torcedor de 13 anos (REIS, 2008), a qual foi vista pela televisão. Esse fato desencadeou na participação de mais atores sociais: os torcedores organizados, o Poder Público e a mídia televisiva.

OS ATORES E SUA CORRELAÇÃO DE FORÇAS

TORCEDORES ORGANIZADOS

Durante a década de 1940, relatou-se a existência de conjuntos de torcedores. Em especial, destaca-se a existência da Torcida Uniformizada do São Paulo e da Charanga do Flamengo. No entanto, tais aglomerações não podem ser confundidas com as torcidas organizadas existentes na atualidade, pois esses aglomerados apenas tinham vínculo com os clubes.

Salienta-se que não existem relatos sobre a existência de normas rígidas internas que abranjam tais grupos, uma vez que eles eram citados pelos meios de comunicação como símbolos do clube. Também era comum esses torcedores manifestarem-se contra atos de violência e até mesmo contra a utilização de palavras ofensivas (PIMENTA, 1997).

A primeira agremiação considerada torcida organizada, compreendendo as características burocráticas de que se tem registro, é a Gaviões da Fiel, fundada em 1969, com a finalidade de atuar como um “sindicato da torcida corinthiana”, impondo fiscalizações sobre a diretoria do clube.

Nesse momento, convém destacar que as primeiras torcidas organizadas surgem no final da década de 1960 e início de 1970 e carregam em seu nome expressões como “Força”, “Independente” ou “Jovem”, pois também se preocupam com a questão política do país, que vive os “anos de chumbo” da ditadura (PIMENTA, 1997). Evidencia-se que, desde sua gênese, há uma correlação de forças com o Poder Estatal.

Legalmente, as torcidas organizadas podem ser compreendidas como: “Art. 2º-A. Considera-se torcida organizada, para os efeitos desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade” (BRASIL, 2010).

Para se configurar uma torcida organizada legalmente, faz-se necessário um conjunto de pessoas, que podem ou não se constituírem formalmente, que se reúnam e se organizem com a finalidade de torcer/apoiar um clube, qualquer que seja a modalidade esportiva. É necessário também manter um cadastro de seus associados contendo seu nome, CPF, fotografia, nacionalidade, filiação, estado civil, profissão, etc. (BRASIL, 2010).

Sociologicamente, ao considerar a teoria da constituição de grupos proposta por Nöbert Elias e Scotson, especialmente em sua obra *Estabelecidos e outsiders* (1992), é necessário avaliar a existência de algumas características para que se possa enquadrar (ou não) as torcidas organizadas enquanto um grupo propriamente dito: a) manifestação do pertencimento; b) coesão; c) lugares onde possam se encontrar (ELIAS; SCOTSON, 1992).

O PODER PÚBLICO

Em 2003, com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o esporte passou a ter um ministério próprio, tendo como primeiro ministro Agnelo de Queiroz, que exerceu o cargo até 2006; posteriormente o cargo foi exercido por Orlando Silva e Aldo Rebelo (ESPORTE, 2019).

Entre outras secretarias do Ministério do Esporte, dá-se destaque à Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, que tinha como projetos à época: Torcida Legal, Time Mania e Guia de Estádios de Futebol. O primeiro deles consistia em uma série de medidas que visavam à segurança e ao conforto dos torcedores, bem como à assinatura de um termo de compromisso entre o próprio Ministério e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para proporcionar um ambiente seguro aos torcedores, com o cadastramento destes, organizados em um banco nacional de dados. No entanto, tal programa acabou não sendo posto em prática (LOPES; HOLLANDA, 2018).

É imperioso destacar que, na conjuntura em que foram aprovadas as medidas repressivas pela Lei nº 12.299 de 2010, buscou-se, por parte do Poder Executivo nacional, o debate com os torcedores organizados, mantendo-se a pasta de Direitos do Torcedor, com a inclusão destes no programa de intercâmbio para Alemanha, a fim de buscar soluções para a violência no futebol (TEIXEIRA, 2018).

A IMPRENSA

Sobre a ocorrência da “batalha do Pacaembu”, durante a transmissão do programa “Apito Final”, apresentado por Amando Nogueira, vale dizer que

É com um constrangimento inimaginável. Eu estava vendo estas cenas a se não é o caso de agente fazer uma pergunta mais profunda, porque a paisagem humana que eu vi em campo era predominante de adolescentes, predominantemente de garotos e eu pergunto como desculpar tudo isso? O que o Brasil tem feito pela sua infância? O que o Brasil tem feito pela sua adolescência? [...]. (PIMENTA, 1997, p. 123).

Note-se que a mídia televisiva atuou no sentido de cobrar do Poder Público uma resposta à intercorrência de atos de violência relacionados ao futebol. Presentes no discurso, encontram-se indagações como “O que o Brasil tem feito por sua infância?”. A tratativa conferida pelos diferentes veículos de comunicação aos torcedores organizados vem sendo constantemente objeto de estudo, como em Toro (2004), Lopes (2012) e, mais recentemente, a abordagem de Lopes e Holanda (2018).

Dessas investigações, é unânime que o tratamento ofertado pelas mídias tradicionais (como veículos televisivos de abrangência nacional, a exemplo da Rede Globo) aos torcedores organizados ocorre no sentido de criminalizá-los e tratá-los como seres anômicos que merecem especial atenção do Poder Público. Compreende-se, assim, que a mídia tradicional contribui para a ocorrência da sociodinâmica da estigmatização, categoria proposta por Elías (1992), ao passo que a mídia alternativa busca demonstrar um contraponto a esse fator (LOPES, 2012).

Vale dizer que tais medidas foram questionadas pelos Torcedores Organizados, os quais permaneceram apresentando atos de resistência, entoando seus cânticos e permanecendo nos setores do estádio que costumavam frequentar, polarizando ainda mais a correlação de forças entre torcidas organizadas e Poder Público.

Outra evidência dessa polaridade de forças encontra-se no fato de que, no ano de 1995, foi proposta a aprovação de medidas legislativas federais que proibissem definitivamente o acesso aos estádios por parte dos torcedores organizados, considerando porquanto uma contravenção penal ser associado às torcidas (BRASIL, 2010).

Em 2014, o presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas declarou que é função do Estado zelar pelos direitos do torcedor, em especial a segurança, e que, por meio dessa instituição, haveria um caminho para o diálogo. No entanto, mesmo se tratando de uma política pacificadora, há um alerta para “autoridades” que induzem as brigas. Tal afirmação converge com o relatório da PNUD (2010) que demonstra que a violência enfrentada nos estádios vai além daquela demonstrada nos jornais, constituindo-se de agressões verbais, simbólicas e até mesmo físicas perpetradas por instituições públicas.

É nesse sentido que devem se atentar as autoridades e o Poder Público, ao criarem medidas repressivas aos torcedores organizados e utilizarem seu *modus operandi* repressivo. Tais medidas podem causar efeitos diversos da pacificação almejada e fomentar o que Elias e Scotson (1992) denominam de sociodinâmica da estigmatização, quando se espera que um grupo de indivíduos comporte-se de maneira normativa. Assim, esse grupo toma para si tais estigmas e age de acordo com o que se espera dele.

Portanto, quais seriam os interesses escusos e obscuros desse tratamento, seja vindo do Poder Público, seja vindo da mídia? Acredita-se que a resposta pode ser obtida por meio da análise da quinta e última categoria proposta por Souza (2009): a articulação entre a estrutura e a conjuntura.

ARTICULAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E CONJUNTURA

A estrutura é o elemento mais permanente e duradouro existente na sociedade e é tida como o sistema capital. Já a conjuntura é dinâmica e capaz de sofrer alterações (SOUZA, 2009). Nesse sentido, é preciso entender as motivações que movem o Poder Público e a mídia tradicional, a fim de que atuem conforme outrora mencionado: na tentativa de criminalizar os torcedores, elaborando normativas nesse sentido, tais como a legislação ora em comento. Isso desencadeou uma tentativa de fortalecimento e, por fim, na fundação de uma Associação Nacional de Torcedores, para que se torne possível expressarem suas demandas e conferirem legitimidade às suas atuações.

As motivações tornam-se evidentes ao se considerar o sistema econômico no qual está inserida essa problemática. Não se pode deixar de considerar, por exemplo, na propositura de uma lei que busque trazer medidas de repressão a esses atos (BRASIL, 2010) - o dito “esvaziamento dos estádios”. Tais motivações econômicas também foram perceptíveis pelos torcedores organizados desde a fundação da Anatorg:

Vemos rankings da televisão colocando que o principal motivo da ausência do torcedor é a violência nos estádios, mas alguém saberia nos dizer qual seria o segundo motivo? Não! A razão todos sabem: é uma coisa manipulada, em que não querem que se abram discussões sobre valores de ingressos, horários de jogos, falta de transporte, corrupção dos engratados de confederações e dirigentes de clubes. (ANATORG, 2014).

Note-se que há outros motivos que afastam os torcedores da arquibancada, tais como os jogos tarde da noite, iniciando-se às 22h, quando termina a novela da Rede Globo. Esse fator é amplamente questionado pelos torcedores, pois o fim do jogo coincide com o momento de paralisação do transporte público (TEIXEIRA, 2019).

Outra questão apontada é os aumento dos valores de ingresso, o qual não foi alvo de deliberação do Estatuto do Torcedor, muito embora

O relatório “Preservar o Espetáculo, Garantindo a Segurança e o Direito à Cidadania” (KLEIN, 2005/2006) – PEGSDC –, por sua vez, trata a questão da redução dos preços dos ingressos de forma “simplória” e, “[...] ao tratar como “simplória” essa questão, ele, implicitamente, legitima a manutenção de uma das principais barreiras de acesso à cultura e ao lazer para milhões de brasileiros”. (LOPES; REIS, 2015, p. 64).

Assim, ao criminalizar os torcedores organizados e ao inviabilizar o debate acerca da violência estrutural cometida em face desses, as políticas públicas acabam sendo destinadas a um tipo de torcedor: àqueles que têm maior poderio financeiro e ao atendimento das demandas da classe dominante, recorrendo-se ao “populismo penal”, prejudicando o acesso e a democratização da cultura em prol de ideais financeiros e econômicos.

CONCLUSÃO

O presente estudo cumpriu com o objetivo proposto – analisar a conjuntura da promulgação da Lei nº 12.299 de 2010, evidenciando as cinco características propostas por Souza (2009): o acontecimento, o palco, os atores, a sua relação de forças e a articulação entre estrutura e conjuntura.

Com a realização dessa investigação, foi perceptível o fato de que, desde 1988, o esporte foi objeto de normativas e políticas públicas de ordem infraconstitucional, especialmente após a ocorrência da “batalha do Pacaembu” em 1995. Buscaram-se respostas e soluções aos atos de violência praticados nos estádios, em prol de sua pacificação e da maior circulação de espectadores pagantes.

Também foi possível verificar que, de maneira tímida e lenta, foram propostas algumas tentativas de articulações entre o Governo Federal e os torcedores organizados, resultando na presença de líderes de torcida organizadas em assembleias e debates públicos, posicionando-se a favor da pacificação nos estádios (BRASIL, 2016).

No entanto, o prognóstico para o futuro é a diminuição desse debate, com a extinção do Ministério do Esporte e a aprovação de medidas que visam majorar a repressão face à violência no esporte (BRASIL, 2019) e de medidas que impedem a extradição devido ao fato de o indivíduo ter pertencido a uma torcida organizada (BRASIL, 2019a).

É importante ressaltar que o debate entre Poder Público, cientistas sociais e torcedores organizados vem sendo defendido por relevantes investigadores da temática (REIS, 2015; LOPES, 2012; TEIXEIRA, 2018), mas encontra suas barreiras e falta de interesse de agir em face da ideologia dominante e dos interesses do capital, dificultando, portanto, a desnaturalização do conceito

hegemônico, em face das torcidas organizadas, necessário para que não mais se desenvolva a sociodinâmica da estigmatização.

REFERÊNCIAS

- ALABARCES, P. **Crônicas del aguante: fútbol, violencia y política**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2012.
- ANATORG. **Quem somos**. 2014. Disponível em: <<https://anatorg.com.br/x/quemsomos/>>. Acesso em: 05 dez. 2019 às 16:56.
- ANATORG. **A Associação Nacional das Torcidas Organizadas (ANATORG) expõe alguns pontos de vista e provoca a discussão do movimento sobre as medidas punitivas contra a violência, sua eficácia e razões para o afastamento das organizadas dos estádios**. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/anatorgoficial/posts/2764083146990574?tn=K-R>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- AZAMBUJA, L. G. **A compreensão dos associados da torcida organizada Gaviões da Fiel sobre o estatuto de defesa do torcedor**. 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2695>. Acesso em: 4 dez. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 13.912, de 26 de novembro de 2019**. Novembro de 2019. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13912.htm. Acesso em: 7 dez. 2019.
- BRASIL. **Lei nº10.671, de 15 de maio de 2003**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.671.htm. Acesso em: 2 dez. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12299.htm. Acesso em: 7 dez. 2019.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Estabelecidos e outsiders**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar 1992.
- FENSTERSEIFER, A. C. B. **Produção científica sobre futebol: uma investigação do das dissertações e teses produzidas no Brasil**. 281 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, L. F. et al. **Estatuto do Torcedor comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- KURTZMAN, J. Sport Tourism Categories. **Journal of Sport Tourism**. v. 10, n. 1, p. 15-20. 2005.
- LOPES, F.T.P. Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social. **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 2, 2012 p.206-232. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v24n2/1980-542X-tem-24-02-206.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2019.
- LOPES, F. T. P.; HOLLANDA, B. B. B. de. **Ódio eterno ao futebol moderno: poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios da cidade de São Paulo**. **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 2, p.206-232, ago. 2018.

FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v24n2/1980-542X-tem-24-02-206.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2019.

LOPES, F. T. P.; REIS, H. H. B. dos. **Políticas de segurança para os eventos de futebol**: o processo de produção, transmissão e recepção das leis e documentos brasileiros. Goiânia: UFG, 2015. In: CAMARGOS, W. V. Direito Desportivo. UFG, 2015.

MURAD, M. **Para entender a violência no futebol**. São Paulo: Saraiva, 2012.

NUCCI, G. S. **Leis penais e processuais penais comentadas**. São Paulo: Editora

Revista dos Tribunais, 2012.

PIMENTA, C. A. M. **Torcidas organizadas de futebol**: violência e autoafirmação. Aspecto da construção das novas relações sociais. Taubaté, SP: Vozes, 1997.

POLISEL, M. R. Violência no futebol. **Revista Brasileira de Direito Desportivo**, ano 53, v. 4, n. 11, p. 14-40, jan./jun. 2007.

PNUD. **Valores e desenvolvimento humano**. Brasília: PNUD, 2010.

PNUD. **Atividades físicas e violência**: o futebol como referência. Brasília: PNUD, 2017.

REIS, H. O perfil do torcedor organizado e a política brasileira para o futebol espetáculo. **Triade**: revista de comunicação, cultura e mídia, Sorocaba, v. 7, n. 4, p. 172-189, 1º jun. 2016.

REIS, H. H. B. dos; ESCHER, T. A. **Futebol e sociedade**. vol. 1. Brasília: Liber Livros Editora, 2006. p. 99.

REIS, H. H. B. dos; ESCHER, T. A. **O torcedor por detrás do rótulo**: caracterização e percepção da violência de jovens torcedores organizados. Goiânia: UFG, 2015. In: CAMARGOS, W. V. Direito Desportivo: UFG, 2015.

SOUZA, H. J. de. Como se faz análise de conjuntura. 31. ed. Petrópolis: Vozes. 2009. **Movimento**, v. 21, n. 3. pp. 963-706.

TEIXEIRA, R. C. A Associação Nacional das Torcidas Organizada do Brasil na arena pública: desafios de um movimento coletivo. **Antípoda**. Revista de Antropología y Arqueología 30: 111-128. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.7440/antipoda30.2018.06>. Acesso em: 8 dez. 2019.

TORO, C. A. **O espectador como espetáculo**: notícias das torcidas organizadas na Folha de S. Paulo (1970-2004). 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

TOTTEN, M. Sport activism and political praxis within the FC Sankt Pauli fan subculture. **Soccer & Society**, v. 16, n. 4, p. 453-468, 2015.

ZUCAL, J. G. **Nosotros nos peleamos**: violencia e identidad de una hinchada de fútbol. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2010.

FUTEBOL, INTERNET E TELEVISÃO: ASPECTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S) CLUBÍSTICAS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Wendell Luiz Linhares
Miguel Archanjo de Freitas Júnior

INTRODUÇÃO

A globalização é um fenômeno complexo que entrelaça, em escala mundial, aspectos distintos e interdependentes nos campos¹ midiático, cultural, econômico, social e esportivo.

No que se refere ao campo futebolístico, observa-se que esse esporte, enquanto fenômeno social, tem a capacidade de se manifestar de várias formas e em diferentes configurações, nas quais os indivíduos estabelecem relações de interdependência mútua. Diante disso, é possível afirmar que o futebol pode ser estudado por inúmeras perspectivas, como a amadora, a de gênero, a identitária, entre outras. Por conseguinte, uma análise cuidadosa sobre esse objeto nos revela dilemas e contradições sociais, inclusive aqueles que se referem às questões identitárias, que diariamente são discutidas nos programas esportivos televisivos.

Diante desses apontamentos, o presente estudo² objetivou identificar, por meio da análise de literatura dos estudos que tratam do tema “futebol, identidade e o torcer”, como os principais aspectos da globalização têm influenciado na construção da identidade clubística de um grupo de torcedores brasileiros de 10 anos de idade, que indicaram torcer para um time brasileiro e um time do exterior.

METODOLOGIA

O presente estudo configura-se enquanto exploratório de cunho bibliográfico. De acordo com Gil (2008), os estudos bibliográficos se constituem uma primeira parte de uma pesquisa mais

¹ O campo se caracteriza como um espaço estruturado de posição e disputa de força entre os diferentes agentes sociais, os quais dispõem de determinados tipos de capital (cultural, econômico, político, social entre outros). É regido por leis gerais e específicas (de acordo com cada campo) e possui um objeto de disputa, o qual os agentes têm interesse em disputá-lo.

² Este capítulo é um recorte da dissertação de mestrado defendida no ano de 2019 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG intitulada “Analisando os fatores que influenciam na definição da identidade clubística: para qual time de futebol você torce?”. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2856>.

ampla e complexa, proporcionando, assim, uma visão mais geral do que se pretende investigar. Por conseguinte, tais pesquisas alcançam, enquanto produto final do processo, um problema mais esclarecido, o qual é passível de investigação por meio de procedimentos mais sistematizados.

Adotaram-se, como documentos de análise, livros, teses, dissertações e artigos científicos, encontrados em bases de dados como Scielo, Scopus e Portal de Periódico Capes – bem como em pesquisas relacionadas à temática, elaboradas por grupos e institutos focados na consultoria em gestão, governança, finanças, marketing, eficiência e avaliação dos resultados e exposição midiática das marcas esportivas.

Após a coleta, analisaram-se as fontes de modo qualitativo, utilizando os delineamentos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016); posteriormente, construíram-se as seções subsequentes.

FUTEBOL E GLOBALIZAÇÃO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO DOS CASOS BRASILEIRO E EUROPEU

O futebol tem se estabelecido como um dos esportes mais praticados no mundo (BARRINHA; NUNES, 2004). Não obstante, cada vez mais torna-se um produto de consumo, sobretudo com o advento da globalização. Assim ao observar esse fenômeno, verifica-se que:

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. (GIDDENS, 1991, p. 60-61).

Robertson e Giulianott (2006) realizaram uma proposição na qual, para realizar uma análise sobre esse fenômeno, se faz necessário romper com o caráter dual entre o “local” e o “global”, como se esses aspectos cumprissem uma função opositora um em relação ao outro. Os autores ainda destacam a ocorrência de uma espécie de interdependência entre elementos relacionados aos aspectos local e global. Dessa forma, “[...] *las culturas locales tienen una mayor capacidad para adaptar, moldear y redefinir el sentido de cualquier fenómeno global con objeto de satisfacer sus necesidades, creencias y costumbres*” (ROBERTSON; GIULIANOTTI, 2006, p. 10).

Assim, ao entender que o futebol tem características de um produto da indústria cultural, é possível identificar que ele não escapou das influências do fenômeno da globalização. Isso pode ser observado sobretudo entre os anos de 1970 e 1980, período no qual o futebol foi transformado em um grande negócio, com o surgimento dos patrocínios, dos grandes públicos, da exposição midiática, das partidas televisionadas, dos grandes astros, de maiores salários para os jogadores, do aumento do fluxo de saída destes para a Europa, da realização do primeiro Campeonato Brasileiro³,

³ Entre os anos de 1959 e 1968, era disputada a competição nacional denominada “Taça Brasil”. Entre 1967 e 1970, era disputada a competição nacional denominada “Torneio Roberto Gomes Pedrosa/Taça de Prata”. Em 20 de dezembro de 2010, o então presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF assina a resolução nº 03/2010, que unifica todos os títulos nacionais, desde 1959. Disponível em: <http://cdn.cbf.com.br/content/201210/2102238941.pdf>.

bem como com a criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a constituição do “Clubes dos Treze”⁴ (PRONI, 1998; BORGES, 2006; RODRIGUES, 2007).

Na década de 1990, ocorreram mudanças no âmbito do direito esportivo. Nesse sentido, destaca-se o Decreto nº 981/93, o qual ficou conhecido como a “Lei Zico”, posteriormente transformado em Lei Federal nº 8.672/93. Tinha em seu corpo elementos que objetivavam uma contribuição e o fomento do esporte no país (MEZZADRI, 2007).

Ao mesmo tempo, no contexto futebolístico europeu, surgem situações que passam por questionar e problematizar a dinâmica da livre escolha dos jogadores profissionais. Isso pode ser verificado após o “caso Bosman”⁵. Proni (1998, p. 181) destaca que: “Na época, a decisão foi considerada como um precedente revolucionário...”. Não obstante, observa-se que ela foi um divisor de águas no campo futebolístico, tanto para atletas, quanto para os clubes de futebol, impactando e direcionando o mercado mundial de transferências, tornando-as mais flexíveis.

No Brasil, no mesmo período foi aprovada a Lei nº 9.615/98, a qual ficou conhecida como “Lei Pelé”. Embora não se tenham alcançado mudanças profundas como se pretendia, “as maiores mudanças ficaram no âmbito do futebol profissional, em que se previa o fim da Lei do Passe⁶, a profissionalização dos clubes, a autonomia das empresas e a fiscalização do Ministério Público” (MEZZADRI, 2007, p. 124).

Entretanto, com a “Lei Pelé”, os maiores beneficiados foram os jogadores (MEZZADRI, 2007), que passaram a ter maior autonomia em suas carreiras, escolhendo o clube que desejavam defender. Ao que parece, tanto a “Lei Pelé” quanto o “caso Bosman” foram elementos centrais e estimulantes no que se refere ao movimento de transferências de jogadores de um clube de futebol para outro.

Ao pensar o mercado futebolístico brasileiro, destaca-se a Lei nº 10.671, que ficou “[...] conhecida como Estatuto do Torcedor” (MEZZADRI, 2007, p. 125). Essa lei passa a proteger e acaba por aproximar o torcedor para um perfil mais consumidor do produto/espetáculo chamado futebol. Ainda impõe aos clubes, às Federações e ao Poder Público deveres que precisam ser cumpridos, com a finalidade de proporcionar segurança, conforto e condições necessárias para que o torcedor/consumidor possa desfrutar do espetáculo.

Em decorrência, o futebol vem ganhando cada vez mais um caráter de espetáculo/produto, no qual os torcedores ocupam a figura de verdadeiros consumidores. Ressalta-se que, no contexto

⁴ O “Clube dos Treze” foi constituído a partir da junção dos clubes mais “tradicionais” do futebol brasileiro, contemplando cinco estados inicialmente, sendo: Bahia: Bahia; Minas Gerais: Atlético Mineiro e Cruzeiro; Rio Grande do Sul: Grêmio e Internacional; Rio de Janeiro: Botafogo, Flamengo e Vasco; São Paulo: Corinthians, Palmeiras, Santos e São Paulo.

⁵ O caso Bosman: Bosman foi um jogador belga que atuava em um clube da segunda divisão do seu país, em 1988. Entretanto, em 1990 teve um grande corte em seu salário e foi impedido de se transferir para um clube francês. Assim, entrou na justiça comum para tentar a liberação e tentar jogar. No ano de 1995, a UEFA perde a causa, o que provoca inúmeras e significativas transformações no futebol.

⁶ A Lei do Passe (nº 6.354/76), a qual foi elaborada no sentido do Estado (regime militar), que buscava centralizar o poder. A Lei do Passe mantinha o jogador de futebol preso ao clube, sem o direito de escolher qual agremiação defender.

do Brasil, jogadores – aqueles que são as principais figuras para que o espetáculo possa ser construído e consumido – têm deixado cada vez mais cedo os palcos/campos brasileiros. Isso se dá muito em função de todo o processo apontado anteriormente, bem como pela grande disparidade econômica entre os clubes de futebol brasileiros e europeus.

A grande diferença econômica tem forçado os clubes brasileiros a criar fontes de receitas alternativas. Nesse sentido, Ribeiro (2007, p. 53) argumenta que “[...] a exportação de jogadores constitui a principal fonte de divisas do futebol latino-americano, e na sua ampla maioria o destino é a Europa”. Por consequência, “[...] os torcedores brasileiros cada vez menos têm a oportunidade de ver em seu time, jogadores que atuem na seleção brasileira” (BARBOSA, 2007, p. 176). Mais do que isso, em alguns casos, os jogadores nem sequer chegam a estrear no time profissional.

Ao mapear a economia global do futebol, observa-se que o Brasil se configura enquanto um mercado exportador de jogadores (BARRINHA; NUNES, 2004). Isso pode ser verificado na Tabela 1:

Tabela 1 – Número de transferências envolvendo jogadores de futebol brasileiros

Ano de transferência	Número de transferências
2014	1.335
2015	1.582
2016	1.642
2017	1.755
2018	1.753

Fonte: ADAPTADO DE JORNAL “O GLOBO”: **Jogadores brasileiros são os que movimentaram mais dinheiro em transferências em 2018**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/jogadores-brasileiros-sao-os-que-movimentaram-mais-dinheiro-em-transferencias-em-2018-23416176>. Acesso em: 1º fev. 2019.

Constata-se que a venda de jogadores se configura como uma importante fonte de recursos e receitas. Tal constatação é corroborada por meio do estudo realizado pela empresa BDO RCS Auditores Interdependentes (2017), que aponta que as transferências de atletas são a segunda maior fonte de receita dos clubes brasileiros (14%). Os números se elevam pela desvalorização da moeda, aumentando a disparidade econômica entre o Brasil e outros centros como Europa, Ásia e Oriente Médio (BDO RCS, 2017).

A GLOBALIZAÇÃO E OS CLUBES GLOBAIS

O futebol tem sofrido mudanças nos seus principais setores nas últimas décadas, como no midiático, no econômico, no político, no social e no cultural. Tais impactos se deram de formas diferentes entre o Brasil e a Europa.

Assim, destaca-se o modelo de organização do futebol na Europa, que apresentou sucesso e rentabilidade, pois algumas ligas transformaram seus campeonatos em uma espécie de produto, agregando valor para a indústria do entretenimento de massas. Esses aspectos são reflexos das estratégias das emissoras de televisão de canais fechados, as quais optaram por espelhar um modelo americano que consiste em direitos de exclusividade (PRONI, 1998).

Percebe-se que a televisão ocupou um papel fundamental na valorização, na transformação, no crescimento e na construção de um produto de relativo sucesso. Com o passar do tempo, os meios de comunicações foram se modificando e ampliando sua abrangência. A evolução se deu, em um primeiro momento, por satélite e, em um segundo momento, por cabos de fibra óptica, os quais foram fundamentais para a multiplicação das informações em escala global (BARRINHA; NUNES, 2004).

A partir da abertura das comunicações, as mensagens combinadas com som e imagem estimularam a abertura de diversos canais fechados. Com o crescimento dos canais como a ESPN – que dedicava 24 horas por dia de sua grade em transmissões esportivas –, houve uma intensificação e, por consequência, briga por audiência. O que era muito interessante, pois, quanto maior a audiência, maiores as receitas de publicidade e maiores os valores pagos pelas transmissões dos jogos (BARRINHA; NUNES, 2004).

As condições que transformaram o futebol e contribuíram para o nascimento de uma identidade dita global foram consolidadas na década de 1990, com a articulação da unificação europeia e a construção de uma legislação trabalhista, que objetivou a não distinção dos trabalhadores por suas nacionalidades no contexto da Comunidade Europeia, sendo considerados estrangeiros apenas os jogadores de origem não comunitária (BARBOSA, 2007).

O futebol passou por uma flexibilização nas relações de trabalho, resultando no aumento da circulação dos jogadores entre os clubes (RIAL, 2009). Uma das consequências foi a transformação dos clubes de futebol europeu em entidades globais, pois passaram a ser compostos de jogadores das mais variadas nacionalidades. Esse fato pode ser verificado por meio de times como Real Madrid, Barcelona, Arsenal, Chelsea, Liverpool, Manchester City, Manchester United, Bayer de Munique, Juventus, Milan e Inter de Milão (BARBOSA, 2007). Entendem-se como clubes globais aqueles que se tornaram marcas com potencial de vender transmissões de seus jogos, camisas, entre outros elementos, para torcedores numa escala mundial (BARRINHA; NUNES, 2004).

Tabela 2 – Valores gastos pelas ligas na compra de jogadores

Posição	Liga	Valores em dólares
1º	Inglaterra	1.981 bilhão
2º	Espanha	1.352 bilhão
3º	Itália	848.9 milhões
4º	Alemanha	485 milhões
5º	França	469.1 milhões
18º	Brasil	55.6 milhões

Fonte: ADAPTADO DE JORNAL “O GLOBO”: **Jogadores brasileiros são os que movimentaram mais dinheiro em transferências em 2018**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/jogadores-brasileiros-sao-os-que-movimentaram-mais-dinheiro-em-transferencias-em-2018-23416176>. Acesso em: 1º fev. 2019.

Por meio da Tabela 2, visualiza-se que os valores gastos pelo futebol brasileiro na compra de atletas ficam muito abaixo das principais ligas, aquelas que tradicionalmente levam os melhores jogadores. Em um estudo realizado pela Pluri Consultorias (2013), verificou-se que cada vez mais os jovens brasileiros estão acompanhando e torcendo por clubes de futebol europeu, fornecendo,

assim, elementos para o debate sobre possíveis novas facetas identitárias clubísticas. O mesmo estudo demonstra que os grandes clubes europeus já têm um número expressivo de torcedores aqui no Brasil, muitos deles reunidos em comunidades de diversas redes sociais. O estudo também revelou uma tendência de jovens aderirem a um time nacional e outro do exterior.

Tabela 3 – Top cinco na preferência por times estrangeiros

Posição	Junho	Julho	Agosto
1	Barcelona	Barcelona	Barcelona
2	Real Madrid	Real Madrid	Real Madrid
3	Manchester United	Chelsea	Paris Saint-Germain
4	Bayern de Munique	Manchester United	Bayern de Munique
5	Juventus	Bayern de Munique	Chelsea

Fonte: IBOPE Repucom – DNA Torcedor 2017.

A Tabela 3 demonstra dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto IBOPE Repucom⁷ (2017), a qual objetivou mapear o perfil e os hábitos das torcidas brasileiras. Isso posto, foi identificado que 7 times foram citados. Assim, observou-se que os times têm duas características em comum: a) obtiveram conquistas de títulos (vencedores de seus campeonatos nacionais ou internacionais); b) têm jogadores globais em seus elencos (Neymar, Messi, Cristiano Ronaldo).

De modo geral, percebeu-se que elementos como a organização dos jogos, o alto nível técnico, a crescente oferta de transmissão e a digitalização do esporte ampliaram os meios para o torcedor acompanhar os campeonatos europeus em qualquer lugar do globo, contribuindo para que tais times ganhassem torcedores brasileiros.

Todo o processo de construção da bifiliação clubística tem como ponto inicial a modificação da forma de transmissão dos jogos, seja pela disseminação da Tv por assinatura ou via internet (PLURI CONSULTORIA, 2013). E essa oferta está aumentando cada vez mais. Os brasileiros ganharam opções de canais fechados, como ESPN, Fox e SporTV. Embora os canais citados transmitam campeonatos nacionais do Brasil, suas programações pautam-se – em sua grande maioria – na cobertura dos campeonatos europeus, como o inglês, espanhol, italiano, alemão, francês, português e até holandês. Não obstante, transmitem diversas copas nacionais dos países europeus; por conseguinte, é possível acompanhar as duas maiores competições de clubes do mundo, como a Europa League e a UEFA Champions League.

Ainda de acordo com a pesquisa Pluri Consultorias (2013), a TV a cabo, com o passar do tempo, vem fomentando uma mudança no gosto pelo time para torcer dos brasileiros, algo muito parecido – relativamente – com o que o rádio fez anos atrás. Nessa perspectiva, a TV aberta (Globo e Bandeirantes) tem optado por transmissões de partidas da UEFA Champions League e (Rede Tv) pela transmissão da Premier League – Campeonato Inglês – e Série A – Campeonato Italiano, aos sábados à tarde. Ainda de acordo com o Blog do Ohata (2017), é possível destacar

⁷ A Pesquisa IBOPE Repucom (2017) contou com uma população brasileira de 16 anos ou mais, totalizando 159,7 milhões de indivíduos e uma amostra de 6.006 entrevistas realizadas, a partir da seguinte questão: “Qual time você torce ou simpatiza mais como 2º time do coração?”.

que a Rede Globo – detentora dos direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro – cogitou transmitir a estreia de Neymar Jr. pelo Paris Saint-Germain no Campeonato Francês, em vez da partida do Campeonato Brasileiro, desistindo da ideia.

Assim, é possível perceber um avanço dos clubes do exterior sobre os torcedores brasileiros. Além disso, quanto mais se populariza a TV por assinatura, mais rápido e consistente esse avanço é. O instituto Pluri Consultorias (2013) aponta alguns elementos que constroem o futebol jogado no exterior como uma boa opção de entretenimento: os estádios, de maneira geral, encontram-se sempre lotados, com grande quantidade de jogadores globais e/ou de alto nível; o jogo flui melhor, sendo mais dinâmico; a bola corre mais; por consequência, fica menos tempo parada; e há menos situações de antijogo, como simulações.

Não obstante, ainda é difícil fazer algum tipo de “previsão” sobre como o mercado do futebol brasileiro irá reagir a respeito dessa “invasão” de times do exterior. Ao que parece, a possibilidade de existir cada vez mais indivíduos que torcem para dois times, sendo um nacional e outro do exterior, é cada vez maior.

FUTEBOL E GLOBALIZAÇÃO: A INTERNET COMO ELEMENTO CONSTRUTOR DE IDENTIDADES CLUBÍSTICAS VIRTUAIS

Ao pensar as identidades clubísticas e a globalização, torna-se necessário refletir como a internet, no recorte das redes sociais, tem impactado suas diferentes possibilidades de construção. Isso porque o ciberespaço se conforma num novo território civilizacional, sendo um dos “locais” onde ocorre o movimento dos processos identitários (JUNGBLUT, 2008).

A identidade na contemporaneidade indica o surgimento do sujeito com uma identidade individual relativamente autônoma, sendo submetido a novas lógicas com base em novos mecanismos de relações sociais. Por meio das novas formas de comunicação, emergem “lugares” imateriais, com atributos relacionados ao lazer e à sociabilidade (JUNGBLUT, 2008). Com o surgimento da internet, as redes virtuais de relacionamento passaram a interferir sobre as questões identitárias (NÓBREGA, 2010).

A(s) identidade(s) estão em constante construção e reconstrução. Entende-se que a internet, enquanto um “lugar” imaterial, por meio das mídias sociais, também se configura como um “local” de construção e de representação dessas identidades. Enquanto mídias/redes sociais, nota-se o conjunto de atores que utilizam determinado meio (mídia), formando entrelaçamentos e laços sociais (MARTINS, 2013). Assim, quando o ator faz o uso de alguma mídia, avança para um espaço livre, para as manifestações das ideias e posições identitárias, apresentando aspectos que considera relevantes para centenas de pessoas (JUNGBLUT, 2008). Consideram-se “atores” não somente os indivíduos, mas as instituições que utilizam e interagem por meio das mídias seja com outros sujeitos seja com outras instituições. Nesse sentido, os clubes de futebol se configuram como atores, pois cada vez mais têm adentrado ao ciberespaço e utilizado as mais diversas redes sociais para angariar possíveis fãs.

Sobre a construção identitária clubística virtual, observam-se as redes sociais como um “local” e “espaço” para que sujeitos que se identificam entre si possam “unir-se” em uma perspectiva de pertencimento, reforçando o sentimento de grupo (NÓBREGA, 2010). As construções das identidades virtuais ocorrem no espaço simbólico. Assim, quando o indivíduo torna algo público nas redes de relacionamentos, entende-se que é a representação de si mesmo, pois “As redes sociais são espaços abstratos em que são estabelecidos laços afetivos e representações” (NÓBREGA, 2010, p. 97).

As redes sociais têm se configurado em um espaço onde os clubes de futebol buscam explorar o ganho de visibilidade e agregar novos fãs. Essa assertiva pode ser visualizada por meio do estudo realizado pelo instituto de pesquisa IBOPE Repucom (2019), o qual levou em conta as seguintes redes sociais: Facebook, Twitter, Instagram e YouTube.

Tabela 4 – Rank digital dos clubes de futebol brasileiro – fevereiro 2019 – Facebook, Twitter, Instagram e Youtube (Novas inscrições)

Estado	Clubes	Novas inscrições (%)
São Paulo	Corinthians, São Paulo, Palmeiras e Santos	497.759 (38%)
Rio de Janeiro	Flamengo, Vasco da Gama, Botafogo, Fluminense	346.518 (27%)
Minas Gerais	Atlético Mineiro, Cruzeiro	204.794 (16%)
Rio Grande do Sul	Grêmio, Internacional	91.095 (7%)
Ceará	Fortaleza, Ceará	84.315 (6%)
Bahia	Bahia	31.143 (2%)
Goiás	Goiás	15.560 (1,2%)
Paraná	Athletico Paranaense	14.862 (1,1%)
Alagoas	CSA	10.708 (0,8%)
Santa Catarina	Avai, Chapecoense	5.996 (0,5%)

Fonte: Adaptado Pesquisa IBOPE Repucom. Fev/2019. Disponível em: <http://www.iboperepucom.com/br/rankings/ranking-digital-dos-clubes-brasileiros-fev2019/>. Acesso em: 5 fev. 2019.

De acordo com a Tabela 4, no início da temporada, houve um aumento de 1,3 milhão no número de inscrições, sendo o maior número registrado em 12 meses. Os clubes da Série A situados nas regiões Sul e Sudeste foram responsáveis por cerca de 88% das novas inscrições. Aspectos como a pré-temporada, a qual renova a expectativa dos torcedores por meio da movimentação do mercado, pode ser um dos elementos responsáveis pelo aumento das inscrições (IBOPE REPUCOM, 2019).

Com base no estudo realizado pela RESULT Sports⁸ e publicado no portal Globoesporte.com, no dia 4 de janeiro de 2019, na guia “Futebol internacional”, verificou-se a composição do ranking global das equipes de futebol, quando levado em conta o engajamento nas seguintes redes sociais: Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, Sina Weibo e Others, Dailymotion, Flickr, Foursquare, Google+, Periscope, SoundCloud, Ren Ren, Tencent, WeChat e Youku. Observou-se o crescimento do futebol em relação a esse público, com destaque para a presença do futebol

⁸ Result Sports é uma plataforma alemã especializada em comunicação e marketing esportivo.

europeu com Manchester United e Manchester City, detentores de mais fãs na rede social chinesa “Sina Weibo” do que o clube local Guangzhou Evergrande.

Visualizou-se que clubes sul-americanos não conseguiram explorar o mercado chinês, com exceção do Club Atlético Boca Juniors e Club Atlético River Plate, ambos da Argentina, que, com a disputa da final da Taça Libertadores da América, ganharam cerca de 1 milhão de seguidores a partir do “Superclássico das Américas”.

Tabela 5 – Rank global dos times de futebol x comunidade digital

Posição	Clube	Liga	Comunidade digital
1	Real Madrid	La Liga – Espanha	242,984,560
2	FC Barcelona	La Liga – Espanha	240,008,783
3	Manchester United	Premier League – Inglaterra	137,054,693
4	Chelsea FC	Premier League – Inglaterra	90,100,111
5	FC Bayern München	Bundesliga – Alemanha	79,219,881
6	Arsenal	Premier League – Inglaterra	76,210,718
7	Manchester City	Premier League – Inglaterra	72,330,250
8	Juventus	Serie A – Itália	69,481,168
9	Liverpool FC	Premier League – Inglaterra	67,113,716
10	Paris Saint-Germain	Ligue 1 – França	66,754,031
11	AC Milan	Serie A – Itália	44,419,893
12	Borussia Dortmund	Bundesliga – Alemanha	28,449,103
13	Galatasaray	Süperlig – Turquia	28,420,870
14	Atlético de Madrid	La Liga – Espanha	26,167,880
15	Corinthians	Camp. Brasileiro – Brasil	21,901,620
16	Flamengo	Camp. Brasileiro – Brasil	21,718,461
17	Al Ahly SC	Premier League – Egito	21,088,382
18	Fenerbahçe	Süperlig – Turquia	21,010,112
19	Tottenham Hotspur	Premier League – Inglaterra	19,705,883
20	FC Internazionale	Serie A – Itália	17,357,035
21	Club América	Liga MX Clausura – México	16,790,150
22	Boca Juniors	Primera División – Argentina	16,260,134
23	Persib Bandung	Liga 1 – Indonésia	15,920,566
24	River Plate	Primera División – Argentina	15,349,044
25	AS Roma	Série A – Itália	14,824,001

Fonte: Adaptado de Globoesporte.com apud RESULT Sports. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/real-madrid-e-o-maior-clube-nas-redes-sociais-corinthians-e-fla-lideram-no-brasil-aponta-pesquisa.ghtml>.

Acesso em: 1º fev. 2019.

Outro aspecto que se destaca na pesquisa é o elemento “jogador global”. Desde que o português Cristiano Ronaldo foi contratado pela Juventus de Turim da Itália, a “Vecchia Signora” ganhou um elevado número de seguidores, ultrapassando Liverpool e Paris Saint-Germain, alcançando a marca de 69.481.168 de fãs. Percebe-se que os gestores dos clubes do futebol europeu utilizam o avanço de novas ferramentas tecnológicas, articulando-as com elementos como “jogadores globais” e “sucesso da equipe esportiva” para valorizar seu produto (CHAVES, 2016).

Os games, que muitas vezes fazem parte da primeira experiência de crianças e jovens com o futebol, contribuem para a construção e manutenção da imagem vencedora, pois não raramente os níveis dos jogadores e dos times europeus são mais elevados quando comparados com os clubes de futebol brasileiro. Salienta-se que, em alguns jogos, a produtora não detém os direitos, por exemplo, do Campeonato Brasileiro; em outros casos, a produtora detém um acordo com a CBF, porém, necessita realizar o licenciamento da imagem virtual de forma individual com cada atleta, o que torna o processo complexo.

Os aspectos citados têm refletido em um contexto no qual os jovens brasileiros, cada vez mais, estão torcendo por clubes do exterior. O Portal UOL Esporte (2019a) apresentou uma pesquisa realizada pelo Instituto IBOPE Repucom em 2013. Os resultados indicam que 64% dos jovens de 18 a 29 anos torciam também para times estrangeiros; em 2015, o índice passou para 69% e, em 2016, 72% indicaram ter preferência por times do exterior.

Ressalta-se que os times europeus se mostram preparados quando o assunto é angariar torcedores, pois, de acordo com a pesquisa realizada pelo Portal UOL Esportes (2019b), o torcedor tem encontrado facilidade em assistir a partidas pela internet, adquirir produtos oficiais, ter acesso aos fã-clubes oficiais, a vantagens e descontos ao se tornar membro de um fã-clubes oficial, além de orientação de como o torcedor pode fundar um fã-clubes local, entre outros aspectos que foram citados.

Dessa forma, com a internet e a constituição de um ambiente virtual, as redes sociais se tornam cada vez mais um terreno fértil e propício para a construção de novas identidades clubísticas. Fomenta-se, assim, o processo de desterritorialização de signos e símbolos, tornando-os cada vez mais identificáveis dentro de uma cultura global (BARBOSA, 2007), movimento este que vem ocorrendo com os clubes europeus em relação aos torcedores brasileiros.

CONCLUSÃO

Por meio da análise dos dados encontrados e apresentados, foram identificadas 6 (seis) categorias. A primeira foi o “Processo de transferência dos jogadores brasileiros”, no qual, cada vez mais – e mais jovens –, jogadores brasileiros têm se transferido para o exterior, uma vez que tal categoria se configura como uma importante fonte de renda dos clubes brasileiros. Essa condição contribui para que o sentimento de identificação entre torcedor-jogador se estenda e se mantenha, fazendo com que os torcedores brasileiros acompanhem os jogadores, torcendo para eles, construindo certa identificação com os clubes do exterior.

A segunda categoria foi a “Massificação por meio da televisão”, que ocorreu por meio do aumento das transmissões dos campeonatos do exterior, tanto por canais fechados, quanto por canais abertos (como Rede Bandeirantes, Rede Globo e Rede TV), que transmitiram campeonatos como o Italiano, o Espanhol, o Alemão, o Inglês, o Português e a maior liga de clubes do mundo, a Champions League. Os torcedores passaram a ter mais acesso aos campeonatos, aos jogadores e a seus números (quem são os goleadores, os dribladores, os passadores, os defensores), gerando processos de identificação com jogadores e clubes.

A terceira categoria foi o “Clube global”, que se caracteriza pela capacidade de o clube montar um elenco com jogadores de diversas nacionalidades e, assim, desenvolver o potencial de penetrar em múltiplos locais do globo terrestre por meio da mídia, da realização de pré-temporada ou parte dela em locais onde o futebol está em desenvolvimento – principalmente Ásia e Oriente Médio, com a realização de torneios de pré-temporada –, da imagem do jogador, da construção da imagem de um clube vencedor, de ações de marketing e de produtos com a marca do time. Clubes como Barcelona, Bayern, Chelsea, Juventus, Manchester United, Paris Saint-Germain e Real Madrid são exemplos de equipes globais e têm cada vez mais conquistado a preferência dos torcedores brasileiros.

A quarta categoria foi o “Jogador global”, que devido à construção do seu “carisma”, do seu sucesso – conquistas de títulos e prêmios –, de seu estilo de jogo e do potencial de marketing consegue atrair fãs de diversos locais do mundo. O “Jogador global” quase sempre estará ligado a algum clube global e muitas vezes é o espelho daquele torcedor que alimenta o sonho de ser um atleta de futebol, proporcionando a identificação do sujeito com o atleta.

A quinta categoria foi a “Internet e as redes sociais”, que têm se tornado um “território” construtor de identidades, onde cada vez mais os torcedores estão adentrando e se reconhecendo. Os clubes do exterior, por sua vez, estão investindo nesse tipo de relação, principalmente clubes globais como Real Madrid, Barcelona, Manchester United e Chelsea. Isso porque, dessa maneira, alcançam novos torcedores e estes conseguem ficar mais “próximos” dos clubes e dos jogadores, passando a fazer parte da comunidade futebolística, interagindo, participando de grupos virtuais e desenvolvendo o sentimento de pertencimento e identidade com relação aos times e aos jogadores.

A sexta categoria foram os “Games”, que muitas vezes são as primeiras experiências das crianças com o futebol, fato que contribui para a construção de vínculos identitários. Ao jogar, tornam-se protagonistas “dentro e fora de campo”, pois passam a controlar os jogadores e os clubes ao mesmo tempo. Nos games, clubes e jogadores que estão no exterior têm maior nível, e o desejo de vencer faz com que sejam escolhidos, em detrimento de clubes brasileiros.

Entende-se que as categorias identificadas não atuam de forma isolada e, sim, de maneira interdependente. Ou seja, para que uma categoria ocorra, outra precisa estar presente. Por exemplo, para que um clube se caracterize enquanto global, ter um elenco composto por alguns jogadores globais facilitará o processo de penetração do clube em locais futebolísticos pouco desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. M. S. O futebol e a sociedade global: uma reavaliação da identidade sociocultural brasileira. **Sociedade e cultura**. n. 2, p. 173-186, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70. São Paulo, 2016. 226 p.
- BARRINHA, A.; NUNES, I. O futebol e a globalização. **Relações internacionais**. Coimbra, n. 2, p. 127-140, jun. 2004.

BDO RCS. **10º Valores das marcas dos clubes brasileiros**. 2017. Disponível em: <https://www.bdo.com.br/pt-br/publicacoes/noticias-em-destaque/10%C2%BA-valor-das-marcas-dos-clubes-brasileiros>. Acesso em: 3 nov. 2018.

BLOG DO OHATA. **Globo deixa de transmitir estreia de Neymar no PSG e exibirá Brasileirão**. Disponível em: <https://blogdoohata.blogosfera.uol.com.br/2017/08/11/globo-desiste-de-transmitir-estreia-de-neymar-pelo-psg-e-exibira-brasileiro/>. Acesso em: 22 dez. 2018.

BORGES, F. V. S. **A identidade do torcedor no país do futebol**. 80f. Monografia (Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 981/93, de 11 de novembro de 1993**. Regulamenta a Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, que institui Normas Gerais sobre Desportos. Brasília, 12 de nov. de 1993. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1993/decreto-981-11-novembro-1993-449358-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 07 de jul. de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8672impressao.htm. Acesso em: 3 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.615, 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 de mar. de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615Compilada.htm. Acesso em: 3 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 16 de mar. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671compilado.htm. Acesso em: 3 fev. 2018.

CHAVES, R. A. **Os torcedores do futuro: as motivações que levam os jovens paulistanos a se envolver com clubes de futebol da Europa**. Dissertação (Administração) – Universidade Nove de Julho. São Paulo, 2016.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 156 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2008. 200 p.

HELAL, R.; GORDON, C. A crise do futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI. **Revista Eco-Pós**. n. 1, p. 37-55. 2002.

IBOPE REPUCOM. **Ranking digital dos clubes brasileiros – Fev/2019**. Disponível em: <http://www.iboperepucom.com.br/rankings/ranking-digital-dos-clubes-brasileiros-fev2019/>. Acesso em: 5 fev. 2019.

JUNGBLUT, A. L. O ciberespaço, suas lógicas e alguns exercícios identitários entre os brasileiros na internet. In: MEDEIROS, J. L. (Org.). **Identities em movimento nação, cyberspaço, ambientalismo e religião no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, p.122-148. 2008.

LINHARES, W. L. **Analizando os fatores que influenciam na definição da identidade clubística: para qual time de futebol você torce?** Dissertação (Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2856>. Acesso em: 5 fev. 2019.

- MARTINS, L. J. **O papel das mídias sociais na construção da identidade social do sujeito pós-moderno**. 2013. 140f. Monografia. (Desenvolvimento Web) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Londrina, 2013.
- MEZZADRI, F. M. As possíveis interferências do estado na estrutura do futebol brasileiro. In: RIBEIRO, L. (Org.). **Futebol e globalização**. 1. ed. Jundiaí: Fontoura, 2007. p.107-128.
- NÓBREGA, L. P. A construção de identidades nas redes sociais. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 95-102, jan./fev. 2010.
- O GLOBO. **Jogadores brasileiros são os que movimentaram mais dinheiro em transferências em 2018**. Jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/jogadores-brasileiros-sao-os-que-movimentaram-mais-dinheiro-em-transferencias-em-2018-23416176>. Acesso em: 1º fev. 2019.
- PLURI CONSULTORIAS. **Times europeus avançam sobre torcedores brasileiros**. 2013. Disponível em: <https://www.pluriconsultoria.com.br/clubes-europeus-avançam-torcedores-brasileiros/>. Acesso em: 1º fev. 2019.
- PORTAL UOL ESPORTES. **Brasileiros que torcem para times estrangeiros**. 2019a. Disponível em: <https://www.uol/esporte/especiais/ameaca-gringa.htm#imagem-4>. Acesso em: 5 jan. 2019.
- PORTAL UOL ESPORTES. **O que os clubes europeus dizem aos torcedores brasileiros**. 2019b. Disponível em: <https://www.uol/esporte/especiais/ameaca-gringa.htm#veja-algumas-respostas>. Acesso em: 5 jan. 2019.
- PRONI, M. W. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- PRONI, M. W; ZAIA, F. H. Gestão empresarial do futebol num mundo globalizado. In: RIBEIRO, L. (Org.). **Futebol e globalização**. 1. ed. Jundiaí: Fontoura, p. 19-47, 2007.
- RIAL, C. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 21-65, jul./dez. 2009.
- RIBEIRO, L. C. A crise da autonomia no futebol globalizado: a experiência europeia (1985-2007). In: RIBEIRO, L. (Org.). **Futebol e globalização**. 1. ed. Jundiaí: Fontoura, p. 49-68. 2007.
- ROBERTSON, R.; GIULIANOTTI, R. Fútbol, globalización y glocalización. **Rev. Internacional de Sociología**. n. 45, p. 9-35, set-dez. 2006.
- RODRIGUES, F. X. F. **O fim do passe e a modernização conservadora no futebol brasileiro**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

SOBRE AS ORGANIZADORAS E AUTORES/AS

ORGANIZADORAS:

JUSSARA AYRES BOURGUIGNON

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa junto ao curso de graduação em Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

juaybo@gmail.com

SANDRA MARIA SCHEFFER

Doutora em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa no curso de graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais Aplicadas.

sandrascheffer@uol.com.br

CHRISTIANE CRUVINEL QUEIROZ

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR. Servidora pública lotada no Ministério Público Federal em Ponta Grossa/PR.

christianequeiroz75@gmail.com

AUTORES/AS

ANDERSON ROIK

Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Servidor público da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.
roik@unicentro.br

DANUTA ESTRUFIKA CANTÓIA LUIZ

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG no curso de graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais Aplicadas – PPGCSA.
danutaluiz88@gmail.com

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo – FEA-USP. Professor Titular Sênior da Universidade Federal do Paraná no Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGADM.
jhfaria@gmail.com

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Professora Colaboradora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
lupsilvestre@hotmail.com

LUCIA CORTES DA COSTA

Pós-doutora pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professora no curso de graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
cortesluci@gmail.com

ALEJANDRO HUGO DEL VALLE

Doutor em Sociologia. Professor adjunto da Universidade Mar Del Plata.
alejandro.del.valle@hotmail.com

ANDREA CRISTINA MARTINS

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Professora colaboradora da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unidade Universitária Irati – UNICENTRO.

andreamartins2004@hotmail.com

ELISABETH MÔNICA HASSE BECKER NEIVERTH

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR – UEPG. Professora adjunta na Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR – UEPG junto ao curso de graduação em Direito.

monica_hbecker@hotmail.com

SILVANA SOUZA NETTO MANDALAZZO

Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora Associada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR – UEPG junto ao curso de graduação em Direito, ao Programa de Pós-Graduação em Direito e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

smandalozzo@uol.com.br

MARIA CRISTINA RAUCH BARANOSKI

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UPEG. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa no curso de Direito e no programa de Pós-graduação de Direito.

mcrbaranoski@gmail.com

DIRCEIA MOREIRA

Doutora em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa no curso de graduação em Direito e no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais Aplicadas.

dirceiam@uol.com.br

LUANA MÁRCIA DE OLIVEIRA BILLERBECK

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa no Curso de Direito, Departamento de Direito Processual e no programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais Aplicadas.

lmobillerbeck@hotmail.com

EDINA SCHIMANSKI

Doutora pela University of London – Institute of Education. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Curso de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais Aplicadas. Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Culturais

edinaschi@hotmail

JULIANO DEL GOBO

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Servidora pública lotada no Escritório Regional da Secretaria de Justiça, Família e Trabalho em Ponta Grossa/PR.

jdg.psicologia@gmail.com

JOSÉ AUGUSTO LEANDRO

Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

joseaugustoleandro@gmail.com

ANA PAULA GARBUIO CAVALHEIRO

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora colaboradora da Universidade Estadual de Ponta Grossa junto ao curso de Bacharel em Enfermagem.

anapaulagarbuio@gmail.com

MÁRCIA HELENA BALDANI PINTO

Doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa junto ao curso de graduação em Odontologia e ao Programa de Pós-Graduação em Odontologia.

mbaldani@uepg.br

JUSSARA AYRES BOURGUIGNON

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa junto ao curso de graduação em Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

juaybo@gmail.com

CAMILA SOPKO

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR.

camila.sopko@gmail.com

REIDY ROLIM DE MOURA

Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa junto ao curso de graduação em Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

reidymoura@gmail.com

KAROLINE DUTRA SZUL

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas. Assistente Social na política de educação.

karoldszul@gmail.com

ROSSANE CRISTINA FERRAZ DOS SANTOS

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Oficial de Promotoria no Ministério Público do Estado do Paraná, lotada em Wenceslau Braz/PR.

rcfs9@hotmail.com

AUGUSTA PELINSKI RAIHER

Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Economia e do curso de Economia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bolsista produtividade Cnpq.
apelinski@gmail.com.

CHRISTIANE CRUVINEL QUEIROZ

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Servidora pública federal lotada no Ministério Público Federal em Ponta Grossa.
christianequeiroz75@gmail.com

THAIS CRISTINA DOS SANTOS

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Doutoranda em Ensino de Ciência e Tecnologia Bolsista CAPES pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.
thais.pluskota@gmail.com

NEI ALBERTO SALLES FILHO

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Professor associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa junto ao curso de Educação Física e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.
nei.uepg@gmail.com

JORDANA DE OLIVEIRA

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Servidora pública – Assistente Social lotada na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.
jordanaadeoliveira@hotmail.com

SOLANGE APARECIDA BARBOSA DE MORAES BARROS (*IN MEMORIAM*).

Foi Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1984 a 2017. Era Doutora em Serviço Social pela PUC/São Paulo. Atuou como Professora na Graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (mestrado e doutorado).

RAFAELLA MARTINS DE OLIVEIRA

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora colaboradora no Departamento de Direito Processual da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Secretária de Negócios Jurídicos da Prefeitura Municipal de Piraí do Sul, Paraná.
rafamartins.oliveira@hotmail.com

LUANE GUARNERI AZAMBUJA

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Professora no Centro Universitário Santa Amélia no Curso de Graduação em Direito.
lunazambuja@gmail.com

CONSTANTINO RIBEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR

Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa junto ao curso de graduação em Educação Física e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.
constantino@uepg.br

WENDELL LUIZ LINHARES

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Doutorando e bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG.
wendell.luiz@hotmail.com

MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JÚNIOR

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG.
mfreitasjr@uepg.br



CADERNOS DE PESQUISA SOCIAL

CIDADANIA, POLÍTICAS PÚBLICAS
E TEMAS CONTEMPORÂNEOS

4

Organizadores

JUSSARA AYRES BOURGUIGNON

SANDRA MARIA SCHEFFER

CHRISTIANE CRUVINEL QUEIROZ

